

**Antonio Albuquerque da Costa**

**Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua  
Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a  
feira de Campina Grande na interface desse processo.**

**Universidade Federal de Pernambuco**

**Recife, maio de 2003.**

**Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)  
Departamento de Ciências Geográficas (DCG)  
Mestrado em Geografia**

**Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua  
Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a  
feira de Campina Grande na interface desse processo.**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Geografia do Centro  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
por Antonio Albuquerque da Costa, sob  
orientação do professor Dr. Nilson  
Cortez Crocia de Barros.

**Recife, maio de 2003.**

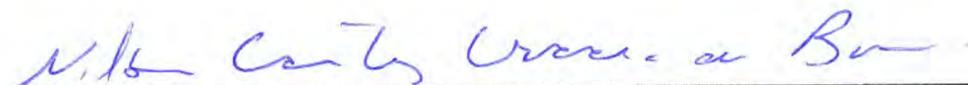
**ANTONIO ALBUQUERQUE DA COSTA**

**Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao Meio Técnico-científico-informacional: a feira de Campina a Grande na interface desse processo**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, por Antonio Albuquerque da Costa, sob orientação do Professor Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.

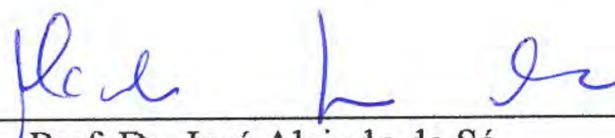
Aprovada em 30/06/2003

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros – Orientador  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE



---

Prof. Dr. José Alcindo de Sá  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



---

01 Prof. Dra. Virgínia Pontual  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

A minha mãe, **Maria de Lourdes Albuquerque (Dona Ném)**, pela sapiência que aprendeu com a vida. Mulher que é exemplo de coragem, determinação, generosidade e dedicação. Pessoa que sabe transitar por entre as diversas faixas etárias fazendo do tempo presente o seu próprio tempo.

Ao meu pai, **Tomé Alves da Costa**, que sempre valorizou a educação e tudo fez para que seus filhos estudassem. Manteve a firme convicção de que o saber era a única herança que poderia nos proporcionar e a qual ninguém nos usurparia. Sua honestidade e dedicação ao trabalho e a família tem sido sua práxis e lição de vida.

A tia **Rita**, que nos dedicou sua vida, portanto, nos fez a sua família e, dessa forma, nos fez seus filhos, tornando-se assim, uma segunda mãe para nós.

È para vocês que dedico este trabalho.

## **Agradecimentos**

Alguns ensinamentos não se transmitem com uma boa aula ou na orientação de um trabalho acadêmico. Valores humanos e profissionais são passados silenciosamente, sem que, muitas vezes quem o transmite se aperceba que está fazendo. Meu muito obrigado Professor Nilson, pelo muito que aprendi em tolerância, ética, simplicidade e respeito às idéias e diferenças apresentadas pelas outras pessoas.

Ao professor Cícero Agostinho e a professora Renilde pela gentileza com a qual me apresentaram ao mestrado através de suas cartas.

A professora Virgínia Pontual, pela seriedade com a qual desenvolve seu trabalho, mas também por se manter tão “gente” em meio à arrogância que permeia a academia. Nosso convívio embora curto foi profícuo.

Aos professores do mestrado, Cláudio Castilho e José Alcindo de Sá, que deram valiosa contribuição no momento da qualificação do projeto de pesquisa.

A professora Dores (Maria das Dores Nóbrega), pelo empenho na consecução da bolsa que viabilizou minha estada no Recife durante o período das aulas do mestrado.

A minha amiga Maria Braga de Sá, pelo incentivo, orientação, boa conversa e material raro que me disponibilizou, foi muito gratificante poder contar com o seu apoio.

Aos colegas de Mestrado Jacira, Maelda, Sônia Lira, Paulo Sérgio, João Manuel, Francisco Oliveira e Elias pelo companheirismo que fez com que nossa convivência traga tantas boas recordações.

A Jacira Gaspar meu agradecimento especial, pois além de minha ex-professora, colega do mestrado, você foi uma amiga/irmã. O seu jeito espontâneo de ser deu ao cinza dos dias difíceis um colorido especial para nossa turma.

A Paulo Sérgio, por ter me acompanhado de perto e ter dividido não apenas os bons momentos, mas principalmente os momentos de angústias e incertezas.

Ao Dr. Lamir Motta, da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Campina Grande (SEPLAM), ao Sr. Antônio Luna, da administração do Mercado Central, e ao Sr. Lysandro Navarro de Lima, da Secretaria de Serviços Urbanos, pela presteza com a qual me atenderam.

Aos feirantes, personagens anônimos, que tornaram este trabalho possível, prestando-me informações valiosas, com o despojamento que só apenas as pessoas muito simples possuem.

Ao meu irmão Marco Antônio, pelo apoio, empenho e sugestões na realização deste trabalho.

Ao meu primo e amigo Paulo Sérgio e ao meu filho Filipe, pela ajuda inestimável na pesquisa de campo. Sem esta participação este trabalho não teria condições de ser concluído em tempo hábil.

Ao meu grande amigo Jurandi, cujo apoio não tenho como quantificar. Todo agradecimento que eu venha lhe fazer será pouco pelo muito que fez.

Finalmente, a Divanira Arcoverde, meu agradecimento muito especial, por renunciar as suas preciosas horas de repouso e se dispor a fazer a revisão ortográfica deste trabalho. Sabendo dos seus afazeres eu não imaginava contar com tão significativa contribuição.

## Sumário

	<b>Página</b>
Lista de Mapas .....	01
Lista de Quadros .....	03
Lista de Tabelas .....	04
Lista de Gráficos .....	05
Lista de Fotografias .....	06
Lista de Figuras .....	08
<b>Resumo</b> .....	<b>09</b>
<b>Abstrac</b> .....	<b>10</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
 <b>Capítulo I</b>	
<b>Caracterização do Espaço Urbano de Campina Grande</b> .....	<b>17</b>
1.1 - Posição Geográfica: Fator de importância numa época de transportes precários .	19
1.2 - A Montagem do Meio-técnico Mecanizado: Integração do espaço campinense mercado algodoeiro internacional e sua consolidação como Capital Regional.....	30
1.3 – O Curto Circuito na Hierarquia Urbana: Crises e Adaptações de Campina Grande ao meio técnico-científico-informacional.....	51
1.3.1 – As três últimas décadas de reorganização do espaço campinense.....	53
1.3.2 – Campina Grande na nova hierarquia urbana .....	85
 <b>Capítulo II</b>	
<b>A Feira de Campina Grande: Transversalidade na sucessão dos meios</b> .....	<b>95</b>
2.1 - Um breve resgate das suas espacialidades/temporalidades .....	96
2.2 - O prenúncio das mudanças .....	120
2.3 - O novo e o velho no espaço das surpresas.....	141
 <b>Capítulo III</b>	
<b>A luminosidade refletida pelo espaço da opacidade</b> .....	<b>153</b>
3.1 - A Feira Central: um pouco de sua lógica interna .....	155
3.2 - Os perfis dos feirantes .....	164
3.3 - Produção/reprodução da Feira de Campina Grande: Vários gentes, muitas ações ..	203

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>213</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>222</b>
<b>Anexos</b>	

## Lista de Mapas

	<b>Página</b>
<b>Mapa 01</b> - . Situação e Localização de Campina Grande - Paraíba .....	20
<b>Mapa 02</b> - Mapa da cidade de Campina Grande .....	21
<b>Mapa 03</b> - Esboço de Campina Grande quando Vila Nova da Rainha – 1790 .....	27
<b>Mapa 04</b> - Esboço da Cidade de Campina Grande em 1864 .....	28
<b>Mapa 05</b> - Malha Rodoviária Conde D’Eu Company – Paraíba – 1901 .....	31
<b>Mapa 06</b> - Malha Rodoviária Grat Western of Brazil Railway – Paraíba – 1907 .....	31
<b>Mapa 07</b> - Expansão da malha ferroviária da Rede Ferroviária do Nordeste – Paraíba – 1957	34
<b>Mapa 08</b> - Área de influência de Campina Grande pela atuação do comércio atacadista na Década de 1960 .....	41
<b>Mapa 09</b> - Áreas Industriais de Campina Grande entre os anos de 1940/1960 .....	44
<b>Mapa 10</b> - Campina Grande – Descentralização das atividades urbanas em eixos e áreas.....	54
<b>Mapa 11</b> - Localização do Parque do Povo, percurso da Micarande, Teatro Municipal e rua 13 de maio .....	56
<b>Mapa 12</b> - Estado da Paraíba – Municípios do Compartimento da Borborema .....	60
<b>Mapa 13</b> - Área de revitalização do projeto Art Déco .....	71
<b>Mapa 14</b> - Comércio ambulante no Centro de Campina Grande – década de 1980 .....	77
<b>Mapa 15</b> - Comércio ambulante na área central de Campina Grande – década de 1990 .....	79
<b>Mapa 16</b> - Localização do “comércio informal” em 2000.....	81
<b>Mapa 17</b> - Brasil: aglomerados industriais de crescimento acelerado.....	88
<b>Mapa 18</b> - Primeiras localizações da feira de Campina Grande .....	97
<b>Mapa 19</b> - Localização da feira de Campina Grande em 1926 .....	100
<b>Mapa 20</b> - Caminhos dos tropeiros e boiadeiros – Paraíba .....	101
<b>Mapa 21</b> - Feira de gado do Marinho .....	103
<b>Mapa 22</b> - Localização de feira de Campina Grande ente 1826 e 1925 .....	105
<b>Mapa 23</b> - Localização da feira de Campina Grande entre 1925 e 1941 .....	108
<b>Mapa 24</b> - Área ocupada pela feira de Campina Grande – até os anos de 1970 .....	112
<b>Mapa 25</b> - Crescimento urbano de Campina Grande .....	118
<b>Mapa 26</b> - Retração da Feira Central de Campina Grande .....	130
<b>Mapa 27</b> - Expansão da feira da Prata .....	131

<b>Mapa 28</b> - Realização das feiras nas cidades do entorno de Campina Grande .....	139
<b>Mapa 29</b> - Feira Central de Campina Grande – setores .....	156

## Lista de Quadros

	<b>Páginas</b>
<b>Quadro 01</b> - Cronografia de fatos e crescimento da população de Campina Grande entre os anos de 1774 e 2000 .....	37
<b>Quadro 02</b> - Arrecadação estadual nos três principais municípios da Paraíba entre os da entre Os anos de 1932 e 1944 .....	38
<b>Quadro 03</b> - Participação dos setores econômicos na cidade de Campina Grande – 1995 .....	59
<b>Quadro 04</b> - População dos Bairros de Campina Grande .....	63
<b>Quadro 05</b> - Taxas médias de incremento da população de Campina Grande .....	75
<b>Quadro 06</b> - Índice Potencial de Consumo para Campina Grande e João Pessoa em R\$ mil – ano 2000 .....	93
<b>Quadro 07</b> - Distribuição dos Feirantes Cadastrados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande nas ruas que compõem a Feira Livre .....	155
<b>Quadro 08</b> – Distribuição dos feirantes cadastrados pelas atividades exercidas .....	164

## Lista de Tabelas

	<b>Páginas</b>
<b>Tabela 3.1</b> - Perfil dos feirantes segundo o lugar de residência .....	165
<b>Tabela 3.2</b> - Perfil dos feirantes segundo Estados e municípios de nascimento .....	167
<b>Tabela 3.3</b> - Feirantes não nascidos em Campina Grande segundo o município de residência	168
<b>Tabela 3.4</b> - Feirantes residentes em Campina Grande segundo o município de nascimento	169
<b>Tabela 3.5</b> - Tempo de residência em Campina Grande por feirantes nascidos em outros municípios .....	170
<b>Tabela 3.6</b> - Perfil dos feirantes segundo tempo de comercialização na Feira Central .....	171
<b>Tabela 3.7</b> - Perfil dos feirantes na categoria proprietário/não proprietário .....	173
<b>Tabela 3.8</b> - Perfil dos feirantes não proprietários .....	174
<b>Tabela 3.9</b> - Perfil dos feirantes quanto à exclusividade do local de trabalho .....	175
<b>Tabela 3.10</b> - Perfil dos feirantes que trabalham em outros locais .....	176
<b>Tabela 3.11</b> - Feirantes que exercem outras profissões .....	177
<b>Tabela 3.12</b> - Feirantes que já exerceram outras profissões .....	178
<b>Tabela 3.13</b> - Feirantes que trabalham em outras feiras .....	179
<b>Tabela 3.14</b> - Perfil dos feirantes segundo os dias da semana trabalhados na feira .....	181
<b>Tabela 3.15</b> - Perfil dos feirantes quanto ao papel exercido junto ao grupo familiar .....	182
<b>Tabela 3.16</b> - Perfil dos Feirantes quanto o tipo de residência .....	184
<b>Tabela 3.17</b> - Perfil dos feirantes quanto à aquisição dos produtos que comercializam .....	187
<b>Tabela 3.18</b> – Modalidade de pagamento utilizada pelos feirantes .....	189
<b>Tabela 3.19</b> - Perfil da clientela da feira segundo poder aquisitivo .....	191
<b>Tabela 3.20</b> - Clientela dos feirantes segundo a procedência .....	192
<b>Tabela 3.21</b> - Clientela dos feirantes segundo a zona residência .....	193
<b>Tabela 3.22</b> - Perfil dos feirantes segundo o grau de escolaridade .....	195
<b>Tabela 3.23</b> - Horas trabalhadas pelos feirantes em dias de feira .....	197
<b>Tabela 3.24</b> - Perfil de consumo dos feirantes .....	199
<b>Tabela 3.25</b> - Perfil dos feirantes no consumo de maior status .....	201

## Lista de Gráficos

	<b>Página</b>
<b>Gráfico 3.1</b> – Feirantes segundo o lugar de residência .....	165
<b>Gráfico 3.2</b> – Perfil dos feirantes segundo o Estado e município de nascimento .....	167
<b>Gráfico 3.3</b> – Feirantes não nascidos em Campina Grande segundo o município de Residência .....	168
<b>Gráfico 3.4</b> – Feirantes residentes em Campina Grande segundo o município de nascimento	169
<b>Gráfico 3.5</b> – Tempo de residência em Campina Grande por feirantes de outros municípios	170
<b>Gráfico 3.6</b> – Perfil dos feirantes segundo tempo de comercialização na Feira Central .....	172
<b>Gráfico 3.7</b> – Perfil dos feirantes segundo a propriedade do comércio .....	173
<b>Gráfico 3.8</b> – Perfil dos feirantes não proprietários .....	174
<b>Gráfico 3.9</b> – Perfil dos feirantes quanto à exclusividade do local de trabalho .....	175
<b>Gráfico 3.10</b> – Perfil dos feirantes que trabalham em outros locais .....	176
<b>Gráfico 3.11</b> – Perfil dos feirantes que exercem outras profissões .....	177
<b>Gráfico 3.12</b> – Profissões já exercidas pelos feirantes entrevistados .....	178
<b>Gráfico 3.13</b> – Feirantes que trabalham em outras feiras .....	179
<b>Gráfico 3.14</b> – Dias de trabalho dos feirantes .....	181
<b>Gráfico 3.15</b> – Perfil dos feirantes na hierarquia familiar .....	182
<b>Gráfico 3.16</b> – Perfil dos feirantes quanto ao tipo de residência .....	184
<b>Gráfico 3.17</b> – Perfil dos feirantes quanto à aquisição dos produtos que comercializam .....	188
<b>Gráfico 3.18</b> – Modalidade de pagamento utilizada pelos feirantes .....	190
<b>Gráfico 3.19</b> – Perfil da clientela da feira segundo poder aquisitivo .....	191
<b>Gráfico 3.20</b> – Clientela dos feirantes segundo procedência .....	192
<b>Gráfico 3.21</b> – Clientela dos feirantes segundo zona de residência .....	193
<b>Gráfico 3.22</b> – Perfil dos feirantes segundo grau de escolaridade .....	196
<b>Gráfico 3.23</b> – Jornada de trabalho dos feirantes em dias de feira .....	197
<b>Gráfico 3.24</b> – Local de compra dos feirantes – alimentos e outros gêneros de primeira necessidade .....	199
<b>Gráfico 3.25.a</b> – Local da primeira opção de compra pelos feirantes .....	202
<b>Gráfico 3.25.b</b> – Local da segunda opção de compra pelos feirantes .....	202
<b>Gráfico 3.25.c</b> – Local da terceira opção de compra pelos feirantes .....	202

## Lista de Fotografias

	<b>Página</b>
<b>Foto 01</b> - Resquícios da vila operária da SANBRA .....	45
<b>Foto 02</b> - Casarões remanescentes do centro da cidade .....	46
<b>Foto 03</b> - Bairro da Prata – clínicas e centros médicos .....	62
<b>Foto 04</b> - Revitalização do Centro – Rua 7 de Setembro com Maciel Pinheiro .....	72
<b>Foto 05</b> - Revitalização da rua Maciel Pinheiro .....	72
<b>Foto 06</b> - Vista aérea parcial de Campina Grande – verticalização da década de 80 .....	73
<b>Foto 07</b> - Vista aérea parcial do Centro de Campina Grande – 2000 .....	73
<b>Foto 08</b> - Comércio ambulante na rua Cardoso Vieira – .....	78
<b>Foto 09</b> - Rua Cardoso Vieira – processo de revitalização .....	78
<b>Foto 10</b> - Venda de raízes na Rua Cardoso Vieira – .....	78
<b>Foto 11</b> - Arca Titão .....	82
<b>Foto 12</b> - Arca Catedral .....	82
<b>Foto 13</b> - Shopping Centro (Shopping dos camelôs).....	82
<b>Foto 14</b> - Antigo cine Capitólio .....	82
<b>Foto 15</b> - Caixão para armazenar de alimentos .....	98
<b>Foto 16</b> - Mercado de Baltazar Luna .....	99
<b>Foto 17</b> - Detalhe do muro original do Mercado Central .....	110
<b>Foto 18</b> - Fachada principal do Cassino Eldorado .....	111
<b>Foto 19</b> - Detalhe interno do Cassino Eldorado .....	111
<b>Foto 20</b> - Carregador de feira na década de 1960 .....	114
<b>Foto 21</b> - Barbeiro na década de 1960 .....	114
<b>Foto 22</b> - Barbeiro – ano de 1980 .....	114
<b>Foto 23</b> - Pedestre em direção a feira – ano de 1980 .....	116
<b>Foto 24</b> - Prédio onde funcionou o primeiro mercadinho de Campina Grande .....	120
<b>Foto 25</b> - Prédio do antigo supermercado Balaio .....	123
<b>Foto 26</b> - Venda de sapatos usados na feira da Prata .....	132
<b>Foto 27</b> - Venda ambulante e calçados e roupas usadas na feira da Prata .....	132
<b>Foto 28</b> - Venda de materiais de construção usados na feira da Prata .....	132
<b>Foto 29</b> - Venda de ferragens na feira da Prata .....	133

<b>Foto 30</b> - Venda de discos vinil na feira da Prata .....	134
<b>Foto 31</b> - Carrinho alto-falante para venda de CDs – feira da Prata .....	134
<b>Foto 32</b> - Estacionamento para burros na feira da Prata .....	135
<b>Foto 33</b> - Caminhões mistos- feira de Campina Grande na década de 1960 .....	142
<b>Foto 34</b> - Estacionamento de carrinhos de mão .....	142
<b>Foto 35</b> - Carrinho de mão a espera de frete .....	142
<b>Foto 36</b> – Feira de vasilhas e sacos para reciclagem .....	144
<b>Foto 37</b> - Estacionamento de motos no Mercado Central .....	147
<b>Foto 38</b> - Estacionamento de <i>Toyotas</i> na feira de Caruaru .....	147
<b>Foto 39</b> - Transporte de cabides na feira da sulanca de Caruaru.....	147
<b>Foto 40</b> - Carrinho de barrotes para transporte de sulanca em Caruaru.....	147
<b>Foto 41</b> - Feira de verduras em 1980 .....	148
<b>Foto 42</b> - Barracos na antiga feira de verduras .....	148
<b>Foto 43</b> - Feira de animais na década de 1960 .....	149
<b>Foto 44</b> - Salão de beleza popular na antiga feira de frutas .....	149
<b>Foto 45</b> - Setor da rua Tavares Cavalcante especializado em produtos agrários .....	150
<b>Foto 46</b> - Loja da rua Dr. Antônio de Sá especializada em produtos tradicionais para o campo .....	150
<b>Foto 47</b> - Estacionamento de transportes alternativos para outros municípios na rua Tavares Cavalcante .....	151
<b>Foto 48</b> – Caminhões paus-de-arara no estacionamento da rua Quebra Quilos .....	151
<b>Foto 49</b> - Cobertura do Mercado Central .....	157
<b>Foto 50</b> - Feira de Fumo de Rolo .....	158
<b>Foto 51</b> - Banco de plantas ornamentais .....	160
<b>Foto 52</b> - Feira de flores .....	160
<b>Foto 53</b> - Feira de panelas .....	160
<b>Foto 54</b> - Feira de roupas .....	162
<b>Foto 55</b> – Feira de calçados .....	162
<b>Foto 56</b> - Feira de ferragens .....	162
<b>Foto 57</b> - Carrinho para venda de fitas cassetes.....	174
<b>Foto 58</b> - Atacadistas na avenida Canal .....	185

<b>Foto 59</b> - Venda de cabras por agricultores .....	193
<b>Foto 60</b> - Venda de peles de cabras por agricultores .....	193
<b>Foto 61</b> - Transporte de cabrito para ser vendido na feira de Campina Grande .....	203
<b>Foto 62</b> - Largo da Feira entre as ruas Dr. Antônio de Sá e Cristóvão Colombo vendo-se ao fundo o edifício Pau do Meio em 1980 .....	204
<b>Foto 63</b> - Jogos cata níqueis .....	205
<b>Foto 64</b> - Rua Manuel pereira de Araújo .....	205
<b>Foto 65</b> - Feira de galinhas .....	206
<b>Foto 66</b> - Feira de mangalhos .....	206
<b>Foto 67</b> - Feira de sucatas .....	206
<b>Foto 68</b> - Feira de trocas .....	206
<b>Foto 69</b> - Feira da FEAGRO .....	211
<b>Foto 70</b> - Feira da FEAGRO com vendedores não associados no canteiro central .....	211

## **Lista de Figuras**

	<b>Páginas</b>
<b>Figura 01</b> - Relação entre as cidades em uma rede urbana .....	86
<b>Figura 02</b> - Distribuição da renda e participação dos dois circuitos .....	128

## Resumo

Este trabalho é uma tentativa de entendimento do espaço urbano de Campina Grande, o qual se insere na emergência de um novo meio, porém guardando heranças dos meios pretéritos.

Por se entender que a compreensão dos atuais processos espaciais passa pelo discernimento da cidade em sua historicidade, o ponto de partida deste trabalho foi a possibilidade de inserção do espaço campinense aos meios anteriores, que num primeiro momento se atribui às virtualidades naturais então presentes. Nesta linha de raciocínio, se propõe que a importância e os papéis que Campina Grande foi definindo ao longo do tempo se devem às virtualidades que foram sendo produzidas e incorporadas ao seu território.

O objeto central desta pesquisa foi, no entanto, sua Feira, evento que se realiza semanalmente desde os primórdios da ocupação do interior paraibano e cuja história confunde-se com a da própria cidade, passando por momentos de expansão e crises, chegando aos dias atuais sem a importância que teve no passado, embora ainda se apresentando com relativa força, preservando o antigo, ao mesmo tempo, em que acolhe as novidades do presente.

A Feira se constitui em uma rugosidade na qual o novo e o velho convivem dando oportunidades aos mais diversos agentes sociais de se reproduzirem, seja nos aspectos econômicos, sociais ou culturais. Porém, dentre a multiplicidade de olhares que podem ser lançados sobre a Feira, optou-se aqui por um enfoque mais econômico, devido ao importante papel desempenhado por este mercado na reprodução cotidiana de significativa parcela da população campinense bem como de suas áreas circunvizinhas. Não se negligencia, porém, seu aspecto cultural pela riqueza, força e vida que tais manifestações dão a este espaço.

Tal espaço é campo fértil de criatividade e transgressões na luta diária pela sobrevivência dessas pessoas produtivamente excluídas pelas modernizações do meio técnico-científico-informacional que impõe aos lugares racionalidades e uniformidades alheias às lógicas e necessidades locais. É por estes aspectos que a Feira é aqui estudada como parte do circuito econômico inferior, que acolhe as camadas pobres nas suas necessidades de trabalho e de consumo, daí sua importância no atual momento em que as tecnologias são poupadoras de mão-de-obra e incentivadoras de um crescente consumo descartável.

## **Abstract**

This paper is an attempt of Campina Grande urban space understanding, the one that claims for a new way however keeping a heritage of two preterits.

Having understood that the updating space processes comprehension has been facing the discernment of the city and its historicity, this paper has had as the initial thought the possibility of insertion of the campinense space in the previous ways, the ones which in the meantime refer it the then existent. That way, it's purposed that the importance and the roles that Campina Grande has been achieving throughout times is due to the virtuosities which have been produced and introduced in its territory.

The main aim of this research has been the Central Free Market. Feature such market takes place weekly since the very settlement of the interior of Paraíba whose history is mistaken for the one of the city. That market has faced expansion times and crises as well, resulting the loss of its importance as it had in the past, however it's still seen certain strength for it go on. Even preserving antique features whereas it welcomes modern ones.

Campina Grande free market is constituted in a rugosity in which the new and old live with offering opportunities to the most diverse social agents for them to go on producing, either in what relates to the economic aspects, either to cultural and social ones. However, among the interests multiplicity in free market, it is going to be focused on the economic aspect due to the important role carried out by this market in the daily reproduction of the significant parcel of the campinense population as well as its nearly spaces. It shouldn't be forgotten to mention the market cultural aspect by its richness, strength and life in this free market.

Such a space is a transgression and creativity fertile field in the daily labor for the surviving of those people productively marginalized by informational techno-scientific which impose in the different places other peoples uniformities and rationalities to the logical and local needs. So, based on those aspects the ones which elicit the "Free Market" as part of the economic inferior circuit. Which welcomes poor peoples during their needs to what relates to job needs and also to consume, hence its importance nowadays when technology save human work to deal with disposable rising consume.

## Introdução

Este trabalho, muito mais que uma dissertação para aferimento ao título de mestre, busca atender a inquietações pessoais em virtude das evidentes transformações pelas quais vem passando o espaço urbano de Campina Grande na última década.

Como entender a propalada crise que Campina Grande atravessa, diante do seu aparente dinamismo e da divulgação da cidade como “oásis high tech do agreste”, se tais processos parecem ser antagônicos?

São, portanto, questões como estas que induziram este trabalho, no qual se busca explicação para esse meio em constante transformação, mesmo conservando heranças espaciais. Espera-se que ao final deste, respostas tenham sido encontradas, ainda que parcialmente e passíveis de questionamento.

Em meio às transformações pelas quais passa o espaço campinense, o foco da pesquisa volta-se para sua Feira, com suas formas herdadas do passado, cuja historicidade confunde-se com a própria origem e evolução da cidade. Espaço que resiste aos vetores modernizantes ao mesmo tempo em que incorpora objetos e ações típicos de um tempo presente.

Desta forma, estudar a Feira é conjugar dois objetivos pretendidos: primeiro, observar as transformações pelas quais passa a cidade, e das quais este mercado periódico sofre as conseqüências; segundo entender a força de resistência presente na Feira, que ao mesmo tempo em que absorve modernizações do meio presente é meio de resistência dos mais diversos agentes sociais que esbanjam criatividade na arte do sobreviver.

A busca de compreensão do espaço urbano presente, a partir das sucessões dos meios e mais precisamente de um subespaço - sua Feira - tem como pressupostos que o espaço é história cristalizada nas formas, e, portanto, não se constrói sem as ações e sem os objetos socialmente produzidos e fixados ao território. Daí, a busca de resgatar objetos que foram sendo incorporados ao território campinense para viabilizar ações do passado.

Objetos e ações pretéritas tiveram a intenção de atender a reprodução social daquele momento, mas são a partir desses objetos fixados ao território que se criaram os meios e as condições para a reprodução da sociedade presente. Justifica-se dessa forma a necessidade de retroagir nos antigos processos de reprodução de tal espaço.

Com base em estudos prévios sobre o tema a ser pesquisado e de posse de algum conhecimento empírico do mesmo, foram formuladas algumas hipóteses, que tiveram um papel norteador na pesquisa. A formulação de tais hipóteses teve como objetivo não apenas sua comprovação, já que se processaram na esfera muito mais das indagações, que propriamente das evidências. Tiveram, porém, a função de fio condutor na realização dessa investigação. Assim formularam-se as seguintes hipóteses:

- a) A importância ainda mantida por Campina Grande é o resultado, muito mais, das bases aferidas por meios pretéritos, que lhes deram as condições de inserção na atual etapa do capitalismo monopolista.
- b) A crise enfrentada pela Feira Central de Campina Grande é conseqüências das modernizações impostas de fora, as quais são atrativas para as classes médias que tendem a abandonar esse tipo de mercado periódico.
- c) A resistência da Feira de Campina Grande aos shoppings, supermercados e cartões de crédito é o resultado da assimetria das modernizações que não alcançam ou só atingem parcialmente determinados grupos sociais, possibilitando a Feira continuar como fonte de renda e sobrevivência para a população que aí se insere sob as mais diversas formas.
- d) A Feira é capaz de absorver algumas modernizações, através assimilação de novos produtos e serviços, o que torna possível em tal espaço a convivência entre o velho e o novo.
- e) O novo não é simplesmente assimilado pela Feira, mas também adaptado às necessidades concretas, por uma população na busca da reprodução social, atribuindo ao novo outras funções e outros usos distintos dos objetivos para os quais foram concebidos.

Na tentativa de confirmar tais indagações, teve-se como primeiro procedimento à seleção da bibliografia que se julgou mais adequada ao projeto. Optou-se num primeiro momento pela teoria das localidades centrais, por entender que a mesma respondia as indagações sobre o crescimento econômico de Campina Grande em um determinado período e explicava a formação de sua região polarizada.

No período recente da história campinense a idéia do curto circuito na hierarquia urbana, proposta por Milton Santos, foi a que melhor pareceu explicar as transformações recentes do espaço de Campina Grande, com a redefinição de seu papel na rede urbana regional. Ao tratar da Feira Central de Campina Grande, foi através da teoria dos dois circuitos da economia defendida pelo citado autor, que se conseguiu suporte para entender e explicar esse complexo espaço de circulação, consumo e lazer.

Defende-se aqui que tais suportes teóricos não são excludentes entre si, mas se complementam e explicam momentos diferentes da evolução das técnicas, as quais condicionavam determinados tipos de organizações espaciais. Optou-se, portanto por trabalhar a fundamentação teórica no transcorrer dos próprios capítulos, por se entender que o empírico e o teórico não são dimensões estanques na geografia, mas que fazem parte de um todo que interage mutuamente.

O material bibliográfico pesquisado foi selecionado entre aqueles que se julgou capaz de fornecer o embasamento teórico da pesquisa, bem como uma bibliografia mais específica sobre a cidade de Campina Grande, da qual parte significativa versa sobre sua Feira.

A observação direta no campo foi um recurso imprescindível às descobertas e análises, bem como a elaboração dos questionários e roteiros de entrevistas, que foram aplicadas a partir de então, optando-se pelo uso do questionário como instrumento de coleta, devido à praticidade apresentada. Porém, em determinados momentos da coleta de dados, percebeu-se que além da aplicação dos questionários seria mais enriquecedora a utilização da entrevista, pois alguns feirantes dispunham de informações que passariam despercebidas com a rigidez objetiva dos questionários.

Desta forma, o vasto conhecimento e a capacidade de percepção dos feirantes sobre seu espaço de trabalho e os problemas que os envolvem aparecem nas suas falas, idéias que fluíram melhor dando-lhes liberdade de expressão. A transcrição de partes das entrevistas advém do particularmente valioso discernimento presente em algumas exposições. Além das entrevistas com os feirantes, houve a tentativa de buscar outras informações na administração de Feira, na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAM) e na Secretaria de Serviços Urbanos de Campina Grande.

Foram feitas algumas entrevistas com pessoas das classes médias, por se atribuir a estas classes o abandono ao mercado periódico (feira). Tal instrumento de pesquisa, sem o rigor que impõe o questionário, se mostrou bastante fecundo, e assim como ocorreu com os feirantes, o mesmo possibilitou o acesso a informações que, de outra forma, dificilmente seriam captadas.

Considerando a variedade de agentes sociais presentes na Feira, executando as mais diversas funções, bem como a dimensão do universo a ser pesquisado, optou-se por trabalhar com amostragem, a qual foi retirada de uma única “categoria”: os feirantes. Tal procedimento teve como objetivo tornar exequível este trabalho acadêmico, dentro das limitações do tempo e dos recursos impostos pelas circunstâncias institucionais.

Não se está aqui afirmando que outras categorias que reproduzem tal espaço sejam menos importantes, mas sim, que em função dos limites já referidos, havia a necessidade de se proceder a uma delimitação. O mesmo poderia se dizer em relação à Feira, que sendo abordada no todo não permitiu o aprofundamento analítico que cada um dos seus setores possibilita. Era, todavia, a intenção deste trabalho dar essa visão mais geral da feira. Espera-se, porém, que o mesmo possa ser útil para quem se interessar pelo assunto, ou mesmo, que outros trabalhos venham ser desenvolvidos explorando esse universo de surpresas e riquezas culturais que é a Feira de Campina Grande, cooperando no preenchimento das lacunas deixadas por esta Dissertação.

Tratando-se de um trabalho geográfico, sentiu-se não só a necessidade, mas, de certa forma até a obrigação de uma espacialização dos eventos através da documentação cartográfica, a qual foi conseguida através de fontes diversas, como mapas antigos e recentes e mesmo através da descrição espacial, cujo relato de CÂMARA (1988 e 1999), foi imprescindível. Como se tentou cartografar alguns eventos pretéritos, entende-se aqui, que estas representações são muito mais uma aproximação de tais organizações espaciais, sem o rigor preciso das localizações, o que faz de parte dessa cartografia apenas uma aproximação do que poderia ser o espaço real. Trata-se de uma cartografia temática e relacional, e não definitivamente topográfica.

A organização do texto se deu através de três capítulos assim distribuídos: No primeiro capítulo buscou-se explicar o crescimento econômico de Campina Grande e a definição do seu raio de influência, a partir da utilização das virtualidades presentes no seu território, as quais

foram adequadamente usufruídas pelo Capital a cada momento. Defendeu-se ainda, a idéia que a cada meio que se sucedeu novas virtualidades foram produzidas, lançando assim as condições para a reprodução social e econômica do meio subsequente.

É em função do que a cidade podia oferecer nas várias etapas do desenvolvimento capitalista, que se buscou explicar a importância adquirida por Campina Grande, bem como os problemas que a mesma passou a enfrentar com o declínio das suas atividades tradicionais e o conseqüente enfraquecimento do poder polarizador que mantinha sobre extensa hinterlândia nordestina.

No segundo capítulo, foi trabalhada a historicidade da feira de Campina Grande, cuja origem confunde-se com a própria evolução da cidade, uma vez que durante determinado período à feira conferia toda a centralidade e importância que o lugar passou a desfrutar. Apogeu, crises, disputas do poder político, contestações e modernizações refletem-se de forma imbricada na relação cidade/feira, e se torna particularmente difícil qualquer desvinculação histórico-espacial entre ambas.

Nesse contexto, analisa-se o crescimento urbano e as novas funções econômicas assimiladas pela cidade, que passaram a dividir com sua Feira o papel de atividades centrais, porém sem retirar-lhe a importância que manteve semanalmente ao longo de tantos anos. No final deste capítulo foi analisado o abalo sofrido pela Feira diante das modernizações de um meio técnico-científico-informacional, que lhe retirou parcela significativa da sua clientela através de atrativos consumistas, típicos de tais modernizações. Porém, ao lado da crise observa-se a importância e resistência dessa atividade, cuja explicação teve como suporte a teoria os dois circuitos da economia.

No terceiro e último capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada na Feira. Embora se tenha entrevistado diversos agentes sociais, o foco da pesquisa foi direcionado para os feirantes a quem foram aplicados questionários, além de algumas entrevistas. Tem-se, portanto, neste capítulo não só a espacialização dos setores presentes na Feira de Campina Grande, mas também uma pequena amostra do perfil sócio-econômico e cultural dos feirantes.

Ao finalizar este trabalho, deixa-se claro que o mesmo fica em aberto, dado não só pelas características do objeto de estudo, mas também pela impossibilidade de apreender o espaço em sua totalidade, que está sempre a se refazer.

## Capítulo I

### Caracterização do Espaço Urbano de Campina Grande

Neste capítulo tentou-se resgatar a formação do espaço da cidade de Campina Grande desde seu surgimento como um aldeamento do povo Ariú<sup>1</sup>, com a finalidade de pastorear o gado dos Oliveira Ledo<sup>2</sup>, momento em que as relações de trabalho mesmo não se realizando nos moldes capitalistas, já atendiam aos objetivos da internacionalização do capital, cujo berço é a Europa.

Instalou-se uma divisão territorial do trabalho com papéis bem definidos, cabendo à zona costeira oriental do atual Nordeste a monocultura canavieira, enquanto que no semi-árido desenvolveu-se uma atividade secundária, porém atrelada e consubstancial à cultura canavieira, a pecuária extensiva em campos abertos.

Em meio a estas atividades econômicas, uma outra atividade surgiu, marginal do ponto de vista econômico, mas fundamental a manutenção do embrionário sistema capitalista, a agricultura de subsistência e comercial que se desenvolveu nos agrestes e brejos nordestinos.

Ao se tentar retroagir no tempo, se tem a intenção de reconstituir alguns dos eventos que foram se sucedendo no território campinense e que se revelaram importantes na inserção desse espaço ao sistema capitalista, por utilizarem-se das virtualidades<sup>3</sup> locais de cada momento, ou por

---

<sup>1</sup> O grupo Ariú fazia parte da nação Kariri (ou Cariri), povos que habitavam uma extensa área do atual território nordestino, compreendendo larga faixa que segue da Bahia ao estado do Ceará, passando pelos Estados de Pernambuco e Paraíba. A diversidade paisagística habitada por estes povos resultou na mesma toponímia para regiões tão diferentes como é o caso do Cariri semi-árido da Paraíba e o Cariri Cearense que corresponde a um brejo no sopé da Chapada do Araripe. Há, no entanto discordância entre os historiadores, alguns a exemplo de MONTEIRO (1980, p. 27- 34) classifica os diversos grupos que habitaram a Paraíba com pertencentes apenas a duas nações os Tupi-Guarani e os Cariri ou Tapuia (inimigo). MELLO (1995, p.70 – 72) classifica os indígenas “paraibanos” como pertencentes a três nações: Tupi, Cariri e Tarairiú. Nessa segunda classificação os Ariú aparecem como pertencentes a nação Tarairiú e inimigos dos Cariri.

Fontes: GOVERNO do Estado da Paraíba. **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 1985.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Atlas Histórico Escolar**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1983.

LAROUSSE CULTURAL. **Brasil A/Z**. São Paulo: Editora Universo, 1988.

MONTEIRO Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena história da Paraíba** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1975.

<sup>2</sup> Os Oliveira Ledo instalaram-se na fazenda Santa Rosa, hoje município de Boa Vista-PB.

<sup>3</sup> As **virtualidades** são vantagens comparativas (materiais ou imateriais) presentes no lugar, que são realçadas através dos símbolos locais para atrair atividades promissoras. (SANTOS, 1997b, p. 214)

criarem novas virtualidades que representaram modernizações<sup>4</sup> importantes ao processo de internacionalização capitalista.

Partindo do princípio de que a ocupação do território de Campina Grande ocorre devido sua materialidade, será enfatizada, em princípio, a importância da sua localização geográfica nas relações sociais, que se estabeleceram para viabilizar ações e, por conseguinte, criar objetos que atendessem aos fins econômicos determinados por aquela etapa de acumulação.

Num segundo momento buscou-se mostrar como essas virtualidades (tanto naturais, quanto produzidas) presentes no território campinense contribuíram para que o lugar<sup>5</sup> fosse adquirindo importância desde o período colonial, até se configurar como pólo de abrangência na ampla hinterlândia nordestina.

Por fim, esboçou-se a Campina Grande dos dias atuais, que se insere em um meio técnico-científico-informacional, atraindo objetos e ações características deste meio, os quais se fazem presentes no espaço urbano, mas que ao mesmo tempo convive e se contrapõem aos objetos e as ações pretéritas, conferindo a cidade um caráter singular em meio à tendência homogeneizadora da globalização<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Aqui será seguido o conselho de SANTOS (1979, p. 23) que recomenda aos geógrafos falar em modernizações sempre no plural, e na perspectiva de observar as implicações temporais da organização do espaço, cuja característica de cada período é formado por um conjunto coerente dos elementos de ordem econômica, social, política e moral.

<sup>5</sup> “**O lugar** é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que lhe forma – rua, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem”. SANTOS (1991, p. 52.) .

<sup>6</sup> A globalização é neste trabalho entendida como a etapa mais avançada e específica da internacionalização do Capital, que como mostra SANTOS (2000 b, p. 27) “*embora (...) seja antiga enquanto sonho, como realidade só é possível mediante as novas condições técnicas e as novas condições políticas*”.

## 1.1 – Posição Geográfica: fator de importância numa época de transportes precários

Campina Grande<sup>7</sup> (Ver mapas 01 e 02), situada próximo à borda Oriental do Planalto da Borborema, teve sua origem em 1697, quando o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, conduzindo os índios Ariú<sup>8</sup>, provenientes do vale do rio Piranhas, fixou-os no sítio das Barrocas, local onde hoje se encontra a rua Vila Nova da Rainha. (RIOS, 1963, p. 9; GURJÃO, 1999, p. 15 - 16).

De acordo com SÁ (1986, p. 190) a importância posteriormente adquirida por Campina Grande deve-se principalmente a sua posição geográfica entre as regiões de pastoreio (Sertão e Cariri) e as regiões agrícolas do Brejo e Zona da Mata. Numa época em que os transportes eram rudimentares, realizados em lombo de burros e de uma mercadoria que se autotransportava, o gado, a posição geográfica era de muita importância<sup>9</sup>. ANDRADE (1986, p.123), observa que Campina Grande transforma-se em feira de gado, por ser o que ele considera de porta de penetração para o Sertão e o Cariri. O autor observa ainda que “*a população pobre da cidade ganhava a vida (...) com o comércio de gado*”. (ANDRADE, 1986, p.124).

Porém, antes mesmo de Campina Grande ganhar destaque como feira de gado, foi a feira de farinha de mandioca, que atribuiu importância ao lugarejo. Esta feira surgiu no núcleo inicial da rua das Barrocas e acompanhou a evolução do espaço urbano campinense. Embora apresentando alternância entre períodos de declínio e de prosperidade, como mostra CÂMARA (1998, em diversas passagens), a feira de cereais resistiu as transformações do espaço campinense e chegou aos dias atuais como um verdadeiro símbolo cultural da cidade.

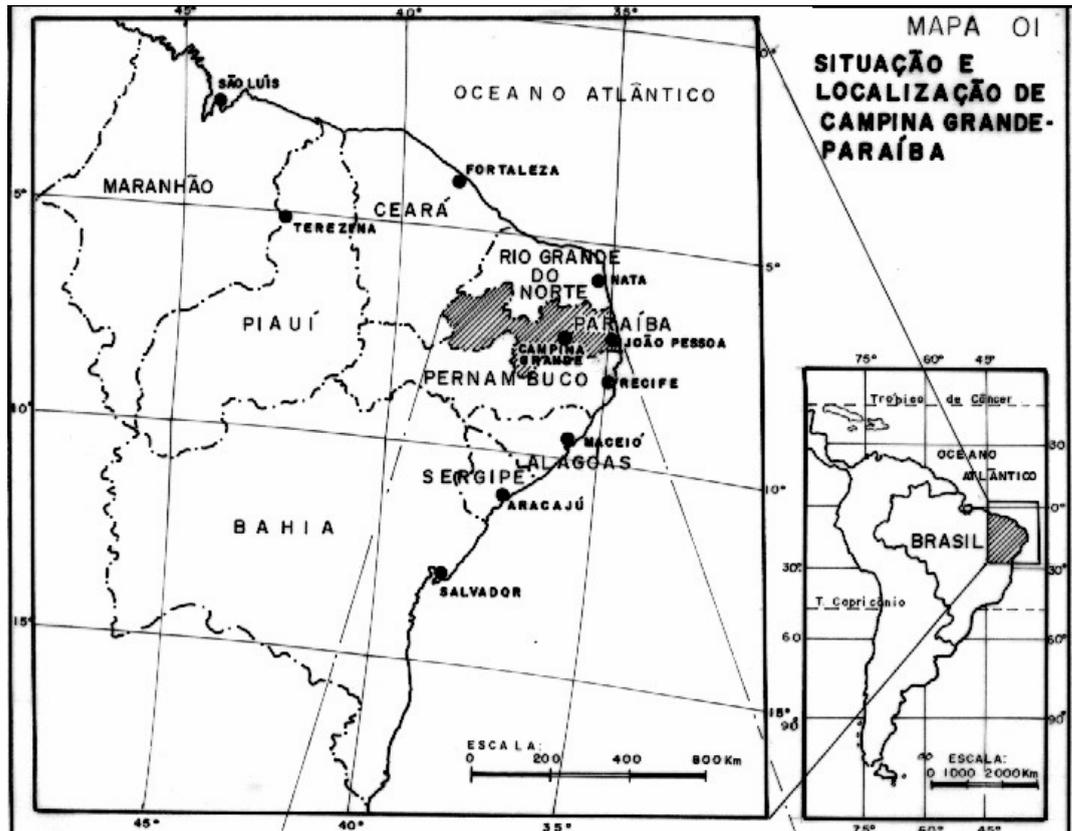
---

<sup>7</sup> **Localização:** 7° 13' 50" Latitude Sul e 35° 52' 52" de Longitude Oeste. Apresenta altitude entre 500 e 550m, com área municipal de 641,37 km<sup>2</sup> e área urbana de 75 km<sup>2</sup>. Encontra-se numa área de transição entre duas regiões Bioclimáticas, com médias térmicas anuais em torno de 25°C, pluviosidade ente 800 e 1.200mm anuais, chuvas de outono e inverno, umidade relativa do ar entre 80 e 85%, períodos secos entre 1 e 4 meses. Solos: Brunos Litólicos - rasos, pouco impermeabilizados e pedregosos. População, segundo censo demográfico do IBGE de 2000, igual a 355.331 hab. Densidade: 552,79 hab/km<sup>2</sup>.

Fonte: Informes básicos da Prefeitura de Campina Grande, 1997. Governo do Estado da Paraíba. Atlas Geográfico da Paraíba, 1985. IBGE censo de 2000

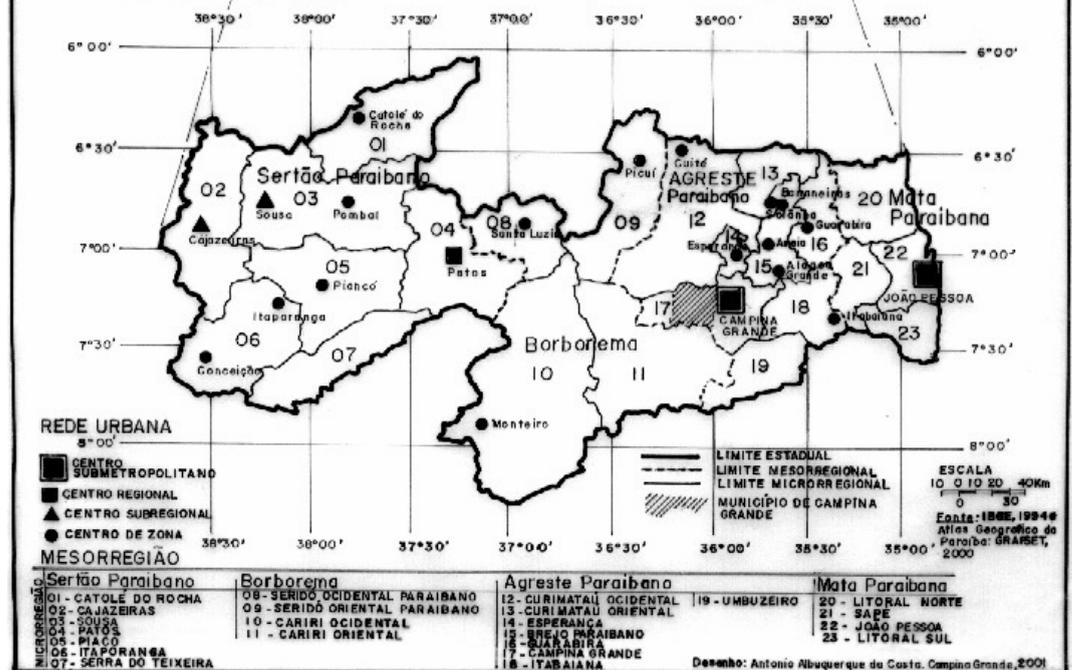
<sup>8</sup> Neste trabalho os grupos indígenas aparecerão sempre no singular seguindo a advertência de MONTEIRO (1980, p. 35) que: “*Não é correto colocar nomes de famílias indígenas no plural (...) que já são coletivos*”. O que talvez crie estranheza ao leitor acostumado aos termos índios Cariris, Ariús etc.

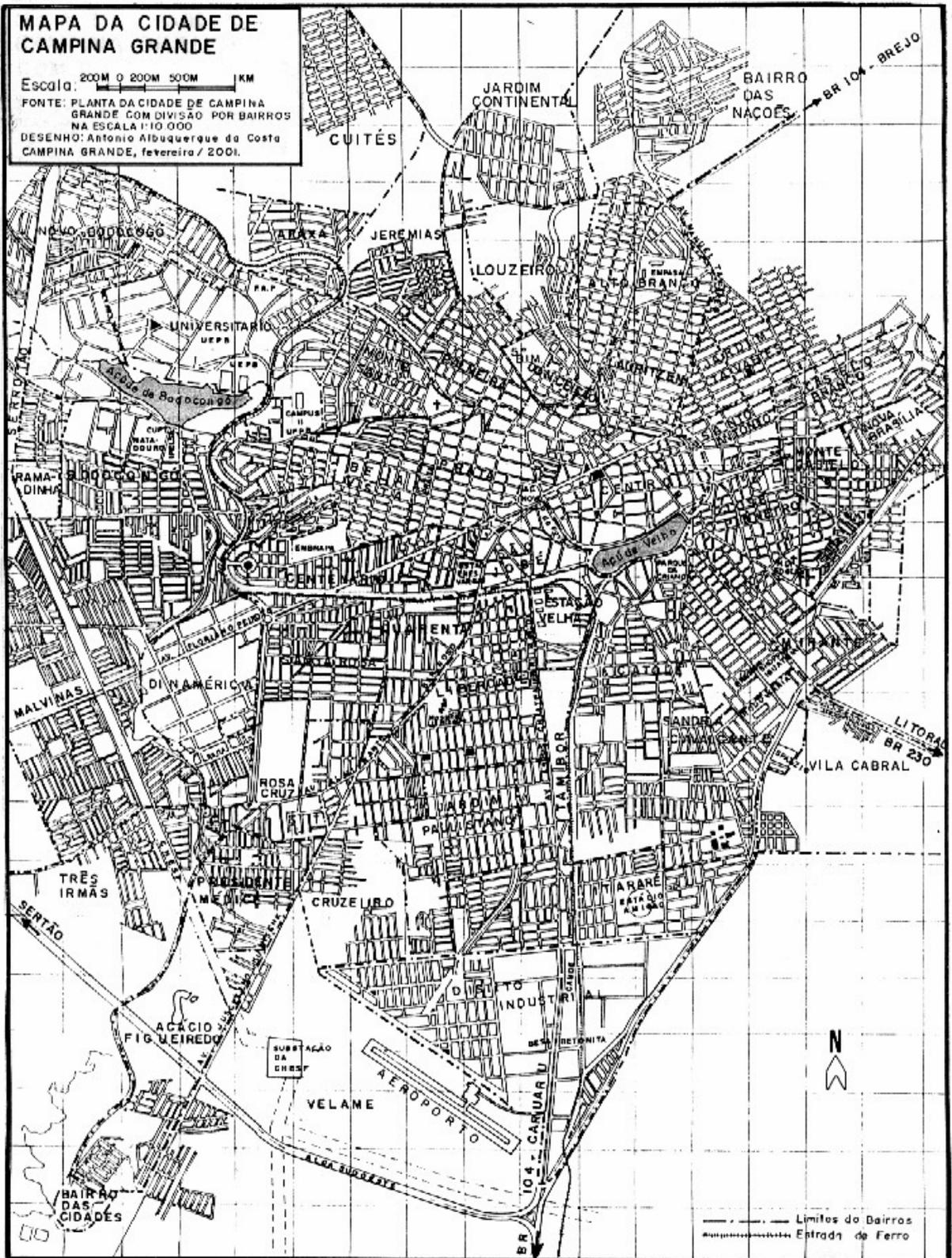
<sup>9</sup> SANTOS, (1997a, p.24) faz semelhante alusão ao êxito dos árabes por localizarem-se em um centro de gravidade geográfica.



FONTE: ATLAS GEOGRÁFICO UNIVERSAL. Nova Cultural: São Paulo, 1997

**ESTADO DA PARAÍBA - Divisão em Mesorregiões e Microrregiões**





A farinha foi de fundamental importância para o suprimento de boiadeiros e tropeiros que passavam por Campina Grande e de grande peso para a economia local, o que levou CÂMARA (1999, p.28) a afirmar ter havido uma “civilização da farinha” em Campina Grande, antes mesmo da “civilização do couro” que caracterizou o semi-árido nordestino.

O abastecimento da feira era proveniente das casas de farinha que foram aparecendo em torno do lugarejo. CÂMARA (1999, p. 27) viu nessas casas de farinha o início da primeira indústria campinense, a qual obtinha vantagens sobre os demais lugares, por não ter concorrentes na época em destaque. O que se tornou uma das primeiras virtualidades deste espaço campinense. A produção de farinha e cereais nas cercanias de Campina Grande foi aos poucos transformando o lugar em *localidade central*<sup>10</sup>, centralidade essa que se deveu, sobretudo à feira da rua das Barrocas e posteriormente a feira de gado do Marinho<sup>11</sup>. Tais mercados periódicos realizavam-se aos sábados e às quintas-feiras, respectivamente.

Porém, se por um lado BARROS (1990, p. 56), observa que a procura de um centro pelos consumidores está vinculado a distância percorrida, o que condiciona o preço dos transportes, percebe-se que no momento em destaque a centralidade representada por Campina Grande, desfruta de três importantes vantagens ao seu favor, que de certa forma anula essa relação entre distância/custo de transporte por:

- 1) Não ser o destino final dos consumidores, porém um nó na rede de circulação entre pontos distantes, que oferecia gêneros de primeira necessidade, num vasto território marcado pela escassez e pela precariedade dos transportes. Tal fato teve implicações significativas no raio de alcance dos bens oferecidos por este centro.
- 2) Não apresentar, num primeiro momento, concorrentes para sua produção, como aponta CÂMARA (*op. cit.*), o que possibilitou a ampliação da distância limite de deslocamento dos consumidores (tropeiros, boiadeiros).

---

<sup>10</sup> “A teoria das localidades centrais trata da importância dos centros urbanos enquanto locais de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população residindo fora dos seus limites” (CARDOSO, 1982, p. 641). De acordo com CORRÊA (1989, p 35) mesmo os pequenos e pacatos núcleos semi-rurais transformam-se periodicamente em localidades centrais, através de seus mercados de periodicidade variada.

<sup>11</sup> Localidade que até os dias atuais conserva este nome situa-se a aproximadamente 6Km do centro de Campina Grande.

3) Estando o Sertão paraibano praticamente isolado<sup>12</sup>, Campina Grande era a localidade mais próxima que melhor viabilizava o suprimento alimentar dessa imensa hinterlândia.

Por conseguinte, não se pode desvincular o aparecimento das casas de farinha de importantes fatores de ordem puramente geográfica, como é o caso da localização de Campina Grande a meio caminho entre os Sertões e a Mata, bem como a sua proximidade com o Brejo, o que representaram virtualidades locais e possibilitaram ao lugarejo se tornar não apenas local de passagem e de pernoite, mas principalmente ponto de abastecimento.

Foi essa materialidade natural, presente no território de Campina Grande, que serviu de substrato para a montagem de um meio pouco comum ao período colonial, onde se faziam presentes uma agricultura voltada à produção de alimentos em consonância com o criatório. Tal fato obrigou, em vários momentos, a promulgação de leis provinciais que regulamentavam o que deveria ser considerada como terras destinadas ao criatório e terras de cultivo, daí os vários deslocamentos do “travessão”<sup>13</sup> citado diversas vezes por CÂMARA (1998).

Surge, portanto, em tal momento, a prematura “vocação” comercial de Campina Grande, que embora atendesse aos anseios de um mercado açucareiro exportador, estava diretamente relacionada a uma economia interna de abastecimento da população do interior da Paraíba, cuja produção se fazia de forma marginal, porém atrelada à monocultura da cana-de-açúcar. Assim, estabeleceu-se entre estes territórios uma complementaridade e uma hierarquização comandadas a partir do externo espaço metropolitano.

GURJÃO (1999 p.17) observa que o crescimento urbano de Campina Grande foi vagaroso. A vila apresentava uma arquitetura modesta que contrastava com o casario das vilas de Areia (Brejo) e de Mamanguape (Zona da Mata), onde residia uma aristocracia canavieira, de hábitos

---

<sup>12</sup> ARANHA (1991, p. 235-262) em seu histórico sobre a abertura das estradas na Paraíba, mostra a precariedade de comunicação entre o litoral e o sertão devido às péssimas condições das estradas que constituíam em sua maioria estreitas veredas, sendo as poucas estradas mais largas apenas caminhos carroçáveis, esta situação permaneceu até a primeira década do século XX, quando se começou a construir as primeiras estradas de rodagem do Estado.

<sup>13</sup> O Travessão era uma normatização territorial representada por uma linha divisória que destinava as terras mais úmidas à produção de alimentos onde o gado não poderia ser criado solto (Brejo e Agreste), em contrapartida nas áreas destinadas à pecuária, à lavoura se limitava as margens de rios e riachos, onde permanecia cercada para serem protegidas do gado que era criado solto. CÂMARA (1998, p. 38)

requintados, voltados à tradição, bem ao estilo de Olinda. Tais vilas se destacavam ainda por apresentarem gosto pelas letras e as artes, com destaque especial para Areia.

Enquanto tais vilas passaram a ter residências permanentes dos senhores de engenho, em Campina Grande a “casa da rua” só era utilizada pelos fazendeiros nos dias de festas religiosas, em fins de anos, mantendo-as fechadas durante do restante do ano<sup>14</sup>. (CÂMARA, 1999, p. 82).

Graças à sua localização e aos principais caminhos de gado, que quase obrigatoriamente cortavam o povoado, *“à localidade, porém, nunca esteve em decadência. Seu comércio é que estacionou algumas vezes, devido está diretamente condicionado a feira de cereais.”* (CÂMARA, 1998, p. 30) A inércia, entretanto, ocorreu com algumas vilas e povoados, que se apresentavam dinâmicos durante algum tempo, mas que posteriormente sucumbiram, tornando-se lugarejos inexpressivos.

Observa-se no relato de CÂMARA (*op.cit.* p. 29 a 41) que embora a feira de cereais de Campina Grande tenha sofrido a concorrência das feiras do Brejo de Areia e de Icó<sup>15</sup> (CE) e posteriormente de Limoeiro do Norte e de Timbaúba dos Mocós (PE), no entanto, sua feira de gado localizada no sítio Marinho, sempre foi muito movimentada, galgando a posição de maior feira de gado da província da Paraíba.

Como se observou anteriormente, a área de alcance da feira de Campina Grande extrapolava em muito o limiar mínimo exigido para a viabilização do seu comércio. Neste momento, porém, observa-se que o surgimento de outras localidades centrais, como foi o caso do aparecimento das feiras de Areia (PB) e Icó (CE), que passaram a atrair parcela dos tropeiros que

---

<sup>14</sup> CÂMARA (1999, p.82) mostra que a renovação urbana se dá graças aos fazendeiros (após 1860) que, tendo sua hegemonia político/administrativa ameaçada pela burguesia urbana (cujos bacharéis formados no Recife preferiam morar na Vila onde era mais viável tratar de assuntos políticos), passaram a investir nas casas da “rua” como forma de demonstrar a superioridade econômica, nada devendo a vila, continuaram a manter suas casas da “rua” fechadas, servindo-lhes apenas para hospedagem nas festas religiosas, momentos de esnobação do poder econômico de que eram possuidores.

<sup>15</sup> O primeiro declínio da feira de Campina Grande ocorreu pela concorrência da feira de Areia, que estando situada no brejo teve condições de oferecer maior volume de cereais além da aguardente e da rapadora produzida em seus engenhos, o que atraiu os tropeiros do Curimataú e do Seridó pela melhor acessibilidade dessas regiões ao Brejo, este fato ocorreu entre fins do século XVIII a início do século XIX. O mesmo ocorreu com o Sertão paraibano que foi capturado para o raio de influência da feira de Icó. Na quarta década do séc. XIX foi à vez das feiras de Limoeiro e de Timbaúba se expandirem em detrimento da feira de Campina Grande. (CÂMARA, 1998, p 33 e 41).

antes se dirigiam para Campina Grande, pois como mostra BARROS (1990, p. 58) “*seria mais racional o consumidor procurar uma localidade central mais próxima*”.

O fato de Campina Grande passar a ser habitada por comerciantes, levou as tradicionais famílias dos colonizadores<sup>16</sup> a se isolarem do povoado, para evitar o contato com a gente humilde que residia na “rua”<sup>17</sup>, bem como evitar o contato com os tropeiros e boiadeiros que se abasteciam na feira, quando de sua passagem pelo lugarejo, na condução do gado e das tropas de burros. (CÂMARA, 1999, p. 32). Essa ocupação do lugar por pessoas de fora, essa ojeriza aos “forasteiros” e essa atitude de isolamento em relação ao povoado, explica, em parte, a pobreza arquitetônica, mas também justifica a “vocação” para o comércio.

O estreito relacionamento que, desde os tempos coloniais, Campina Grande manteve com o Recife, resultou numa forte identidade com a capital pernambucana e num estilo de vida que CÂMARA descreve da seguinte forma:

*Em contato direto com os sertões – comércio de farinha - e com o Recife – comércio de gado - o campinense perdia qualquer traço de afinidade com a gente do mato, com o matuto propriamente dito; ao passo que estruturava um tipo social heterogêneo, uma mistura de especuladores pobres e mamelucos, com maneiras sertanejas e idéias recifenses.* (CÂMARA, 1999, p. 32)

Ainda de acordo com CÂMARA (*op. cit.*), a única família tradicional a permanecer no povoado foram os Nunes, mesmo assim, “*encastelados na rua das Barrocas (...) enojados dos missangueiros (sic!) e mercadores do Largo da Igreja*”.

Em 1790, Campina Grande foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Nova da Rainha. O que se deve segundo SÁ (1986, p. 190), a sua posição geográfica, importante para que, aquele simples ponto de passagem de gado evoluísse para uma feira. Conforme podemos

---

<sup>16</sup> Os descendentes de Teodósio de Oliveira Ledo (fundador, e mais tradicional família) de José Nunes Viana e de Bento Alves Viana.

<sup>17</sup> O fato de Campina Grande, no início ser constituída apenas por uma rua, provavelmente originou o termo “a rua”, que até os dias atuais ainda é utilizado por algumas pessoas (principalmente as mais idosas) para designar a área central da cidade .

observar no mapa 03, a vila era o entroncamento de cinco importantes estradas<sup>18</sup> que a tornava passagem obrigatória nas principais rotas de circulação dentro do território paraibano. Essa função de “boca de sertão” foi de fundamental importância para o futuro estabelecimento da cidade enquanto “capital regional”. (CORRÊA, 1967, p. 97).

CARDOSO (1963, p. 415 - 416), em seu relevante trabalho monográfico sobre a cidade<sup>19</sup> nos anos de 1960, também ressalta a importância da posição geográfica de Campina Grande, comparando-a com a posição de São Paulo, mostrando que em ambas, as localizações nas bordas dos Planaltos da Borborema e Paulista, respectivamente, foram as responsáveis pelo desenvolvimento dessas cidades, que passaram a representar economias incomuns no sistema colonial, voltadas para o interior e pontos de contato com o litoral, o que as tornaram “verdadeiras encruzilhadas de caminhos para o interior”.

Elevada a categoria de cidade em 11 de outubro de 1864, “*Campina, estava longe de preencher os requisitos e as funções inerentes de uma cidade*”. (SILVA, 2000, p.23). Fato que é ratificado por CÂMARA (1999, p.88) ao descrever que nessa época Campina Grande tinha apenas “*duas igrejas católicas, dois açudes, duas casas de mercados, um cemitério, uma casa de cadeia, a casa da Câmara, três largos, quatro ruas, oito becos e cerca de trezentas casas*”.<sup>20</sup> (ver mapa 04)

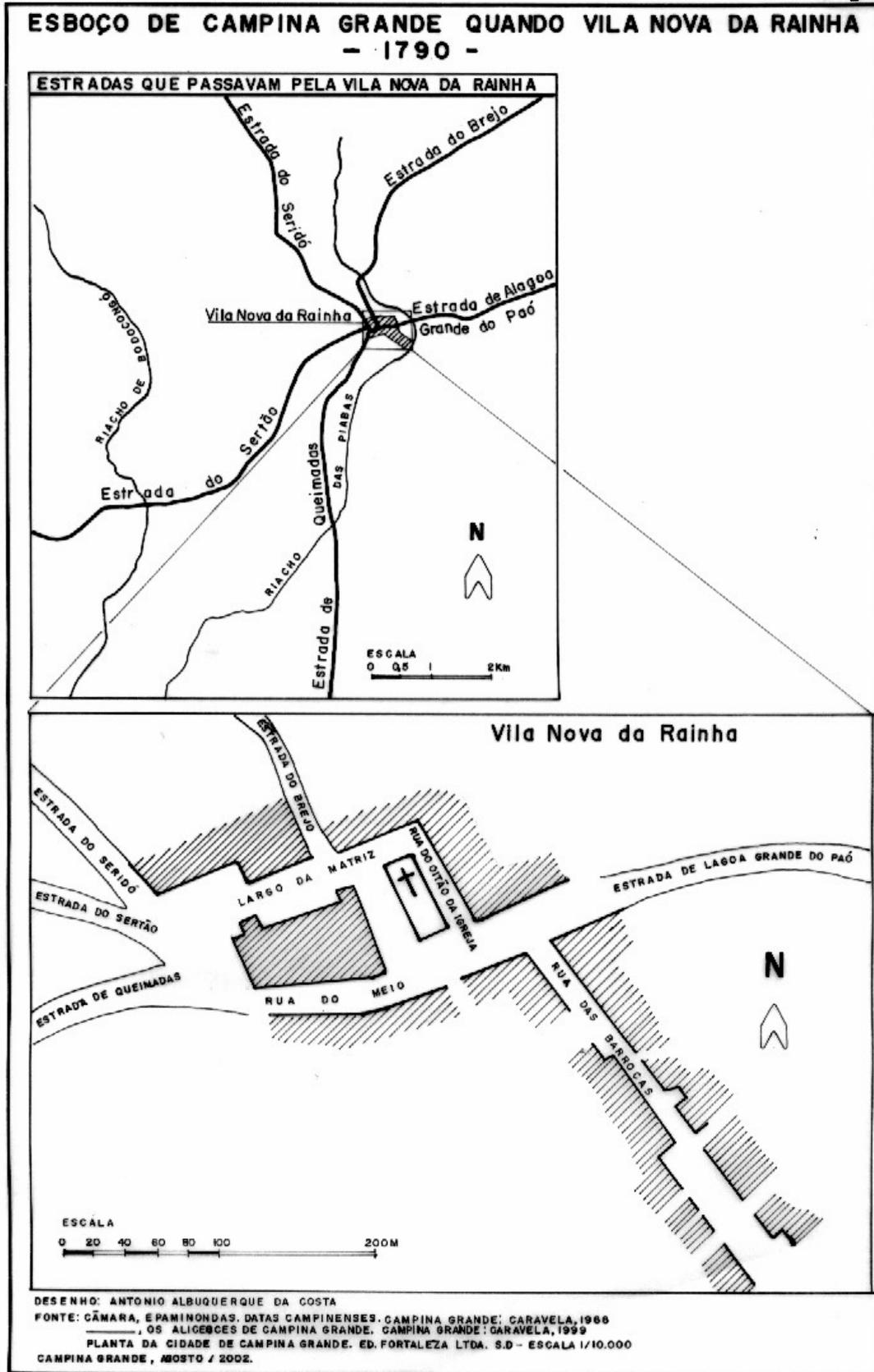
A situação só começou a mudar a partir de 1907 quando o primeiro trem da Great Western alcança a cidade. MELLO (1995, p.162) mostra que:

---

<sup>18</sup> Na verdade tais estradas eram estreitos caminhos muitos dos quais antigas trilhas indígenas, que depois se transformaram em caminhos de gado e a partir de meados do século XVIII, em caminhos do algodão. (ANDRADE, 1987, p. 144 – 146)

<sup>19</sup> Este trabalho de CARDOSO é citado por ABREU (1994), quando observa a importância das reuniões da AGB entre os anos de 1950 e 1970 na estruturação de um conhecimento geográfico sobre a cidade. O estudo de CARDOSO (1963) aparece, portanto no citado autor, como um trabalho monográfico que busca determinar a área de influência de Campina grande, porém não centrado apenas nas questões interurbana, mas também dedicando parte do mesmo ao estudo da própria cidade.

<sup>20</sup> Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja do Rosário (construído ente 1831? e 1847? Transferida em 1945 para o bairro da Prata) . O Açude Velho concluído em 1830 e o Açude Novo na década de 1330. O mercado de Baltazar Luna, construído em 1856, O mercado de Alexandrino Cavalcante, (1864) Cemitério das Boninas (construído em 1814, por motivo do surto de cólera). A casa da cadeia. A casa da Câmara (construída em 1814). Rua das Barrocas (Vila Nova da Rainha); Rua do Oitão da Igreja (Bento Viana); Rua do Seridó (Maciel Pinheiro); Largo da Matriz (Trecho da Floriano Peixoto); Largo do Rosário (Praça da Bandeira); Largo do Mercado Novo (Sete de Setembro). Dois becos no Largo do Rosário e três becos na Rua do Seridó (Rua Simeão Leal, rua Cavalcante Belo e o beco do Castelo, extinto na reforma urbana de Vergniaud Wanderley). Eram as Igrejas que sobressaíam na paisagem urbana.





*Nenhuma cidade paraibana (...) beneficiou-se tanto do transporte ferroviário quanto Campina Grande. Convertida no mais importante centro urbano de todo o interior nordestino comporia com o algodão, comércio e via férrea, o tripé responsável pelo progresso.*

Campina Grande passava a se inserir em um meio técnico, que se fazia presente pela presença da mecanização do território, como também pela mecanização da produção algodoeira, a qual, introduziu as primeiras modernizações neste espaço. Há, no entanto a convergência e a coexistência de dois meios, pois a introdução de um meio técnico<sup>21</sup> maquinico, não eliminou de imediato a existência de um meio pré-técnico<sup>22</sup>, sobretudo a montante de Campina Grande, como se vê a seguir.

---

<sup>21</sup> “O meio técnico é aquele que vê a emergência de um espaço mecanizado com objetos culturais, mas também técnicos, com a substituição das formas naturais pelas formas artificiais. Os objetos técnicos e o espaço mecanizado passam a ser lócus das ações superiores estranhas as lógicas locais, impondo próteses ao território, transgredindo distâncias e impondo um tempo social a um tempo natural. Tais sistemas técnicos eram, no entanto, limitados e geograficamente circunscritos”. SANTOS (1997 p. 188 – 189).

<sup>22</sup> O meio pré-técnico ou meio natural, não significa um meio aonde a ausência de técnicas se faz presente, mas havia uma relação, sem outra, intermediação entre o trabalho e a natureza. As sociedades locais eram criadoras de técnicas que comandavam seus tempos sociais e os limites de suas utilizações, eram “*sistemas técnicos sem a presença de objetos técnicos*”. .SANTOS (1997, p. 187 – 188).

## **1.2 - A Montagem do Meio Técnico Mecanizado: Integração do Espaço Campinense ao Mercado Algodoeiro Internacional e sua Consolidação como Capital Regional.**

O ano de 1907 é um marco na história de Campina Grande, quando o primeiro trem da *Great Western of Brazil Railway* chegou à cidade e passou a formar com a produção algodoeira uma simbiose responsável por toda as transformações no espaço campinense a partir de então.

Tendo o transporte ferroviário timidamente se iniciado no Brasil no ano de 1854, após 30 anos de sua invenção e utilização na Europa, em 1858 já fazia a ligação Recife/Cabo, se prolongando até Palmares em 1862. Como afirma ANDRADE (1986, p.146 - 148), a “febre” de ferrovias que se instalou no Brasil entre 1850 e 1930 atinge o atual Nordeste brasileiro a partir de Recife (na década de 1850) e de Salvador nos anos de 1860. Na Paraíba, apenas em 1881, foi que o trem chegou a sua capital e com maior defasagem de tempo a Campina Grande. (Ver Mapa 05)

A montagem desse sistema de engenharia<sup>23</sup> foi, no entanto, acompanhado de grande resistência pelo governo da província da Paraíba, que diante da grande aproximação comercial entre Campina Grande e Recife, via na expansão dos trilhos Itabaiana/Campina Grande uma sangria na tributação paraibana, cuja produção seria capturada pelo porto do Recife. No entanto, tal fato já ocorria na prática e apenas se consolidaria com a estrada de ferro. A ligação ferroviária entre Alagoa Grande (PB) e Timbaúba (PE), no ano de 1901, já havia proporcionado essas vantagens ao porto do Recife, que canalizara a produção paraibana. (CÂMARA, 1998, p.80). (ver mapas 06)

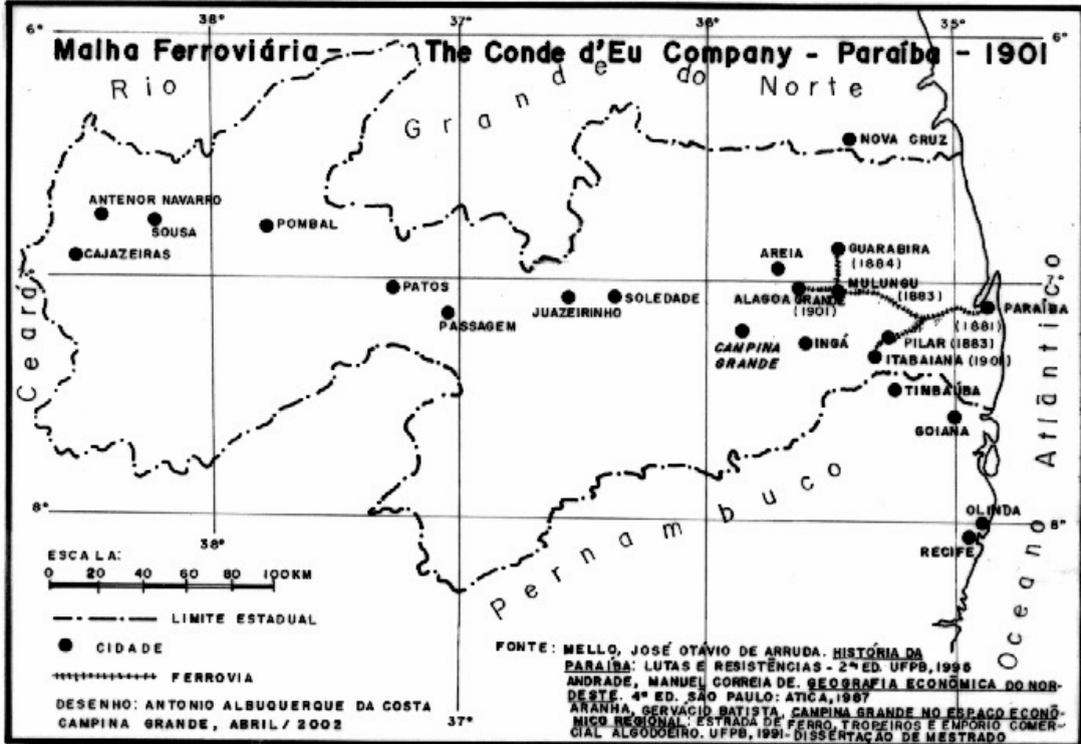
Enquanto a Paraíba se debatia com o dilema da “provincialização” de sua economia, tentando excluir o raio de influência do Recife no interior do Estado e, por conseguinte criar viscosidade para Campina Grande, que intermediava tal captura, não houve a expansão dos trilhos da Conde d’Eu Railway Company<sup>24</sup>, que integraria o interior do Estado a sua Capital.

---

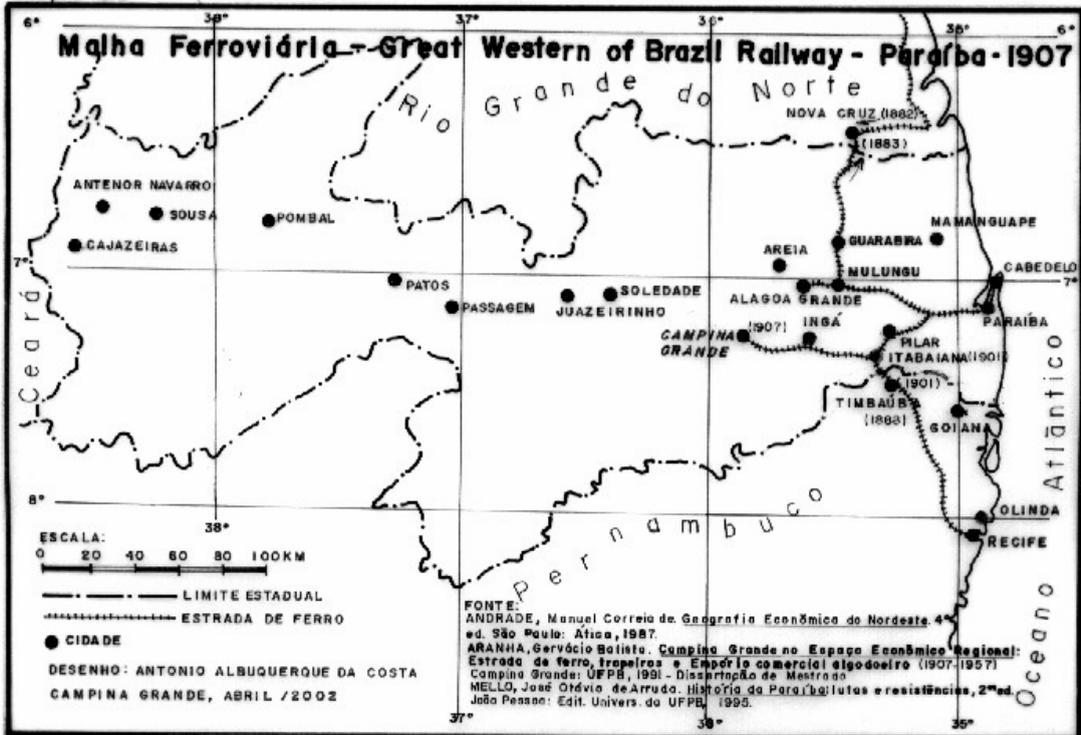
<sup>23</sup> SANTOS (1997, p. 79), define como **sistema de engenharia** o “conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre este, uma ordem criada para e pelo trabalho”.

<sup>24</sup> ARANHA (1991, p 67) mostra que a Conde d’Eu, assim como outras estradas de ferro nordestinas eram deficitárias sobrevivendo a custas de subvenção governamental.

Mapa 05



Mapa 06



O Estado de Pernambuco, por sua vez, já integrava ampla área do seu território e consolidava seu raio de influência nos Estados vizinhos.

Na tentativa de criar essa viscosidade entre Campina Grande e Recife, a Capital paraibana além de não conseguir capturar para si o fluxo de mercadorias proveniente do interior o Estado, também contribuiu para que a Paraíba permanecesse defasada em relação ao transporte ferroviário.

Foi, em parte, a importância política e econômica do Recife e os estreitos laços de relações e interesses com a burguesia campinense que possibilitou, embora com defasagem, a construção do ramal Itabaiana/Campina Grande, momento em que a Conde d'Eu já havia sido encampada pela Great Western of Brazil Railway, fato que também viabilizou a construção desse sistema de engenharia, pela pressão dessa empresa junto ao governo federal, que via em tal conexão a certeza de lucros.<sup>25</sup>

A inauguração da ferrovia em 02 de outubro de 1907 foi um dos acontecimentos mais esperados e marcantes para Campina Grande, pois a transformou, segundo MELLO (1995, p. 162), em cidade “pernambucaníssima”. Conforme podemos observar em NASCIMENTO (1997, p. 34 – 47) foi através dessa íntima relação que estabelecida com o Recife que os campinenses começaram a modificar seus hábitos, absorvendo as inovações tanto tecnológicas quanto culturais que tinham como porta de entrada a capital pernambucana.

Tornou-se, portanto a “*Estação Ferroviária um dos locais mais freqüentados pela população campinense*” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 35), que recebiam as notícias e novidades do Recife em primeira-mão, antes de difundi-las pelas demais áreas do interior paraibano.

Configurando-se como cidade primaz de ampla região, teve o Recife na cidade de Campina Grande o seu entreposto mais avançado na drenagem da produção do interior paraibano. Como “porta de entrada” para o Sertão e como “ponta de trilhos”, Campina Grande passou a representar um centro difusor do comércio e serviços recifenses, mas também foi definindo um amplo raio de influência para si.

---

<sup>25</sup> Sobre o assunto consultar ARANHA (1991)

Nota-se que neste momento começa e se configurar uma rede urbana, cuja cidade primaz é o Recife, com seu importante porto de drenagem da produção regional, ao mesmo tempo em que interioriza valores modernos. A forte presença do Recife em Campina Grande não se faz só através do comércio e dos comerciantes, mas também dos serviços, pois como mostra MORAES “a maioria das mulheres que freqüentavam a Pensão Moderna<sup>26</sup> vinham do Recife, e muitas retornavam após curta temporada”. (MORAES, 1985, p. 47).

Campina Grande por sua vez torna-se um centro, de primeira ordem, hierarquicamente subordinado ao Recife, porém comandando imensa quantidade de pequenas localidades centrais, em extensa área aonde a presença de centros intermediários era quase ausente. Nessa situação CORRÊA (1988, p. 62), dá excelente contribuição quando se refere à formação de uma rede dentrítica expressa por “*excessivo número de pequenos centros*”, os quais são indiferenciados entre si quanto ao comércio varejista, apresentando “*baixo nível de demanda da população*”, que estando inserida numa região com vias e meios de transportes precários, ver sua mobilidade espacial limitada.

Com a chegada do trem a Campina Grande, o movimento de tropeiros provenientes do Cariri e do Sertão para a cidade se intensificou<sup>27</sup>. Traziam o algodão e retornavam para as suas regiões abastecidos de mercadorias. O ritmo desse movimento que continuou acelerado até a década de 30 (séc. XX), só diminuindo após os anos de 1940 com a difusão do caminhão (ARANHA, 1993, p. 8). Tal fato se explica pela ausência de mecanização do território a montante de Campina Grande, pois a redução do fluxo de tropeiros coincide exatamente com a abertura das rodovias. (Mapa 07)

Retornando a observação feita anteriormente, constata-se que o meio pré-técnico passou a conviver com os artefatos de um meio técnico, que gradualmente foi se tornando presente no espaço campinense, mais apto para receber tais aportes e difundir-lo através de sua hinterlândia.

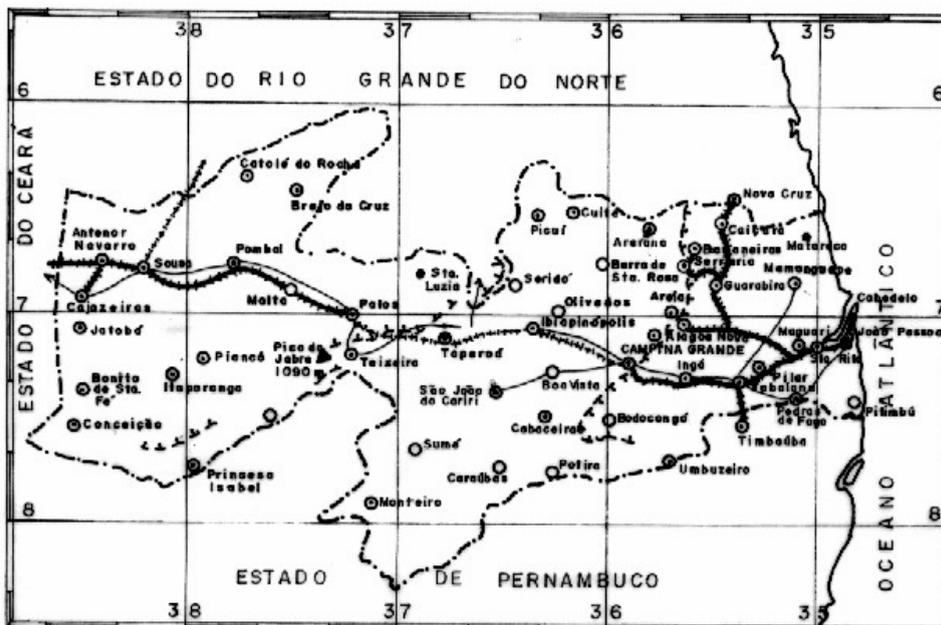
---

<sup>26</sup> Segundo MORAES(1985, P.47) a Pensão Moderna era o melhor cabaré da cidade freqüentado pelas mulheres mais bonitas e orquestra com bons músicos.

<sup>27</sup> ARANHA (1991, p. 24) mostra que, visando remunerar o capital estrangeiro com suas tarifas elevadas “as ferrovias não lograram eliminar o transporte por animais, passando a coexistir com ele”, pois os fretes cobrados pelas ferrovias quando não se igualava excedia o preço cobrado pelos almocreves.

MAPA 07

### Expansão da Malha Ferroviária da Rede Ferroviária do Nordeste - Paraíba - 1957



Escala 1: 3 100 000

0 25 50 100 200 300 400 500 Quilômetros

31 Quilômetros = 1 cm

#### Convenções

- LIMITE ESTADUAL
- ==== ESTRADA DE FERRO EM TRÁFEGO
- - - - - ESTRADA DE FERRO EM CONSTRUÇÃO
- ESTRADA DE RODAGEM
- ⊕ CAPITAL
- ⊙ CIDADE
- VILA
- POVOADO
- TTT ESCARPA DO PLANALTO

DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa - CAMPINA GRANDE, Abril de 2002

FONTE: Reprodução do ATLAS GEOGRÁFICO MELHORAMENTO, 15ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

Como as modernizações não alcançam igualmente todos os espaços, observa-se a coexistência de um fluxo rápido que agilizava Campina Grande/Recife/interior, através de um território mecanizado e propenso a racionalidade; e do fluxo dos tropeiros e do gado que partindo do interior se dirigiam para Campina Grande, definindo um tempo da lentidão, mas que se complementavam através dos objetivos capitalistas. Neste momento o espaço campinense se integra diretamente a uma economia capitalista internacionalizada, integração que foi viabilizada pelo moderno sistema de transporte.

É atribuído à ferrovia e à comercialização algodoeira<sup>28</sup> as modernizações das quais Campina Grande vai ser palco nos anos seguintes a 1907: pensões e hotéis, cinemas, associações culturais, jornais e semanários, escolas, clubes dançantes e esportivos, telefones, armazéns para mercadorias em trânsito, fábricas, luz elétrica, transporte urbano, bancos etc. (CÂMARA,1998). Os próprios automóveis que começaram a aparecer na cidade chegavam transportados pelo trem, pois só em 1915 foi que Campina Grande se ligou a Soledade através de uma estrada de rodagem, até então o que existia eram os caminhos do gado e as estradas carroçáveis. (ARANHA, 1993, p. 253 – 256).

A produção algodoeira que se direcionava para Campina Grande, contando com o aporte técnico da ferrovia, deu a cidade uma especialização funcional, responsável pela hegemonia comercial, adquirida já no ano de 1917<sup>29</sup>. Momento em que o espaço brasileiro era formado por verdadeiros arquipélagos econômicos, Campina Grande, na área de influência do Recife, foi se consolidando como importante capital regional.

O caráter agro-exportador da economia campinense comandada de fora justifica as modernizações impostas ao meio de circulação, que no dizer de SILVEIRA (1999, 73) tinha a finalidade de *“assegurar a saída dos produtos primários de exportação”*. A montagem desse meio técnico mecanizado marcou o início de uma nova era para Campina Grande, que foi se inserindo como um lugar privilegiado no sistema capitalista através da exportação de produtos de

---

<sup>28</sup> Mesmo antes da ferrovia, é possível se observar que as poucas modernizações ocorridas no território de Campina Grande estavam associadas à produção algodoeira, com o advento das bolandeiras, prensas e outros equipamentos. Esses aportes de um meio técnico se difundiram mais rapidamente através da mecanização da produção – inclusive em ampla hinterlândia sertaneja – o mesmo não sendo observado quanto à mecanização do território.

<sup>29</sup> CÂMARA (1998, p. 82) observa que em 1909, Campina Grande já era hegemônica no comércio do interior do Estado com 95 estabelecimentos comerciais.

grande aceitação no mercado europeu – em especial o algodão. As modernizações dos transportes representaram, portanto, uma tendência polarizadora para a cidade que foi se tornando um centro de drenagem da produção de ampla hinterlândia, mas também um centro difusor de inovações a nível regional.

O apogeu econômico da cidade e a rivalidade entre o “governador” Camilo de Holanda e o prefeito Cristiano Lauritzen, fez com que o governo do Estado buscasse mais uma vez criar viscosidades para Campina Grande, nesta ocasião através de normatização, ao elevar os impostos campinenses acima dos demais municípios da Paraíba<sup>30</sup> (CÂMARA, 1998, p.87). Tal imposição de normas embora tenha trazido dificuldades e revoltas entre os comerciantes campinenses, não impediu que a cidade continuasse a exercer a hegemonia econômica sobre o Estado e em 1920 fosse o município mais populoso da Paraíba,<sup>31</sup> o que reflete sua importância econômica no atrativo populacional observada nos Quadros 01 e 02.

Conforme os dados do Quadro 01, constata-se a importância que representou a ligação Campina Grande/Recife através da ferrovia, sistema de fluxo que serviu de atrativo populacional, pois em nenhum outro momento a cidade teve tamanho crescimento populacional relativo, quadruplicando o número de seus habitantes, em apenas, treze anos após a chegada do trem. Este crescimento que continuou acelerado até os anos 60 foi acompanhado por um crescimento econômico que colocou a cidade em posição de destaque no Estado, conforme se observa no Quadro 02, o que não significa dizer que todas as classes tenham se beneficiado igualmente da renda gerada pelo município.

Conforme aponta BARROS (1987, p. 74), o crescimento demográfico apresentado pelas maiores cidades paraibanas se deveu, em primeiro lugar, a emigração interna do próprio Estado e em segundo lugar, a imigração dos estados limítrofes como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, fato que ocorreu também com “*Campina Grande, cuja área de influência urbana transcende os limites estaduais*”. (BARROS, *op. cit.*)

---

<sup>30</sup> Fato ocorrido no ano de 1917, que resultou em forte rivalidade entre Campina Grande e a Capital do Estado.

<sup>31</sup> O recenseamento divulgado em 01 de setembro de 1920 trazia como municípios mais populosos do Estado da Paraíba; Campina Grande com 70.806 hab., Guarabira com 59.095 hab., Capital e Cabedelo com 58.374 hab., Bananeiras com 47.806 hab., e Areia com 43.451 hab. (CÂMARA, 1998, p.96)

**QUADRO 01****CRONOGRAFIA DE FATOS E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE CAMPINA GRANDE ENTRE OS ANOS DE 1774 E 2000**

<b>ANO</b>	<b>HABITANTES</b>	<b>FATOS MARCANTES DO PERÍODO</b>
1774	1.490	Já havia sido autorizada a criação da Vila Nova da Rainha através da carta régia de 22/07/1766 – O povoado já era a Freguesia de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição de Campina Grande desde 1769. *
1864	4.000**	Ano que Campina Grande foi elevada a categoria cidade através da lei provincial n <sup>o</sup> 137
1907	17.041	Ano da inauguração da ferrovia
1920	70.806	Objetos e ações modernizadoras já se fazem presentes na paisagem urbana. A cidade passou a contar com iluminação pública, transporte urbano de passageiros. 340 estabelecimentos comerciais.
1930	99.681	A cidade passa a ser a maior e mais importante do interior nordestino, sendo considerada como a terceira mais importante praça algodoeira do mundo.
1940	127.000	A cidade se consolida como Capital Regional, com grande reflexo na sua economia e na sua urbanização.
1950	173.206	Campina Grande era o 13 <sup>o</sup> município brasileiro em população e o 22 <sup>a</sup> centro urbano mais populoso do país com 72.464 hab. No período a capital do Estado ocupava respectivamente a 28 <sup>a</sup> e 17 <sup>a</sup> posições (89.559 hab.)***
1960	204.582	Embora o município tenha sofrido redução pelo desmembramento do município de Pocinhos (1953), sua área passou de aproximadamente 2.500 Km <sup>2</sup> em 1950 para 1.723Km <sup>2</sup> em 1960, o crescimento populacional foi bastante significativo.****
1970	195.964	A redução destes números em relação ao período anterior deve-se a emancipação de vários distritos que faziam parte do então município de Campina Grande, que passou a ter 970Km <sup>2</sup> . Não significando, portanto, uma involução na urbanização da cidade que embora não apresentasse as taxas de crescimento das três últimas décadas continua a ser um pólo de atração populacional.
1980	247.820	O crescimento populacional da cidade, entre os anos de 1970 e 1980 teve um incremento de 2,37% ao ano. Que embora ainda significativo já mostra o reflexo da crise econômica
1991	326.307	Observa-se que mesmo os anos de 1980 sendo considerados a década perdida, em termos econômicos, para Campina Grande, a cidade continuou a receber intenso contingente populacional com um incremento anual da população de 2,53% ao ano.
2000	354.061	Campina Grande ocupa o 50 <sup>o</sup> lugar entre os municípios mais populosos do Brasil. Seu incremento populacional entre 1991 e 2000 foi de apenas de 0,91%, sendo inclusive superado por pequenas cidades do interior da Paraíba.

\* Dados fornecidos por CÂMARA (1998, p 24)

\*\*RIOS (1963)

\*\*\* PAUWELS 1957 e FERREIRA, 1960.

\*\*\*\* RIOS, (1963, p. 15) e FERREIRA (1960, p. 235)

## QUADRO 02

### ARRECADAÇÃO ESTADUAL NOS TRÊS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1944

ANO	MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ESTADUAL
1932*	1. Capital	6.220:310\$000
	2. Campina Grande	657:440\$000
	3. Itabaiana	300:103\$000
1940*	1. Campina Grande	Cr\$ 9.515.000,00
	2. João Pessoa	Cr\$ 7.868.000,00
	3. Cajazeiras	Cr\$ 7.822.000,00
1941*	1. Campina Grande	Cr\$ 11.657.000,00
	2. João Pessoa	Cr\$ 6.354.000,00
	3. Patos	Cr\$ 945.000,00
1943*	1. Campina Grande	Cr\$ 12.680.000,00
	2. Capital	Cr\$ 6.541.000,00
	3. Guarabira	Cr\$ 552.000,00
1944*	1. Campina Grande	Cr\$ 12.585.000,00
	2. Capital	Cr\$ 8.614.000,00
	3. Guarabira	Cr\$ 1.582.000,00

Fonte: \*CÂMARA, 1998.

Nos anos setenta (séc. XX) as cidades médias passaram a ser consideradas aquelas que tinham população superior a 100.000 hab., cifra que Campina Grande já ultrapassara em 1960<sup>32</sup>, portanto era uma cidade atrativa para o deslocamento populacional, no momento de intenso processo de urbanização pelo qual passava o país.

Observa-se também que os anos noventa (séc. XX), apresentam um grande declínio do crescimento populacional, contrastando com as décadas de 1950 e 1960 quando Campina Grande estava entre as cidades de crescimento mais acelerado do país. Todavia, como abordaremos mais adiante, a dinâmica apresentada hoje pela construção civil mascara o baixo crescimento

---

<sup>32</sup> A população de Campina Grande no ano de 1960 era de 116.226 hab., com taxa de crescimento de 60,4% para a década superior a de João Pessoa que era de 51,7%. (CARDOSO, 1963, p. 421).

demográfico, dando a entender que a cidade cresce aceleradamente, visto que, a cada ano há uma rápida transformação da paisagem urbana que se verticaliza.

Em 1923 o transporte urbano de mercadorias que era feito por carroças de bois passou a ser feito por caminhões através de determinação da municipalidade. A cidade passou a contar também com o transporte urbano de passageiros através de duas linhas bondes a gasolina.<sup>33</sup> Fatos que marcam as modernizações do período.

Os anos 30 (séc. XX) marcaram a consolidação do comércio campinense com o advento do automóvel. Os caminhões foram substituindo os tropeiros e já circulavam duas linhas de ônibus coletivo na cidade. Campina Grande continuava como ponta de trilho, só expandindo a ferrovia até Soledade (PB) no ano de 1958. Porém a ampliação deste fixo não teve a mesma repercussão para o fluxo de mercadorias e de pessoas, que tivera a estrada de ferro no início do século passado, pois havia se iniciado a época das rodovias, fazendo-lhe concorrência. (como se ver no Mapa 07, p. 34)

Campina Grande passou a se beneficiar da nova função como “nó rodoviário”, na sua consolidação de capital regional. Soma-se esta nova virtualidade as pretéritas condições da cidade enquanto “boca do sertão” e “ponta de trilhos”, tendo permanecido nesta última condição ao longo de quatro décadas.

Desta forma, embora Campina Grande não tenha se beneficiado da herança colonial como sede do poder político-administrativo, condição apontada por SANTOS (1967, p. 81) como sendo a primeira mais importante para o sucesso das cidades brasileiras, apresentava um outro fator significativo, que segundo este geógrafo era a centralidade de agentes e atividades econômicas já que “*os maiores êxitos econômicos estavam relacionados com a demanda do exterior*”. (SANTOS, 1967, p. 81).

O comércio da cidade que sempre se direcionou para o oeste, acompanhando a fixação dos “forasteiros”, já se destacava na modalidade atacadista nos anos de 1930, localizando-se na rua das Areias (atual rua João Pessoa). Foi esta atividade comercial que passou a se distinguir

---

<sup>33</sup> As linhas Areias e Açude Velho eram feitas através de seis bondes para passageiros e catorze reboques para mercadorias e permaneceu do ano de 1926 ao ano de 1927 quando foi desativada mediante o protesto e sabotagem dos caminhoneiros (CÂMARA, 1998, p. 104 e 105)

como principal função de Campina Grande por mais de quarenta anos, ampliando o raio de influência da cidade e definindo sua regionalização. (Mapa 08).

Em 1936, Campina Grande destaca-se como a mais importante cidade do interior nordestino, com uma população aproximada de 100.000 habitantes e 6.121 imóveis na zona urbana, tinha 4 prensas hidráulicas, 5 estabelecimentos bancários, fábricas (3 de tecido, 3 de sabão, 2 de gelo, 1 de cama e lavatório de ferro, 1 de mosaicos etc.) 1 curtume, colégios, cinemas, sociedades recreativas e culturais. Foi o momento em que o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a primeira etapa da grande reforma arquitetônica da cidade. (CÂMARA, 1998, p. 124).

De acordo com CÂMARA (1998, p. 130), a irradiação comercial que a ferrovia proporcionou para Campina Grande dentro do Estado, foi dilatada para o Nordeste com a rodovia, porém a consolidação da cidade como pólo de fixação populacional só ocorreria, de fato, com a implantação dos serviços de água e esgoto, em 1939.<sup>34</sup> Tal afirmativa, no entanto não condiz com os dados mostrados no Quadro 01, o que leva a crer que a ferrovia e o comércio do algodão foram de fato elementos que proporcionaram a fixação demográfica em Campina Grande.

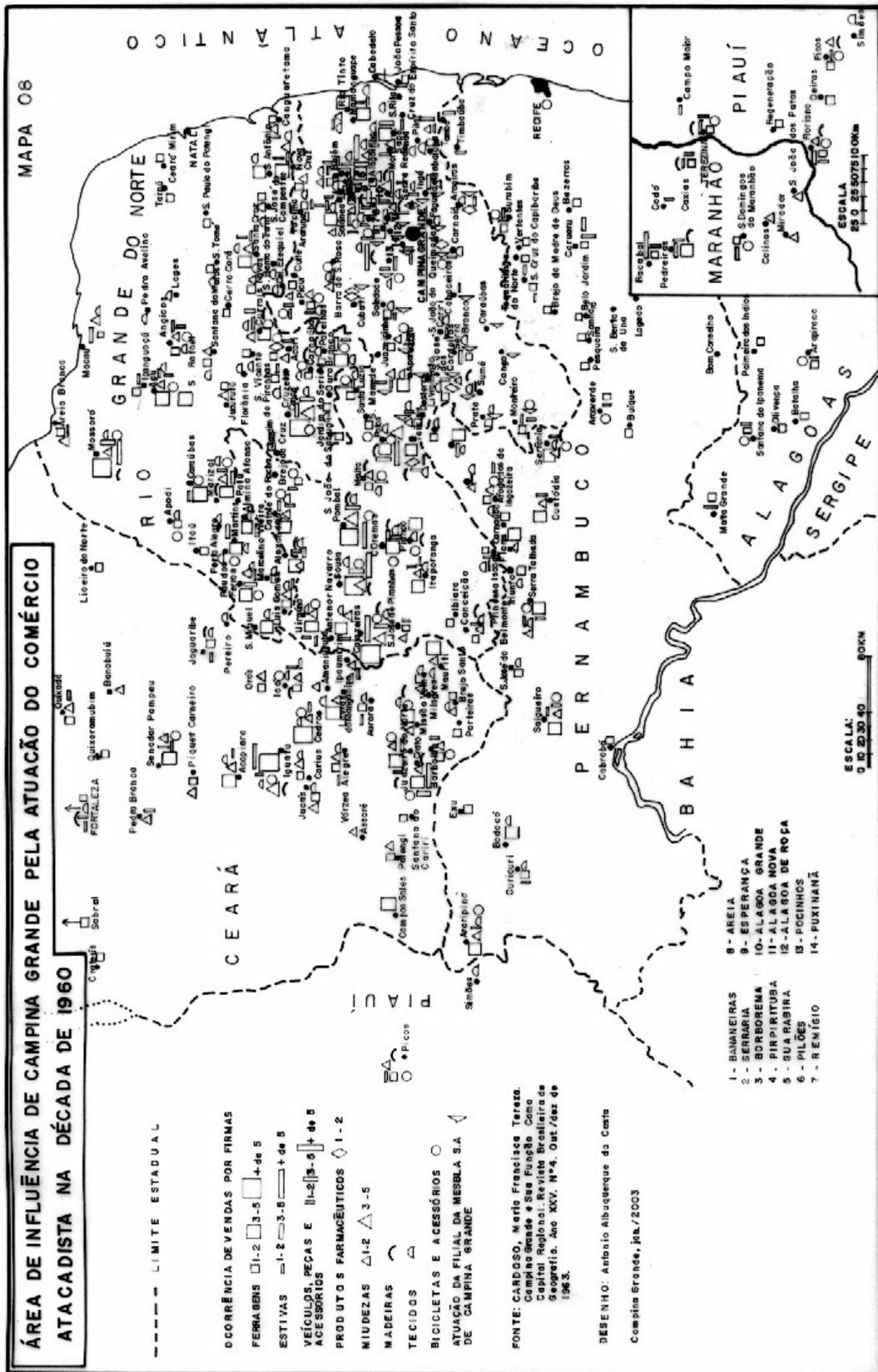
Quanto à água, apesar da escassez e dos problemas com a qualidade, a população pobre se abastecia nos barreiros, lagoas e cacimbas existentes em toda a periferia da cidade<sup>35</sup>, situação que só começou a mudar com o abastecimento a partir do açude de Boqueirão em 1958. O que não significou, num primeiro momento, benefício direto para a população pobre dos bairros, cujo acesso ao precioso líquido se fazia pela compra nos chafarizes ou nas poucas residências com condições de instalar tubulações hidráulicas.

---

<sup>34</sup> O abastecimento de água em Campina Grande sempre representou um dos principais problemas enfrentados pela população, só parcialmente resolvido com a construção da barragem de Vaca Brava, no município de Areia, que teve início no ano de 1937. A obra teve a frente o engenheiro Saturnino de Brito. A construção da Barragem foi, no entanto, motivo de séria polêmica por parte da cidade de Areia, que não admitia que as águas armazenadas no seu município fossem transferidas para Campina Grande. (CÂMARA, 1998, p. 130).

A existência de cisternas em residência constituiu um símbolo de Status social em Campina Grande até pelo menos os anos de 1960.

<sup>35</sup> As principais fontes de abastecimento de água para Campina Grande foram o açude Velho, o açude Novo e uma cacimba, no olho d'água do sítio Louzeiro, reservatórios fundamentais para a cidade, pois sem os mesmos a cidade dificilmente teria tido condições de existência.



As décadas de 1940-60<sup>36</sup> foram marcadas pelo surto de ‘progresso’ que consolida Campina Grande como pólo regional, o que na opinião de SÁ (1986, p. 191) deveu-se a vários fatores dos quais predominam um de ordem econômica (a produção e comercialização do algodão) e outro de ordem física (posição geográfica). Já outros autores enfatizam a importância da cidade ter permanecido como ponta de trilho, dentre os quais destacamos Josué de Castro ao afirmar que:

*No Nordeste do Brasil, a cidade de Campina Grande, situada na Serra da Borborema, (sic!) constituiu-se em capital do algodão, enriquecendo com o comércio deste produto, pelo simples motivo de nela terminar a estrada de ferro, vinda dos portos de Recife e Cabedelo. Campina Grande, prosperou tanto quanto a capital política do Estado da Paraíba, sendo a maior cidade do interior do Norte do País, quase nos limites do agreste com o sertão.* (CASTRO, 1966, p. 120)

CÂMARA (1998, p. 140) entendia que o ‘progresso’ de Campina Grande teria sido ainda maior, se em vez de ter permanecido por mais de 40 anos como ponta de trilho, a cidade tivesse se ligado rapidamente com outros lugares. Defende este ponto de vista citando cidades que apresentavam grande prosperidade sem que, no entanto fossem pontas de linhas, enquanto que outras que permaneciam como pontos terminais, mantinham-se estagnadas.

Porém ARANHA (1991, p. 83), melhor teorizando sobre a questão, observa que a importância não estava apenas no “*simples fato de ter se tornado ponta de trilho e sim às condições excepcionais dessa ponta de trilho*”, geograficamente bem localizada no entroncamento das mais importantes estradas paraibanas, atendia a vasta hinterlândia com rarefação de vias de circulação, seu comércio algodoeiro já apresentava importância no início do século XIX, e já era a mais importante praça comercial entre o Litoral e o Sertão, o que representou para Great Western of Brazil Railway<sup>37</sup> situação lucrativa sem a necessidade de investir na construção de ferrovias para o Sertão, cujas vantagens eram incertas.

---

<sup>36</sup> No período de 1940-1950 Campina Grande teve um crescimento populacional na ordem de 114,3% , enquanto que a capital do estado crescia somente 25,8% . (CARDOSO, 1963, p.421).

<sup>37</sup> De acordo com o autor a Graet Western Brazil Railway era uma das poucas empresas ferroviária, com atuação no Nordeste, que apresentava lucratividade. ARANHA (*op. cit.*)

O período (1940-60) foi marcado por transformações espaciais significativas para Campina Grande, que registrou grande índice de crescimento e viu a formação de duas zonas industriais nos eixos rodoviários que cortam a cidade – BR 230 e BR 104 - (SÁ, 2000, p. 182). Eram indústrias relacionadas ao beneficiamento de matérias-primas regionais, tais como, têxteis, alimentícias e curtumes<sup>38</sup> que se localizaram nas proximidades do açude Velho e do açude de Bodocongó (ver mapa 09). Tal padrão de localização é definido por CORRÊA (1995, p. 12-15) como sendo de indústrias periféricas, que mantinham proximidade as fontes de água - necessária às operações fabris - mas não distantes do núcleo urbano.

Ainda citando CORRÊA (*op. cit.*), observa-se que é realmente a indústria a primeira das atividades econômica a se descentralizar em uma cidade, fato do qual Campina Grande não foge a regra, tanto pela natureza da atividade, quanto pela necessidade de amplos terrenos e de abastecimento de água, o que justifica suas localizações nas proximidades dos açudes Velho e de Bodocongó.

Outra característica desse processo industrial estava na origem das empresas, pois como mostra ARANHA (1993, p. 12-15), as firmas que se instalaram em Campina Grande em 1925 eram dedicadas à atividade algodoeira<sup>39</sup>, em sua maioria de pequeno e médio porte. Este perfil industrial começou a mudar, a partir de 1930, com a entrada de poderosas multinacionais do setor algodoeiro, tais como a SANBRA e a Anderson Clayton, que abalaram os pequenos empreendimentos algodoeiros locais.

Todo o progresso vislumbrado pela cidade deve-se especialmente a atividade algodoeira que para ARANHA (1995, p.18) teve

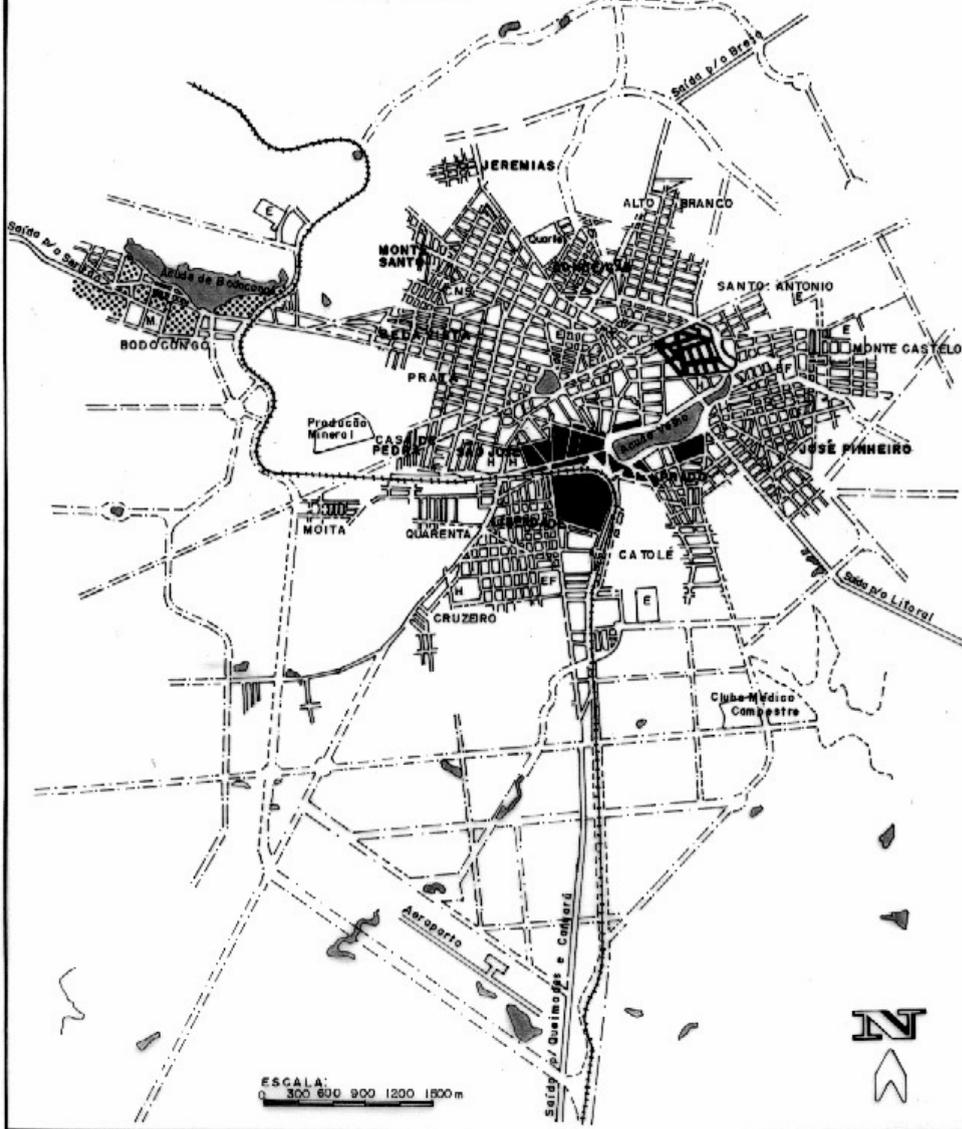
*um caráter de concentração/centralização no espaço regional, o que a mantém com a função de homogeneizar/hegemonizar a atuação do capital nesse espaço regional, função que é exercida até pelo menos o final de 1950.*

---

<sup>38</sup> De acordo com LIMA (05 de maio de 1996 – caderno 3 folha 6 – Diário da Borborema) até os anos 40 séc. XX, toda indústria instalada em Campina Grande estava voltada a produção algodoeira com “exceção feita as pequenas fabriquetas domésticas sem grande expressão”.

<sup>39</sup> As empresas variavam quanto ao tipo e quantidade de etapas realizadas – podendo concentrar as etapas de recebimento, compra, beneficiamento e comercialização, ou apenas uma ou algumas dessas etapas (ARANHA, *op cit.*)

ÁREAS INDUSTRIAIS DE CAMPINA GRANDE  
ENTRE OS ANOS DE 1940/1960.



Legenda.

- ÁREA INDUSTRIAL DO AÇUDE VELHO
- ÁREA INDUSTRIAL DE BODOCUNGO
- AÇUDES
- AVENIDAS PROJETADAS
- ESTRADA DE FERRO
- FEIRA
- H HOSPITAL
- E ESCOLA
- EF ESTÁDIO DE FUTEBOL
- M MATADOURO
- CMS CEMITÉRIO DO MONTE SANTO

FONTE: MARIA FRANCISCA TREREZA C. CARDOSO  
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA  
ANO XXV - N° 12 - Out./ Dez. de 1963.

DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa

Campina Grande, abril / 2003.

Porém, se o comércio algodoeiro, embora hegemônico, não impediu e até possibilitou a ampliação do comércio varejista e atacadista em Campina Grande, fato semelhante ocorreu com a indústria, que embora voltada ao beneficiamento e transformação do algodão, não impediu que outros tipos de indústrias<sup>40</sup>, de portes diversos, pontilhassem o espaço urbano, fazendo-se presentes até pelo menos a década de 1960.

Como era de se esperar, foram as indústrias de maior porte e relacionadas à produção algodoeira que introduziram as inovações das vilas operárias no espaço campinense, tendência que já ocorria em outros lugares, como forma de manter e controlar a força de trabalho disciplinada e em ambiente higiênico. Em Campina Grande, essa organização espacial para classe operária, se fez presente através da indústria Têxtil em Bodocongó<sup>41</sup> e da SAMBRA no Bairro da Liberdade. (Foto 01)

**Foto 01**

Resquícios da vila operária da SANBRA



Fonte: Pesquisa de Campo – março de 2003.

---

<sup>40</sup> As fábricas de sabão e alimentos (bombons, macarrão, óleos vegetais e outros) eram comuns e fazem parte da memória do autor. Há também o saudosismo da população mais idosa que recorda das indústrias espalhadas pela cidade com uma certa euforia. Essa disseminação de pequenas indústrias por toda a cidade é observada por CARDOSO (1963, p. 7). A População mais idosa lembra-se da cidade como um espaço dinâmico que oferecia oportunidade de emprego para grande número de trabalhadores, cidade de oportunidades.

<sup>41</sup> A vila operária da Indústria Têxtil de Bodocongó foi inaugurada em 1936 e demolida no início dos anos de 1970 para dar lugar ao Conjunto dos Professores. Porém, SOUSA (2001 p.63) registra que a primeira vila operária da cidade foi a Leão XIII, da União Operária Católica com data de 1933.

A idéia de progresso e as novas concepções urbanísticas da modernidade<sup>42</sup> se fizeram presentes em Campina Grande nos anos de 1940, quando em setembro deste mesmo ano o Prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a mais espetacular reforma urbanística que a cidade conheceu. Não só abriu ruas e avenidas, mas também demoliu alguns quarteirões na área central reconstruindo-os em art déco<sup>43</sup>, transformando a cidade a partir das idéias e da estética modernista. Tendo suas ações se voltado não apenas para os mocambos e prostíbulos<sup>44</sup>, mas tendo diretamente atingida a burguesia local com as demolições, as atitudes do prefeito foram repudiadas por essa elite conservadora, que comandara a vida da cidade no período anterior e que via seu prestígio desaparecer junto com os casarões. (Foto 02)

### Foto 02

Casarões remanescentes do centro da cidade



Fonte: Pesquisa de Campo – 2001

<sup>42</sup> Para COELHO NETO a modernidade é a consciência que uma época tem de si mesmo enquanto que o modernismo é um conjunto de signos com suas normas e unidades de significação (COELHO NETO, 1995, p. 15–17).

<sup>43</sup> A operação de desconstrução/reconstrução do centro de Campina Grande em muito se assemelha a abertura da avenida Guararapes no Recife, onde uma concepção moderna de arquitetura foi implantada sob a égide autoritária da era Vargas. As ruas centrais de Campina Grande, em especial a Maciel Pinheiro, passaram a ser amplas, limpas e projetadas para o amplo fluxo de pessoas. Embora haja críticas e um discurso saudosista que abomina a atitude do prefeito, não se pode deixar de admitir que seu empreendedorismo e sua visão modernista deu ao centro da cidade uma harmonia arquitetônica que faz o diferencial entre Campina Grande e outras cidades na atualidade.

<sup>44</sup> SOUSA (2001, f. 85–87) mostra como era antiga a reivindicação das elites campinense na higienização da cidade ao reproduzir o seguinte texto de um jornal da época: *‘Sabemos dos intuitos do Sr Prefeito, (Lafaiete Cavalcanti – 1929-1932) de embelezar a Travessa da Luz, demolindo o tal ‘cortiço’ (Caixa de Fósforos). Aplaudimo-lo e lembramo-lo que a medida é de emergência’* (grifo nosso). O que nos dias atuais é lamentado pelos intelectuais campinenses, como destruição da memória urbana, é a demolição dos casarões da burguesia, nenhum lamento houve a respeito de outros espaços, que marginalizados, provavelmente devem ser esquecidos, e não fazer parte da memória local. Porém, mesmo sem a reforma urbana de Vergniaud Wanderley, é certo que muito pouco teria restado do patrimônio arquitetônico anterior, pois só muito recentemente este aspecto tem sido evidenciado, sendo Campina Grande uma cidade que praticamente apagou todo o seu patrimônio histórico.

Imbuído da imagem da *destruição criativa* que impregnou o projeto modernista, Vergniaud viu a necessidade de eliminar a arquitetura antiga<sup>45</sup> para dar lugar ao novo, compondo uma paisagem urbana na qual a uniformidade e as linhas retas se fizeram presentes<sup>46</sup>. Idéia aplaudida por RIOS (1964, p. 37) que, ao abordar a falta de planejamento em Campina Grande, considerou o prefeito como o único, na cidade, que teve visão administrativa. Porém sua crítica se fez ao código de obras da referida administração que era uma cópia “*sem grandes preocupações de adaptação*”. (RIOS, *op. cit.*)

Aplausos às idéias e ações modernistas do prefeito também são encontrados em FERREIRA (1960, p. 234) ao observar que “*Campina Grande tomou feição de ‘urbs’ moderna com a construção de numerosos edifícios públicos e particulares*”, ao que, “*muito se deve ao Prefeito Vergniaud Wanderley, precursor dessa revolução urbana*”.

Ainda na década em tela, teve início a construção do aeroporto Presidente Vargas no bairro do Velame, e em 1947 a cidade passou a contar com vôos de quatro empresas aéreas<sup>47</sup>, além de contar com uma escola de formação de pilotos que funcionava no Aeroclube de Campina Grande<sup>48</sup>.

No final da década de 1950, Campina Grande já possuía uma base industrial relativamente importante e dispunha de uma política municipal de incentivo a indústria, sendo a única cidade do interior brasileiro a deter a sede Federação das Indústrias. Foi o momento em que sediou o Encontro dos Bispos do Nordeste (CARVALHO, 1987, p.61), do qual resultou o GTDN<sup>49</sup>. Foram tais virtualidades que levaram a crer que a cidade seria a grande beneficiada com o advento da SUDENE (LIMA, 1996, p. 6).

---

<sup>45</sup> O jornal A União de 03/02/1942, justifica a ação do prefeito com o seguinte discurso: “*A cidade, entretanto, cresceu sem plano urbanístico, ao sabor dos interesses particulares de cada momento, dando margem a dificuldades extremamente sérias e onerosas*”.

<sup>46</sup> Sobre a questão consultar HARVEY, David - A condição pós-moderna, p. 21- 44.

<sup>47</sup> Linha Aérea Baiana (LBA); Linhas Aéreas Brasileiras (LBA) com vôos para Rio e São Paulo; Linhas Aéreas Paulistas (LAP), também para Rio e São Paulo e Rede Aérea Nordestina (RAN) - (CÂMARA, 1998, P.155-156).

<sup>48</sup> O hangar Vidal de Negreiros, do Aeroclube de Campina Grande foi inaugurado em 15 de novembro de 1944, quando foi brevetada a primeira turma de pilotos. - (CÂMARA, 1998, p. 47).

<sup>49</sup> GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criado em 1956 sob a coordenação de Celso Furtado.

Na verdade, com a criação da SUDENE, Campina Grande passou a frente da maioria das cidades nordestinas. Pois, como mostra LIMA (*op. cit.*), além dos incentivos fiscais em nível municipal e estadual que já eram praticados, com o advento da SUDENE, a cidade se beneficiou dos incentivos federais, ficando entre as quatro cidades com maior número de projetos de implantação e ampliação industrial, logo após Recife, Salvador e Fortaleza. (LIMA, *op. cit.*).

A cidade passou a montar a infra-estrutura<sup>50</sup> para receber as indústrias. Este atrativo, juntamente com a oferta de mão-de-obra barata e abundante, seriam fundamentais para a consolidação da pretensa função industrial que Campina Grande passava a incorporar. Esta infra-estrutura iniciada pelo prefeito Newton Vieira Rique<sup>51</sup> teve continuidade na administração de Willian de Souza Arruda (1964/69), que tornou a cidade pioneira sobre vários aspectos.

Entre os anos de 1960 e 1962<sup>52</sup> o poder público municipal voltou-se mais uma vez para a reorganização do espaço urbano, elaborando o plano Diretor Físico da Cidade, projeto de urbanização do açude Velho<sup>53</sup>, do açude Novo e construção do Teatro Municipal.<sup>54</sup>

O golpe de estado que instaurou a ditadura militar passou a ter uma política centralizadora que beneficiou a capital do Estado em detrimento de Campina Grande. Somando-se a política do governo, o modelo de industrialização implantado pela SUDENE, também entrou em crise<sup>55</sup>.

---

<sup>50</sup> Dentre as infra-estruturas montadas podemos citar: Companhia de habitação do município - COHABCG, Empresa de Eletrificação - Companhia da Borborema (CELB), Empresa de Telefonia - TELINGRA, Empresa de Água e Esgoto - SANESA, Universidade Regional do Nordeste - URNE, Escola Politécnica - Embrião do Campus II da UFPB.

<sup>51</sup> Newton Vieira Rique – Banqueiro, representante da burguesia algodoeira, tomou posse em 30 de novembro de 1963 e teve seu mandato cassado pela ditadura militar em 15 de junho de 1964 (ARAÚJO, 2000)

<sup>52</sup> Administração do prefeito Severino Bezerra Cabral, considerado pelos seus adversários políticos como analfabeto e inspirador de muitas piadas que ressaltava seu português errado, ironicamente foi quem iniciou a construção do teatro Municipal, mais expressivo monumento à cultura campinense. Prédio que ainda hoje se destaca na paisagem urbana pela sua arquitetura moderna em linhas e planos.

<sup>53</sup> A construção do cais do Açude Velho data da administração de Vergniaud Wanderley em 1942 (CÂMARA, 1998, p.138) “ *O açude Velho, um pequeno lago em pleno coração da cidade, não poderia continuar por mais tempo sem merecer as vistas da edilidade. Ademais, a falta de jardins públicos, de parques, de arborização sempre deu a Campina uma cidade que pode parecer a muitos construída apenas para as competições comerciais, certo ar de desolação, muito comuns às cidades caririzeiras. Diante disso, resolvi aproveitar a bacia do açude Velho como motivo de embelezamento urbano, e encarreguei o arquiteto Georges Munier de elaborar o plano de sua transformação.*” Entrevista feita com o prefeito Vergniaud Wanderley a União em 02/02/1942.

<sup>54</sup> RIOS (1963, p.37) criticava os gastos com tais obras (açude Velho e Teatro municipal) considerando-as como monumentais e desnecessárias enquanto que a população se ressentia de serviços básicos tais como água, luz, esgoto, escolas e serviços médicos.

LIMA (1996, p. 7) aponta o fechamento das fábricas e o conseqüente desemprego como responsáveis pelos males que passaram a afligir a cidade, tais como: saúde, educação, moradia, marginalidade. Ressalta, no entanto, o crescimento das atividades “informais” como alternativa de sobrevivência para a população ativa sem oportunidade de se inserir no mercado formal.

RAMALHO (1998?) também observa que essa crise que passou a assolar Campina Grande se refletiu na questão da moradia, pois como mostra, a cidade tinha em 1979 três favelas, que em nove anos multiplicaram-se para 17 com uma população aproximada de 60 mil habitantes.(Anexo 01). Embora esse aspecto social da urbanização campinense já fosse advertido por RIOS (1963, p.37) em 1963 ao dizer que a “*capital econômica do Estado*” às vésperas da comemoração do seu centenário tinha problemas sociais sérios tais como presença de favelas e grande número de desempregados e de mendigos.

Os anos de 1960 encerram uma fase áurea de Campina Grande, que possuidora de virtualidades tanto naturais quanto adquiridas, inseria-se nos interesses de como as formas de acumulação capitalista de até então se processava. Porém, como é possível perceber, esse espaço, retrato de uma sociedade capitalista, não se desenvolveu sem desigualdades, e ao lado de uma classe social esnobe e esbanjadora, cresceu uma população proletária que serviu como mão-de-obra desqualificada e barata, mas que atendia a forma de organização taylorista/fordista em vigor.

Tem sido comum caracterizar determinadas etapas da vida econômica e social de Campina Grande a partir de um tipo de atividade econômica desenvolvida, como se a cidade tivesse se constituindo em verdadeiros ciclos econômicos. Assim, no início de sua história são suas feiras de cereais e de gado, que dão vida a essa localidade. Posteriormente a cidade passou a ser conhecida como praça algodoeira. Depois foi o comércio atacadista que contribuiu para o distintivo de Campina Grande como empório comercial. Por fim a industrialização esboça-se como uma atividade com probabilidade de definir uma nova função para Campina Grande.

---

<sup>55</sup> O fato da SUDENE priorizar as empresas que não tinham similares e não usava mão-de-obra local, atraiu empresas que se instalaram na cidade com o único propósito de usufruir as vantagens oferecidas, entre as quais estava a isenção de impostos no prazo de até dez anos, algumas com até 100% de isenção.

Não se pode, no entanto, definir Campina Grande como uma cidade mono-funcional em qualquer que seja sua etapa de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um espaço cuja complexidade e multi-funcionalidade se fazem presentes desde muito cedo, embora, em alguns períodos sobressaísse determinada função como mais importante. Desta forma, as feiras de gado e cereais que estavam presentes no começo da formação de Campina Grande passaram a ser contemporâneas da fase algodoeira e até se fortaleceram com esta atividade, que por sua vez estimularam o surgimento de uma base industrial e intensificaram o comércio atacadista e varejista. Esses “ciclos econômicos” não foram excludentes nem rivalizaram entre si, pelo contrário, até se beneficiaram da centralidade proporcionada pelas feiras, pelo comércio do algodão e pelo comércio atacadista, dando a cidade uma feição bem mais complexa que a mono-funcionalidade que às vezes lhe é atribuída.

### 1.3 – O Curto Circuito na Hierarquia Urbana: Crise e Adaptação de Campina Grande ao Meio Técnico-Científico-Informacional

Os anos de 1970 foram marcados por rupturas importantes no processo de desenvolvimento capitalista. Momento que segundo SANTOS (1997b, p. 190) o mercado torna-se global, graças exatamente à ciência e à técnica. Ainda de acordo com o autor esse período inicia-se após a segunda guerra mundial, porém só afirmando-se e incluindo o terceiro mundo nos anos 70. (SANTOS, *op. cit.*).

SANTOS (*op. cit.*) considera que algo novo surge e que ele denomina de *meio técnico-científico-informacional*, capaz de romper com os “*equilíbrios preexistentes*” e de criar “*novos equilíbrios mais fugazes*” os quais se impõem “*do ponto de vista da qualidade e da quantidade da população, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais, etc.*” restringindo a arena da produção direta, porém ampliando os espaços da circulação, distribuição e do consumo, bem como de outras instâncias da produção. (SANTOS 1997b, p. 190-192).

HARVEY (2000) analisa tais transformações que ocorreram nos anos 70, como sendo resultado de uma crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, cujo auge se dá em 1973. Embora questionando se rompemos com a modernidade<sup>56</sup> e se estamos ou não vivenciando a pós-modernidade<sup>57</sup>, o autor focaliza sua atenção nas profundas transformações ocorridas em todos os aspectos da vida política, econômica e social, bem como nas artes e na filosofia, com repercussão direta na maneira de vivenciar o tempo e o espaço.

HARVEY (*op. cit.* p. 45) observa que, nas últimas décadas, o termo pós-modernismo tornou-se um conceito com o qual temos que lidar e o qual não podemos ignorar. O que passou a ser chamado de pós-modernidade, foi para HARVEY, a compressão do tempo-espaço, a mudança na organização do trabalho fordista para uma organização flexível, mas também ocorreu que:

---

<sup>56</sup> Projeto que recobriu “de modo amplo e geral os últimos três séculos da cultura ocidental de extração européia. O início desse projeto estaria na distinção clara de três domínios anteriormente imbricados em um único: ciência, arte e moral” (COELHO NETO, 1998, p. 20).

<sup>57</sup> Harvey compartilha da idéia que o pós-modernismo embora seja discutível quanto à natureza e a profundidade das transformações que representa na cultura ocidental, não pode deixar de ser considerado como transformação (Huyssens *apud* Harvey, 2000, p.45) .

*a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre as verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas.* (HARVEY, 2000, p.293).

É com base nas transformações que ocorrem em níveis internacional e nacional que buscamos caracterizar e entender a produção/reprodução do espaço campinense a partir dos anos Setenta. O que não exclui o entendimento de que objetos e ações de um novo meio em elaboração alcançam o espaço campinense com defasagens, ou mesmo que tais objetos e ações adquiram um novo significado a partir das características e da cultura local.

### 1.3.1 - As três últimas décadas de reorganização do espaço campinense

Nos anos de 1970, Campina Grande presencia grandes transformações na sua organização espacial. A indústria que fora a primeira atividade a se descentralizar, com a criação do Distrito Industrial nos anos 60 (séc. XX), atraiu para sua proximidade o estádio de futebol Ernani Sátiro (O Amigão)<sup>58</sup> na década seguinte, esse processo se intensificou com o Projeto CURA<sup>59</sup>, que contemplou a cidade, imprimindo uma renovação acelerada, conforme objetivo do próprio programa.

Entretanto, SILVA (1987, p. 37) observa que a implantação do referido projeto acelerou a especulação imobiliária nas áreas por ele atingidas, beneficiando proprietários de imóveis, a partir da expulsão de populações pobres e de obras públicas que valorizaram tais áreas.

A renovação urbana é vista por CORRÊA (1995, p.28) como um mecanismo utilizado pelo Estado para viabilizar simultaneamente vários interesses, tais como a “*expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade*” (desta forma ratificando a segregação residencial), ao mesmo tempo em que dá ao capital imobiliário e as empreiteiras oportunidades de realizar bons negócios, além de facilitar a mobilidade de algumas classes sociais através de sistemas de circulações mais eficientes. Em Campina Grande, a fluidez no sistema de circulação, foi viabilizado pela abertura da avenida Canal e pelo prolongamento da avenida Floriano Peixoto<sup>60</sup>.

Iniciou-se nesse momento o processo de descentralização das atividades aglutinadas no Centro da cidade com a construção do Distrito dos Mecânicos no bairro do Jardim Paulistano, a CEASA<sup>61</sup> (Central de Abastecimento) no bairro do Alto Branco, do Shopping Center Campina Grande<sup>62</sup> no Bairro de São José e do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo<sup>63</sup> no Bairro do Catolé (Ver mapa 10).

---

<sup>58</sup> Construído em 1974, em amplo espaço entre o perímetro urbano e o distrito industrial.

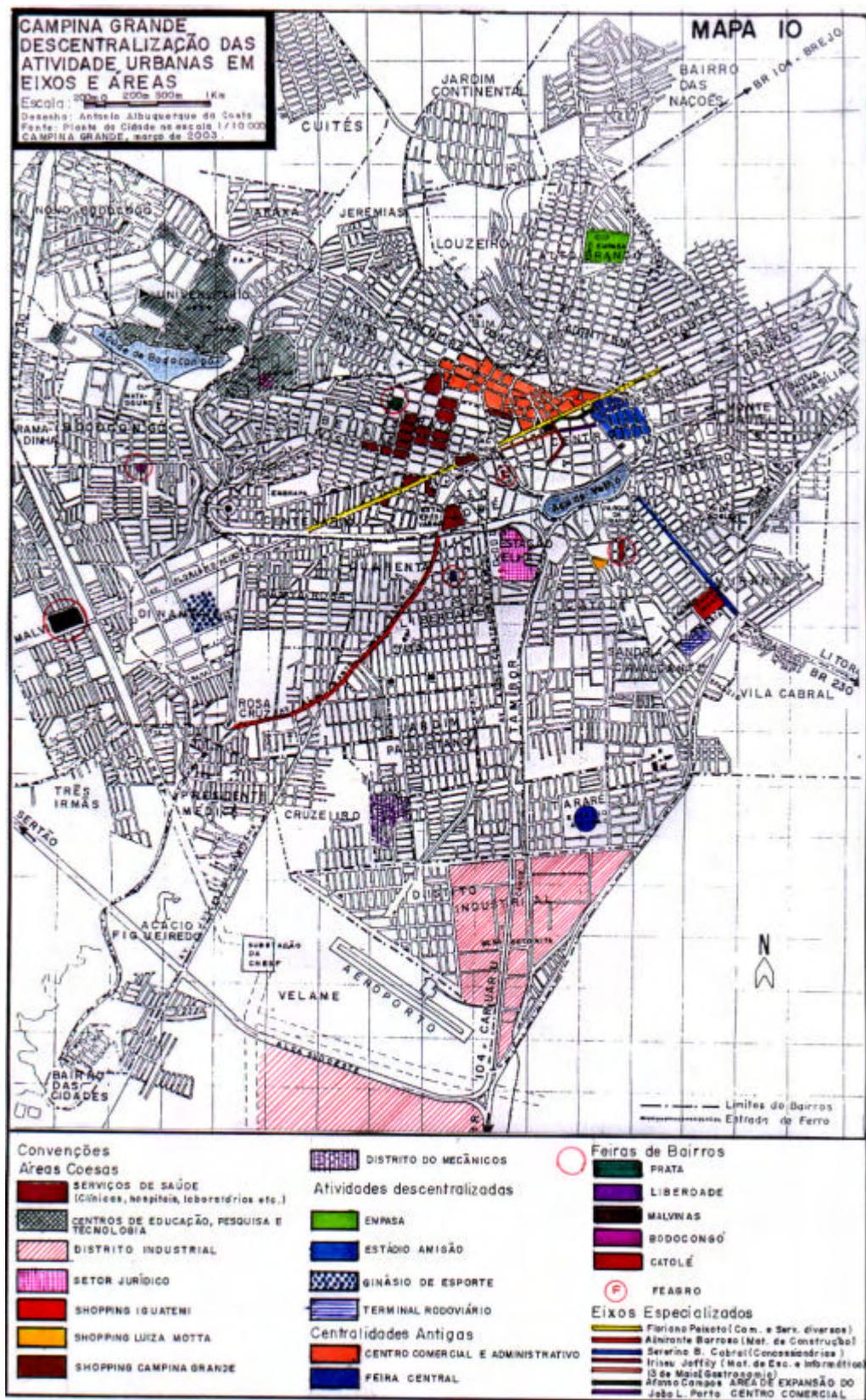
<sup>59</sup> Projeto CURA – Instituído pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação (BNH) – através da resolução de nº 7/73 – significava Comunidade Urbana para Renovação Acelerada –SERRA, 1991, p. 105.

<sup>60</sup> No trecho que segue a partir da igreja Presbiteriana do Bairro São José

<sup>61</sup> Criada em 1976 teve esta Sigla até 1991 quando passou a denominar-se EMPASA. (NASCIMMENTO, 1999, p.33)

<sup>62</sup> Inaugurado em 1982.

<sup>63</sup> Inaugurado em 1985



Além da construção desses objetos geográficos, a abertura de ruas e avenidas contribuiu para a renovação de algumas áreas, com expulsão de populações faveladas<sup>64</sup> e o surgimento de atividades comerciais e de serviços nos eixos formados por essas avenidas, o que comprova o papel do Estado como principal agente modelador do espaço urbano.

Os anos oitenta foram considerados a década perdida para Campina Grande (a exemplo do que ocorreu em todo o país), processo que se inicia no ano de 1979, com o fechamento da Wallig Nordeste, fato que foi seguido por outras indústrias, representando um grande golpe para a industrialização e, conseqüentemente, para a economia da cidade.

Em meado dos anos de 1980, através da realização das festas juninas tenta-se inserir a cidade num circuito turístico de eventos. Este festejo popular ganha a logística de um mega-evento, empreendimento organizado pela prefeitura em parceria com a iniciativa privada.

Com a finalidade de sediar “o maior São João do Mundo”, o parque do Povo foi construído em 1985, imprimindo ao local um processo de renovação urbana que ampliou a área já revitalizada pela construção do Centro Cultural<sup>65</sup>, na administração anterior com recursos do projeto CURA.

Espaço de cultura e lazer, o parque do Povo (Mapa 11) fez desaparecer o que restava da favela dos Coqueiros, por passar a ocupar o mesmo território. Contribuiu também para um processo rápido de transformação da rua Treze de Maio, que tradicionalmente residencial, foi se especializando na gastronomia. Embora ainda encontrem-se poucas residências e atividades não relacionadas com a função gastronômica (principalmente farmácias – entre elas sobressaindo-se as de manipulação), é por esta atividade que a rua se caracteriza nos dias atuais. Essa rápida transformação é perceptível na rugosidade<sup>66</sup> presente em algumas casas que foram adaptadas para abrigar essas novas funções.

---

<sup>64</sup> Como exemplo se pode citar a favela de São Joaquim que se localizava onde hoje se encontra construído o Shopping Center Campina Grande e da favela dos Coqueiros de Zé Rodrigues (no atual Parque do Povo)

<sup>65</sup> Construído em 1982.

<sup>66</sup> Rugosidades são formas espaciais herdadas do passado, vinculadas a outros propósitos, mas que por apresentarem funcionalidade efetiva em termos econômicos ou valor simbólico, têm sua permanência justificada no presente. (CORRÊA, 1987, p.71).



O São João sempre tão comemorado nas quadrilhas de ruas<sup>67</sup>, nas escolas<sup>68</sup> e nos clubes, de raízes rurais, mas tão bem assimilado pela população campinense, ganhou a partir de então uma estética pós-moderna, na qual a imagem, a aparência, o espetáculo e o sensacionalismo trocam os antigos significados por novas significâncias<sup>69</sup>. (Harvey, 2000. p. 45 – 67).

Incrementando-se a cada ano, o São João funde o rural e o urbano, bem como o presente e o passado, em réplicas de prédios históricos como a Catedral, o cassino El Dourado, os Correios e o sítio São João<sup>70</sup>, cenários de perfeito realismo, mas tão virtuais quanto à imensa fogueira, que faz de conta que arde em brasa, sem queimar. São recortes históricos e culturais que se fazem presentes num mesmo espaço, porém descontínuos no tempo.

Numa transcrição para o presente, o parque o Povo, junta todas as classes sociais, sem que, no entanto, tais grupos se misturem. Os espaços, sem demarcação ganham territorialidades diversas, visíveis ao mais despercebido dos visitantes, e em alusão ao passado “o Xerém”<sup>71</sup>, substitui “a Bagaceira” que freqüentava a “Lagoa de Roça”<sup>72</sup> da época das festas da padroeira, e como naqueles tempos, é evitado pelos rapazes e moças das “boas famílias campinenses”.

Tal segregação sócio-espacial também se faz presente na Micarande<sup>73</sup>, através de blocos e camarotes. Teoricamente sendo uma festa para todos os gostos e estilos, sua democratização esbarra nos preços dos ingressos e “abadás”. Dessa, forma as territorialidades dos vários tipos de foliões não são demarcações invisíveis como no São João, porém institucionalizadas,

---

<sup>67</sup> Entre as quadrilhas de rua de Campina Grande a mais famosa era a quadrilha da Floresta, realizada na rua João Lourenço Porto, ou popularmente rua da Floresta, que se transformava em um arraial pequeno para receber a população que afluía de todos os bairros da cidade. Porém Gurjão et alii (1999, p. 56-57) afirma que a tradição dos festejos juninos bem como as primeiras quadrilhas de ruas tiveram início no bairro de José Pinheiro, destacando as quadrilhas “Arraial da Felicidade” e “Pisa na Fulô” como as mais antigas.

<sup>68</sup> Embora houvesse a realização do São João em quase todas as escolas de Campina Grande nenhuma tinha a animação e a popularidade do São João da Prata – realizado no colégio estadual da Prata.

<sup>69</sup> As quadrilhas juninas que passaram a se apresentar no parque do Povo foram a cada ano adquirindo um figurino mais elaborado e sofisticado com passos e coreografias bem ensaiadas, o que tornaram tais quadrilhas, em disputa pela primeira classificação, um espetáculo para os olhos dos turistas, mas bem distintas das quadrilhas do passado.

<sup>70</sup> O Sítio São João é uma autêntica morada do interior do Nordeste, na qual os mínimos detalhes são reproduzidos, tais como o galo e jumento no quintal, roçado, bodega e até uma casa de farinha em funcionamento.

<sup>71</sup> O Xerém é a denominação popular para a Pirâmide onde as classes mais pobres se reúnem para dançar forró.

<sup>72</sup> “A famosa Lagoa de Roça (...) eram barracas feitas de palhas” freqüentadas por “gente de menor nível econômico (a bagaceira). Quando se via gente mais importante (...) era para o encontro de algum amor clandestino” (MORAES, 1985, p. 42)

<sup>73</sup> A Micarande é um carnaval fora de época, inspirado nas festas carnavalescas do interior da Bahia que vem sendo realizado desde 1989.

circunscritas às cordas que separam os grupos identificados pelos abadá, cuja homogeneidade e acesso aos blocos são garantidos pelos seguranças.

Talvez seja a Micarande o evento que mais absorveu a pós-modernidade na cidade, ao resgatar os carnavais do passado, nos quais o folião faz de conta que vive a época do “Zé Pereira” das marchinhas, dos confetes e das serpentinas, dos bailes de máscaras e do corso nas ruas centrais da cidade. A glória de um carnaval campinense que não existe mais retorna as ruas. Tudo isso ocorre em paralelo ao axé music, a bateria da Mangueira e a outros ritmos da atualidade.

Figuras de singelos pierrôs e românticas colombinas ressurgem do passado no bloco da Saudade, para serem contemporâneos das extravagantes “drags queens” sobre trios elétricos que puxam os blocos padronizados. A festa é uma cocha de retalhos, que faz a bricolagem de muitos temas, privilegiando a heterogeneidade e a diferença. É o carnaval do qual os excluídos participam sem fazer parte, pois na melhor das hipóteses são os “pipocas”<sup>74</sup>, que inventam sua própria forma de participar da festa.

Há no percurso e na dispersão dos blocos toda uma gama de atividades “não formais” que se desenvolve em paralelo ao evento. Venda de bebidas e alimentos, coleta de latinhas de cerveja e refrigerante, por pessoas de todas as idades e até mesmo a prática dos roubos e furtos, que ocorrem além das cordas de segurança. Os mega-eventos também justapõem os dois circuitos da economia (do que trataremos no capítulo III), possibilitando a população de baixa renda usar de sua criatividade para adquirir algum dinheiro extra.

Em alguns aspectos as festas de Campina Grandes ainda têm muito da narrativa de NASCIMENTO para o início do século XX quando “os ‘matutos’ que se dirigiam aos festejos natalinos (...) não se misturavam à nata da sociedade” pois “não se sentiam à vontade para compartilhar das mesmas barracas e pavilhões dos ‘grã-finos’. Ocupavam a bagaceira, espaço inferior e desprestigiado da festa” (NASCIMENTO, 1997, p.125).

---

<sup>74</sup> Os pipocas são blocos não oficializados que acompanham todos os trios elétricos, utilizando (ou não) camisetas padronizadas.

A população pobre da cidade ainda ocupa os espaços desprestigiados das festas e no carnaval quando as classes de maior poder aquisitivo abandonam a cidade com destino ao litoral<sup>75</sup>, “os que ficam”, se pertencem a uma classe média, participam do Encontro para Nova Consciência; à população pobre e favelada, sem opção de divertimento sai às ruas em pequenos blocos de bois, índios ou alaúzas pobremente fantasiadas e longe dos acontecimentos do referido encontro, fazem um carnaval só deles, sem o glamour dos carnavais passados, porém resistem a oficialização do fim desse evento cultural.

Noutro aspecto, Campina Grande muda completamente, pois passa a viver a época dos mega-eventos, espetáculos apreciados pelo quanto são espetacular, no qual as alegorias juntam pedaços da história campinense numa combinação que no presente se faz descontinuamente (HARVEY, 2000, p. 58). Dessa forma, a “Capital do Trabalho<sup>76</sup>” torna-se também um centro de diversão, ainda que esporadicamente.

A função comercial que deu origem e consolidou Campina Grande como pólo regional apesar de ainda ser a mais importante, não tem mais a abrangência do passado. A função industrial que se esboçou nos anos sessenta embora de muita importância, não consolidou a cidade como pólo tipicamente industrial (Ver Quadro 03). Hoje, porém, a cidade volta-se para a função de prestadora de serviços, principalmente para as atividades educacionais e médico-hospitalares. Atraindo pessoas não apenas do “Compartimento da Borborema”,<sup>77</sup> (Mapa 12), mas também de outros Estados.

### QUADRO 03

#### PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - 1995 -

Setor Econômico	Arrecadação (R\$ 1,00)	(%)
Primário	452.094,03	1%
Secundário	19.491.385,16	36%
Terciário	33.989.933,90	63%
<b>Total</b>	<b>53.933.413,09</b>	<b>100%</b>

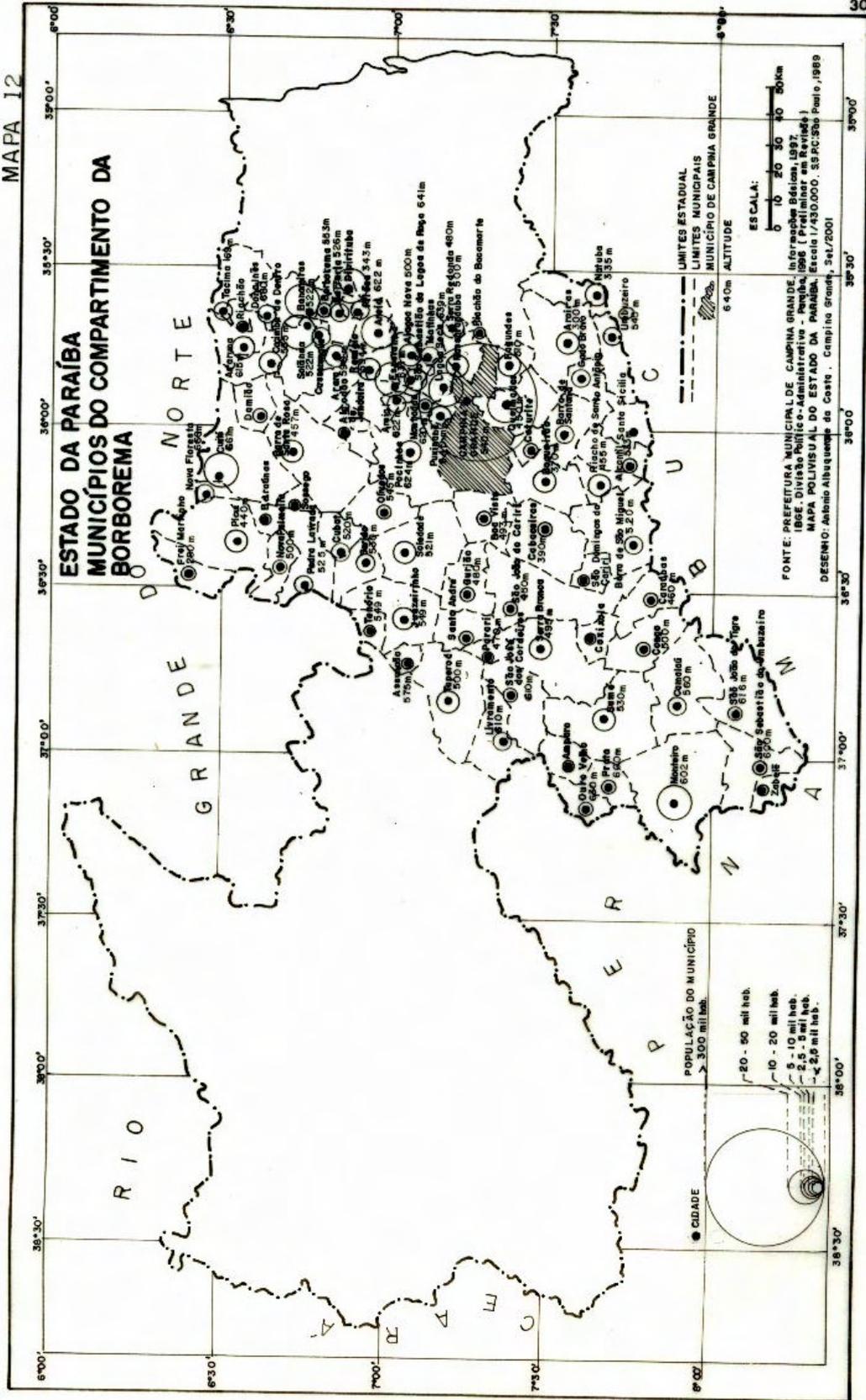
Fonte: <http://www.pmcg.pb.gov.br>, pesquisa em 28/11/2002

<sup>75</sup> Para essas classes ter uma casa ou apartamento na praia e passar férias ou alguns feriados no litoral passou a ser sinônimo de status.

<sup>76</sup> Termo pelo qual a cidade passou a ser designada, hoje, porém, muito dificilmente utilizado.

<sup>77</sup> Convencionou-se chamar Compartimento da Borborema a região polarizada por Campina Grande constituída por 79 municípios e com uma população total de 1.059.841 habitantes. Expressão que embora não seja aceita pelo IBGE é bastante empregada pela imprensa e no discurso político e até no meio acadêmico local. (Prefeitura Municipal de Campina Grande - Informes Básicos, 1997).

MAPA 12



O crescimento das atividades educacionais e médico-hospitalares tem sido responsável pela coesão<sup>78</sup> de dois bairros que se destacam como áreas especializadas em tais serviços, mas que, como aponta CORRÊA (1989, p.56 - 57) atraem outras atividades que lhe são complementares ou mesmo de natureza distinta.

No Bairro de Bodocongó a presença do Campus II da Universidade Federal da Paraíba<sup>79</sup>, a implantação do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba, além de órgãos de fomento tecnológico como a FAPESQ (Fundação de Apoio a Pesquisa), a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e o Centro de Couros Albano Franco imprimem a este bairro uma especialização no setor de ensino e tecnologia. É aí que também estão presentes as residências da maioria dos professores universitários, cujo conjunto residencial ocupou a Vila operária da Indústria Têxtil de Bodocongó.

As transformações nas funções do bairro, tanto no aspecto econômico quanto social, com a implantação do Campus da UFPB nos anos de 1970, apontam para uma renovação e expansão<sup>80</sup> urbana, que CORRÊA (1989, p.17) explica da seguinte forma:

*A demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em parte de fluxo migratório e que detêm nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terra e habitações.*

Ainda de acordo com o autor (*op. cit.*), vale a pena observar a importância do papel do Estado, que em Campina Grande foi fundamental na implantação do Campus universitário, no aumento do funcionalismo público, mas principalmente na ideologia da casa própria muito em voga na época. (CORRÊA, *op cit.*, p.17).

---

<sup>78</sup> CORRÊA (1989, p. 56) define coesão, como o movimento que leva as atividades a se localizarem juntas.

<sup>79</sup> Hoje Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

<sup>80</sup> A localização do Campus II da UFPB ocorreu na área da Fazenda do Senhor Belino Figueiredo\* área onde havia um açude e plantio de capim forrageira. O Conjunto dos Professores foi construído em frente ao Campus ocupando área onde o solo já passava por uma longa etapa de esterilização, mas também desapropriando a Vila Operária, um depósito de peles (que na época, ainda eram comuns em toda a cidade) e um prostíbulo que funcionava no local em uma casa de estilo bangalô.

\*Bento Figueiredo ou Belino Figueiredo como era conhecido foi prefeito de Campina Grande no período de 12/09 a 08/12/1935 e 04/01/1938 a 20/08/1940, não se sabe por qual motivo, entrou para o folclore popular da cidade como seno o “papa figo” do qual se contava histórias horripilantes para aterrorizar as crianças em idos dos anos de 1960.

O Bairro da Prata que desde os anos de 1980 aglutina atividades médico-hospitalares torna-se, nos dias atuais um espaço coeso. É onde está concentrado a maioria das clínicas, dos consultórios e, mais recentemente, os laboratórios de análises clínicas, que tradicionalmente se encontravam no Centro da cidade, passaram a abrir filiais neste bairro.

A presença dessa especialização tem efeito direto sobre a transformação pela qual o bairro passa. As residências de classe média alta têm sido adaptadas para a função de clínicas ou laboratórios, porém a transformação mais visível está na construção de edifícios para funcionar como centros médicos, os quais, ao lado dos prédios de apartamentos luxuosos começa a criar uma paisagem verticalizada no bairro, inexistente até os finais dos anos oitenta. (Foto 03)

### Foto 03

Bairro da Prata – clínicas e centros médicos



No primeiro plano, residências que se transformaram em clínicas na rua Rodrigues Alves. Ao fundo (se vê um edifício de apartamentos) e em planos mais posteriores dois centros médicos.

Fonte: Pesquisa de campo – Jan./2003

Esta coesão funcional das atividades médico-hospitalares no bairro da Prata tem valorizado, ainda mais, esta área da cidade, tradicionalmente já valorizada, fazendo com que moradores vendam ou aluguem suas residências, indo residir em outras áreas. Como pode ser observada através no Quadro 04, a população da Prata vem sendo reduzida, enquanto que outros bairros de classe média alta vêm incrementando sua população como é o caso do Alto Branco, Bairro das Nações e Mirante.

## Quadro 04

### População dos Bairros de Campina Grande

BAIRRO	POPULAÇÃO			BAIRRO	POPULAÇÃO		
	1991	1996	2000		1991	1996	2000
Malvinas	20.863	27.894	36.457	Prata	4.634	4.299	3.884
Liberdade	18.000	17.018	16.603	Tambor	4.571	4.600	7.031
Monte Castelo	16.925	15.446	11.481	Conceição	4.372	4.048	4.135
Catolé	15.566	18.143	17.034	Acácio/Catingueira	4.061	5.165	8.187
José Pinheiro	15.109	14.175	17.048	Três Irmãs	4.002	6.397	9.226
Bodocongó	14.248	14.393	13.129	Estação Velha	3.880	3.826	3.097
Santa Rosa	13.044	12.238	11.478	Nova Brasília	3.722	4.721	4.040
Jeremias	12.250	11.732	11.468	Cidades	3.339	4.500	4.885
Pedregal	10.644	10.706	9.267	Serrotão	3.312	5.604	6.384
Centro	9.140	7.758	7.390	Vila Cabral	3.177	3.554	4.366
Centenário	8.590	7.948	9.084	Universitário	2.998	3.796	3.718
Monte Santo	8.104	7.716	7.353	Lauritzen	2.968	2.682	2.623
Ramadinha	7.307	7.254	2.326	Jardim Tavares	2.208	2.548	2.863
Cruzeiro	7.187	8.595	10.831	Castelo Branco	2.182	2.289	2.361
Alto Branco	7.059	7.340	7.749	Velame/Distrito Ind.	2.112	2.078	5.528
Jardim Paulistano	6.451	6.333	7.298	Dinamérica	1.798	3.787	3.626
Palmeira	6.431	5.979	5.894	Itararé	1.746	1.712	2.099
Presidente Médice	6.377	6.955	4.145	Jardim Continental	1.533	2.019	2.290
Sandra Cavalcante	6.171	5.939	6.116	Cuités	1.380	1.661	1.820
Bela Vista	5.998	5.722	5.553	Nações	1.227	1.266	1.358
Quarenta	5.645	5.579	6.381	Louzeiro	1.139	1.068	1.086
Santa Cruz	5.491	7.497	7.759	Novo Bodocongó	660	888	1.248
São José	4.835	4.288	4.149	Araxá	611	1.049	1.309
Santo Antônio	4.664	4.350	4.234	Mirante	586	897	1.056
				<b>Total</b>	<b>298.331</b>	<b>316.112</b>	<b>328.444</b>

Fonte: <http://www.pmcg.pb.gov.br>, pesquisa em 28/11/2002

As presenças desses centros de Pesquisas e de Ensino em Campina Grande são fatores locacionais de grande importância para atração de investimentos na economia globalizada, como ressalta a professora Tânia Bacelar<sup>81</sup>, que caracteriza a cidade como um tecnopólo merecedor de destaque no Nordeste juntamente com a cidade do Recife *“menos por seu dinamismo e mais pelo fato de desenvolverem atividades modernas de base tecnológica”*. (ARAÚJO, 1997, p. 456).

Foi exatamente essa base tecnológica que fez com que Campina Grande fosse notícia na revista Newsweek em abril de 2001, destacando a presença de 50 firmas no setor, além do papel da Universidade Federal da Paraíba como mentor desse processo ao adquirir em 1967 o primeiro computador a ser instalado na Região Nordeste. Tal fato foi motivo de destaque para a imprensa local e nacional<sup>82</sup>(Anexo 02), passando a povoar o imaginário da população campinense.

COSTA (1999, p.68) ressalta a importância do Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc-PB, criada em 1984, com o objetivo de estimular a produção científica e tecnológica, como fundamental para o desenvolvimento das atividades de informática que a cidade incorporou.

Nos anos 90 (séc. XX) a montagem do meio técnico-científico-informacional se faz mais evidente ao espaço campinense. Contando com cinco provedores de internet e realizando sua feira de tecnologia desde 1988, a cidade ainda consegue manter um certo pioneirismo tecnológico no Estado<sup>83</sup> mesmo com a perda relativa de seu papel econômico.

É com a implantação dos sistemas de objetos, que a presença desse meio técnico-científico se torna mais perceptível, devido sua concretude. Neste aspecto, constata-se o rápido processo de transformação das ruas Irineu Joffili e Miguel Couto, onde a presença de lojas que vendem materiais de informática passa a esboçar uma especialização para estas ruas, que eram tipicamente residenciais. Porém, um dos eventos que melhor caracteriza este período, é a

---

<sup>81</sup>Nota de aula em 22/10/2000 – A professora Tânia Bacelar de Araújo ressalta a importância da Infra-estrutura econômica e de serviços associados como fatores locacionais importantes para a escolha de investimento por empresas, destacando: Acessibilidade (vias, telefonia) ; Infra-estrutura (Esgoto, água etc); Centro de Pesquisa P e D, ;Centro Educacional; Mercado (renda local) ; Abertura do empresariado local e Desregulamentação.

<sup>82</sup> Jornal da Paraíba –06 de maio de 2001 – “Campina Grande tem uma das melhores tecnologias do mundo”. Revista Época em 7 de maio de 2001 – “Oásis High tec no Agreste”.

<sup>83</sup> A exemplo das lombadas eletrônicas, que na Paraíba iniciou sua implantação por Campina Grande nas avenidas Brasília (Severino Cabral) e Manuel Tavares. Em 1966, foi inaugurada a TV Borborema, que sendo o primeiro canal de televisão da Paraíba, demonstrou o pioneirismo da cidade no setor de comunicações, mas também foi motivo de rivalidade com a capital do Estado.

instalação do shopping Center Iguatemi em 1999 (Anexo 03), objeto que surge com forte conteúdo simbólico, mas também mercantil como observa SANTOS (1993, p. 41) em relação aos objetos típicos das atividades hegemônicas.

Objeto comandado pelo discurso exógeno<sup>84</sup>, tanto técnico quanto psicológico, o Shopping Center Iguatemi, foi motivo de expectativa e desejo de parcela da população. Sua presença tem influenciado no comportamento das pessoas, mas também, na organização espacial do seu entorno, valorizando rapidamente a área onde se instalou. Uma das avenidas que lhe dá acesso, avenida Severino Bezerra Cabral (Ver mapa 11), já apresentava forte tendência à especialização funcional (com grande concentração de concessionárias de automóveis) fato que apenas se intensificou com a sua presença.

O shopping Iguatemi localizou-se numa área “nobre”, (proximidade do bairro do Mirante), que diferentemente dos demais bairros da cidade, começa a se verticalizar ainda em sua fase de formação. O mesmo processo de verticalização também passa a ocorrer no bairro do Catolé (próximo ao shopping), onde surgem algumas construções de edifícios de apartamentos. Vale, no entanto, ressaltar que o shopping, pela natureza de seu empreendimento, exigiu fácil e boa acessibilidade, o que se efetivou com a abertura e asfaltamento da rua Otacílio Nepomuceno.

No ano de 1991, já havia sido construído o Shopping Luiza Motta, também no Bairro do Catolé, porém, por se tratar de um shopping de fábrica, não teve o mesmo “glamour” que o Shopping Iguatemi. Construído com o objetivo de abrigar as lojas das fábricas<sup>85</sup> de confecções existentes em Campina Grande, o shopping Luiza Motta foi aos poucos acolhendo lojas de grife, e em pouco tempo teve sua área ampliada para atender a este objetivo.

Quando em setembro de 1998, empresários e intelectuais campinenses se reuniram na Sede dos Diretores Lojistas para discutir o projeto “Pensando Campina”, representantes do Luiza Motta exigiam para esse centro comercial tratamento de “shopping” por parte da prefeitura. Tais lojistas recusavam-se a serem vistos apenas como “comerciantes de lojas de fábricas”, argumentando que abrigavam, também, lojas de marcas famosas. Era o momento em que

---

<sup>84</sup> Para SANTOS as variáveis externas têm escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele, internalizando-se e incorporando-se a escala local. (SANTOS, 1991, p. 96-97).

<sup>85</sup> Campina Grande tinha na época quase 200 fábricas de confecções de roupas

Iguatemi estava em fase de construção, e certamente os comerciantes locais temiam sua concorrência. Hoje os dois Shoppings contam com uma linha de ônibus que faz a ligação entre ambos e já existe um outro Shopping no centro comercial da cidade o que “pôs por terra” o receio de que a cidade não comportaria o shopping Iguatemi.

A tendência para construção de shoppings em Campina Grande teve início ainda nos anos oitenta, quando em 1982, com recursos do projeto CURA, a prefeitura construiu o Shopping Center Campina Grande, que na verdade se tratava muito mais de uma galeria, mas que se tornou o ponto mais freqüentado da cidade. A presença desse objeto atraiu para sua proximidade grande número de lojas, que passaram a funcionar como uma “expansão do shopping”, denominação pela qual a área ficou conhecida.

Vê-se neste objeto geográfico a primeira fase de um processo de descentralização comercial para a cidade. Hoje este shopping encontra-se decadente, o que se comprova que o envelhecimento dos lugares é, antes de tudo, envelhecimento ideológico. Nota-se também a efemeridade dos novos sistemas de objetos, pois enquanto o centro da cidade, que fora reconstruído no início da década de 1940, só apresenta sintomas de decadência nos anos 80, portanto, quarenta anos depois. O shopping Center Campina Grande depreciou-se com menos de vinte anos.

Ainda no início dos anos oitenta houve a tentativa por parte de empresários locais para a construção de um grande shopping center no bairro do Alto Branco, projeto que nunca foi concluído, apesar de haver iniciado (timidamente) sua construção. Se por acaso tal projeto tivesse se consumado, a cidade outra vez sairia à frente no pioneirismo do Estado.

Na época da construção do Shopping Campina Grande, o centro da cidade já passava por um processo de degradação, não apresentava mais as características com as quais fora planejado nos anos de 1940, quando as pessoas para lá se dirigiam nos finais de semana para passear e contemplar as lojas que expunham vitrines bem ornamentadas. Até pelo menos os meados dos anos 60(séc. XX) o centro comercial de Campina Grande fazia este papel de “shopping”, congregando as funções de comércio e lazer.

Os anos de 1980/90 marcam um processo de grande transformação da área central, que embora mantivesse suas funções, principalmente comercial e bancária, portanto funções diurnas, à noite algumas de suas ruas permanecem praticamente desertas, com o maior movimento de pessoas limitando-se aos pontos de ônibus. Movimento que nos períodos de férias escolares diminui drasticamente.

Os dois cinemas<sup>86</sup> localizados no centro de cidade fecharam e não há mais a presença de bares e boate<sup>87</sup> que se somando às poucas pessoas que residem na área, contribuem para que o centro tenha uma paisagem noturna de desolação. Isto também faz com que em algumas ruas como a João Suassuna e mais especificamente a rua João Pessoa, surjam as funções noturnas de prostituição. Nos anos 80 e 90 essas ruas passam a ser territórios de travestis, cuja territorialidade é disputada com as prostitutas.

A rua João Suassuna especializou-se no comércio de automóveis e de peças mecânicas, mas é também conhecida como rua dos agiotas. Apresenta, portanto, territorialidades que variam do dia para a noite. Já a rua João Pessoa tem mudado de funções ao longo dos anos. Foi à rua que acolheu o comércio atacadista<sup>88</sup> em sua fase áurea, principalmente o comércio de estivas. No passado o comércio e os serviços dividiam o espaço com as residências de um e dois pavimentos. Fato que ocorria não apenas na rua João Pessoa, mas também nas ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e Marquês do Herval. (MÜLLE (1951) apud BARROS, 1987, p.117).

No decorrer dos anos a rua João Pessoa se setorizou, com lojas de materiais de construção, lojas de ferragens, madeireiras, lojas de aviamentos e no trecho inicial como expansão do setor bancário. Hoje além de conservar todas estas atividades, apresenta também as lojas de móveis e eletrodomésticos, mas também proliferam as lojas de importados (chamadas

---

<sup>86</sup> A crise que se abateu sobre os cinemas e que foi atribuído ao surgimento do vídeo não pode ser tomada como única verdade. Os dois últimos cinemas que restaram na cidade, ambos, localizados no centro (Cine Capitólio e Cine Babilônia), fecharam nos anos de 1999 e 2000, respectivamente. Apresentavam, então, baixa assiduidade de expectadores. Hoje há quatro salas de exibição no shopping Iguatemi, que funcionam desde o ano 2000, cuja frequência se faz com camada social que possuem vídeo ou DVD, trata-se, portanto de uma mudança de comportamento que envolve causas múltiplas.

<sup>87</sup> Até os anos 80 havia uma Boate na esquina da Maciel Pinheiro com Cardoso Vieira (Boate Skina), e alguns bares de vida efêmera cuja exceção se faz ao Beco 31 e ao Chope do Alemão (ainda existente) que atraíam o fluxo de pessoas para estes locais.

<sup>88</sup> CARDOSO (1963, p. 9) observa com pasmo o vultuoso comércio grossista, com movimento surpreendente de caminhões carregando e descarregando mercadorias na referida artéria, em início dos anos 1960.

lojas 1,99) de curta existência, mas desapareceram por completo as residências, assim como nas demais ruas centrais acima referidas.

A presença das lojas de importados de curta duração se fez presente em várias ruas do Centro da cidade, com intensa movimentação de clientes na fase de inauguração. Este é o caso da rua Maciel Pinheiro<sup>89</sup> que havia se especializado com as malharias, lojas de tecidos e sapatarias.

Os anos noventa se caracterizam pelo fechamento de lojas consolidadas e pontos de referências<sup>90</sup> no comércio da cidade, como Armazém do Norte, Casa José Araújo, mas também das lojas de departamentos, que representaram uma novidade para o comércio campinense nos anos de 1980, como foi o caso das Casas Pernambucanas e Lojas Brasileiras (LOBRAS) que deixaram de existir no final da década seguinte.

Outra característica apresentada pelo comércio campinense é a presença de pequenas lojas em galerias, que proliferam tanto na área central, propriamente dita, como na periferia imediata ao Centro<sup>91</sup>, inclusive com a adaptação de velhos casarões que são reformados para atender a nova função, mas que conservam parte da fachada, constituído-se em verdadeiros testemunhos sobrepostos, que dão concretude a história de tais objetos.

A expansão das atividades comerciais a partir do “*antigo centro, por áreas contíguas, expulsando/coexistindo com a função residencial*” já havia sido observada por BARROS (1985, p. 118), que também faz referência a presença de minúsculas mercearias nos bairros da cidade, muitas das quais, hoje transformadas em mercadinhos ou mine-boxes, igualmente espalhados por

---

<sup>89</sup> A rua Maciel Pinheiro goza de um status que vem desde os tempos da Vila Nova da Rainha, inicialmente rua dos forasteiros, constituiu-se em local de residência das elites campinense e principal artéria comercial da cidade, RODRIGUES e outros (1996, p. 170) assim se reporta a esta rua: “*Uma das ruas mais antigas da cidade, ex-rua Grande, Rua da Feira, Rua das Gameleiras. Antiga rua da Independência, Rua Uruguaiana e Praça Epitácio Pessoa. Era rua de diversas atividades – comércio, festas populares (cavalcada, topada do boi, carnaval, feira do jogo do bicho) dos dois primeiros cinemas, o ‘Apolo’ (governista) e o ‘Fox’ (oposicionista) ...*” Esta rua ainda foi denominada de rua do Seridó e rua do Sertão.

<sup>90</sup> A solidez e permanência das lojas do Centro comercial de Campina Grande as tornaram ponto de referência. Desta forma era muito comum utilizar a identificação: esquina da Zé Araújo, esquina da Girafa (loja de tecidos), esquina da Pedrosa (livraria), esquina da Florida (cervejaria), ou em frente ao armazém do Norte etc.

<sup>91</sup> Consideramos de Periferia Imediata aquelas áreas adjacentes ao centro comercial, algumas das quais embora não sendo consideradas bairros, tinham a função estritamente residencial.

todos os bairros, dividem espaço com uma imensa gama de serviços<sup>92</sup>, o que certamente reflete a crise do emprego formal, que atinge o país, mas também comprova que *“a urbanização torna-se cada vez mais terciária”* (SANTOS, 1979, p. 151) a medida que o país se industrializa.

O processo depreciativo pelo qual o Centro da cidade passou ao longo de dessas duas últimas décadas, contribuiu para a emigração das lojas mais requintadas, enquanto o comércio que permanecia na área se popularizava. As ruas foram sendo ocupadas pelos camelôs e os prédios em art déco sem manutenção foram a um quase abandono. Tiveram suas fachadas cobertas por placas metálicas ou de PVC, mas devido à crise econômica que se abateu sobre cidade e o seu comércio, houve pouca alteração dessa arquitetura do centro comercial.

Nos anos de 1980 o conjunto arquitetônico em art déco chamou a atenção da professora do curso Desenho Industrial da UFPB, Lia Mônica Rossi, exatamente por não aparecerem em construções isoladas, mas por formar um conjunto harmonioso. (Jornal da Paraíba, 14 de janeiro de 1996). Foi o pontapé inicial para que surgisse pela primeira vez em Campina Grande um projeto com fins de preservar a sua memória. Tal fato é inédito numa cidade que povoada por “forasteiros” e na busca do enriquecimento, sempre se voltou para o futuro, pode-se neste caso parafrasear Milton Santos, quando se referindo a São Paulo dizia que a cidade *“... constantemente abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico ...”* (SANTOS, 1993, p. 63).

Epaminondas Câmara nos anos de 1940 já denunciava a negligência dos campinenses com a memória da cidade, quando escreveu sobre a demolição do cemitério das Boninas: *“Houvesse em Campina mais amor às cousas antigas, mas respeito à tradição, jamais a municipalidade teria cometido uma profanação de tal porte”*. (CÂMARA, 1998, p. 116)

Para explicar o súbito interesse que o patrimônio histórico/arquitetônico passou a despertar, torna-se necessário recorrer ao antagonismo entre o local e o mundial que caracteriza a globalização. Se por um lado o movimento “globalitarista<sup>93</sup>” é fortemente homogeneizador dos

---

<sup>92</sup> Constatamos nos últimos anos um crescimento vertiginoso de serviços de cabeleireiros, manicures fornecimentos de marmitas, confecção de doces e salgados para festas e recepções, concertos em geral etc. onde a residência dos prestadores de serviço adapta-se, para ser também local de trabalho.

<sup>93</sup> O termo globalitarismo é aqui empregado no sentido utilizado por Milton Santos, de que “a globalização é, ela própria, um sistema totalitário”. (SANTOS, 2000, p.11).

espaços, por outro lado são as especificidades locais que interessam ao capital globalizado. Neste aspecto o conjunto art déco campinense, surge como um elemento diferenciador na paisagem urbana. No momento em que a cidade tenta se inserir num roteiro turístico através de eventos festivos e culturais, alguns dos quais já consagrados como é o caso do “Maior São João do Mundo” e da “Micarande”<sup>94</sup>, o acervo arquitetônico diferenciado e preservado representa um atrativo a mais de chamamento aos turistas.

O projeto Art Déco da administração municipal (Mapa 13 ) já em fase de implantação desde o ano 2000, prevê a revitalização de parte do Centro da cidade, com a padronização de calçadas, instalação de rede elétrica e de fibra ótica subterrânea<sup>95</sup>, restauração, pintura e iluminação das fachadas e a construção de áreas específicas para as atividades “informais”<sup>96</sup>. Com a restauração do patrimônio arquitetônico e da implantação da infra-estrutura a prefeitura tenta dinamizar e dar vida noturna à área.

Considerado que o Centro de Campina Grande apesar do processo de degradação, não foi, como em outras cidades, abandonado pela população, o que faz com que ainda apresente forte concentração de atividades diurnas e que certo número de pessoas continue a residir na área, motivos pelos quais, acredita-se que à revitalização possa ser bem sucedida, visto que, os referidos fatores ajudam nos custos de manutenção, aspecto que tem sido problemático em outras cidades com áreas revitalizadas, a exemplo da própria capital do Estado, onde a área restaurada passou a ter apenas a função noturna de lazer.

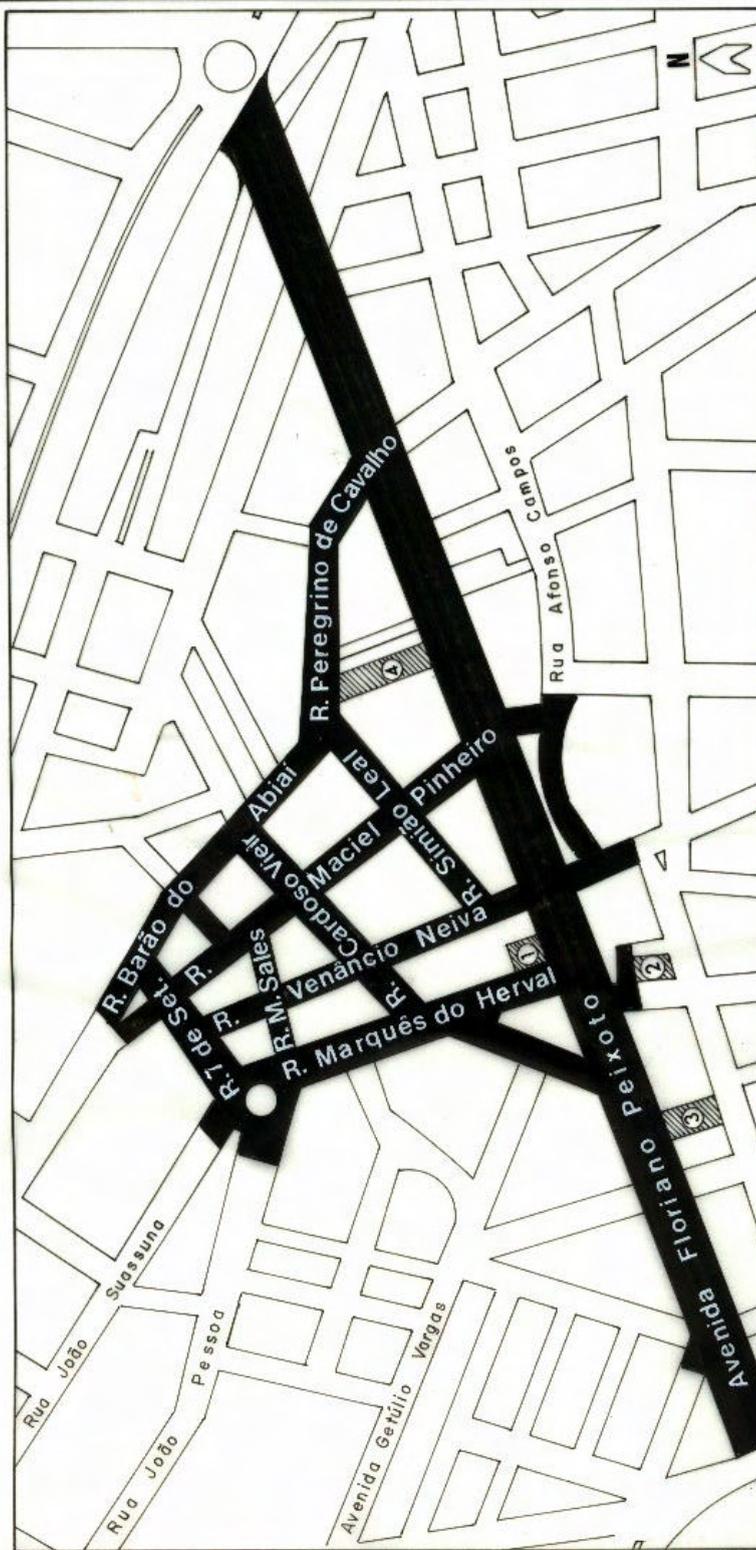
---

<sup>94</sup> O Festival de Inverno com mostra de música, dança, teatro e artes plásticas se realiza desde o ano de 1975, porém sem a logística nem o marketing do São João (desde 1983) e da Micarande (Carnaval fora de época – realizado desde 1989), inspirado nas Micaretas da Bahia, a partir de Campina Grande difundiu-se tanto a nível das cidades paraibanas quanto em outras cidades dos estados vizinhos, embora de realização mais recentes que outros eventos atraem milhares de turistas. O Encontro para Nova Consciência que ocorre durante o carnaval é um dos eventos mais novos, que também tem atraído turistas para a cidade, principalmente por ser considerado um evento sem similar no país.

<sup>95</sup> A preocupação com esse equipamento de última geração é uma das provas mais autênticas da inserção do lugar no meio técnico-científico-informacional

<sup>96</sup> O termo informal é aqui utilizado para designar as atividades do circuito inferior, pois com criação de espaços específicos e atendendo a toda uma normatização os antigos camelôs passam a fazer parte de um mercado formal, apenas direcionado para uma população de baixo poder aquisitivo.

MAPA 13  
 ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ART DÉCO



**Convenções**

- ÁREA EM PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO
- ▨ ÁREAS DESTINADAS PARA O COMÉRCIO AMBULANTE
- 1 SHOPPING CENTRO (Brasileiras)
- 2 CINE CAPITÓLIO
- 3 ARCA TITÃO
- 4 ARCA DA CATEDRAL

FONTE: PESQUISA DIRETA  
 DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa

CAMPINA GRANDE, fevereiro / 2003.



A área revitalizada passará por uma re-significação, incorporando valor simbólico e atraindo novos freqüentadores, além de contar com o fato de que, sendo uma área de grande valorização imobiliária pela localização, será também re-valorizada pelos prédios revitalizados, o que certamente atrairá novos negócios<sup>97</sup>, que incorporarão a parte dos pavimentos superior subutilizados. (Foto 04 e 05)

**Foto 04**

Revitalização do Centro – Rua 7 de Setembro com Maciel Pinheiro



**Foto 05**

Revitalização da rua Maciel Pinheiro



Fonte: Pesquisa de Campo – Nov/2001.

Nos anos de 1990 o processo de descentralização e de verticalização, marcaram a paisagem urbana de Campina Grande, bem como a busca da revitalização de algumas áreas é simultânea a degradação de outros espaços públicos que são ocupados individualmente e de forma indevida, sobrepondo o interesse particular ao interesse público.

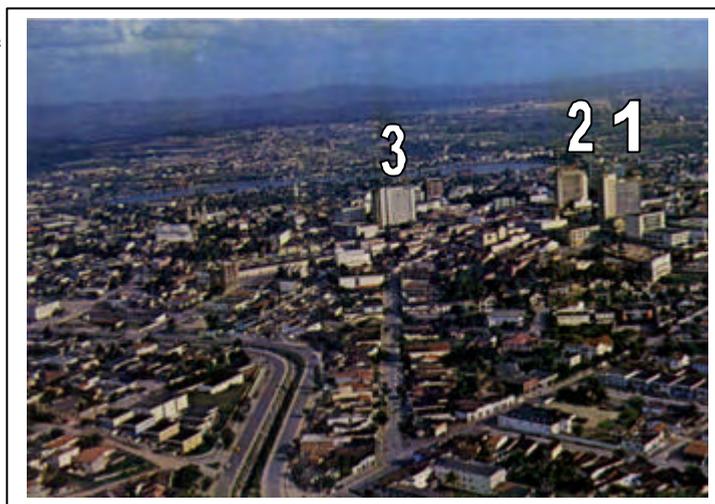
A cidade até finais dos anos oitenta tinha apenas três edifícios com mais de dez andares (Fotos 06 e 07) que marcavam fortemente a paisagem urbana. Todos localizados no Centro da Cidade e todos construídos nos anos 1960, destinados a abrigar consultórios (médicos e odontológicos) ou escritório (contábeis, de advocacia, de representações etc). Desta década até meado dos anos 80 (séc. XX) era toda edificação verticalizada expressiva da cidade, somada a alguns poucos prédios que se limitam ao máximo de cinco pavimentos.

---

<sup>97</sup> Ainda durante a elaboração deste trabalho, já dá para se perceber sensível mudança nas lojas do centro, que têm incorporado projetos mais arrojados e voltando-se para um público mais selecionado.

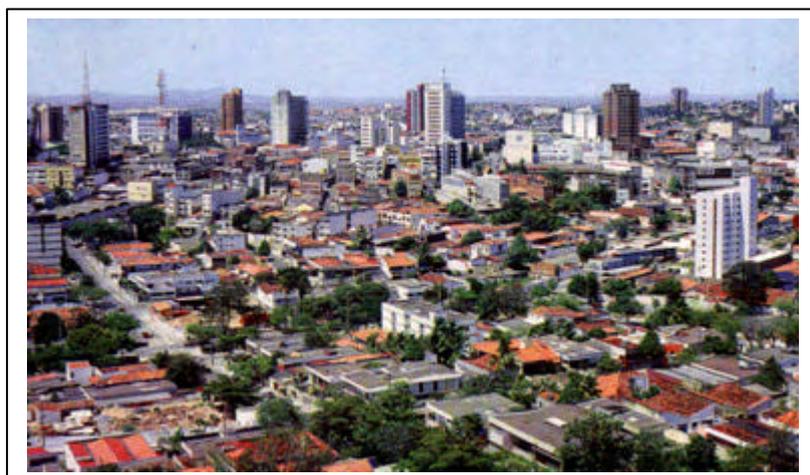
**Foto 06**

Vista aérea parcial de Campina Grande  
verticalização da década de 80



**1 – Edifício Rique – 2 – Edifício Lucas  
3 – Edifício Palomo**

Fonte: Cartão postal Ambrosiana –  
distribuição Garibaldi Cittadio



**Foto 07**

Vista aérea parcial do  
Centro de Campina  
Grande – 2000

Foto: Edson C. Delgado.  
In: Cartão Postal da  
Cluposil Artes Gráficas  
Ltda.

Hoje os edifícios de apartamentos pontilham quase toda a cidade, processo que se iniciou timidamente nos anos oitenta e que vem crescendo rapidamente. Não se pode dizer que Campina Grande seja uma cidade verticalizada, porém é indiscutível tal processo que se iniciou nos bairros da Prata, Alto Branco e Centro, hoje já se faz presente nos birro do Catolé, Bela Vista, São José, Bairro das Nações, Mirante<sup>98</sup> e outros.

<sup>98</sup> Os bairros das Nações e em especial do Mirante, onde a verticalização é mais expressiva, comprovam que tal processo não deriva da falta de espaço, mas de uma mudança de comportamento, pois se trata de bairros novos com amplos espaços para a construção civil. O Mirante logo após seu surgimento nos anos 80 já mostra forte tendência a verticalização. A mesma tendência já se apresenta em cidades menores, a exemplo de Patos.

O aumento da violência; os custos com manutenção (segurança, limpeza, jardinagem, etc); o barateamento e acessibilidade, pela socialização, de alguns equipamentos (como piscinas, saunas, salas de ginásticas, salões de recepções etc); e até mesmo a mudança de comportamento e a inovação nos padrões de moradia, são fatores, que leva a crer contribuem para o processo de verticalização.

No período de 15 a 30 de julho de 2001 foi realizada no Shopping Iguatemi a primeira mostra de imóveis de Campina Grande, a exposição apresentou grande quantidade de maquetes de alguns dos edifícios em fase de construção na cidade. No folder preparado pelos organizadores do evento é ressaltado o *“florescimento do mercado da construção civil”* na cidade. Este dinamismo da construção civil é observado em quase todo o país, daí recordarmos CORRÊA (1989, p. 23) e RODRIGUES (1997, P.57) que observam a importância da construção civil como amortecedora das crises cíclicas do capitalismo, tanto por ser um investimento seguro para o capital como também por se tratar de uma atividade geradora de empregos.

A construção de apartamentos na cidade, ainda recente, e voltados para uma classe média alta da população, torna este mercado valorizado e em expansão, daí os preços de apartamentos atingirem igual ou superior valor aos apartamentos de mesmo tipo construídos em João Pessoa e Cabedelo, que apesar de serem cidades litorâneas, tiveram um superior ritmo de verticalização e apresentam mercados mais saturados, comprovando a afirmativa de CORRÊA (1989, p.22) que: *“a produção de imóveis caros e finos pode chegar mesmo a saturar, havendo por outro lado, um déficit de residências populares”*.

Os anos noventa se caracterizam pela ausência de políticas públicas de produção de residências populares na cidade, típica do modelo neoliberal adotado pelo país, no qual o Estado se ausenta das políticas sociais. Situação que não se torna ainda mais grave em Campina Grande devido à pequena taxa de crescimento que vem apresentando. (ver Quadro 05).

## QUADRO 05

TAXAS MÉDIAS DE INCREMENTO DA POPULAÇÃO DE CAMPINA GRANDE				
PERÍODO	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000
RURAL	-3,45	-0,38	-0,01	-
URBANA	3,10	2,74	1,17	-
TOTAL	2,37	2,53	1,01	0,99

Fonte: Censo do IBGE (1970, 1980, 1991/2000) e contagem da população 1996, em <http://www.ibge.gov.br>.

Se por um lado há a ausência de políticas habitacionais em todos os níveis governamentais, com o crescimento da autoconstrução desordenada nos bairros periféricos, há também o surgimento das periferias de luxo (Mirante, Bairro das Nações), inclusive com a implantação do primeiro condomínio horizontal<sup>99</sup>, seguindo o estilo dos grandes centros do país. Nesse momento se sobressai a construção de edifícios de alto padrão e dos conjuntos de apartamento para classe média, consolidando uma nova paisagem urbana.

A conseqüência dessa crise prenunciada na década de 1970 se reflete nos anos de 1980 através do aparecimento dos meninos de rua e dos camelôs que invadem ruas e calçadas do centro da cidade, o que mereceu a atenção de BARROS (1987) *apud* ABREU (1994, p. 65) ao trabalhar, na sua tese de doutorado, sobre o comércio ambulante nas ruas centrais de Campina Grande.

Precisa-se, no entanto, transitar por entre as escalas para perceber que ao lado dos acontecimentos locais existem outros a nível nacional e internacional que interferem diretamente no território do lugar.

---

<sup>99</sup> A presença de um condomínio fechado, com lotes para residência, constituiu uma novidade para a cidade. Entre as vantagens vendidas pelos promotores desse empreendimento estão a segurança com privacidade, além de ser uma área verde e de clima ameno pela proximidade com o Brejo (Lagoa Seca). Aliás, o município de Lagoa Seca, a apenas 5Km de Campina Grande, tem sido o local onde parte da elite campinense tem adquirido sítios para fixar residência em belas chácaras. Deve-se também salientar que cidades circunvizinhas à Campina Grande como Lagoa Seca, Queimadas, Puxinanã, Massaranduba, Pocinhos e até cidades mais distantes como Esperança apresentam hoje expressivo movimento pendular em direção a Campina Grande, para onde pessoas residentes em tais cidades se dirigem para trabalhar ou estudar e retornam ao final do dia. Esse tipo de deslocamento diário sem a necessidade de fixar residência permanente em Campina Grande é viabilizado pelo eficiente sistema de fluxos que liga estas cidades.

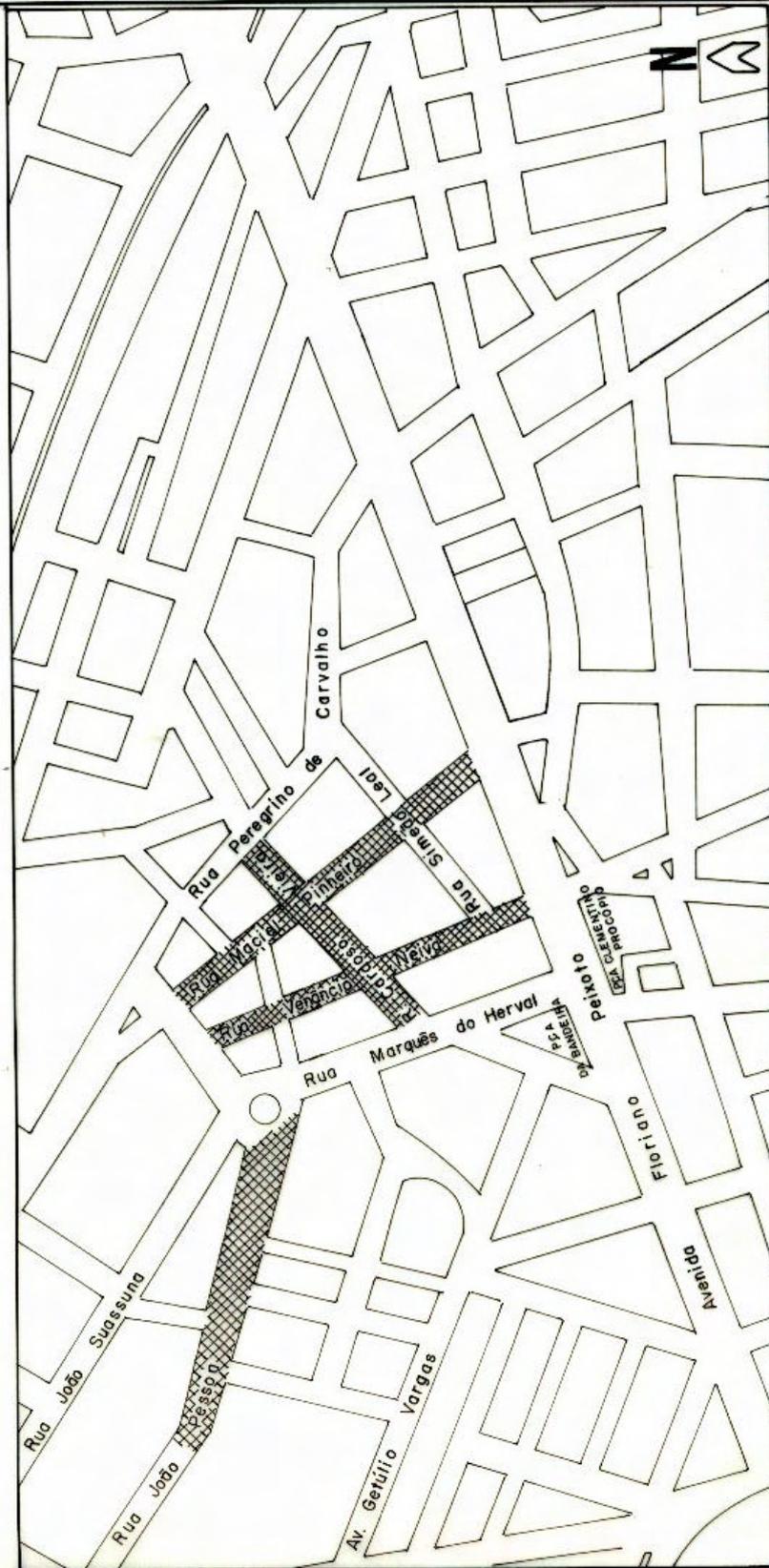
SANTOS (1993, p. 27) mostra que a industrialização que se desenvolve no país desde os anos 1940-50, buscava a formação de um mercado nacional, com território integrado e expansão do consumo que ultrapassa o nível regional. A urbanização tornava-se, portanto, mais presente em todo o território brasileiro “*com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores...*” (SANTOS, *op. cit.*).

A década de 1980 marca o processo de ocupação das ruas centrais de Campina Grande pelos camelôs. Fenômeno que mereceu a atenção de BARROS (1987), em seu estudo sobre o tema, observando que o comércio ambulante “*se intensificava nos meses finais do ano, culminando com as festas de natal e ano novo*” (BARROS, 1987, p. 126). Hoje, segundo a Associação Comercial e a prefeitura municipal, Campina Grande tem seu “segundo natal” no mês de junho, o que se deve ao acontecimento das festas juninas.

A invasão das ruas centrais pelos camelôs, que nos anos de 1980 (Mapa 14) causavam problemas aos comerciantes locais e era destaque na imprensa campinense (BARROS, 1987, p. 128), nos anos de 1990 intensificou-se mais ainda (Foto 08, 09 e 10), mas não mais ocupando a rua Maciel Pinheiro, cujo calçadão fora destruído, instala-se em outras ruas, conforme podemos observar no mapa 15. As calçadas de tais ruas, ocupadas pelo comércio informal praticamente deixaram de ser utilizadas pelos pedestres que passaram a dividir o leito dessas artérias com os automóveis.

Reflexo da crise que se abateu sobre o país, a invasão das ruas centrais de Campina Grande pelos camelôs, assim como em outras cidades, passou a ser questão polêmica e de difícil solução, pois ao mesmo tempo em que a população reclamava a devolução das calçadas e que os comerciantes se sentiam prejudicados em seus negócios, havia por outro lado a sensibilização por parte de parcela da população, que diante do desemprego, solidarizava-se com a causa dos ambulantes que buscavam sobreviver honestamente.

MAPA 14  
**COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE - DÉCADA DE 1980**



LEGENDA  
 RUAS OCUPADAS PELO COMÉRCIO AMBULANTE

FONTE: BARROS, Nilson, Cortez Grécia de. 1987.  
 DESENHO: Antonio Albuquerque de Costa.  
 Campina Grande, fev. / 2003.

**Foto 08**

Comércio ambulante na rua Cardoso Vieira



Fonte: Pesquisa de campo, Nov./2001.

**Foto 09**

Rua Cardoso Vieira – processo de revitalização



Fonte: Pesquisa de campo, Nov./2001.

**Foto 10**

Venda de raízes na Rua Cardoso Vieira



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2001.



Como observa SANTOS (1979, p. 35), a existência do circuito inferior “*trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares da vida moderna*”.

Na tentativa de solucionar este problema, a prefeitura desapropriou quatro áreas do Centro da cidade<sup>100</sup> com o objetivo de alocar o comércio “informal” (Mapa 16). Na verdade a realocação do “mercado informal” faz parte do projeto de revitalização do centro comercial conforme mapa 13 mostrado na página 71. Em 05 de fevereiro de 2002, durante a execução do referido trabalho, os camelôs foram retirados das ruas centrais para serem instalados nas “arcas” situadas na Avenida Floriano Peixoto e no Shopping Centro<sup>101</sup> (Fotos 11, 12, 13 e 14), de localização privilegiada. Nota-se, porém que apesar das negociações, essa operação de retirada não ocorreu sem que se fizesse presente um verdadeiro exército de guardas municipais com o reforço maciço da polícia militar.

Para FARIAS,<sup>102</sup> a operação de revitalização do centro comercial de Campina Grande com a retirada dos camelôs é uma re-higienização aos modos daquela praticada pelo prefeito Vergniaud Wanderley, apenas não utilizando o slogan da destruição criativa, fora de cogitação nesses tempos pós-modernos, quando revitalizar torna-se a nova tônica do momento.

Observa-se que a partir de então os camelôs relocados nas arcas da Catedral e Titão, bem como no Shopping Centro (Lojas Brasileiras), tornaram-se pequenos comerciantes de um comércio agora formal. Daí a diferenciação que SANTOS (1979) faz entre o comércio informal e o circuito inferior da economia, situação a qual se pode aplicar aos ex-ambulantes, que mesmo inseridos no circuito inferior, constituem, em sua maioria como pequenos comerciantes formalizados.

---

<sup>100</sup> O prédio das Lojas Brasileiras, Cine Capitólio, Algumas lojas da Avenida Floriano Peixoto, cujo recuo atestavam uma rugosidade da extinta rua Visconde de Pelota (Rua do Progresso) e outra área nas proximidades do Museu Histórico de Campina Grande.

<sup>101</sup> O Shopping Centro foi instalado no prédio onde antes funcionavam as lojas Brasileiras. Após a desapropriação, a prefeitura reformou o prédio, aproveitando a estrutura, porém melhorando a estética daquele caixote de concreto e vidro, que lamentavelmente, quando fora construído para acomodar a LOBRAS demolira o edifício Ezial, um dos mais belos exemplares da arquitetura déco de nossa cidade.

<sup>102</sup> Palestra proferida pelo professor Paulo Sérgio Cunha Farias, no curso de história da UFPB, Campus II, no dia 18 de junho de 2002 intitulada “Leitura Geográfica de Campina Grande”.



**Foto 11 – Arca Titão**



Fonte: Pesquisa de Campo. Fev./2003

**Foto 12 - Arca Catedral**



Foto: Filipe Fênix de Brito Costa



**Foto 13 -  
Shopping Centro  
(Shopping dos camelôs)**

Fonte:Dados da pesquisa  
de campo,  
fev./2003

**Foto 14 - Antigo cine Capitólio**



Fonte:Dados da pesquisa de campo,  
fev./2003

Quanto aos demais comerciantes “informais” que não foram relocados, estando desterritorializados, procuraram a rua João Pessoa, sob o protesto dos comerciantes locais. Outros ambulantes passaram a perambular pelas ruas da cidade conduzindo pequena quantidade de mercadorias nas mãos ou pequenos tabuleiros, geralmente bombons, cigarros, materiais escolares ou outros produtos sazonais, mesmo tendo as ruas se tornado territórios proibidos para a prática do comércio “informal”, tem sido comum, ao final do dia, nas ruas centrais a presença de ambulantes com produtos perecíveis, tais como frutas e verduras, em carroças, provavelmente ex-camelôs relocados que burlam a fiscalização municipal. Tal estratégia pode, no entanto, representar uma *“expansão progressiva de algumas unidades ambulantes”* que *“de início, ocupam cantos exíguos das calçadas, junto à parede, pondo a venda cigarros, confeitos”*, para *“depois se consolidar”*. (Barros, 1987, p.130). Reproduzindo o mesmo processo que BARROS (*op. cit.*) identificou nos anos de 1980.

A mesma tática pode estar sendo utilizada pelos vendedores noturno de lanches, que passaram a ser uma novidade nas ruas centrais, utilizando automóveis, carrinhos ou armando tendas, criam territorialidades momentâneas, que dão ao centro certo movimento, das primeiras horas da noite até o final de circulação dos ônibus urbanos. Essas territorialidades periódicas ocorreram com os trailers do parque do Açude Novo, Açude Velhos, e outras áreas da cidade, que aos poucos foram se fixando e definindo seus territórios permanentes, alguns montando grandes estruturas em espaços públicos que foram sendo ocupados individualmente.

Ao se fazer este rápido diagnóstico do espaço campinense durante estas três últimas décadas, não houve a pretensão de dar conta de todas as transformações que ocorreram em sua configuração territorial. Na verdade, mudanças múltiplas têm ocorrido, as quais exigem estudos específicos, dos quais um simples olhar não pode dar conta. A revitalização do Centro comercial, a re-locação dos camelôs, o processo de verticalização urbana, a descentralização de certas atividades, as novas territorialidades e a dinâmica espacial resultante dos eventos festivos são temas muito mais complexos e de espacialidades tão peculiares que a simples menção aqui feita está longe de exauri-los.

Sabe-se, no entanto, que embora se tenha a ingênua pretensão de se trabalhar a cidade enquanto totalidade<sup>103</sup> e de entendê-la como tal, muito longe esse intento está de se concretizar. Desta forma, o que se buscou foi fazer um registro de algumas das transformações pelas quais Campina Grande passa.

Sendo a dinâmica espacial um processo<sup>104</sup> e sendo ela contemporânea do tempo presente é algo difícil de se apreender. Apreensão esta mais perceptível na paisagem, a qual conjugando formas<sup>105</sup> presentes e pretéritas, dão concretude ao tempo. Porém aqui outro problema se apresenta, que é o resgate geográfico do que era Campina Grande.

Persiste, portanto, o dilema: há consciência de que a geografia que se faz do passado está sujeita às falhas, porém, persiste a certeza de que o entendimento do espaço na atualidade exige emprego do método histórico, daí as lacunas que certamente se fazem presentes, nessa reconstituição da formação do espaço campinense, uma vez que nem sempre é possível estabelecer com precisão as pretéritas sucessões espaço/temporal que se superpõem.

---

<sup>103</sup> “A totalidade é um a realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer”. (Santos 1997b, p.94)

<sup>104</sup> Processo “ação que se realizar continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança (...) é a estrutura em seu movimento de transformação”. (CORRÊA, 1987, p. 77).

<sup>105</sup> “Forma é o aspecto visível de uma coisa (...) que pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de uma determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas”. (SANTOS, 1997a p. 50-51)

### 1.3.2 – Campina Grande na Nova Hierarquia Urbana

Ao se admitir que “*cada coisa nada mais é que parte... do todo*” embora não seja a totalidade a simples soma das partes, nem que estas sejam suficientes para explicar a totalidade, mas “*ao contrário, é a Totalidade que explica as partes*” (SANTOS, 1997b, p. 93), surge a necessidade de se pensar a cidade nos seus múltiplos aspectos, dotada de dinâmica e de historicidade a qual atribui especificidade ao lugar enquanto subsistema da totalidade mundo.

Nessa linha de raciocínio Campina Grande surge como subsistema de sistemas mais amplos e as transformações nela ocorridas são em maior ou menor escala, conseqüências de mudanças das totalizações<sup>106</sup> ocorridas em escalas mais amplas. Entre os anos de 1960-80, o país busca a integração/consolidação do seu mercado interno, contexto no qual o “*funcionamento da economia do país passa a operar em bases cada vez menos locais e cada vez mais nacionais*”. (ARAÚJO, 2000, p.18)

È também o momento que segundo SANTOS (1993, p. 9) “*o perfil urbano torna-se mais complexo, com tendência à onipresença da metrópole*<sup>107</sup>, *através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos da matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos*”. Desta forma toda uma influência que Campina Grande tinha com sua hinterlândia se enfraquece, pois as redes agora invisíveis independem da proximidade.

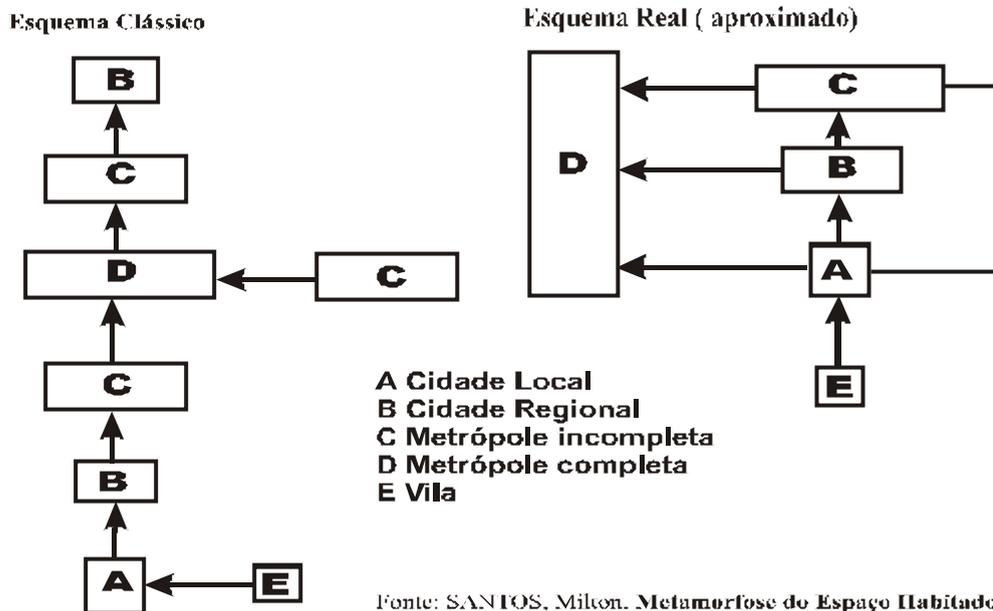
É no bojo dessas transformações que SANTOS (1991, p. 54) fala do curto-circuito do esquema tradicional na hierarquia urbana (Figura 01), ou seja, os pequenos centros locais não interagem apenas e necessariamente com as cidades mais próximas e de nível hierárquico ligeiramente superior. Este fato o autor (*op. cit.*) observa não apenas para a aquisição de bens e serviços, mas também na forma como hoje se processa o movimento migratório.

---

<sup>106</sup> Totalização é “*o processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo*”. (SANTOS, 1997b, p. 97)

<sup>107</sup> São Paulo passa a ser a metrópole nacional onipresente no território brasileiro graças às ligações dos fluxos de informação pelos quais torna-se simultaneamente presente a todos os lugares.

**Relação entre as cidades em uma rede urbana.**



Partindo dessas premissas, explica-se, em parte, o baixo crescimento demográfico de Campina Grande, pois havendo o movimento migratório agora se dado de forma “cada vez mais direcionado para os grandes centros” (SANTOS, 1991, p. 56) substitui a forma cascata pela qual a migra o se dava obedecendo aos “degraus da mencionada hierarquia urbana” (SANTOS, *op. cit.*).

Além desse fato, Campina Grande transforma-se em centro fornecedor de recursos humanos qualificados, que concluindo cursos superiores nas suas universidades e sem condi es de absor o pelo mercado local migram em sua maioria para os estados da região Norte. Aspecto idêntico ocorre com técnicos da Escola Redentorista, requisitados por centros maiores, tais como as metrópoles nordestinas ou para a região concentrada<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> Segundo SANTOS (1993, p. 39) a região concentrada corresponde grosso modo ao Centro-Sul do país, onde há uma moderniza o mais generalizada.

Como observa SANTOS (1991, p. 56 e 1993, p 123), a busca dos pobres<sup>109</sup> hoje se dá pelas grandes cidades, enquanto que as cidades médias “*são, crescentemente, lócus do trabalho intelectual (...) que reclamam cada vez mais o trabalho qualificado*”.

Campina Grande, mesmo fora do “Polígono Industrial Dinâmico do País” (Mapa 17), apresenta-se como uma das poucas aglomerações industriais de crescimento acelerado. Este fato também é detectado por COSTA (1993, p. 53) que observou para o ano de 1992 um crescimento industrial da ordem de 29,16% em relação ao período anterior<sup>110</sup>, e entre os anos de 1992 e 1997 este crescimento foi da ordem de 12,89%.

Diante do exposto, como entender a propalada crise da cidade e sua perda de importância no cenário estadual e regional?

O primeiro questionamento a se fazer é sobre a natureza da crise que afeta Campina Grande. Não será que tal crise está relacionada à adaptação da cidade ao meio técnico-científico-informacional que se impõe como hegemônico, ao mesmo tempo em que desestrutura as organizações preexistentes?

Vale salientar que não se vive mais o tempo em que o território brasileiro apresentava dificuldades de comunicações, por ser formado por arquipélagos, os quais eram comandados pelas metrópoles regionais. Tais subespaços “*evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior*” (SANTOS, 1993, p 26).

Naquele momento Campina Grande constituía-se em um espaço dinâmico, de um território pouco fluido, concentrava a produção e o consumo de bens, de forma a atender a demanda da população de sua hinterlândia. O território pouco integrado e o estágio no qual se encontrava o capitalismo, permitiam o surgimento de uma acumulação capitalista local, onde até a formação de bancos com sedes na cidade era possível.

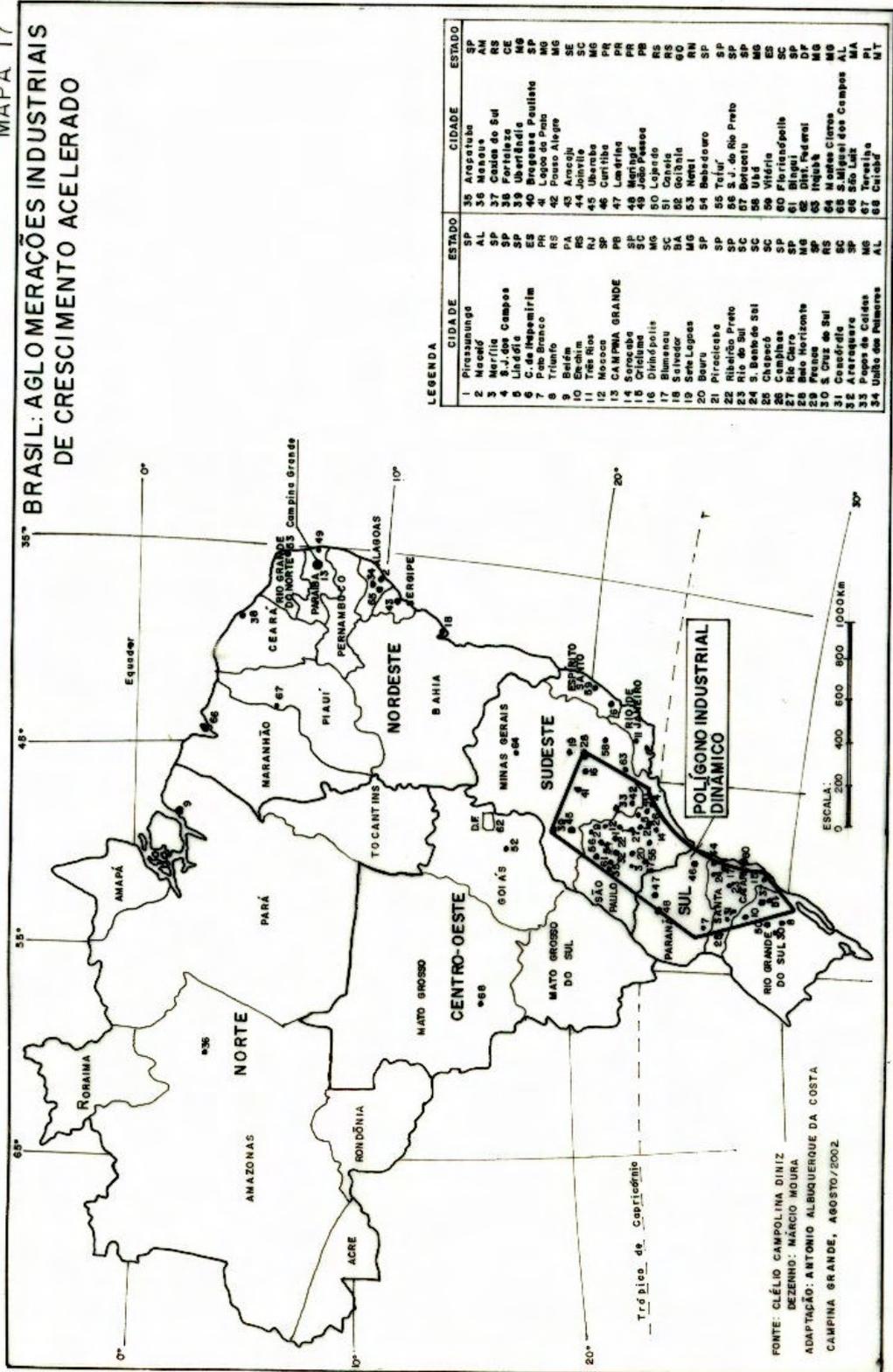
---

<sup>109</sup> Conforme SANTOS (1993, p. 56) a população de maior poder de mobilidade é exatamente aquela de maior poder de consumo e, por conseguinte aquela que pode se deslocar para lugares mais atrativos em busca de bens e serviços de sua escolha. Tal mobilidade é facilitada pelos modernos meios de transportes. A população mais pobre não dispondo dessa mobilidade e necessitando de bens e serviços não disponíveis nas pequenas cidades, as abandonam, migrando definitivamente para os grandes centros.

<sup>110</sup> O período anterior refere-se exatamente aos anos de 1980, considerada a década perdida tanto para Campina Grande, como para o Brasil como um todo.

MAPA 17

**BRASIL: AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS DE CRESCIMENTO ACELERADO**



**LEGENDA**

CIDADE	ESTADO	CIDADE	ESTADO
1 Piracicaba	SP	35 Aracaju	SE
2 Macaé	AL	36 Marabá	PA
3 Marília	SP	37 Caxias do Sul	RS
4 S.J. dos Campos	SP	38 Fortaleza	CE
5 Lins	SP	39 Uberlândia	MG
6 C. de Itapetirim	ES	40 Bragança Paulista	SP
7 Pombal	PR	41 Lagoa de Pinda	MG
8 Triunfo	RS	42 Pouso Alegre	MG
9 Aracaju	SE	43 Anápolis	GO
10 São Paulo	SP	44 Curitiba	PR
11 Três Rios	RJ	45 Uberlândia	MG
12 Moccim	SP	46 Curitiba	PR
13 CAMPINA GRANDE	PB	47 Lameiras	PR
14 Sorocaba	SP	48 Maringá	PR
15 Orizânia	SC	49 João Pessoa	PB
16 Dinópolis	MG	50 Lajedo	RS
17 Blumenau	SC	51 Capela	RS
18 São Carlos	MG	52 Volta Redonda	RJ
19 São Lourenço	MG	53 São João del-Rei	MG
20 Bauri	SP	54 Itapetirim	ES
21 Piracicaba	SP	55 Itapetirim	ES
22 Ribeirão Preto	SP	56 São João del-Rei	MG
23 Rio de Janeiro	RJ	57 Botucatu	SP
24 S. Bento do Sul	SC	58 Ubatuba	SP
25 Chapecó	SC	59 Vitória	ES
26 Cambaia	SP	60 Florianópolis	SC
27 Rio Claro	SP	61 Bauri	SP
28 Ribeirão Preto	SP	62 Itapetirim	ES
29 Foz de Iguaçu	PR	63 Itapetirim	ES
30 S. Cruz do Sul	RS	64 Montes Claros	MG
31 Cosmópolis	SC	65 S. Miguel dos Campos	AL
32 Aracaju	SE	66 São Luiz	MA
33 Picos	PI	67 Teresina	PI
34 União dos Palmares	AL	68 Celso	MT

FONTE: CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ  
 DEZEMBRO DE 1970  
 ADAPTAÇÃO: MÁRCIO MOURA  
 CAMPINA GRANDE, AGOSTO/2002.

A integração produtiva do espaço brasileiro se deu de forma concentradora e embora tenha modernizado o país como um todo, tal processo se fez de forma excludente, pois como observa ARAÚJO “*o crescimento da produção nos espaços periféricos não encontra mais limites regionais tipo mercado local ou capacidade de acumulação de capitalistas locais. O mercado é no mínimo nacional, e o financiamento da sua expansão é nacional e internacional*”. (ARAÚJO, 2000, p.19).

A busca de explicações para a crise de Campina Grande, tendo como ponto de partida a própria cidade tem sido infrutífera, se os empreendimentos locais foram desaparecendo, não se deve à mera incompetência ou descaso dos campinenses para com a sua cidade, uma vez que “*as dinâmicas econômicas são conduzidas por determinantes cada vez menos locais e cada vez mais nacionais e externos*”. (ARAÚJO, *op. cit.*)

Aprofunda-se nesse momento uma nova divisão territorial do trabalho, cuja especialização da cidade de São Paulo é veicular informações necessárias tanto ao processo produtivo quanto as mais diversas condições de funcionamento da vida econômica e social do país. Dá-se, segundo SANTOS, uma nova hierarquização urbana cujo princípio é a informação. (SANTOS, 1993, p. 91)

Com o controle da informação, São Paulo, em algumas condições, torna-se muito mais presente a uma cidade da área polarizada por Campina Grande, que a própria cidade polarizadora. Muitas das decisões, antes geridas em Campina Grande ou no Recife, são hoje comandadas por São Paulo. Dessa forma, tanto Campina Grande na condição de capital regional quanto Recife como metrópole regional perdem importância relativa nesse novo contexto.

Uma questão, porém, não deixa dúvidas, Campina Grande tem virtualidades pretéritas das quais tem tirado proveito. Evidente que, mediante a emergência do meio técnico-científico-informacional não se pode mais esperar que o comércio atacadista continue a ser a mola impulsionadora do “progresso” da cidade, responsável pela manutenção de uma área de influência, como muitos ainda o reclamam.

O sistema de informação e distribuição permite um fluxo de mercadorias capaz de atender ao consumidor onde quer que ele se encontre. Alguns serviços, porém, ainda não são viabilizados dessa mesma forma. É exatamente por haver serviços especializados, os quais só se tornam

viáveis a partir de certa demanda e através dos contatos pessoais, que Campina Grande consegue manter ou redefinir sua região polarizada<sup>111</sup>. É inadmissível imaginar nos dias atuais, um comerciante deslocando-se do interior do Maranhão exclusivamente para fazer compras no comércio atacadista campinense, no entanto é comum a presença de estudantes de todos os estados nordestinos e até de estrangeiros nas universidades da cidade.

O mesmo ocorre com os serviços de saúde, pois, se a maioria das cidades circunvizinhas a Campina Grande dispõem de atendimentos corriqueiros, há, no entanto, a inviabilidade de serviços especializados que só são encontrados nesta cidade, outros serviços ainda mais especiais continuam na esfera do Recife. Nesse aspecto é interessante observar como, apesar de todas as transformações ocorridas, estas duas cidades continuam a manter identidade, pois em ambos os casos são como tecnopólos e através da rede hospitalar e de serviços especializados que se sobressaem nas suas respectivas esferas.

Dessa forma, constata-se que a centralidade exercida pelas cidades e a hierarquia por elas determinadas não desaparecem com a ruptura do tradicional esquema hierárquico urbano. O que ocorre é uma redefinição de suas funções, beneficiando-se, todavia das heranças estabelecidas, pelo status que ocupavam na hierarquia urbana e que sobre outros aspectos conseguem manter.

Se Campina Grande, e até mesmo o Recife, perdem importância relativa pela centralização exercida através do meio-técnico-científico comandado a partir de São Paulo, ganham, no entanto, outras virtualidades adaptáveis às especificidades locais e a posição que ocupam na hierarquia urbana. Daí a própria dimensão urbana alcançada pela cidade no meio anterior, tornar-se, no presente, pré-requisito capaz de acolher ou impossibilitar novas e específicas ações.

No ano de 1967, a aquisição do primeiro computador do Nordeste pelos professores da Universidade Federal da Paraíba<sup>112</sup> (Anexo 04) constituiu-se numa antecipação espacial<sup>113</sup>, antes

---

<sup>111</sup> Trabalho como o de CARDOSO (1963), já referenciado neste capítulo, no qual a pesquisadora define a região de influência de Campina Grande através do alcance de seu comércio atacadista nos anos 1960, urge no aspecto de definir a nova regionalização campinense através dos serviços em especial educacionais e médico-hospitalares.

<sup>112</sup> Revista Época, 7 de maio de 2001.

<sup>113</sup> A “antecipação espacial” é para CORRÊA (in CASTRO 1995, p. 39) “*uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas*”.

mesmo que o meio técnico-científico se manifestasse nos espaços periféricos. Esta ação foi fundamental para que em 1984, o Parque Tecnológico de Campina Grande fosse criado, com o objetivo de estimular a produção científica e tecnológica de ponta como observa COSTA (1999, p. 68). (Anexo 05)

Neste segundo momento não se pode qualificar tal ação comandada pelo Estado como uma prática de antecipação espacial, visto que o meio técnico-científico já está plenamente esboçado em nosso território, ainda que apresentando defasagem entre os lugares. É também o período em que BRETON (apud SANTOS, 1997b, p 146) classifica como sendo da terceira fase da informática<sup>114</sup>. Coube ao Estado nesse momento viabilizar as condições de reprodução da produção científica, cuja virtualidade já estava presente em Campina Grande, através de sua Universidade Federal.

Nota-se que a efetivação de Campina Grande como tecnopólo é resultado de um processo, cujo ponto inicial remonta a década de 60, porém com reconhecimento em 1993, quando a cidade foi a segunda do país a ser escolhida para sediar um núcleo de desenvolvimento de Software para Exportação (SOUSA, 2001, p. 2). Condição que insere a cidade na condição lugar de certa luminosidade no espaço da globalização.

Contando com 56 empresas de tecnologia, que oferecem 500 empregos (Anexo 06), o setor corresponde a 20% da economia local (CANANÉIA, 2001, p. 2). Características bem diferentes daquelas apresentadas pelo comércio e pela indústria, em especial aquela de organização fordista, geradores de milhares de empregos, desde os mais qualificados até aqueles extremamente especializados. Dessa forma Campina Grande aparece aos olhos de significativa parcela de sua população como uma cidade sem oportunidades.

Somando-se a onda de pessimismo está o inevitável paralelo que sempre é estabelecido com a capital do Estado, que tendo a partir do regime militar assumido uma política

---

<sup>114</sup> A primeira fase da informática se estende de 1945 até a década de 1960 – fornecendo os primeiros instrumentos na produção de bens e serviços (informática, robótica, telecomunicações e biotecnologia). A segunda fase avançou até o final da década de 1970 (softwares performantes, poderosos bancos de dados, telecomandos de concepção e produção, sistemas experts, captadores de todos os tipos, mensageiros eletrônicos, iconografias interativas, telecopia, mapas seletivos a puce). A partir dos anos 80 inicia-se a terceira informática quando a tecnologia de informação torna-se a substância e condição de operacionalidade de outras tecnologias. Essas tecnologias convergentes são baseadas na combinação entre tecnologia digital, política neoliberal e mercado globais. (Santos, 1997b, p 146-147).

centralizadora, conseguiu absorver empresas e instituições que antes tinham sedes em Campina Grande a exemplo da SANESA, TELINGRA<sup>115</sup> etc. Além disso, João Pessoa pela sua condição de capital concentra a burocracia estatal com funcionários de todas as esferas.

O aparente dinamismo apresentado pela capital, que se sobressai no Estado pela alta concentração da renda e pelo elevado nível de consumo, mesmo sem tradição comercial, sem apresentar forte base industrial e engatinhado no turismo, muito aquém das demais capitais nordestinas, só se justifica pela concentração do funcionalismo público nas esferas municipal, estadual e nacional.

Embora a população de João Pessoa seja 17% da população total da Paraíba e 1,6 maior que a população de Campina Grande, concentra cozinha 47% do potencial de compra de todo o Estado. Enquanto que Campina Grande com 10% da população paraibana resume seu potencial de compra a 16% (BALANÇO ANUAL DA PARAÍBA, 2000, p. 62)

Explica-se tal poder de consumo da Capital pelo tamanho da máquina administrativa presente na cidade. Daí a diferença no valor do consumo que alguns produtos apresentam em relação a Campina Grande, segundo maior centro do Estado, conforme é possível observar no QUADRO 06. O baixo poder de consumo da população campinense inevitavelmente vai se refletir no comércio varejista, enquanto que o comércio atacadista atingido pelo atual sistema de transportes e comunicações perde a abrangência do passado, configurando-se assim a crise do comércio na cidade.

Aspecto que merece atenção é a diferença do valor de consumo de frutas, verduras e legumes apresentados no QUADRO 06, que embora se mostre bem superior para a capital do estado, quando se trata da comercialização desses produtos pela EMPASA-CG, só há paralelo na região com a CEASA-Recife, pois como aponta NASCIMENTO (1999, p. 52-53), tais centrais de abastecimento têm volume de comercialização mensais superior a 5.000t/mês, enquanto que centrais como a EMPASA-JP e a CEASA-Natal têm comercialização de respectivas 2.400 e 1.600 toneladas mensais.

---

<sup>115</sup> SANESA E TELINGRA, empresas municipais de abastecimento de água e esgoto e de telefonia, respectivamente, foram absorvidas pela CAGEPA E TELPA empresas de escala estadual cujas sedes se situam em João Pessoa.

**QUADRO 06****Índice Potencial de Consumo para Campina Grande e João Pessoa em R\$ mil – ano 2000**

Produtos	População	Campina Grande	João Pessoa
		356.438 hab.	595.512 hab.
Carne Bovina		32.294	84.662
Carne de Frango		22.127	54.305
Frutas		20.735	57.116
Legumes e Verduras		12.464	32.374
Leite e Derivados		48.566	131.987
Macarrão		5.593	13.619
Panificados		48.919	124.305
Enlatados e Conservas		2.926	8.387
Óleo de Cozinha		4.789	12.041
Maionese		886	2.307
Refeições fora de casa		79.326	227.506
Biscoitos, doces e salgados		12.271	31.253
Café		7.798	18.992
Cerveja		17.569	50.114
Refrigerante		26.530	72.446
Sucos		13.788	37.583
Fumo		18.836	48.170
Produtos de Higiene		14.621	39.185
Cabeleireiro		10.190	29.530
Produtos de limpeza		14.621	39.185
Imóveis - aquisição		29.177	98.970
Imóveis - Reforma		68.208	200.697
Imóveis - alugueis		66.282	194.783
Móveis		37.425	103.646
Veículos - aquisição		27.731	256.039
Veículos -manutenção		27.712	90.504
Eletrodomésticos		68.595	190.536
Roupas masculinas		10.503	28.758
Roupas Femininas		22.614	65.574
Roupas infantis		22.191	63.875
Calçados		31.2997	86.428
Educação (1º e 2º graus)		61.162	194.261
Médicos		2.158	6.721
Trat. Dentário		6.200	19.718
Remédios		36.423	99.537
Óculos e lentes		3.247	9.803
Livros e Revistas		534	1.720
Viagens		14.648	47.127

FONTE: BALANÇO ANUAL PARAÍBA. Gazeta Mercantil. Recife, agosto de 2000, ano II, nº2, Publicação anual. P. 64-66.

NASCIMENTO (*op. cit.*) ainda observa que da comercialização em torno de 5.000 toneladas mensais, realizada pela CEASA-Caruaru, 2.000 toneladas são provenientes da EMPASA-CG. Tal fato se deve ainda a natural virtualidade da localização de Campina Grande, na proximidade do Brejo Paraibano, área produtora de frutas, verduras e legumes.

Note-se nesse aspecto uma outra transformação de como a cidade passa a exercer sua centralidade, não mais pela sua Feira Central através da ação de agentes diversos que comercializam seus produtos para outras localidades, mas através de um órgão de Estado que controla e centraliza esta atividade, evidente que não desaparecem os vários agentes sociais que dão vida a essas relações, como bem observa NASCIMENTO (1999, p. 81-117).

Se por um lado se observa a crise do comércio atacadista pela inserção do meio-técnico-científico-informacional e da facilidade promovida pelos transportes, em NASCIMENTO (1999) está explícito que novas redes se formaram, facilitadas por tais vetores modernizantes, inclusive possibilitando que determinados produtos se façam presentes durante todo o ano, mesmo quando regionalmente se encontram em entressafra.

Defende-se, portanto, que a crise enfrentada por Campina Grande é reflexo da reestruturação terciária que abala toda ordem econômica estabelecida, sob outras dinâmicas, como respostas a formas de organizações e acumulações pretéritas.

## **Capítulo II**

### **A Feira de Campina Grande: transversalidade na sucessão dos meios.**

A Feira de Campina Grande acompanhou toda a história da cidade, adaptando-se ao advento dos diversos meios que se sucederam. Conservando elementos dos meios pretéritos, ao mesmo tempo em que absorvia as modernidades dos meios emergentes. Ainda hoje, o transporte em carroças de burros continua presente convivendo com as modernidades do meio atual.

São os objetos dos meios pretéritos ainda presentes na Feira que contam a história desse espaço rugoso, porém muito mais do que símbolos, as rugosidades apresentam funcionalidades no momento presente, atendendo as necessidades dos diversos grupos sociais, motivo pelo qual a presença de tais rugosidades se justifica.

Mesmo diante da emergência de um meio técnico-científico e informacional, os grupos sociais vivem tempos sociais diferentes. Daí a lamparina a querosene ainda ser artigo de consumo para alguns, enquanto que para outros é peça folclórica que lembra um passado distante.

A Feira chega aos dias atuais, quando todos os espaços são globais, como uma rugosidade que resiste aos vetores externos mesmo dialeticamente se transformando aos absorvê-los, ao mesmo tempo em que dá a tais modernizações toda uma re-significação ao adaptá-las as características e necessidades do meio local.

Pelo fato de transpassar toda a evolução histórico-espacial de Campina Grande, a Feira será aqui considerada como uma transversalidade, já que permeia todos os momentos do desenvolvimento urbano, das relações estabelecidas entre o rural e o urbano e entre a cidade e sua região.

## 2.1 – Um breve resgate das suas espacialidades/temporalidades.

A Feira de Campina Grande teve sua origem e primeira localização no sítio das Barrocas, arruado que se formou a partir do aldeamento Ariú, na margem esquerda do riacho das Piabas como já salientamos no capítulo I. (Mapa 18)

A Feira era o local dos forasteiros pobres, mercadores de cereais e aventureiros conforme aponta CÂMARA (1998, p. 21), mas também serviu de ponto de atração para boiadeiros e almocreves, nos seus deslocamentos entre o litoral e os sertões. Momento no qual a Feira, durante seu acontecimento, tornava o incipiente lugarejo em localidade central.

Tal centralidade definiu um raio de alcance espacial muito extenso, devido a grande rarefação da população com baixíssima capacidade de consumo, pois vivendo ao nível quase exclusivo de subsistência, os sítios e fazendas das cercanias de Campina Grande necessitavam de muito pouca coisa que não produziam, ou seja, o lugarejo não tinha muito que oferecer para essa população que foi se instalando nas fazendas de suas redondezas.

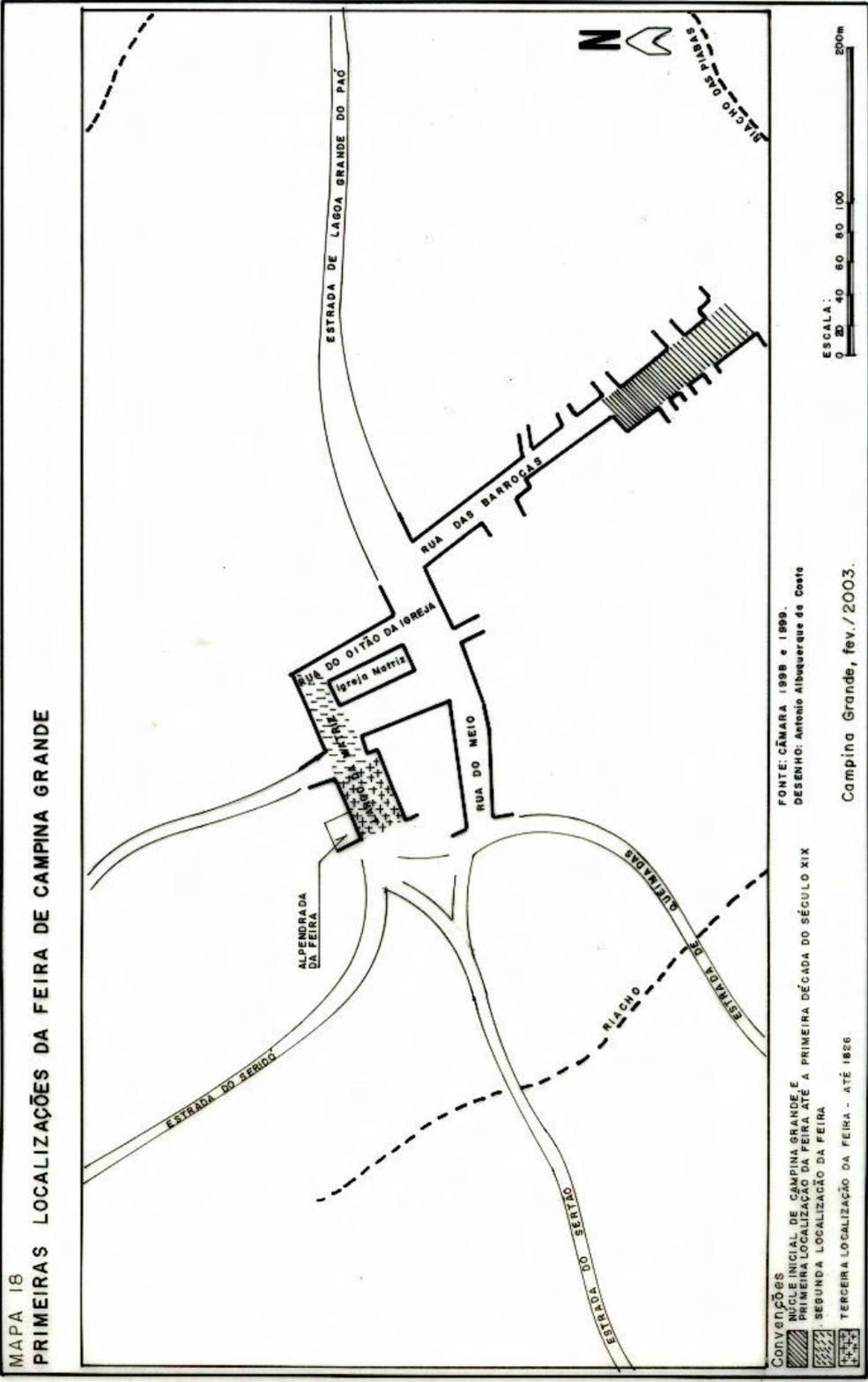
Desta forma, a existência e importância de tal mercado se devem muito mais a população sertaneja, que tinha o suprimento de farinha de mandioca viabilizado pelos boiadeiros e almocreves, os quais em suas travessias entre o litoral e o sertão se abasteciam na feira das Barrocas. É este fato que torna possível afirmar que o raio de alcance espacial máximo<sup>116</sup> foi muito mais importante na consolidação desse mercado periódico que o alcance mínimo<sup>117</sup>.

Se hoje é difícil imaginar como um produto tão popular, como a farinha de mandioca, foi capaz de promover tão extenso raio de alcance espacial, é preciso analisar as características espaciais do momento em destaque, quando:

---

<sup>116</sup> Conforme CORRÊA (1989, p. 21) o alcance espacial máximo “refere -se à área determinada por um raio a partir da localidade central: dentro desta área os consumidores deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviço. (...) Para além dela os consumidores deslocam-se para outros centros que lhe são mais próximos...”

<sup>117</sup> “o alcance espacial mínimo, por sua vez, compreende a área em torno de uma localidade central que engloba o número mínimo de consumidores que são suficientes para que uma atividade comercial ou serviços, uma função central, possa economicamente se instalar.” (CORRÊA, op. cit.)



- a) A farinha, alimento básico da população, era estocada em caixões de madeira para ser consumida nos períodos de secas, com o queijo de coalho, a carne-de-sol, a caça, o feijão macassar, a fava, a rapadura etc. (Foto 15)
- b) As localidades viviam quase que em completo isolamento, retirando do meio o máximo para a sobrevivência, surgindo daí a chamada civilização do couro. Até mesmo as grandes fazendas tinham estilo de vida muito modesta.
- c) O comércio mais sofisticado (tecidos, jóias, perfumes, tachos de cobre, louça de porcelana etc.) era praticado de forma itinerante pelos caixeiros viajantes<sup>118</sup>, que adentravam pelos sertões à busca de freguesia.

**Foto 15**

Caixão para armazenar de alimentos

Fazenda Roçado do Mato –  
Município de Boa Vista – PB

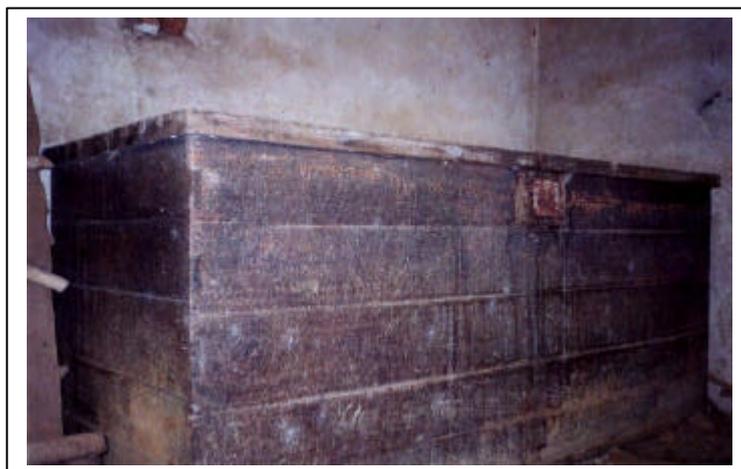


Foto: Paulo Sérgio Cunha Farias

A construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição<sup>119</sup>, no alto da colina com as costas voltadas para os mocambos da rua das Barrocas, atraiu para sua proximidade os negociantes e forçou, posteriormente, a transferência da feira das Barrocas para o largo da Matriz, ocasionando o prestígio dessa rua em detrimento da primeira.

---

<sup>118</sup> Em sua grande maioria os caixeiros viajantes eram judeus (os cristãos novos), mas também era comum a presença de árabes e libaneses (Informação prestada pelo Sr. TOMÉ ALVES DA COSTA, que ainda presenciou este tipo de comércio na sua infância).

<sup>119</sup> A igreja de Campina Grande teve sua construção autorizada pela carta Régia de 13 de janeiro de 1701, a qual ordenava o pagamento de cômputo ao Capelão no valor de vinte e cinco mil reis. (CÂMARA, 1999, p.26)

Com a mudança da feira para o largo da Matriz, foi construída no local a alpendrada da Feira, cobertura de telhas de barro no extremo do povoado (Mapa 19). Nas proximidades da “alpendrada” também foi construída a cadeia (1814), edificações que comprovam a importância que esse logradouro foi tomando, ao congregar os principais objetos que davam alento ao povoado por aqueles tempos. (CÂMARA, 1998, p.33)

Em 1826 foi construído o mercado de cereais de Baltazar Gomes Pereira Luna<sup>120</sup> (Foto 16), também no largo de Matriz, delineando mais uma vez o extremo do povoado na bifurcação entre as estradas de Queimadas e do Sertão, com acesso para a estrada de Alagoa Grande do Paó (Mapa 20). Neste mesmo ano, a feira foi transferida para frente deste mercado. (CÂMARA, 1998, p. 37)

**Foto 16**

Mercado de Baltazar Luna (Mercado Velho)

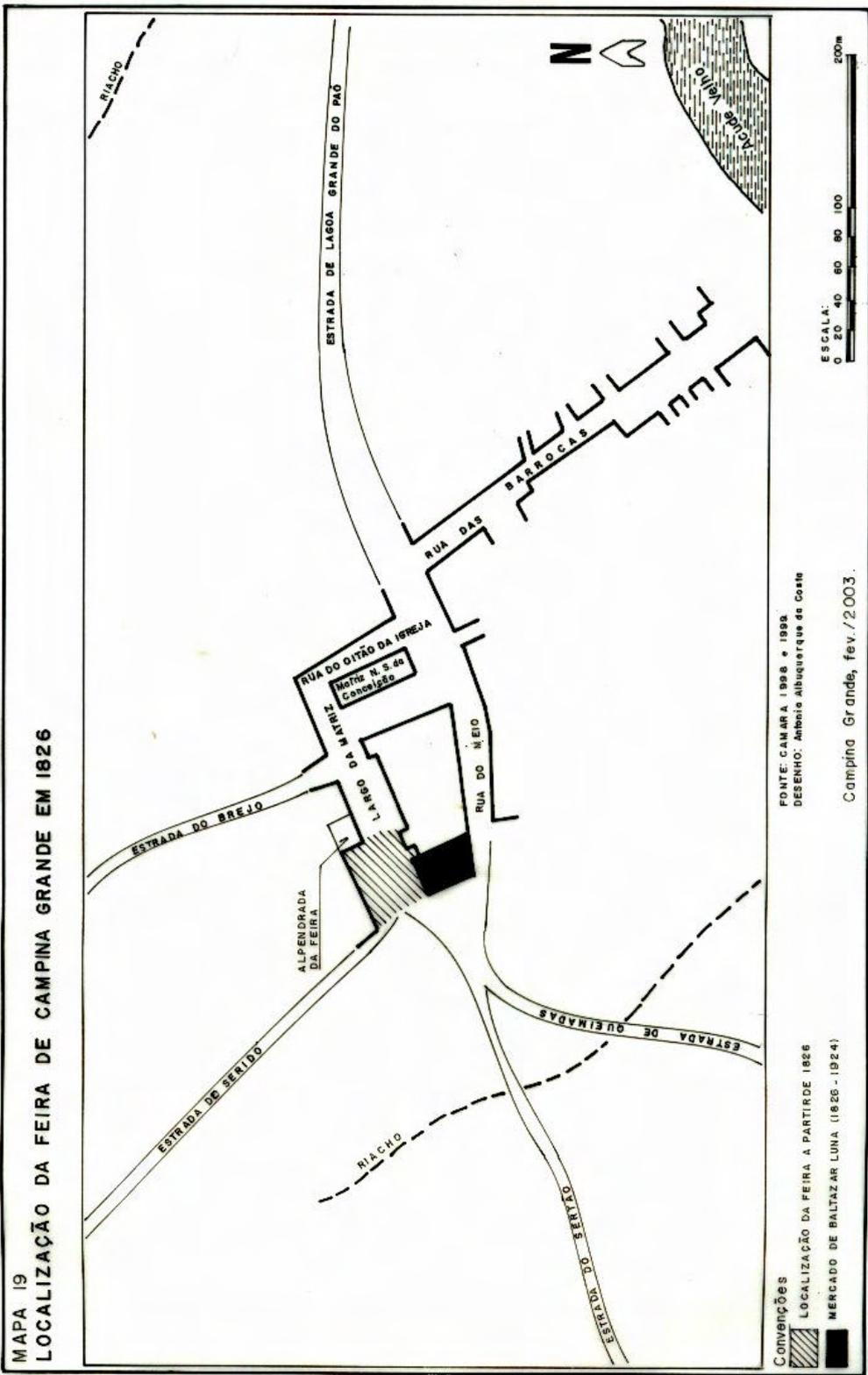


Fonte: Cristino Pimentel – Pedços da História de Campina Grande, 1958.

A feira de Campina Grande que desde seu surgimento realizava-se aos domingos mudou para o sábado no ano de 1839, “a pedido do bispo de Olinda, Dom João Perdigão” que se encontrava em visita pelo ‘*interior das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*’ (ALMEIDA, 1979, p. 270). Mudança que permanece até o presente.

---

<sup>120</sup> Baltazar Gomes Pereira Luna, emigrante europeu, era casado com a filha de importante chefe político do partido liberal, o capitão-mor José Nunes Viana. (CÂMARA, 1999, p.33)





Entre as décadas de 1840-50 a feira de Campina Grande encontrava-se em declínio, enquanto as feiras de Brejo de Areia e Mamanguape se apresentavam como as mais importantes da província da Paraíba. (CÂMARA, 1999, p.59). Mesmo assim, CÂMARA (*op. cit.*) registra que em 1845 um sexto da população paraibana<sup>121</sup> se abastecia na feira de Campina Grande. Nesse momento surgem feiras, que mais bem localizadas em relação aos antigos espaços de alcance da feira de Campina Grande, atraíram para si tais parcelas de mercado. Foram os exemplos das feiras de Icó (CE), Timbaúba dos Mocós e Limoeiro do Norte (PE), além das já citadas feiras de Areia e Mamanguape na Paraíba. (CÂMARA, 1999, p. 59)

As Feiras de Icó, Timbaúba e Limoeiro, não só haviam se tornado importante em seus Estados (Ceará e Pernambuco), como também passaram a ter raios de influências dentro da Paraíba. A primeira atraindo para si a freguesia do Sertão paraibano, enquanto que as de Pernambuco atraíram a freguesia de Monteiro e Carnoió<sup>122</sup> (CÂMARA, *op. cit.*). O fluxo deste rincão da Paraíba para a feira de Limoeiro provavelmente se dava pela primeira estrada do Sertão que fazia a ligação entre as duas áreas, como é possível observar no Mapa 20.

No período em foco a feira de gado do Marinho (Mapa 21) era apontada por CÂMARA (1998, p. 38) como a maior da província, acrescentando ainda que “*sempre se manteve constante*” ao contrário da feira de cereais que devido às concorrências enfrentadas, apresentava oscilações, muito embora tenha sido a feira de cereais “*à mais sólida base sobre que se assentou à vida econômica local até fins daquele século (XIX)*” CÂMARA (1999, p. 29).

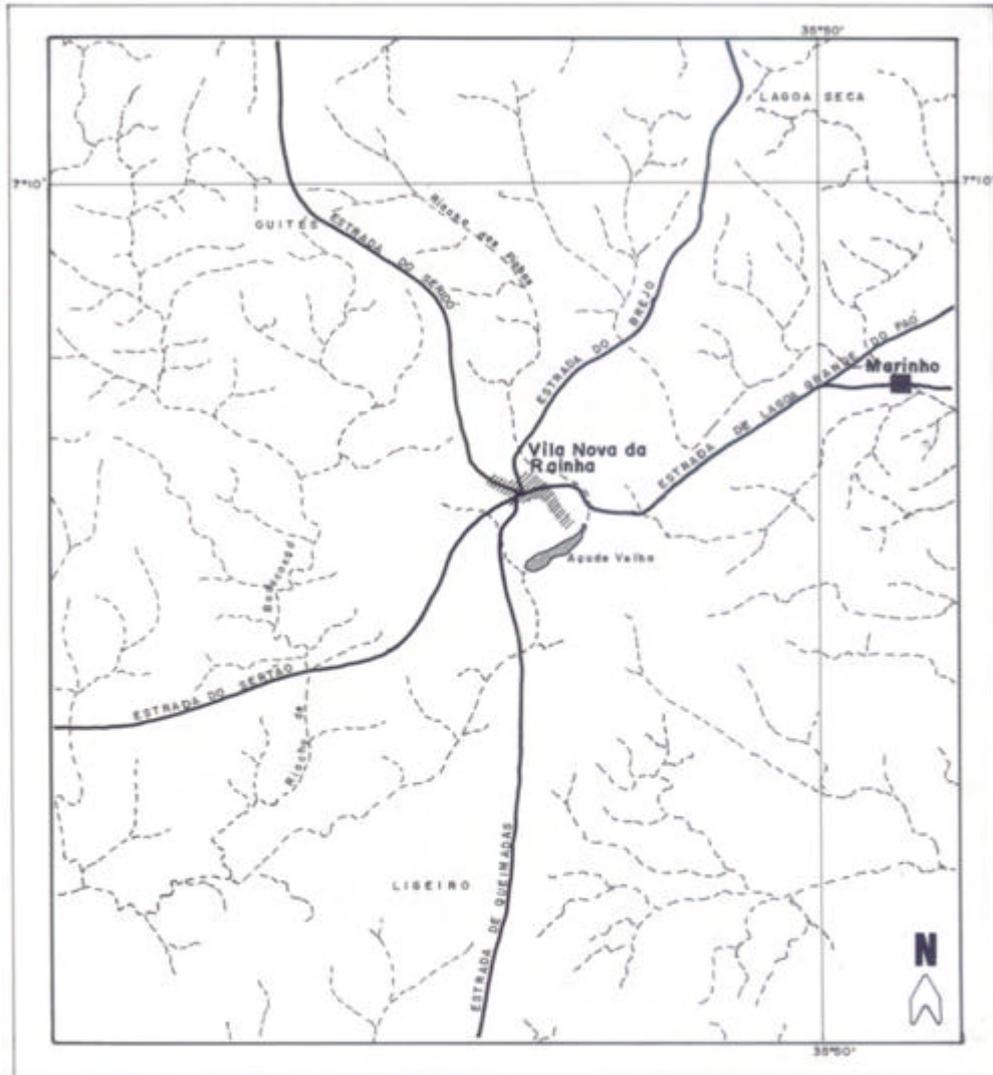
Importância que só foi mantida graças à significativa parcela do Agreste e do Cariri que continuou com forte ligação com a feira de Campina Grande, bem como pelo aumento da população do entorno (CÂMARA, *op. cit.*). Ainda analisando o Mapa 21, observa-se que o acesso ao Seridó se dava diretamente por Areia, enquanto que a nova estrada do Sertão passando por Campina Grande punha em contato parcelas do agreste e do Cariri.

---

<sup>121</sup> Segundo CÂMARA (1999, p.60) a população da Paraíba no ano de 1845 era de 150.000 pessoas das quais 25.000 dependiam da feira de Campina Grande.

<sup>122</sup> Corresponde a cidade de Boqueirão. Fonte: PAUWELS, Geraldo José. Atlas Geográfico Melhoramentos, 15ª edição. São Paulo: /edições Melhoramentos, 1957.

MAPA 21  
FEIRA DE GADO DO MARINHO



- ESTRADAS
- - - - - REDE HIDROGRÁFICA
- ▨ VILA
- FEIRA DE GADO

FONTE: CÂMARA, 1998 e 1999.  
DESENHO: António Albuquerque da Costa

Campina Grande, fev. /2003.

Escala: 

Em 1864, o comerciante Alexandrino Cavalcante de Albuquerque construiu um novo mercado na rua do Seridó<sup>123</sup>, artéria que passara a ser povoada pelos “forasteiros”, como eram chamados todos os recém chegados à cidade, tanto pelos naturais como por aqueles que já haviam se estabelecido por mais tempo em Campina Grande.

Para frente deste mercado, Alexandrino Cavalcante com o apoio dos comerciantes locais, transferiu a feira de cereais (mapa 22). Localização que para CÂMARA (1999, p. 73) foi estratégica, pois dava “*acesso fácil aos brejeiros, ao mesmo tempo que (sic!) os sertanejos pela frente, carregavam para o largo do Rosário e Açude Novo, tudo a dois passos das casas de rancho, que ficavam próximos ao cemitério das Boninas*”.

Ainda de acordo com CÂMARA (*op. cit.*) o novo edifício do mercado público, embora sem beleza, tinha mais espaço que o mercado de Baltazar<sup>124</sup> e dispunha de locais para mercearias e cafés. A mudança do local da feira desagradou Baltazar, um dos principais representantes do partido liberal<sup>125</sup>. A partir de então a localização da feira passou a ser uma questão de disputa de poder, fato que inspirou GURJÃO (2000, p. 29-57) a escrever sobre o assunto, com o título “*para onde o poder vai, a feira vai atrás*”, o que bem expressa o papel da Feira nas relações de força que se estabelecia na política partidária local.

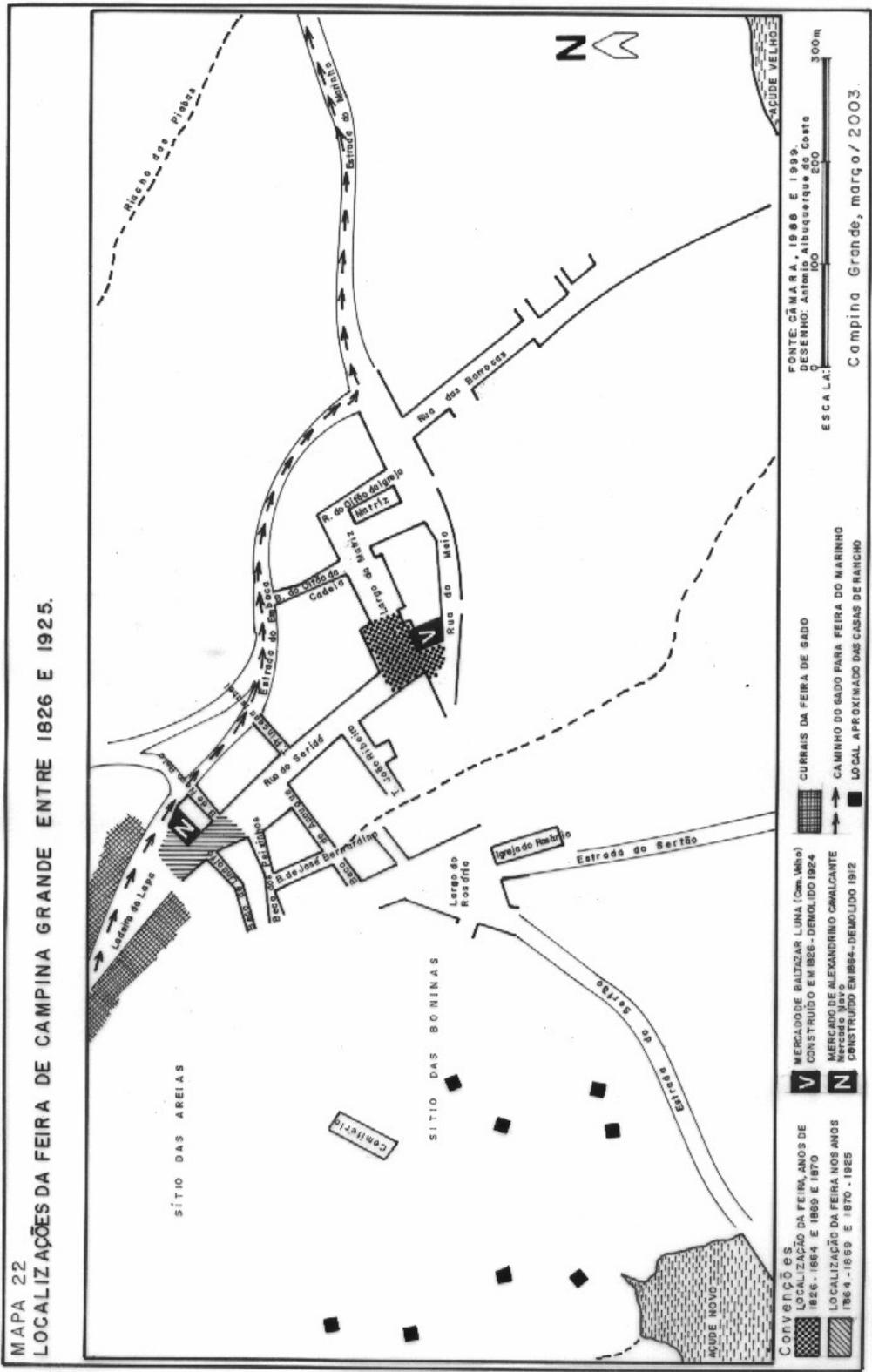
Como observa CÂMARA (1998), em diversos momentos, essas mudanças que ocorriam na localização da Feira de Campina Grande, repercutiam diretamente nos distritos, que também relocavam suas feiras em frente às casas dos líderes políticos locais, seguindo a tendência política da sede do município, liberal ou conservadora. Essa disputa pela localização da feira, bem mais que uma demonstração de caprichos do poder político, comprovava a importância econômica desse objeto para a vida de Campina Grande, constituindo-se no acontecimento semanal mais importante, que aos sábados conferia centralidade à localidade.

---

<sup>123</sup> Atual rua Maciel Pinheiro

<sup>124</sup> Com a construção do mercado de Alexandrino Cavalcante o mercado de Baltazar Luna passou a ser chamado de Mercado Velho.

<sup>125</sup> GURJÃO (2000, p. 29) observa que em Campina Grande a divisão entre liberais e conservadores “*era particularmente contraditória*”, sendo o partido liberal constituído pelas famílias tradicionais ligadas as grandes propriedades rurais, enquanto que os conservadores eram representados pela burguesia urbana formada por comerciantes vindos de fora e estabelecidos na cidade.



Em 1869, a feira de Campina Grande retornou para frente do comércio velho, o que significava que eram os liberais que estavam no poder. Porém, em 1884, foi a vez dos conservadores subirem ao poder, cujo chefe do partido era Alexandrino Cavalcanti. Como era de se esperar, a feira voltou para frente do comércio novo. Mudanças que segundo CÂMARA não ocorriam sem “*exacerbações políticas*”, com pancadarias e assassinatos pela capangada que impedia a realização da feira em tais ocasiões. (CÂMARA, 1998, p. 55 a 62).

A subida de Floriano Peixoto a presidência da república, conduziu os liberais ao poder, partido que em nível local era chefiado pelo coronel João Lourenço Porto. Fato que estimulou o referido coronel a entrar na cidade (em 2 de janeiro de 1892) com um bando de trinta jagunços armados, para depor o Conselho de Intendência presidido pelo coronel Cristiano Lauritzen, bem como para mudar a feira para o mercado velho<sup>126</sup>. (CÂMARA, 1998, p. 65-66)

A pitoresca cena de far west, apesar de ter resultado em conflito armado, com jagunços<sup>127</sup> de ambos os lados, não reverteu à situação de então, e a feira permaneceu no largo do mercado novo de onde só saiu em 1941, para o atual local. Observa-se também que ao longo de sua história a Feira de Campina Grande foi território de disputa não apenas dos coronéis que comandavam a política local, mas também palco de outras disputas a exemplo da revolta dos Quebra-Quilos em 1874 e do Rasga-Vales<sup>128</sup> em 1895.

Em 1925, apesar de continuar no mesmo local, a Feira ganhou um novo mercado, desta vez não mais de particulares, era um mercado público construído na administração de Ernani Lauritzen, ao lado do mercado de Alexandrino Cavalcanti, cuja inauguração ocorreu no dia 22 de outubro do referido ano. (CÂMARA, 1998, p. 102). O Mercado Novo possuía uma entrada pela atual rua Maciel Pinheiro e outra pela rua Barão do Abiaí.

---

<sup>126</sup> O Mercado Velho foi demolido em 07 de Janeiro de 1924, no seu lugar foi construído o grupo escolar Sólon de Lucena, hoje reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, um dos raros prédios históricos que permaneceram na cidade, em arquitetura neoclássica. (CÂMARA, 1998, p 100)

<sup>127</sup> Como observa CÂMARA (1998, p. 63), embora os dois partidos tivessem capangas acobertados pelos chefes políticos, era o partido liberal que mantinha maior número, exatamente por agregar os grandes proprietários rurais.

<sup>128</sup> O Rasga-Vales embora de cunho explicitamente político, atingiu os feirantes alheios a tais disputas partidárias. Os Vales eram documento impresso e assinado pelos comerciantes que circulavam nos dias de feira com o intuito de facilitar as transações comerciais que eram dificultadas pela escassez de moeda de pequeno valor. (ALMEIDA, 1979, p. 255 – 268)

No interior do Mercado Público as “tarimbas”<sup>129</sup> eram de alvenaria enquanto que na feira livre, que se realizava em sua frente aos sábados, os bancos eram de madeira, montados apenas nas sextas-feiras à noite e desmontados no final da feira para que a rua Maciel Pinheiro estivesse limpa aos domingos, quando outros eventos sociais ali se realizavam e outras territorialidades se estabeleciam, como pode-se observar tanto em SOUSA (2001) quanto em VERAS (1988).

Em diversos momentos constata-se que a feira disposta pelas principais ruas da cidade era o espaço pelo qual chegavam as novidades, tal como o gramofone em 1905, que PIMENTEL (2001, p. 29) afirma ter sido “*um espetáculo*” pois “*a feira toda aconteceu para ver e ouvir o ‘bicho falante’*”. Foi também na rua da feira que o mundo mágico dos cinemas<sup>130</sup> foi se estabelecendo.

Ainda de acordo com PIMENTEL (2001, p. 29) “*era comum por naquele tempo, as mães pobres aceitarem o favor de um parente que morasse perto da Rua da Feira, para botar em sua casa uma mesa a fim de vender café aos feireiros*”. Fato que comprova que a proximidade com a feira representava privilégio<sup>131</sup> para uma residência, situação bem diferente do momento atual, no qual, residir na feira tem conotação depreciativa.

Neste local a feira se expandiu em dimensões e importância. CÂMARA (1998, p. 138) mostra que a feira de Campina Grande era

*a maior do setentrião brasileiro e que, nos sábados e quartas, se realizava no centro da urbs, ocupando varias artérias (ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Princesa Isabel<sup>132</sup>, monsenhor Sales e praças Epitácio Pessoa, Luz e Cristiano Lauritzen), (mapa 23) foi quando foi mudada pela municipalidade para as imediações do Mercado Público em construção nas Piabas.*

---

<sup>129</sup> Denominação utilizada para box de alvenaria destinado a venda de carnes.

<sup>130</sup> Cine Brasil, 1909 - 1910; cinema Popular em 1910; Cinema Apolo em 1912, construído no local do Mercado Novo, demolido em 1945 (mudou o nome para Cine para Todos em 1935); Cine Fox em 1918 - 1933. (CÂMARA, 1998, p. 82-119).

<sup>131</sup> Como se pode observar em VERAS (1988, p.10) a Maciel Pinheiro era a rua da elite campinense com suas fachadas de azulejos onde se realizavam todos o eventos sociais da época, dizer que morava nesta rua e saia a porta para comprar na feira (o que denota comodidade) parecia ser um símbolo de status para época.

<sup>132</sup> Esta rua, que na verdade era um beco anteriormente denominado de travessa do Castelo, começava na rua Maciel Pinheiro e terminava na Praça Lauritzen (antigo terminal rodoviário) foi totalmente desapropriada pelo prefeito Vergniaud Wanderley quando de sua reforma urbanística em 1944. (CÂMARA, 1998, p. 91)



A construção desse mercado do bairro das Piabas havia sido iniciada em 1939, pelo prefeito Bento Figueiredo, no local onde estava situada a feira de Gado. Para isso, os currais de alvenaria foram demolidos, e construídos outros currais de madeiras, um pouco mais distante, no Bairro de José Pinheiro, que estava em formação e para onde a feira de gado<sup>133</sup> foi transferida. (CÂMARA, 1998, p. 130)

Observa-se que desde o início dos anos 1920, uma concepção sanitarista começou a povoar as idéias e atitudes dos prefeitos campinenses, intensificando-se nos anos de 1930. Passaram então a deslocar para fora da cidade todas aquelas atividades consideradas sujas ou impróprias de conviverem salutarmente com a população. Dessa forma, o cemitério<sup>134</sup>, o matadouro<sup>135</sup>, o meretrício<sup>136</sup>, a feira de gado, o e a própria feira de cereais vão se distanciando da cidade.

O comércio varejista de então não apresentava distinção entre tipos específicos, tal como observa SANTOS (1979a, p. 61) quando diz que “*o bazar serve tanto as classes abastadas quanto aos pobres e em suas prateleiras encontra-se de tudo*”, situação que pode perfeitamente ser aludida a Feira, que tinha esta mesma característica de atender a ricos e pobres, com todas as mercadorias as quais necessitavam.

Esta cisão entre um comércio mais sofisticado destinado a uma classe mais abastada e um comércio mais popular só ocorre na opinião de SANTOS (*op. cit.*) quando as modernizações tecnológicas se fazem presentes ao meio. São as modernizações dos anos 40 que começam a

<sup>133</sup> Esta feira de gado existente em Campina Grande juntamente com a feira de Itabaiana é referenciada por SOUSA (1946) como abastecedoras “de gado para todo o estado da Paraíba e parte do de Pernambuco”.

<sup>134</sup> Em 1928 foi inaugurado o cemitério do Carmo no bairro do Monte Santo, periferia da cidade e em 1931 o cemitério das Boninas foi demolido, em seu local foram construídas garagens e oficinas. (CÂMARA, 1989, p. 105 e 116)

<sup>135</sup> O matadouro público que tivera o início de sua construção em 1935 no bairro das Areias, não chegou a funcionar neste local, por ser considerado impróprio para tal fim, talvez por estar muito próximo do centro da cidade, suas instalações foram adaptadas para presídio em 1938, e um outro matadouro foi construído no bairro de Bodocongó, bem distante da cidade. (CÂMARA, 1989, p. 122 e 128).

<sup>136</sup> O meretrício que havia sido instalado na rua Juvino do Ó (o Rói Couro) em 1920, foi novamente transferido em 1931 para mais distante, desta vez para a proximidade dos currais no Bairro das Piabas, onde se realizava a feira de gado, nesse local passou a ser denominado de Mandchuria. (CÂMARA, 1989, p. 96 e 115).

incompatibilizar a realização da feira na mesma rua dos casarões da elite, das lojas de vitrines deslumbrantes onde eram vendidos artigos finos.<sup>137</sup>

A feira de gado e o meretrício que sempre tiveram uma história de proximidade com a feira de cereais e haviam se distanciado com tais re-localizações, voltaram a se aproximar em 30 de agosto de 1941, quando o prefeito Vergniaud Wanderley transferiu definitivamente a Feira para o inacabado mercado público do bairro das Piabas ou bairro dos Currais<sup>138</sup>, iniciado pelo seu antecessor. (Foto 17)

**Foto 17**

Detalhe do muro original do Mercado Central



Fonte: Pesquisa de Campo – Jan./2003.

A “Mandchúria<sup>139</sup>” já havia sido instalada no bairro das Piabas, havia uma década, quando a feira localizou-se nas imediações do inacabado mercado público. Foi nesse local que o meretrício viveu os seus anos de glória, com o famoso Cassino Eldorado<sup>140</sup> que entre os anos de 1937 e 1941 foi exemplo de ostentação da riqueza que circulava pela cidade.

---

<sup>137</sup> Sobre o comércio das ruas centrais de Campina Grande, em especial a rua Maciel Pinheiro, ver Sousa (2001, p. 27 – 49).

<sup>138</sup> O Bairro das Piabas foi depois incorporado ao Centro da cidade, tendo desaparecido inclusive da memória popular, hoje a área é conhecida como Feira Central, inclusive pelos comerciantes que têm suas lojas instaladas no local.

<sup>139</sup> O termo Mandchúria que faz alusão ao território chinês, passou a designar o bairro onde se localizou o meretrício campinense, no entanto no linguajar popular o termo foi convertido para Manichula e passou a ser sinônimo de baixo meretrício na cultura local.

<sup>140</sup> MORAES (1985, p. 54) no seu discurso saudosista afirma que na época áurea do Cassino Eldorado, nem mesmo o Rio de Janeiro possuía cabaré tão sofisticado, pois “o Assírio era apenas um arremedo de cabaré, comparado ao ‘Eldorado’”.

Como mostra MORAES (1985, *op. cit.*) a partir de 1942 o Eldorado (fotos 18 e 19) começou a apresentar sinais de decadência. Hoje o prédio que simbolizou o apogeu do “ouro branco”<sup>141</sup> em Campina Grande está bastante deteriorado, situado na rua Manuel Pereira de Araújo, onde funciona a feira de galinhas, está abandonado e em sua parte superior transformada em cortiço abriga precariamente algumas famílias.

**Foto 18**  
Fachada principal do Cassino Eldorado



Foto: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

**Foto 19**  
Detalhe interno do Cassino Eldorado



Foto: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

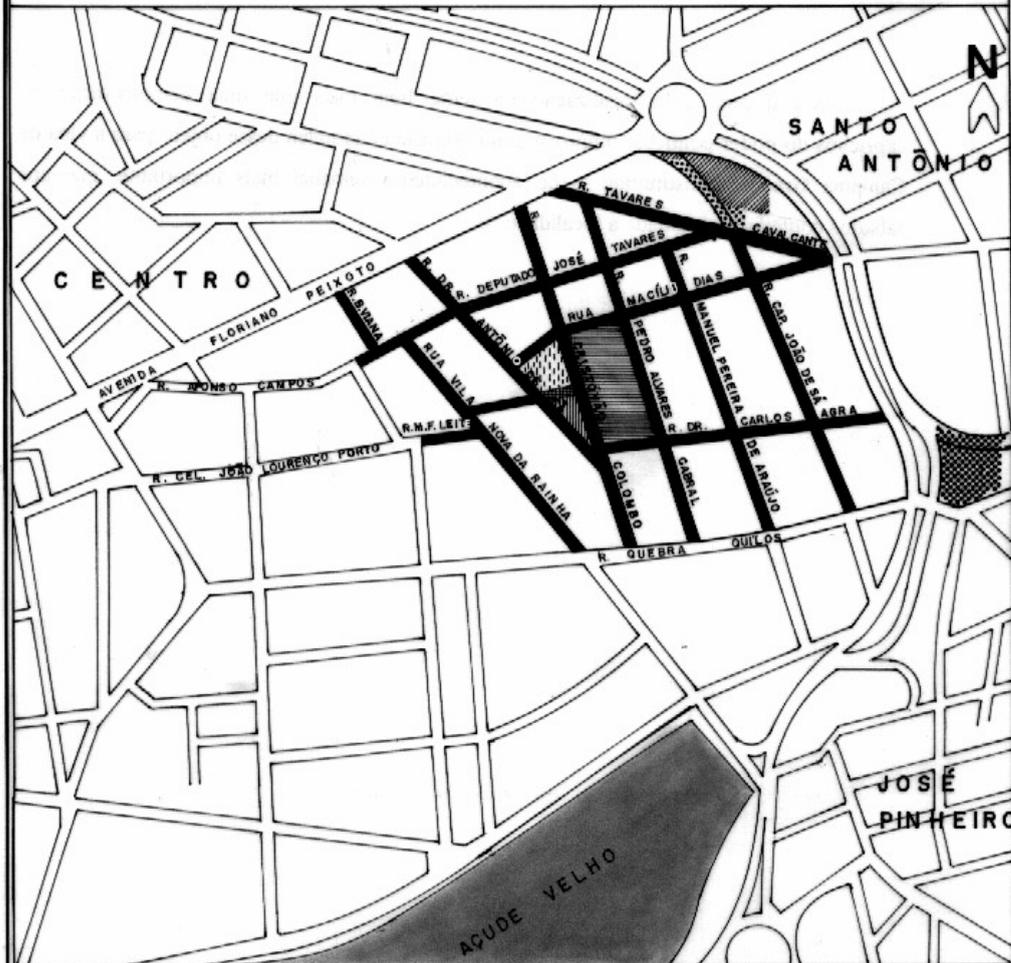
Neste novo local, a Feira continuou a se expandir e povoar o imaginário da população campinense, que até pelo menos fins dos anos de 1970, orgulhava-se de ter a maior feira ao ar livre do Brasil (Mapa 24). A importância da feira na vida econômica e social da cidade se reflete nos mais diversos trabalhos sobre Campina Grande, que obrigatoriamente lhe fazem alguma referência.

Neste aspecto merece destaque a monografia de RIOS (1963), que por ocasião do centenário de emancipação da cidade fez um importante trabalho, no qual tenta dar conta da cidade enquanto totalidade, muito embora o foco do mesmo fosse ressaltar o papel de Campina Grande como centro comercial do Nordeste.

---

<sup>141</sup> Termo utilizado para designar o algodão, em função da riqueza que tal produto gerava na cidade. A exemplo do Hotel Ouro Branco cuja origem do capital deveu-se ao comércio algodoeiro.

ÁREA OCUPADA PELA FEIRA DE CAMPINA GRANDE - ATÉ OS ANOS 1970



Legenda

-  RUAS OCUPADAS PELA FEIRA SEMANAL
-  MERCADO CENTRAL (Farinha, cereais e carne)
-  FEIRA DE ANIMAIS
-  FEIRA DE VERDURAS
-  FEIRA DE PEIXE
-  FEIRA DE CEREAIS
-  FEIRA DOS BARBEIROS
-  FEIRA DE TROCAS

FONTE: DADOS DA PESQUISA  
 MAPA BASE: PLANTA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE NA  
 ESCALA DE 1 / 10.000 s.d.  
 DESENHO: ANTONIO ALBUQUERQUE DA COSTA.

Escala:  
 0 50 100 200 300 m

Campina Grande, abril de 2003.

Era o comércio atacadista o forte da economia campinense, atividade que de fato lhe conferia o status de pólo regional na época em que RIOS (1963) elaborou seu estudo. O autor, no entanto, dividiu o comércio de Campina Grande em três modalidades, ou seja, comércio atacadista, comércio varejista e numa terceira modalidade de comércio ele classificou a Feira.

Ora, sendo a feira um tipo de comércio varejista, por que Rios não a classificou assim? O referido autor entendia que

*a feira de Campina Grande (apesar de ser) uma das mais famosas e concorridas do Nordeste (...) ainda não (prejudicava) o comércio local ou este ainda não (sentia) o prejuízo, porque ela (funcionava) como foco de atração das populações suburbanas, rurais e também economicamente marginalizadas, que nela (podia) vender seus produtos e dessa forma obter recursos para adquirir os artigos de primeira necessidade.*

Observa-se que, embora RIOS (1963) tenha elaborado seu estudo anterior a teoria dos dois circuitos<sup>142</sup> da economia proposta por SANTOS (1979a)<sup>143</sup>, teve a sensibilidade de perceber que a feira atendia as necessidades de sobrevivência de determinada parcela da população, que tinha na feira o “ganha-pão”, e que a mesma, era também local de abastecimento, espaço no qual os consumos das classes médias e alta eram proporcionados.

Constituindo-se em sistema do circuito inferior<sup>144</sup>, a feira foi vista por RIOS (1963) como um meio de vida para muitas “*famílias de nível médio e pobre, através de suas bancas ou oferecendo serviços, e, finalmente, para os mendigos (...) em busca de sobrevivência*”. Chamou-lhe a atenção “*os rapazinhos vendendo sacos de papel*” e as mocinhas com “*punhados de cuentro (sic!) ou pedaço de jerimum*”. Características típicas desse circuito, ou seja, venda de pequenos

---

<sup>142</sup> Segundo SANTOS (1979a) ao estudarmos a sociedade urbana moderna, sobretudo nos países subdesenvolvidos temos que considerar a existência de dois circuitos da economia. Um circuito que é resultado direto das modernizações, que obedece a uma lógica externa e cujo comando geralmente extrapola o lugar e um outro circuito que é o resultado indireto das modernizações, que atende a população pobre com as mesmas necessidades de consumo, mas que não tem condições de satisfazê-las, é, portanto um circuito que privilegia as relações com a região. São respectivamente o circuito superior e inferior da economia.

<sup>143</sup> A riqueza desta obra de SANTOS é observada por ABREU (1994, p. 55).

<sup>144</sup> O circuito inferior é “*formado de atividade de pequena dimensão e interessa principalmente às populações pobres, é, ao contrário (do circuito superior), bem enraizado e mantém relações privilegiadas com a região*”. SANTOS (1979a, p.16). Não se limita apenas ao comércio, mas também a prestação de serviços e a fabricação tradicional. SANTOS (op. cit.)

volumes de mercadoria com único objetivo de se reproduzir cotidianamente. (SANTOS, 1979a, p. 36).

Os carregadores com balaio ou carrinhos-de-mão (foto 20) na entrada da feira, foi uma das funções a despertar o interesse de RIOS (1963), enquanto FERREIRA (1960) classificou como o tipo popular mais interessante o barbeiro (foto 21) exercendo sua profissão ao ar livre. Os barbeiros em 1980 ainda armavam suas barraquinhas em um terreno desocupado às margens do canal das Piabas (foto 22), local hoje ocupado pelo SESC. E, ainda era comum a presença de crianças e adultos nas entradas da Feira oferecendo-se para conduzir a “feira” em balaio de vime, bem como os vendedores de sacos de papel, que tinham presença garantida por toda a Feira.

**Foto 20**  
Carregador de feira na década de 1960



Fonte: RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

**Foto 21**  
Barbeiro na década de 1960



Fonte: RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

**Foto 22**  
Barbeiro – ano de 1980



Foto: Antonio Albuquerque da Costa, 1980.

O relato que RIOS (1963) faz sobre a Feira em início dos anos de 1960 continuou muito atual para os vinte anos que o precede, quando as famílias de mais recursos ainda realizavam as duas feiras semanais, das terças e sextas-feiras à tarde, para comprar frutas, verduras e carnes fresquinhas. Tempo no qual o modo de vida e os acontecimentos não apresentavam as racionalidades do presente.

As quartas-feiras e mais precisamente os sábados denotavam que não era um dia de rotina comum em Campina Grande. Nas primeiras horas da madrugada o movimento de pessoas em direção à feira quebrava a monotonia das ruas desertas, com transeuntes de todas as idades. A rotina dos coletivos também não era a mesma, sempre lotados conduziam pessoas que transportavam cestos e mercadorias. De todos os bairros se dirigiam à Feira para as compras ou para vender algo e retornavam para os bairros em ônibus repletos de cestas, sendo muito comum a presença de pequenos animais, tais como galinhas, guinés, perus etc.<sup>145</sup>

Os ônibus que faziam o transporte de passageiro partindo dos bairros, nas quartas-feiras e nos sábados faziam circular obrigatório na Feira<sup>146</sup> onde havia pontos para os ônibus de todos os bairros. Tais paradas tiveram várias localizações (rua Vila Nova da Rainha, rua Bento Viana, rua Afonso Campos, rua Capitão João de Sá e em diferentes trechos da avenida Floriano Peixoto) ao longo dos anos e em momentos diferentes das várias administrações.

Também era comum ver as pessoas encaminhando-se para a Feira a pé, conduzindo uma cesta de vime, onde colocariam as compras (Ver foto 23). Algumas pessoas iam para feira caminhando e retornavam de ônibus, como forma de economizar algum dinheiro. A população mais pobre que morava em bairros próximos ao centro, era frequentemente vista retornando para

---

<sup>145</sup> Este aspecto do transporte coletivo nos dias de feira já havia sido observado por RIOS (1963, p.27).

<sup>146</sup> Até o ano de 1983 o sistema de transporte coletivo em Campina Grande era completamente diferente, cada bairro tinha a sua linha de ônibus que o ligava diretamente com o Centro da Cidade, nem todas as linhas tinham circular na Feira Central, exceto nos dias de feira. Todos os circulares tinham pontos terminais no Centro e alguns também nos bairros, sendo o início do traslado determinado pelos motoristas que só davam partida ao transporte após deduzirem que havia número suficiente de passageiros. A partir do referido ano o prefeito Ronaldo da Cunha Lima introduziu um novo sistema, no qual todos os circulares passavam obrigatoriamente pelo Centro e proximidade da Feira Central ligando bairros de localização oposta. Os percursos passaram a ter a forma de um oito e foram eliminados os pontos finais, conservando-se algumas paradas obrigatórias, tais como no Centro, Feira, terminal rodoviário etc. A atitude do prefeito na época foi polêmica, desagradando os donos de empresa e pouco compreendida pela população, que embora fosse a principal beneficiada, teve no início, dificuldade com a mudança, pois os ônibus antes identificados apenas com o nome do bairro passaram a ser identificados pelo sentido do percurso, número e cor.

suas casas com a cesta na cabeça, após a feira. O pouco dinheiro do transporte coletivo era utilizado para comprar algum gênero de primeira necessidade.

**Foto 23**

Pedestre em direção a feira – ano de 1980



Foto: Antonio Albuquerque da Costa, 1980

Não eram apenas as pessoas pobres que se dirigiam à Feira a pé. Senhoras da elite campinense, residentes no Centro, nas tardes de terças e sextas-feiras dirigiam-se à Feira, seguidas por seus balaieiros, alguns dos quais, sendo de confiança da família retornavam às residências de suas freguesas com os balaies repletos, sem que fosse necessária a companhia da contratante.

Esse percurso da casa/feira/casa, feito a pé, era bem utilizado pelos balaieiros que como mostra RIOS (1963, p. 67), “*postados logo à entrada da feira, acostam, dois ou mais de uma só vez (as freguesas)... Quando aceitos, acompanham-nas e, a medida que as compras são feitas, vão enchendo o balaio*”. Havia muita concorrência entre esses carregadores que cobravam conforme a distância a ser percorrida até a casa do freguês.

RIOS (*op.cit.*) observava ainda, a importância da feira na fixação dessa população pobre à cidade, ainda que em bases muito precárias. Era um momento no qual as pessoas se revezavam entre as atividades urbanas e a pequena lavoura. Até mesmo os bairros próximos ao centro da

cidade, como a Prata e Bela Vista<sup>147</sup> havia a presença de roçados, com seus agricultores morando na zona urbana.

A vida urbana, apesar do pretense cosmopolitismo de Campina Grande ainda estava permeada de ruralismo durante toda a década de 1960. A espera das chuvas, os momentos do plantio e da colheita ainda eram preocupações cotidianas de boa parte da população dos bairros, nos quais ainda era comum se encontrar criação de pequenos animais<sup>148</sup> nos quintais, separados por cercas de varas, e não raro também algumas vacarias. Essas atividades agrárias exercidas por muitos dos moradores de Campina Grande eram segundo RIOS (1963, p. 24) uma forma de escapar da “*situação de penúria e fome*”.

Observa-se que na época, algumas dessas pessoas se revezavam nas atividades de comerciantes (feirantes ou donos de mercearias) e sitiantes, sem necessariamente constituírem população excluída, eram inclusive pessoas bem situadas economicamente se comparadas com a vizinhança. Verificando-se, nesses casos, que as atividades agrárias estavam mais associadas a uma questão cultural que puramente econômica.

A área ocupada pela zona urbana de Campina Grande ainda era relativamente pequena na década de 1960 (Ver mapa 25). RIOS (1963, p. 23) observava que uma pessoa a pé podia atravessá-la em apenas 40 minutos e que do centro ao bairro de Bodocongó<sup>149</sup>, na época o mais distante, levava-se 35 minutos de ônibus. Esse pequeno distanciamento entre o Centro e os

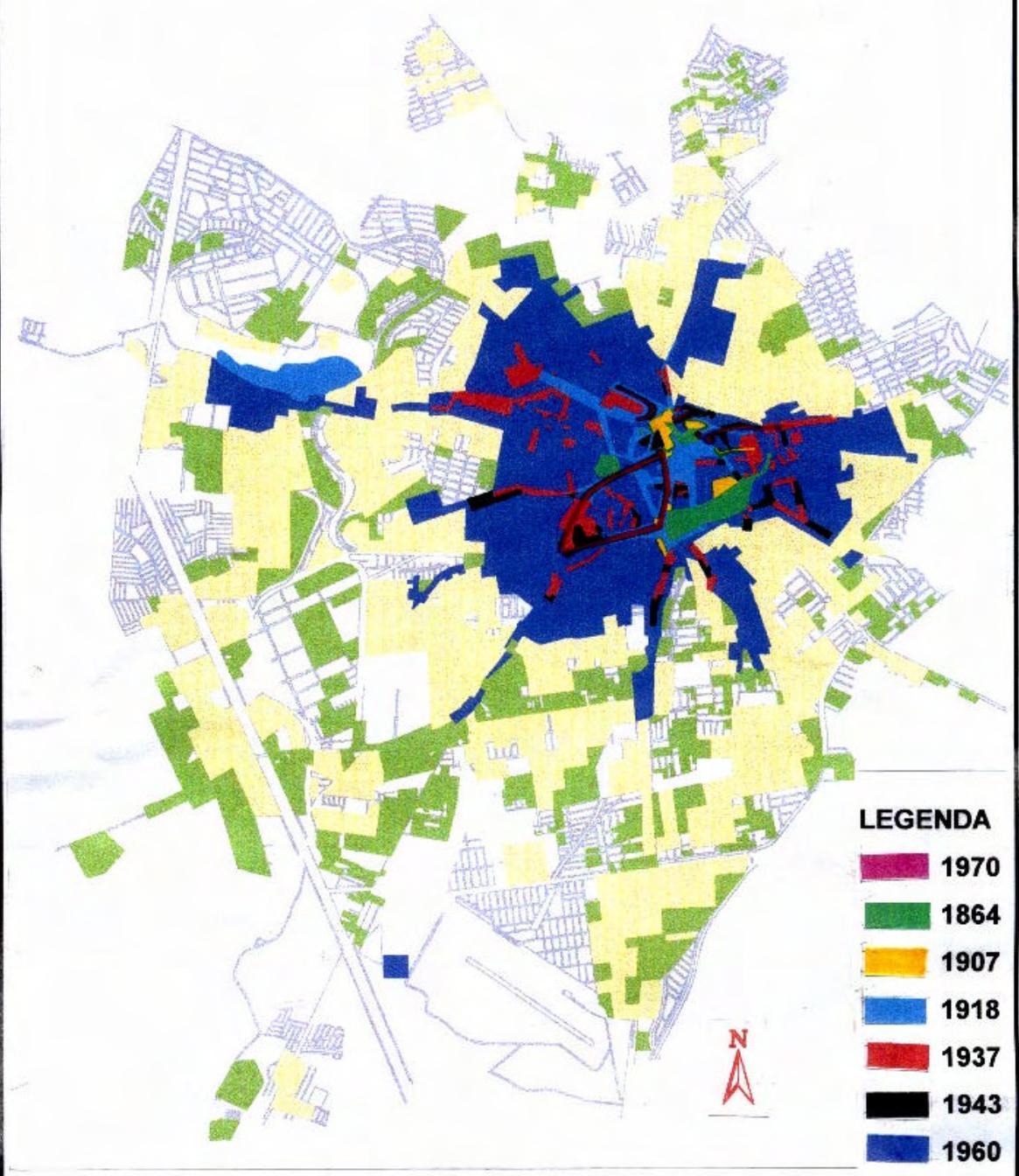
---

<sup>147</sup> Até a década de 1970 um vasto terreno entre a atual academia Corpus e a Embrapa (na época Produção Mineral) era área de roçados. O mesmo ocorria com os bairros mais distante como Bodocongó e as Malvinas, este último que compreendia parte da antiga mata de Dona Merquinha, ainda não era zona urbana, concentrava extensiva ocupação de culturas agrícolas (mandioca, macaxeira, bata-doce e em períodos chuvosos o tradicional plantio de milho, feijão, fava, jerimum e melancia).

<sup>148</sup> Era bastante comum às famílias residentes nos bairros (quase todas provenientes do campo) conservarem hábitos rurais, tais como a criação de galinhas, guinés, perus e porcos nos quintais, que não raro era motivo de discórdia entre vizinhos.

<sup>149</sup> O bairro de Bodocongó ficava além do perímetro urbano. Possuía poucas casas, as quais se distribuíam ao longo da rodovia, na saída para o Sertão. A importância do bairro residia na sua função fabril e de área de lazer, que devido à presença do açude, foi construído nos anos de 1950 o Clube Aquático, onde a elite campinense praticava esportes nos finais de semana (DINOÁ, 2002, p.A2). A presença do matadouro no bairro explica-se pelo distanciamento em relação ao perímetro urbano, mas também em função da proximidade com o decantado açude que além da função de suprimento de água, era respectivamente área de lazer, não só das elites que freqüentava o clube, mas também de populares como narra SOUSA (2001).

### CRESCIMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE



**LEGENDA**

	1970
	1864
	1907
	1918
	1937
	1943
	1960
	1985
	1992

ESCALA:  
0 1 2 3Km

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande  
SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão, s/d.

bairros, os quais não apresentavam vida própria<sup>150</sup>, fazia com que a população buscasse no comércio do Centro e na Feira aquilo que as bodegas não tinham condições de lhes oferecer.

Apesar da Feira representar uma espécie de válvula de escape social, por permitir a reprodução cotidiana dessa população excluída, RIOS (*op. cit.*) observou que havia forte perseguição contra os ambulantes da Feira por parte da Prefeitura. Situação que continuou na década seguinte. Denominados de “rapa”, os fiscais da prefeitura confiscavam as pequenas quantidades de mercadorias vendidas pelos ambulantes, e, em alguns momentos até as destruía na presença da população, que se revoltava, mas ficava impotente diante dos abusos cometidos pelos fiscais, que eram acobertados por aqueles anos de autoritarismo.

Embora tipicamente pertencente ao circuito inferior da economia a Feira congregou comerciantes varejistas e atacadistas, muito dos quais, imigrantes que iniciaram como feirantes, mas que conseguiram se tornar grandes comerciantes. Este progresso econômico de alguns comerciantes, que fizeram fortuna na época áurea do comércio campinense, foi em parte responsável pelo mito que a cidade era um “Eldorado”, onde “todos aqueles que tivessem disposição para o trabalho prosperariam”.

---

<sup>150</sup> Exceção feita ao bairro de José Pinheiro por RIOS (1963. p. 24)

## 2.2 - O prenúncio da mudança

Os últimos anos da década de 1960 trouxeram uma novidade para o comércio varejista de Campina Grande: o surgimento dos primeiros mercadinhos. Sendo o mercadinho Dom Dom pioneiro nessa nova modalidade varejista. Instalado em pleno coração da Feira Central na esquina das ruas Deputado José Tavares com Cristóvão Colombo (Foto 24), logo este mercadinho se transformou em uma rede<sup>151</sup>, que passou a ter como concorrente o grupo Serve Bem.

### Foto 24

Prédio onde funcionou o primeiro mercadinho de Campina Grande



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Mesmo com base num empresariado local, esta novidade reproduzia uma nova lógica de comercialização, cuja origem era externa ao lugar, mas dispunha do atrativo e da força que é típica das atividades hegemônicas. Ou seja, a capacidade de se impor ao lugar e criar novas estruturas, com tendência a controlar e absorver as atividades comerciais pré-existentes. Até este momento, as bodegas<sup>152</sup> estavam presentes em todos os bairros, algumas nas ruas centrais e na Feira, onde por trás de um balcão o bodegueiro atendia a clientela formada pela vizinhança, da qual era conhecido e a quem todos conhecia. A bodega de esquina era o ponto de encontro da comunidade, por onde circulava todas as informações e fofocas. Era local da confraternização, mas também das desavenças.

---

<sup>151</sup> Além da Feira Central o grupo Dom Dom instalou mercadinhos na Praça da Bandeira, na Praça Félix Araújo e proximidades da feira do bairro da Liberdade. Mantinha também seu original comércio atacadista, com armazém localizado na Feira Central.

<sup>152</sup> Utiliza-se aqui o termo “bodega” por ser o mais corriqueiro e designar melhor o minúsculo estabelecimento de secos e molhados dos bairros, enquanto que “mercearia” já agrega uma conotação mais sofisticada. Muito embora os termos bodega, mercearia e venda sejam utilizados quase que indistintamente.

Bem diferentes das bodegas, os mercadinhos inovaram na forma de comercialização, dando ao cliente a liberdade de auto-atendimento, possibilidade de transitar por entre as mercadorias expostas, organizadas e embaladas de forma a estimular o consumo, mas com preços tabelados o que excluía a pechincha e os contatos pessoais.

Introduzia-se com os mercadinhos a comodidade dos carrinhos e das embalagens em sacolas de papel<sup>153</sup>. Tudo já estava devidamente embalado em sacos plásticos na quantidade de um quilo, arroz, feijão açúcar etc. A própria embalagem já trazia as informações do produto, informação que ocorria também em relação aos preços e setores onde encontrar os produtos desejados, dessa forma as informações presentes passavam a dispensar os contatos pessoais e a comunicação presente na bodega.

O mercadinho, porém não se destinava àquela parte da população, que na bodega comprava na caderneta de fiado e em frações de quilo. Essa venda em “mercado”<sup>154</sup> possibilitava a população pobre satisfazer as necessidades imediatas de consumo conforme suas posses. Era essa capacidade de atendimento da população de poucos recursos que fazia crer que a bodega não sofreria a concorrência dos mercadinhos, mais aptos para atender uma população de maior poder aquisitivo.

Esta forma de fracionamento, bem como a fusão entre bodega e bar, BARROS (1988, p. 57) observou ser fundamental para assegurar o êxito do pequeno empreendimento, por proporcionar maior rendimento ao bodegueiro, a exemplo da venda de aguardente em doses. A bodega com suas tradicionais cadernetas, possibilitava aos pobres o “*crédito pessoal, direto e usurário*”<sup>155</sup> semanal, quinzenal ou mensal, mecanismo que possibilitava a sobrevivência. O pagamento, ainda

---

<sup>153</sup> Nas compras feitas nas mercearias o cliente levava a cesta para conduzir as mercadorias, os supermercados ofereciam a embalagem em sacos de papel para conduzir as mercadorias, as sacolas plásticas só foram introduzidas posteriormente, substituindo as sacolas de papel.

<sup>154</sup> Na linguagem da população local comprar um “mercado de...” significava a compra em pequenas frações. Comprava-se nas bodegas “mercado” de 50, 100, 200, 300 gramas de manteiga, café, açúcar e outras tantas mercadorias. As mercadorias líquidas como óleo de caroço de algodão, cachaça ou querosene a fração do litro, ou o “mercado” como era chamado, era medido em copo ou outros tipos de recipientes. Era comum o cliente solicitar do bodegueiro um “mercado de X cruzeiros de tal mercadoria” ou seja, a quantidade de mercadoria correspondente a determinado valor em dinheiro, do qual o cliente era possuidor.

<sup>155</sup> SANTOS (1979a, p. 58) deixa claro que esta é a única forma das pessoas verdadeiramente pobres do terceiro mundo conseguirem crédito.

que parcialmente, dessa dívida assumida tornava-se uma imposição na manutenção do crédito e da continuidade da nutrição, como observa SANTOS (1979a, p. 58).

Reforça este autor que:

*Para o consumidor (...) pobre e sem emprego permanente o crédito representa uma necessidade imperiosa. Sem ele, seria impossível prover as necessidades da família: o trabalho temporário ou ocasional só permite entrada esporádica de dinheiro*". (SANTOS, *op.cit.*, p. 188).

Essa situação de dependência do cliente pobre para com a bodega era perceptível pelo comerciante que dispo de pouco capital e necessitando manter a continuidade do seu pequeno comércio, vendia com margem de lucro muito elevada, tanto maior quando maior fosse o fracionamento da mercadoria, tal mecanismo de exploração, percebeu SANTOS (1979a, p. 194), que castiga mais e injustamente exatamente o cliente mais pobre.

Por sua vez, o consumidor pobre também tinha seu mecanismo para escapar a esse tipo de exploração pelo bodegueiro. Comprando fiado na bodega e a dinheiro na Feira, onde os preços eram mais baratos e havia a possibilidade de pechinchar. Tal mecanismo passou a ser usado também em relação aos supermercados, após sua popularização. Comprava-se a "retalho" nas bodegas, e, quando se dispunha de dinheiro para compras não fracionadas dirigia-se ao supermercado onde os preços eram inferiores.

Esta solução encontrada pela clientela pobre das mercearias cria, até os dias atuais, revolta aos pequenos comerciantes de bairros, que vêm nessa atitude, uma desconsideração por parte dos clientes. Entendem tais comerciantes, que prestam favor a sua freguesia, sem querer se dar conta de que a concessão de crédito pessoal é uma forma de sobrevivência não apenas da freguesia, mas também, deles próprios.

Nos primeiros anos da década de 1970, os supermercados Dom Dom inovou ao construir o supermercado do bairro de São José<sup>156</sup>, além de passar a ser o maior supermercado daquele

---

<sup>156</sup> Após a falência do grupo Dom Dom o supermercado do São José passou por vários grupos. Atualmente supermercado Celeiro, porém desde sua construção o prédio tem atendido a função de supermercado. Se quando de sua inauguração causou expansão pela dimensão e modernas instalações, para os padrões atuais é um supermercado simples.

momento, dispunha também de estacionamento. Até então os supermercados da Feira e do Centro da cidade, bem como os que foram surgindo nos bairros adaptavam antigas construções para a função de supermercados. No caso do supermercado Dom Dom do bairro São José, a construção destinava-se exclusivamente a esta função comercial.

Ainda na década em pauta, a novidade ficou por conta do supermercado Balaio<sup>157</sup>, (Foto 25) área central de Campina Grande e próxima à Feira Central, representou durante algum tempo um dos locais mais atrativos para a juventude campinense, que o freqüentava devido à novidade que ficava por conta de sua lanchonete.

**Foto 25**

Prédio do antigo supermercado Balaio



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No momento do surgimento desses supermercados a Feira parecia imune à concorrência dessa modernização do comércio varejista. Talvez os supermercados concorressem com as mercearias, mas a feira tinha outras especificidades. Havia produtos de consumo regional que os supermercados não vendiam, eram típicos de feiras, tais como: batata-doce, macaxeira, frutas, verduras, fava, feijão macassar, carne de bode, farinha de mandioca, rapadura e tantos outros produtos populares, que nesse primeiro momento era um absurdo imaginar que seriam encontrados num supermercado.

---

<sup>157</sup> No local funcionava a delegacia, em casarão cercado de alpendres. Localização muito questionada inclusive pela imprensa, que achava inadequada a presença de uma delegacia em pleno centro da cidade, além do mais em frente da Matriz. Hoje pertencente ao Hiper Bompreço, ainda é um dos maiores supermercados da cidade e suas instalações podem ser consideradas modernas. Algumas pessoas ainda chamam tal supermercado de “o Balaio”

Observa-se, porém, que no final da década de 1970, quando o supermercado Bompreço se instalou na cidade, viu na feira uma forte concorrente, motivo pelo qual buscou influenciar a prefeitura na descentralização da Feira de Campina Grande, alegando que o ambiente era insalubre e que o porte da cidade já exigia uma maior descentralização da feira, de forma que melhor atendesse a população dos bairros. A atitude dessa empresa desencadeou uma campanha em favor da permanência da Feira pelos comerciantes atacadistas nela localizados.

A defesa dos atacadistas em favor da Feira tinha como principal argumento o papel social desempenhado pela mesma, meio de vida para mais de cinco mil pessoas e símbolo histórico e cultural da cidade. A força dos argumentos e mais precisamente dos atacadistas permitiu a este mercado continuar exercendo sua centralidade no mesmo local.

Nos anos de 1980 alguns vetores modernizantes começam a se fazer presentes em Campina Grande, ao lado da forte crise econômica que a cidade passou a enfrentar. Os supermercados se difundiram no espaço urbano e foram sendo incorporados como novos hábitos de consumo da população. Disseminou-se também o uso do cartão de crédito que se popularizou no meio das classes médias. Ao lado dessas modernizações a crise econômica contribuiu para expandir o comércio “informal” pelas ruas centrais da cidade.

Os supermercados abriram um leque variado de produtos para a população, oferecendo não apenas produtos industrializados, mas alguns de uso tipicamente regional. Frutas, legumes e verduras passaram a ser vendidos, muitas vezes, com melhor qualidade e até com menor preço<sup>158</sup> e melhores condições de higiene. Quase tudo que é vendido na feira passou a ser também comercializado pelos supermercados, que dispõem de comodidade, higiene, segurança<sup>159</sup> e crédito. Ação que tenta atrair cada vez mais um número maior de consumidores.

---

<sup>158</sup> Considerando que os supermercados compram em grandes quantidades não é de se admirar que consigam grandes descontos que podem ser repassados para os clientes, sobre o assunto NASCIMENTO (1999, p. 52) observou que “os supermercados conseguem lucros consideráveis nas transações feitas diretamente com os produtores e/ou atacadistas do setor da EMPASA-CG. Sendo assim, os supermercados são beneficiados tanto na qualidade como por uma melhor expectativa de preços devido à transação que ocorre de forma direta e com pouca ou quase nenhuma intermediação”.

<sup>159</sup> A idéia de segurança vendida pelos supermercados nem sempre é verdadeira, pois se no interior das lojas há câmaras e seguranças que permitem a integridade dos clientes, não raro são os casos de assaltos à mão armada nos estacionamentos desses estabelecimentos comerciais.

Talvez o item crédito, seja o mais atrativo entre os serviços oferecidos pelos supermercados, principalmente para as classes médias, que vendo seu poder aquisitivo achatado, têm no cartão de crédito, no cheque pré-datado e nos convênios firmas/supermercados suas necessidades de consumo viabilizadas. Esses mecanismos de crédito que não atingem as classes economicamente menos favorecidas foram o maior trunfo dos supermercados para atraírem as classes médias, afastando-as da Feira e das mercearias. Nota-se a partir de então uma ruptura no comércio varejista. A Feira se delinea como parcela tipicamente do circuito inferior, enquanto que os supermercados, ainda que comercializando os mesmos produtos, destina-se claramente a uma clientela selecionada, com maior poder de compra e fácil acesso ao crédito pessoal, portanto, configurando-se como uma atividade do circuito superior da economia.

Produtos, antes tipicamente regionais, como a carne de bode, a buchada, a carne de sol, o queijo de coalho, a farinha de mandioca, a fuba de milho, a fava, a rapadura, o mel de engenho, o carvão vegetal e tantos outros são também incorporados ao circuito superior através dos supermercados que os revestem com embalagens e significante. Munidos das armas publicitárias os supermercados são capazes de *“modificar gostos e deformar o perfil da demanda”* (SANTOS, 1979a, p. 36).

A valorização de produtos regionais, seguida pela popularização de produtos anteriormente raros, é uma tendência do atual meio técnico-científico informacional no qual há o *“encurtamento das distâncias”*<sup>160</sup> que possibilita as trocas que se dão a nível global, isso faz com que produções realizadas a grandes distâncias cheguem aos mercados locais a preços cada vez mais acessíveis para um número cada vez maior de consumidores<sup>161</sup>. HARVEY (2000, p. 270) resume tal fenômeno dizendo que *“comidas antes exótica se tornaram comuns, enquanto iguarias locais populares, antes relativamente baratas, tiveram saltos nos preços ao se integrarem ao mercado de longa distância”*.

---

<sup>160</sup> Harvey (2000, p.270) fala da aniquilação pelo tempo, porém SANTOS (1977b, p. 162) defende que não há a supressão do espaço pelo tempo, ao considerar que o espaço é mais que a definição de distância.

<sup>161</sup> Observa-se a nível local que frutas como maçã, uva, pêra, morango, caqui etc., antes raras e consumidas por uma elite, tornaram-se comuns e em determinados períodos mais baratas que as frutas regionais. Momento em que as mesmas são vendidas a preços promocionais nas feiras, camelôs e por vendedores que em carros munidos de alto-falantes, estacionam em uma esquina e anunciam a *“pechincha”*. Enquanto isso a carne de bode, o leite e queijo de cabra e outra infinidade de produtos regionais vão se tornando artigo de luxo.

Alguns dos referidos produtos que antes eram considerados como alimentos de “pobre” e desvalorizados no mercado, ganham re-significação através do marketing que os re-valorizam. A exemplo da carne de bode, que nos supermercados passa a ser vendida com corte especial, acondicionada com selo de garantia e prazo de validade. O mesmo acontece com a rapadura que inova nos sabores, embalagens e formas.

As carvoarias<sup>162</sup> que estavam presentes em todos os bairros da cidade desapareceram, ninguém cozinha mais com carvão. No entanto, o churrasco na brasa ganha cada vez mais adeptos, os quais compram o carvão em embalagens expostas nas prateleiras dos supermercados ou postos de gasolina.

Os produtos passaram a apresentar outras estéticas, através das embalagens que os valorizam, isto levou Harvey (2000, p. 260) a afirmar “*que as imagens se tornam, em certo sentido, mercadoria*” visto que “*o capitalismo agora tem preocupação predominante com a produção de signos, imagens e sistema de signos, e não com as próprias mercadorias*”.

Tais mecanismos utilizados pelos supermercados possibilitam as classes médias suprir todas as necessidades de consumo no próprio estabelecimento, sem que seja necessário recorrer à feira ou a outro tipo de comércio, o que assegura a manutenção dessa clientela por tais firmas.

De acordo com SANTOS (1979a, p. 204) a existência de uma classe média impede o fechamento entre os dois circuitos. Mas ainda de acordo com o citado autor “*o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal<sup>163</sup>, com diferentes graus de integração e uma articulação vertical<sup>164</sup> que se realiza pela comunicação entre os dois circuitos.*” (SANTOS,1979a, p.204).

<sup>162</sup> Até início dos anos 80, muitas famílias ainda utilizavam o carvão vegetal para cozinhar seus alimentos. O carvão era comprado nas carvoarias e conduzido em sacos de estopas, as pessoas mais pobres que só dispunham de dinheiro para comprar em pequenas quantidades se dirigiam às carvoarias com cestos ou latas de 20 litros (reaproveitadas das embalagens de querosene) nos quais transportavam o carvão.

<sup>163</sup> Segundo SANTOS (1997b, p.227) “*as horizontalidades são o lugar das finalidades imposta de fora*” mas também o lugar da contrafinalidade gerada.

<sup>164</sup> Ainda de acordo com SANTOS (op. cit.) “*as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e dos discursos pragmáticos dos setores hegemônicos*”, o que cria um cotidiano obediente e disciplinado.

A partir desta dialética que se estabelece entre os dois circuitos é que se pode entender a transformação das mercearias<sup>165</sup> de esquina em mercadinhos, muito embora com a permanência de muitas das relações típicas da bodega, como a caderneta de fiado, o superfracionamento de produtos e o convívio de vizinhança. É, portanto, no dizer de SANTOS, espaço esquizofrênico, pois absorve as racionalidades externas ao mesmo tempo em que conserva as contraracionalidades do lugar.

O “equilíbrio instável” entre os dois circuitos também se manifesta no caso da Feira de Campina Grande. Espaço no qual as relações de concorrência e complementaridade<sup>166</sup> conduzem ao que SANTOS (1979a, p. 204) considera um momento privilegiado de uma certa evolução. Esta evolução na Feira mistura modernizações e resistências, que fazem com que tal espaço seja rugoso mesmo que em constante transformação, pois as modernizações absorvidas são readaptadas as necessidades de sua lógica interna.

O processo observado nas mercearias dos bairros, que buscam se travestir de mercadinhos, também ocorre em relação aos supermercados que se instalam na Feira, ou seja, são supermercados que têm a “cara” popular para atrair a clientela da mesma para si.

Observa-se que as redes de supermercados, com várias lojas localizadas na Feira destinam uma dessas lojas para atender a população de menor renda, que ainda se abastece no Mercado Central. Esse aspecto popular sobressai na infra-estrutura dos supermercados, bem como na ausência de crédito pessoal e convênio com firmas, existente nas demais lojas das redes, mas também nos preços, qualidade do atendimento e nos produtos.

Muito embora, como nos adverte SANTOS (1979a, p.28), *‘a participação num consumo ‘moderno’ tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo que esta participação é parcial e ocasional nas camadas menos favorecidas’* pois a simples presença e conhecimento de novos bens e métodos de consumo é capaz de aumentar a propensão de consumo. (NURSE apud SANTOS, 1979a, p.28).

---

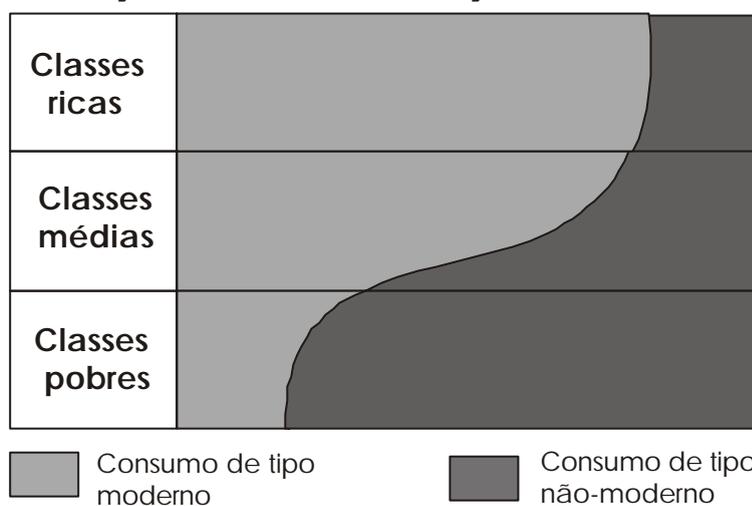
<sup>165</sup> As transformações pelas quais passam este tipo de comércio, embora aqui citada não terá um maior aprofundamento por não ser o objetivo específico deste trabalho.

<sup>166</sup> Apesar dos dois circuitos serem de natureza diferente, SANTOS (1979a, p.204) adverte para o fato de que *“atividades de um dos circuitos demandam inputs do outro circuito ou utilizam algumas de suas atividades ou produções como economias externas”* ao que o autor chama de complementaridades.

São, portanto, formas mistas pelas quais estas atividades são desenvolvidas localmente e que na observação de SANTOS (1979a, p. 32) não afeta a definição dos dois circuitos, uma vez que há desvios das camadas sociais que consomem fora do circuito ao qual pertencem, como se reflete a figura 02.

Figura 02

**Distribuição da renda e participação dos dois circuitos**



Fonte: SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos de economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979, p. 32.

Além dos mercadinhos, supermercados e quitandas espalhadas por toda a cidade, a Feira Grande passa a enfrentar a concorrência das feiras de bairros e do chamado “setor informal”, que nos anos 80 invadiu as ruas da cidade, mas que hoje, encontra-se em sua grande parte, instalado nas arcas Titão e Catedral e no Shopping Dentro, como já foi observado no capítulo anterior.

As duas arcas, supra citadas, congregam as mesmas atividades da Feira, porém a partir da nova localização ganham a racionalidade que as classes médias campinenses sugerem para a Feira Central. Na visão dessa camada social, seu abandono para com Feira se dá em decorrência da sujeira, desorganização e insegurança. Sob este ponto de vista, provém de tais problemas toda a crise enfrentada pela Feira.

Nota-se, no entanto que, enquanto a Feira Central se retrai em área (Mapa 26), processo oposto acontece na feira da Prata, que avança no leito das ruas Montevideu e Rio Branco (Mapa 27) extrapolando o quarteirão onde está o Mercado que lhe deu origem. Este crescimento derruba o argumento das classes médias, para a crise da “Feira Grande”, tendo em vista ser a desordem, a insegurança e a sujeira superiores na feira de Prata.

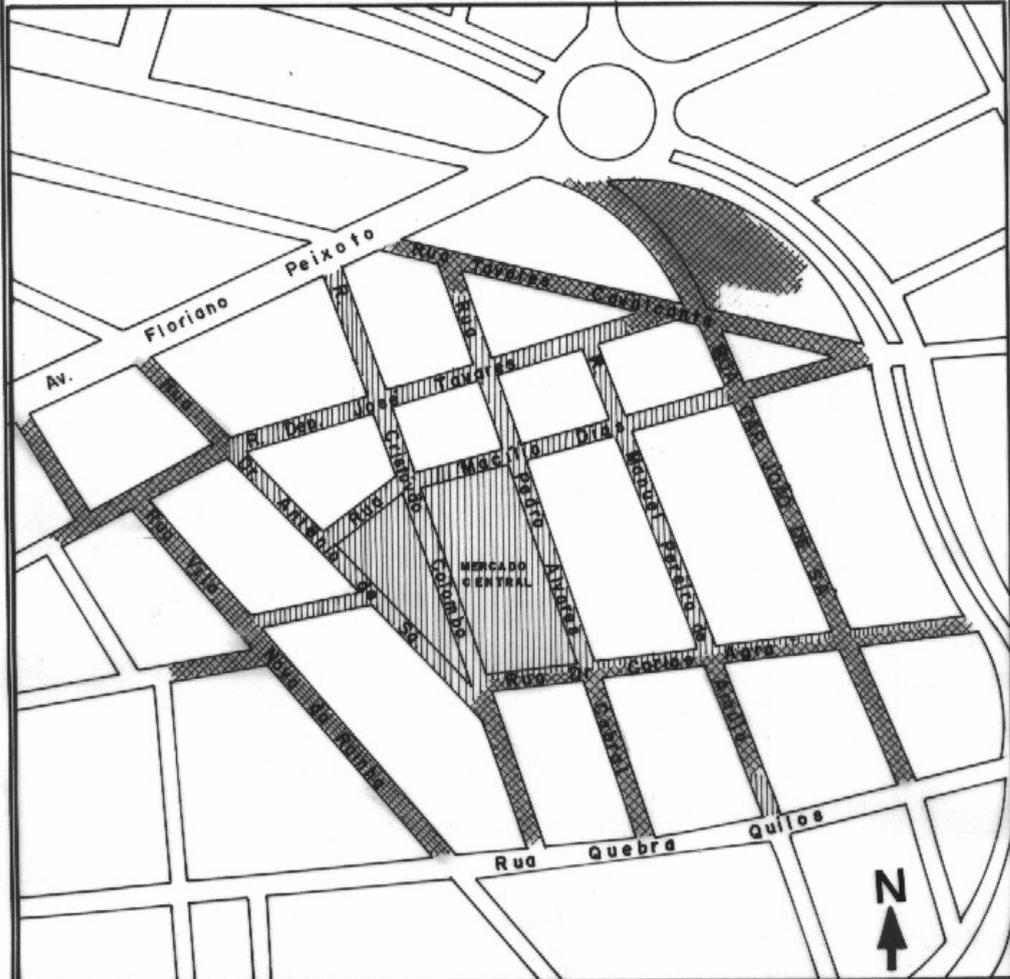
Defende-se aqui, que a expansão dessa feira se dá exatamente pela maior contraracionalidade que apresenta. Pois, sendo o atendimento a uma população de baixa renda que dá fôlego a permanência das duas feiras, é na feira da Prata que circuito inferior atende a uma população muito mais excluída, cujo acesso a alguns bens de consumo só é possível mediante a aquisição em segunda mão. O que confirma a tese de SANTOS (1979a, p.153) quando diz que:

*O circuito inferior também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: ‘Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...’ O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou vasos de flores, etc. Isso ocorre também com as roupas que passam de pai para filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão’.* (SANTOS, 1979a, p. 156 –157).

É exatamente esta realidade que se encontra na feira da Prata, bancos de sapatos usados (Foto 26), ou pessoas vendendo um par de sapatos usados, ou peças qualquer de roupa. Alguns bancos vendem sapatos e roupas usadas. Pessoas que não têm condições para dispor de um banco, expõem à venda roupas e calçados de segunda mão, em um canto qualquer (Foto 27).

“*Na construção das casas aproveitam-se de todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a baixo preço*” (SANTOS, 1979a, p. 157), citação que parece narrar a feira de materiais usados para construção, local onde tudo pode ser encontrado: caixas de descargas, bóias, torneiras, pias, vasos sanitários, saboneteiras e uma infinidade de objetos que se tornaria enfadonho aqui descrevê-los. (Foto 28)

# RETRAÇÃO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE



**Legenda:**

-  ESPACIALIZAÇÃO ATUAL DA FEIRA
-  ÁREA RETRAÍDA

**Fonte:** DADOS DA PESQUISA

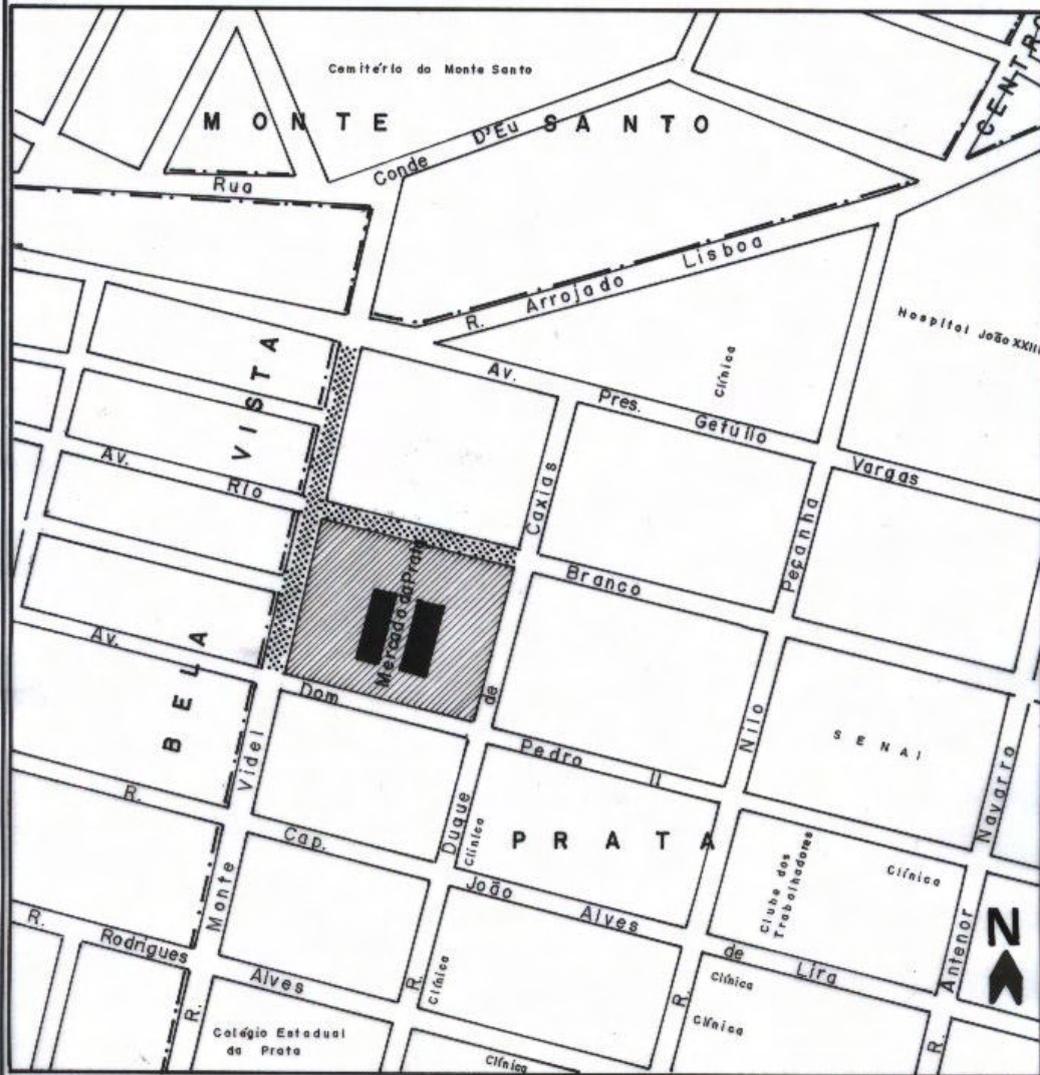
CARTA BASE: PLANTA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE NA ESCALA DE 1/10.000. s/d.

Desenho: ANTÔNIO ALBUQUERQUE DA COSTA

Escala: 

Campina Grande, abril de 2003.

EXPANSÃO DA FEIRA DA PRATA



Legenda

-  ÁREA DE REALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE AOS DOMINGOS
-  ÁREA DE EXPANSÃO RECENTE DA FEIRA LIVRE DA PRATA
-  LIMITE ENTRE OS BAIRROS

FONTE: PESQUISA DE CAMPO  
CARTA BASE: PLANTA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE NA ESCALA DE 1/10.000 s/4.  
DESENHO: ANTONIO ALBUQUERQUE DA COSTA



Campina Grande, abril de 2003.

**Foto 26**

Venda de sapatos usados na feira da Prata



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan. 2003.

**Foto 27**

Venda ambulante de calçados e roupas usadas na feira da Prata



**Foto 28**

Venda de materiais de construção usados na feira da Prata



Observa-se nas fotos 27 e 28 vendedores com roupa e calçados usados postos à venda.

Fonte: Dados da pesquisa de campo  
Janeiro de 2003.

Na feira de ferragens (Foto 29), há todo tipo de peça do ramo que alguém possa imaginar. Nada é lixo. Peças de qualquer eletrodoméstico ficam expostas, amontoadas sobre lonas, papelões ou plásticos, a elas se misturam as ferragens de todos os tipos. A frequência desse setor da feira se dá principalmente por mecânicos, encanadores, eletricitistas, técnicos eletro/eletrônicos ou por pessoas que estando com um eletrodoméstico quebrado, cuja peça não se encontra mais no mercado formal, vai à Prata na certeza de encontrá-la, pois, como afirma SANTOS (*op.cit.*) “muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos das recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos” pois a base das atividades do circuito inferior está justamente na reutilização de certas mercadorias. (SANTOS 1979b, p. 42).

### Foto 29

Venda de ferragens na feira da Prata



Fonte: dados da  
pesquisa de campo

Em meio aos transeuntes sempre há alguém oferecendo um controle remoto para televisão, uma roda para carroça, uma máquina de calcular, um relógio... Alguns vendedores são verdadeiros armarinhos ambulantes, com CDs, fitas de vídeo, relógios, óculos, sapatos etc. Enquanto na Feira Central, os discos de vinil praticamente desapareceram, dando lugar aos CDs, na Prata os LPs (Foto 30) ainda imperam. Rugosidade que não fica apenas na forma, mas também nos sons, que na confusão dos axés, sertanejas, forrós eletrônicos e bregas, pode-se de repente ouvir o Ébrio, na voz de Vicente Celestino, surgindo não de um fundo de baú, mas de um

carrinho toca-fitas, última novidade no comércio ambulante (Foto 31). É na verdade um espaço de surpresas.

**Foto 30**

Venda de discos vinil na feira da Prata



Fonte: Dados da pesquisa de campo

**Foto 31**

Carrinho autofalante para venda de CDs  
– feira da Prata



Fonte: Dados da pesquisa de campo

No momento da conclusão deste trabalho, surgiu um fato novo na feira da Prata, a colocação de uma cerca de arames em toda sua extensão. Fato que leva a crer que seja uma tentativa de retomada do controle sobre tal território pelo dono, já que se trata de uma feira particular, cujo proprietário a muito perdeu o controle. Nota-se neste momento uma tentativa de racionalizar e readquirir o controle deste espaço, cuja dinâmica está exatamente na sua inorganicidade.

A cerca de arame que passou a definir os locais de acesso à feira, é uma norma alheia a vontade dos que usam este território, para os quais é apenas um transtorno. Mas, para os carroceiros<sup>167</sup>, desafiadores desta racionalidade imposta, a cerca foi adaptada para estacionar seus burros, conforme mostra a Foto 32. O que deu ao elemento novo, outro significado, apesar do aspecto muito mais rugoso que passou a ter, visto ser as carroças de burro uma herança que se mantém nos dias atuais.

**Foto 32**

Estacionamento para burro na feira da Prata



Fonte: Dados da pesquisa de campo

A crise pela qual a “Feira Grande” passa, não parece ser exclusiva da mesma, mas um processo a atingir as feiras nordestinas de um modo geral. A feira de Caruaru que muito se aproximava da feira de Campina Grande, se apresenta hoje sem as características ressaltadas por CARDOSO (1967), após a transferência das ruas onde se realizava anteriormente. Projetada de forma a dar mais racionalidade a este tipo de comércio; feiras como a de artesanato, que a tornou famosa, foi organizado em lojas e a partir de uma lógica que pouco tem de feira nordestina. È, no entanto a feira de “sulanca<sup>168</sup>” que serve de carro chefe para as demais feiras que se realizam em

---

<sup>167</sup> Carroceiro é a pessoa que conduz carroça puxada por burro, fazendo o frete de qualquer tipo de mercadoria. A figura do carroceiro ainda é muito comum em Campina Grande, sendo um dos pontos de concentração destes a feira da Prata.

<sup>168</sup> O termo sulanca designa a princípio confecções de qualidade inferior e popularizou-se a partir de Santa Cruz do Capibaribe - PE, cidade pioneira a especializar-se na confecção de roupas populares, com destaque para as malhas.

paralelo, sendo surpreendente o seu raio de alcance e a centralidade que dá aquela cidade nos dias de sua realização. Observa-se que em sua volta desenvolveu-se todo um comércio formal voltado para este setor (tecidos, aviamentos, máquinas etc).

Desenvolve-se no estado de Pernambuco entre as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru um verdadeiro circuito especializado no ramo de confecções, com destaque para os “fabricos”, que se caracterizam pelo que SANTOS (1979a, p. 80 – 82) classifica como “circuito superior marginal<sup>169</sup>”, porém, capazes de atender nichos de mercados específicos, criar centenas de empregos e até os “novos ricos”, que em tais cidades se sobressaem pelo luxo de suas residências.

No caso de Santa Cruz do Capibaribe tudo parece girar em torno de sua feira e deste produto, há toda um dinamismo espacial com a presença de hotéis e hospedarias, atacadistas de malhas e aviamentos e todo um setor de máquinas e equipamentos voltados para o ramo de confecções. A mesma dinâmica observa-se no entorno da feira de Caruaru, porém apresentando maior porte que Santa Cruz do Capibaribe, é nesta última, que a importância econômica da feira de “sulanca” se torna mais evidente. Reafirma-se, desta forma, a observação de CORRÊA (1988, p. 74) “*quanto menor a centralidade de uma cidade, mais importância relativa da feira semanal, para a vida urbana*”. Ou seja, quanto maior a cidade, mais seus eventos se tornam diluídos em razão da simultaneidade e quantidade de outras funções de comércios e serviços.

A retração da Feira de Campina Grande e a perda relativa de sua importância no conjunto da cidade parecem não ser condizentes com a centralidade e raio de influência que ainda exerce em uma ampla região. É surpreendente a quantidade de carros dos municípios do Brejo, parte do Agreste, algumas cidades do Cariri e de alguns centros pernambucanos, principalmente Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Toritama, mas também de Surubim, Taquaritinga, Timbaúba, Limoeiro e outras, que ainda se dirigem para a Feira de Campina Grande.

---

<sup>169</sup> SANTOS (1979a, p. 80) observa que o “*circuito superior marginal é constituído de formas menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional*”. Tem caráter residual e emergente e atende a uma demanda que tanto pode vir do circuito superior quanto do circuito inferior.

Em relação às três primeiras cidades pernambucanas citadas, é notório o intercâmbio entre as mesmas e Campina Grande, o que não é de se estranhar, em função de suas feiras. Neste sentido, já se observa o empenho em integrar Campina Grande ao circuito das referidas cidades, que, em função de já apresentar importante base no setor calçadista, complementaria tal circuito do vestuário, tirando assim benefícios de algumas virtualidades presentes em seu território, tais como:

- a) Ser rota de passagem para sacoleiros que se dirigem para as referidas cidades especializadas nos ramos de confecções.
- b) Já ter uma certa tradição industrial na fabricação de calçados, cujo principal mercado são as feiras dessas cidades pernambucanas.
- c) O setor de calçados ter apoio logístico dos centros de pesquisa e tecnologia existentes na cidade, a exemplo do Centro de Couros Albano Franco<sup>170</sup>.

Sendo Campina Grande uma cidade polifuncional, suas pequenas indústrias (calçadistas, confecções, metalúrgicas, alimentos etc.) passam despercebidas para sua população, sobretudo as indústrias de fundo de quintal, mesmo que geradoras de empregos. Porém, não é por acaso que a cidade aparece no cenário nacional como um centro de rápido crescimento industrial como mostra o Mapa 17 do capítulo anterior.

Com esse argumento pretende-se mostrar, que mesmo em crise, sua Feira ainda é um acontecimento de magnitude, porém em função do porte que a cidade apresenta e de todos os acontecimentos que se realizam em simultaneidade com a feira, esta só é perceptível para quem a frequenta. Não foi observado na presente pesquisa se os dias de feira são também o de maior vendagem no comércio de Campina Grande, BARROS (1987, p. 318) na década de 1980, contudo, constatou em sua pesquisa que os maiores dias de vendas no comércio informal da cidade não coincidiam com os dias de feira.

Mesmo em Caruaru, cujo porte e tipo de comércio é quem mais se assemelha a Campina Grande, com centralidade que é exercida diariamente pelo comércio e serviços, é inegável que o dia de realização da feira de “sulanca” confere outro dinamismo a mesma.

---

<sup>170</sup> Universidades e Centros de Pesquisa e Desenvolvimento é uma das condições que a professora Tânia Bacelar de Araújo aponta como de fundamental importância na atração de investimento para o lugar.

Em seu trabalho sobre as feiras nordestinas, CORRÊA (1988, p. 73) observou que “nas cidades mais importantes (...) há duas feiras semanais; uma de caráter regional e outra visando eminentemente ao abastecimento urbano de produtos alimentares”. Situação na qual se encaixa a Feira de Campina, e embora, ela permaneça hoje da segunda ao sábado, oficialmente e com o caráter mencionado por CORRÊA, ocorre com maior intensidade nas quartas e sábados, sendo neste último dia o de alcance regional.

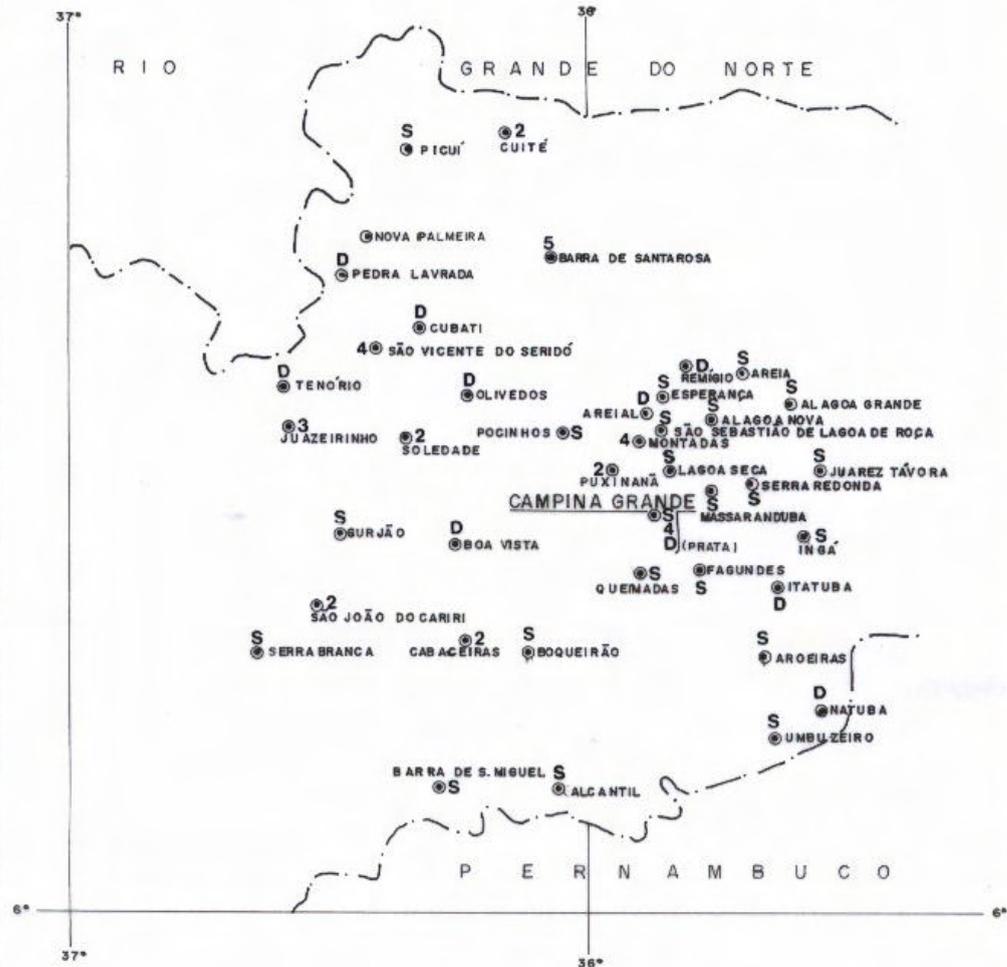
Um ponto levantado por CORRÊA (1988, p. 74) sobre as características das feiras nordestinas é o fato das pequenas cidades evitarem a realização desse comércio periódico conflitando com a feira da cidade a qual hierarquicamente estão subordinadas. Neste aspecto, Campina Grande configurou-se como uma exceção, como pode ser observado através do Mapa 28.

Toda tentativa de explicar a realização das feiras das cidades do entorno de Campina Grande, ser exatamente no dia de sábado, resultou em insucesso. Veio, porém de uma pessoa que há 40 anos é feirante, a resposta mais convincente na montagem desse quebra-cabeça quando expunha sua opinião sobre a crise da Feira:

*...sabe porque caiu (a feira), foi a falta do algodão, do sisal, essa CEASA ‘véia’ que ficou lá em cima matando os coitados dos matutos, comprando todas as cargas. Antigamente eles (os matutos) vinham pra cá e compravam a gente, agora não vem mais. Botaram as feiras todas no sábado, a gente já não recebe os fregueses de fora quase nada. Enquanto está acontecendo essa feira aqui... olhe! Esperança é no sábado, Pocinhos é no sábado e não eram no sábado e sabe quando foi isso? Isso faz uns catorze anos. Eu estava fazendo serão ali, olhe! Minha barraca era aquela pequenininha, eu estava acabando uns vestidos, eu ouvi, chamando pela Voz dos Municípios (programa de rádio), não tem o programa a Voz dos Municípios! Pois bem, A voz dos Municípios convidando todos os prefeitos para fazer uma audiência, com esses prefeitos, planejando para esvaziar a feira de Campina, o tema da reunião era esse. Foi eles que mentalizaram isso, botaram as feiras tudo para o sábado para esvaziar a feira de Campina ai a gente ‘atolou-se’, levaram o dinheiro da gente...*

Mapa 28

**REALIZAÇÃO DAS FEIRAS NAS CIDADES DO ENTORNO DE CAMPINA GRANDE**



DIA DE REALIZAÇÃO DA FEIRA  
**S** SÁBADO  
**D** DOMINGO  
**2** SEGUNDA-FEIRA  
**3** TERÇA-FEIRA  
**4** QUARTA-FEIRA  
**5** QUINTA-FEIRA

ESCALA:  
 10 0 10 20 30 40 50 Km

DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa

FONTE: Pesquisa de Campo

Campina Grande, março /2003.

O que afirma dona Maria do Carmo em seu depoimento, parece se comprovar na análise do Mapa 28. Forma-se um círculo, em torno de Campina Grande, de cidades a realizarem suas feiras aos sábados. À medida que as cidades vão se distanciando de Campina Grande, os dias de realização das feiras são mais variados, porém de forma a não conflitar com a periodicidade das cidades vizinhas.

Ao se considerar que tentativas no sentido de desestruturar a Feira Central já ocorreram e que na história de Campina Grande viscosidades para seu território sempre foram tentadas com o objetivo de impedir a expansão de sua influência, as observações da entrevistada parecem fazer sentido, com as quais a elaboração do Mapa 28 parece vir corroborar.

Não se pode aqui dissimular a surpresa, diante das rugosidades e do dinamismo ainda presentes na Feira de Campina Grande, embora sofrendo concorrências e abandonos. A Feira ainda tem conseguido manter tradições apesar de todos os vetores modernizantes externos que incidem sobre o lugar bem como ainda consegue atrair o novo, demonstrando assim a força de que ainda consegue ser possuidora.

### **2.3 – O novo e o velho no espaço das surpresas.**

Numa sociedade capitalista que tem no consumismo desenfreado a tônica de sua existência a Feira tem que surpreender pela capacidade de reaproveitamento e de longevidade que ainda consegue atribuir aos objetos. Qualquer olhar mais atento sobre esta inércia dinâmica representada pela Feira, será uma viagem num universo de descobertas. Objetos que se imagina ninguém mais utiliza são aí encontrados. Tudo isso levou PEREIRA JÚNIOR (1977, p. 33) a afirmar que *“quando se quer comprar também as coisas mais absurdas, procura-se a Feira”*.

Mesmo todo avanço tecnológico que barateia os objetos industrializados tornando-os cada vez mais populares, não conseguiu eliminar por completo todo um artesanato que trabalhava com brinquedos, utensílios domésticos e peças de decoração. E não se fala aqui do artesanato de souvenir direcionado ao consumo de turistas, do qual a feira de Caruaru é certamente o melhor exemplo. É de causar pasmo, em pleno meio técnico-científico-informacional, se encontrar na Feira a concha feita de quenga do coco, a lamparina feita de reaproveitamento de latas, o pegador de brasas e o abano confeccionado com palha, objetos que sobrevivem e se contemporizam com os produtos plásticos mais diversos.

Toda uma produção industrial que tem como alvo o mundo infantil não conseguiu eliminar por completo, os carrinhos de lata e madeira, os piões, os mamulengos, os joões-teimosos e toda uma infinidade de brinquedos criativos praticamente desaparecidos. No mundo das guloseimas ainda se encontra rasga-bocas e galinhas doces, e embora mais raros os rosários de coco-católé às vezes ainda podem ser vistos.

Em trabalho apresentado pelo autor, no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Petrolina (COSTA, 2002, p.177), fazia-se referência às mudanças ocorridas nos automóveis que passaram a fazer o transporte de feirantes para Campina Grande. Observava-se então, que os Mistos (Foto 33) haviam sido substituídos por carros mais modernos como as caminhonetes, Veraneios etc. No entanto, como a Feira é o lugar das surpresas, portanto lugar onde qualquer afirmativa deve ser feita com cautela, foi detectado posteriormente estacionamentos de caminhões “pau-de-arara” e já se observou que embora os Mistos

representem um tipo de transporte do passado, podem, vez por outra, ainda serem vistos na Feira de Campina Grande.

**Foto 33**

Caminhões mistos - feira de Campina Grande na década de 1960



Fonte: RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

Outros transportes do passado, que circulavam ao nível da escala local, eram os espetaculares carrinhos-de-mão. O termo “circulavam”, no passado, provém da errônea idéia que tais objetos haviam desaparecido do cenário urbano. Puro engano, na esquina das ruas Cristóvão Colombo com Dr. Carlos Agra o estacionamento desses pequenos veículos (fotos 34 e 35) atestam que a prática do frete de mercadoria em tais veículos, à tração humana, ainda é comum. Os carrinhos-de-mão pintados em cores fortes são cada um peça única, que atestam o capricho e criatividade dos seus proprietários.

**Foto 34**

Estacionamento de carrinhos de mão



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

**Foto 35**

Carrinho de mão a espera de frete



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

Não se pode pensar, todavia, que a Feira é esta completa cristalização do passado, onde o tempo parou, é, porém uma inércia dinâmica, que sobrepõe elementos do passado, mas que também absorve modernizações do presente, as quais muitas vezes são adaptadas à estrutura preexistente, dando lugar a novas formas e ações.

Sendo assim, a Feira é no dizer de MILTON SANTOS, um lugar esquizofrênico, ao incorporar objetos produzidos para atender as necessidades alheias ao lugar, porém acolhendo-os com usos que lhes atribui outros sentidos, sem as racionalidades com as quais foram concebidos.

Se hoje já não encontramos pelas ruas da Feira crianças vendendo sacos de papel confeccionados a partir de sacos de cimento vazio, é porque a feira incorporou a modernização das sacolas plásticas, as quais depois viram sacos de lixo nas residências. Mas os sacos de náilon, que hoje substituem os sacos de algodão no transporte de alguns cereais e rações animais, passam a ter outra função depois de esvaziados. Estes sacos de náilon que seriam lixo após sua utilização, a partir da racionalidade capitalista, transformam-se nas sacolas que são vendidas nas feiras ao preço de cinquenta centavos (as menores) e um real (as maiores). Essas sacolas têm substituído as sextas de vime que eram utilizadas na realização da “feira”. Se este novo hábito de consumo exclui os fabricantes de sacos de papel de um lado, cria por sua vez outro tipo de atividade, os fabricantes de sacolas de náilon. É a astúcia na arte do sobreviver que dá novas formas aos objetos da racionalidade.

Este artesanato que reaproveita, sacos vazios já existia antes do advento e propagação do náilon, os sacos de estopa e de tecidos de algodão sempre foram reaproveitados. Os sacos de tecido de algodão transformavam-se (e ainda transformam-se) em panos de prato, toalhas de banho, lençóis etc.

Observando a partir deste ângulo, vemos a coerência da Feira com as características de subdesenvolvimento da região Nordeste. Pois enquanto a industrialização atual sugere a efemeridade dos produtos e sempre que possível sua descartabilidade, condições com as quais se solidariza o consumo do circuito superior, tem-se na outra ponta, o circuito inferior que busca sempre que possível aumentar a durabilidade dos produtos ou até lhes atribuir novas funções.

Na Feira, o jornal velho é papel de embrulho; os pneus velhos transformam-se em recipientes (para alimentar o gado, lavar frutas e legumes ou expor mercadorias na feira), ancôrea para o transporte de água e depósitos para lixo<sup>171</sup>; outros vasilhames (foto 36) também são aproveitados como recipiente para armazenamento ou para transporte de água, latas vazias viram fogareiros, churrasqueiras, brinquedos, lamparinas, ralos, pás etc. Daí o fato de PEREIRA JÚNIOR (1977, p. 13) chamar o setor que vende tal artesanato de Feira de Lata, “*porque lá se encontra (...) todo um artesanato de flandre (sic!), e de lata, derivado de produtos industrializados, transformados nos mais variados utensílios*”.

**Foto 36**

Feira de vasilhas e sacos para reciclagem



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

A Feira é também uma saída lucrativa para os atacadistas que têm suas mercadorias parcialmente danificadas. Os feirantes adquirem tais produtos imprestáveis para “consumo estético” dos mercadinhos, por preços abaixo do mercado, revendendo-os na forma a granel, para uma clientela pouco exigente com qualidade e mais preocupada com o preço. É esta a procedência do macarrão, fubá e outras mercadorias vendidas a granel na Feira.

---

<sup>171</sup> Nos anos de 1970, o depósito de lixo feito de reaproveitamento de pneu era disseminado por toda a cidade, hoje as pessoas depositam o lixo em sacos plásticos sendo incomum o uso de depósitos para tais fins.

A literatura popular de cordel deu lugar à cultura de massa através das revistas usadas, com pôsteres dos ídolos da televisão. Durante alguns anos se estabeleceu na rua Cristóvão Colombo a feira de revistas usadas, hoje com poucos bancos. A feira de discos usados também praticamente desapareceu da Feira Central<sup>172</sup>, em seu lugar surge um mercado emergente de CDs.

O mercado de CDs, piratas ou gravados<sup>173</sup>, “explode” não só na Feira, mas em toda a cidade, em criativos carrinhos autofalantes, barracas ou lojas. Aqui cabe perfeitamente a observação de SANTOS (2000.a, p. 63) ao dizer que:

*O próprio consumo é uma faca de dois gumes, porque corrompe, mas faz também descobrir a impossibilidade de sua fluência completa, já que o sistema está sempre descobrindo novos objetos, novas fontes de desejos.*

O acesso aos CDs se dá desafiando toda uma normatização estabelecida internacionalmente, que garante o direito de patente. Em defesa desses monopólios há as pressões internacionais que tem a solidariedade dos meios de comunicação nacional e até local. Porém, como observa SANTOS (*op. cit.*) a própria tecnologia atual é mais apropriável por baixo e mais permissível a essas ações contra-rationais.

Está, portanto, aí a explicação para o desenvolvimento de um mercado de LPs usados num passado não muito longínquo, cuja tecnologia de então era inacessível ao circuito inferior. A invenção das fitas K7s e posteriormente dos CDs, foram concebidos por meio de uma tecnologia que viabilizou o acesso por baixo, possibilitando a não obediência às normas impostas que preservam interesses estranhos aos da população.

Essa acessibilidade e popularização da tecnologia de ponta, tal como ocorre na reprodução de CDs, vem confirmar a observação de SANTOS (1979a) de que não se deve associar o circuito inferior com atividade tradicional, já que, o circuito inferior além de ter surgido em

---

<sup>172</sup> Como já foi observado neste Capítulo, o maior mercado de Vinis usados encontra-se hoje na feira da Prata, no entanto, seja a literatura de cordel, seja as revistas usadas ou os LPs nada desapareceu por completo da Feira Grande, embora se tornem escassos.

<sup>173</sup> Diferencia-se aqui CDs piratas e CDs gravados. Os CDs piratas são aqueles adquiridos no mercado nacional a partir de uma industrialização clandestina que os reproduz imitando os originais. Já o Cd gravado, é uma produção local e em pequena escala, sem a preocupação de fidelidade ao original. Há inclusive a seleção de músicas que atende ao gosto de determinada clientela, mas que não corresponde a nenhum CD em venda no mercado.

função do processo de modernização, é abastecido direta ou indiretamente por setores modernos da economia.

Serviços modernos como o disque feira (em banco de cereais) ou o disque frete, este último mais comum, comprovam o não isolamento dos circuitos superior e inferior, mas também atestam a acessibilidade e utilização das novas tecnologias por baixo, bem como, a criatividade existente no circuito inferior, capaz de tirar proveito dos objetos criados para com outros fins, o que introduz mudanças no perfil de atendimento do circuito inferior.

A feira de galinhas também inova e absorve as modernizações do setor agrícola em meio à rugosidade dos garajaus. A inovação se dá pela prática do abate e corte das aves, que representa uma melhoria de atendimento ao cliente, pois até alguns anos atrás não havia esse serviço, o cliente levava a galinha viva para sua casa. No tocante às modernizações tecnológicas, são as galinhas de granja que surgem nesta feira, lado a lado com as galinhas de capoeira, as quais se tornaram mais valorizadas no mercado.

A arte de improvisar está presente em toda a Feira, o velho e o novo se amalgamam por toda parte, carroças de burro, carrinhos-de-mão, *veraneios* e caminhonetes, caminhões pau-de-arara e motos estão presentes nesta paisagem como se representassem recortes de vários tempos. É, portanto um verdadeiro “*museu vivo da cultura popular*” como diz PEREIRA JÚNIOR (1977).

No Mercado Central, acesso pela rua Dr. Carlos Agra, está o estacionamento de motos (foto 37), nesta mesma rua também ficam o estacionamento dos carrinhos-de-mão e dos demais automóveis, entre os quais os *paus-de-arara*. Todos estes detalhes atribuem à Feira de Campina Grande seu caráter único.

Aliás, cada feira é um espaço que tem especificidades próprias que se revelam em mínimos detalhes<sup>174</sup>, neste aspecto observa-se que enquanto na Feira de Campina Grande os caminhões cobertos de lona transportam parcela significativa dos feirantes<sup>175</sup>, em Caruaru são os jipes *Toyota*, adaptados em Riacho das Almas - PE, que se sobressaem na paisagem. As *Tooyotas*

---

<sup>174</sup> Leite (1956) fazia esta observação ao dizer que ‘As ‘feiras’ sempre apresentam características especiais, encontram-se numas e noutras não, determinados produtos que distinguem facilmente seus pontos de origem’...

<sup>175</sup> Aqui o termo feirante não está designando apenas as pessoas que vendem na feira, mas todas as pessoas que se dirigem a mesma para desenvolver alguma atividade, seja de venda, compra, lazer etc.

com cabine alongada que circulam pela Feira e cidade de Campina Grande são todas de alguma cidade pernambucana. Astúcia popular que hoje é uma marca registrada daquele Estado. (Foto 38)

Outro aspecto muito comum na feira de Caruaru é a venda e circulação de cabides (foto 39). A presença de grandes carroças feita de barrotes de madeira, (foto 40) para transporte de confecções, também é marca registrada naquela feira, o que atesta a importância das confecções para a mesma. Percebe-se desta forma que cada feira nordestina é um universo único, mesmo apresentando semelhanças entre si.

**Foto 37**  
Estacionamento de motos no Mercado Central



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

**Foto 38**  
Estacionamento de Toyotas na feira de Caruaru



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo – Caruaru, nov. /2003.

**Foto 39**  
Transporte de cabides na feira da sulanca de Caruaru



Fonte: Dados da Pesquisa – Caruaru, nov./2003

**Foto 40**  
Carrinho de barrotes para transporte de sulanca em Caruaru



Se em alguns aspectos a Feira de Campina Grande parece ter cristalizado o tempo nos objetos e ações humanas, noutros aspectos presencia-se mudanças significativas, não só no aspecto de incorporar modernizações, mas também no abandono pelo qual passa determinadas áreas.

Um exemplo claro dessa depreciação espacial é a antiga feira de verduras, localizada em ampla área entre as ruas Dr. Antônio de Sá, Cristóvão Colombo e Macílio Dias. Era nessa área que em dias que não havia feira, os bancos de madeira ficavam amontoados, o que dava *“um ar desolador ao local”*, nas palavras de RIOS (1963, p. 67). Hoje a feira de verduras encontra-se dispersa em meio a outras feiras, no antigo local montou-se estruturas fixas de madeira (foto 41 e 42), que transformaram uma das melhores localizações da Feira na área mais gravemente depreciada.

**Foto 41**

Feira de verduras em 1980



Foto: Antonio Albuquerque da Costa, 1980.

**Foto 42**

Barracos na antiga feira de verdura



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

Assim como a feira de flores, a feira de verduras era uma das mais belas. Expressava toda a fartura dos períodos chuvosos nos amontoados de alfaces, coentros, tomates, batatinhas, berinjela, cebolas etc., produção quase toda brejeira que dava a esta feira um colorido especial. Infelizmente, parece ter sido esta a feira que mais se desestruturou na última década, é provável que tenha sido a mesma a mais mortalmente atingida com a criação da CEASA.

Outros setores também desapareceram ao longo dos anos como a feira de animais (foto 43) e a anexa feira dos barbeiros. Os barbeiros “pela-porco” ou “pé-de-forquilha<sup>176</sup>” desapareceram, hoje ainda se encontra tal serviço na Feira, porém com maior sofisticação em pontos fixos que além do tradicional corte de cabelo e barba, pode oferecer também outros serviços, tais como tintura, alongamento, hidratação etc. (foto 44)

**Foto 43**

Feira de animais na década de 1960



Fonte: RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

**Foto 44**

Salão de beleza popular na antiga feira de frutas



Fonte: RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

Mudanças significativas também ocorre no entorno da Feira, mas precisamente nas ruas Tavares Cavalcante e Quebra Quilos. Na primeira das ruas citadas, dos 37 estabelecimentos comerciais existentes na mesma 17 (46 %) são destinados ao campo<sup>177</sup> (foto 45). Situação semelhante ocorre na rua Quebra Quilos que das 43 lojas instaladas na mesma, 14 (32 %) têm ligação com o campo<sup>178</sup>. Destaca-se ainda nesta última rua os atacadistas de materiais de panificação (equipamentos e matéria-prima), lojas especializadas na venda de balanças, lojas de bebidas e de embalagens.

---

<sup>176</sup> Salão pé-de-forquilha ou pela-porco eram alguns dos termos pejorativos com os quais denominavam os barbeiros populares da Feira.

<sup>177</sup> Oito farmácias veterinárias, duas clínicas veterinárias, cinco lojas de venda de rações animais, uma loja de produtos agrícolas e 1 loja de venda de aves.

<sup>178</sup> Seis lojas de ração animal, quatro lojas de fertilizantes e implementos agrícolas, duas de equipamentos agrícolas, uma farmácia veterinária e uma loja de animais.

**Foto 45**

Setor da rua Tavares Cavalcante especializado em produtos agrários



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Tem-se desta forma, no interior da Feira, em especial na rua Dr. Antônio de Sá, um setor agrário tradicional (foto 46), com a presença de enxadas, pás, picaretas, celas, chocalhos, esporas, arreios, estribos, gibões, chapéus, guarda-peitos, botas, perneiras etc., que parecem emergir do círculo do couro. Enquanto que as “franjas” da feira, formadas pelas ruas acima citadas atestam a emergência de um campo que se moderniza.

**Foto 46**

Loja da rua Dr. Antônio de Sá especializada em produtos tradicionais para o campo



Foto: Filipe Fênix de Brito Costa

Os estacionamentos de carros provenientes de outros municípios, que conduzem população, sobretudo rural, são certamente o fator de atração de atividades rurais modernas para essas ruas acima citadas. Na rua Tavares Cavalcante, estacionam, em sua maioria, os carros dos municípios localizados a norte e leste de Campina Grande enquanto que na rua Quebra Quilos observa-se uma maior frequência de carros de municípios do sul do Estado.

Sendo assim, na rua Tavares Cavalcante, os carros estacionados são em sua maioria de Massaranduba, Serra Redonda, Ingá, Esperança, Alagoa Nova etc. (foto 47), enquanto que rua Quebra Quilos (foto 48), mas precisamente nas imediações da Maternidade Municipal, encontram-se carros de Queimadas, Boqueirão, Alcantil, Barra de Santana etc. Salienta-se ainda que ruas como Dr Carlos Agra e Cristóvão Colombo também servem de estacionamento, sobretudo pela grande presença de atacadista. Nota-se ainda que os carros provenientes de cidades pernambucanas como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e outras são encontradas em todos estes estacionamentos.

**Foto 47**

Estacionamento de transportes alternativos, para outros municípios na rua, Tavares Cavalcante



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

**Foto 48**

Caminhões paus-de-arara no estacionamento da rua Quebra Quilos



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

A Feira é este importante ponto de contato, não só entre o moderno e o tradicional, mas também entre o urbano e o rural, seja no atendimento do que há de mais rugoso ou das tecnologias emergentes. É esta capacidade de equilíbrio entre situações aparentemente antagônicas que possibilita à Feira, mesmo sem o apogeu de outrora, chegar ao meio atual com a força que ainda dispõe.

## Capítulo III

### A luminosidade refletida pelo espaço da opacidade

SANTOS (2000a, p. 18 – 21) adverte para o fato de que a globalização é uma fábula e é perversa. Fábula porque não é capaz de homogeneizar o planeta como nos fazem crer, visto que dialeticamente, a busca de uniformidade aprofunda as diferenças entre os lugares. E é perversidade na medida que:

*O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem a qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção.* (SANTOS, *op. cit.*)

É, porém, não a miséria<sup>179</sup>, mas a pobreza diante de uma situação de carência, que cria novas formas de trabalho e de luta. Burla a rigidez dos vetores hegemônicos que SANTOS (*op.cit.*) afirma ser rotineiro e sem surpresas e cria espaços criativos e aproximativos, através de suas astúcias como nos lembra MICHEL DE CERTOU (1994).

A Feira, por ser um espaço que desafia o estabelecimento e as racionalidades das normas externas (muito embora as verticalidades também se façam presentes), permite aos agentes locais serem ativos, na invenção diária dos meios de sobrevivência. Dessa forma, torna-se um espaço opaco para os vetores globalizantes<sup>180</sup>, mas é justamente por essa opacidade, que se torna contraracional e tem condições de recriar o seu cotidiano, o que para SANTOS (1994b, p. 85) faz com que tais espaços sejam de fato luminosos.

---

<sup>179</sup> SANTOS (2000b, p. 132) define como miséria a privação total, que torna as pessoas aniquiladas e confessadamente derrotadas, diferente da pobreza, cuja capacidade de enfrentamento com as dificuldades está presente.

<sup>180</sup> Os vetores globalizantes têm como condição básica de sua eficácia a obediência às normas rígidas, em função do seu conteúdo técnico-científico conforme observa SANTOS (1997b, p. 259).

É, pois, dessa luminosidade, que surge da criatividade popular, capaz de se opor e de sobreviver à rigidez dos vetores externos (racionais e hegemônico) que trata este capítulo.

Tendo surgido em um meio anterior ao atual, a Feira não é lugar da globalização, embora global por ser subsistema da totalidade mundo, apto a receber algumas das modernizações do presente, mas também capaz de adaptá-las em função das necessidades e culturas local. Embora não seja lugar do mandar, não é também lugar do obedecer, pois inventa formas de transgredir as racionalidades impostas e dá novas versões de consumo aos produtos hegemônicos, aproximando-os das necessidades reais da população, numa verdadeira *‘arte de utilizar aqueles que lhe são impostos’*. (CERTEAU, 2001, p. 94).

### 3.1 – A feira central: um pouco de sua lógica interna

A feira<sup>181</sup> livre de Campina Grande (Mapa 29) espalha-se por nove ruas, além de uma área coberta com mais de 8.000m<sup>2</sup> do mercado central (Foto 49), são mais de 75.000m<sup>2</sup> por onde se distribuem mercadinhos, armazéns, bares e o mais variado tipo de comércio, porém o destaque aqui será dado aos feirantes com seus bancos alinhados por todas essas ruas, conforme se pode observar na Quadro 07.

#### QUADRO 07

<b>Distribuição dos Feirantes Cadastrados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande nas Ruas que Compõem a Feira Livre.</b>	
<b>Logradouro</b>	<b>Quantidade de Feirantes Cadastrados</b>
Rua Deputado José Tavares	331
Rua Macílio Dias	372
Rua Dr. Carlos Agra	254
Rua Manuel Farias Leite	113
Rua Dr. Antônio de Sá	259
Rua Cristóvão Colombo	377
Rua Pedro Álvares Cabral	211
Rua Manuel Pereira de Araújo	134
Rua Capitão João de Sá	10
Mercado Central	1.190
<b>TOTAL</b>	<b>3.251</b>

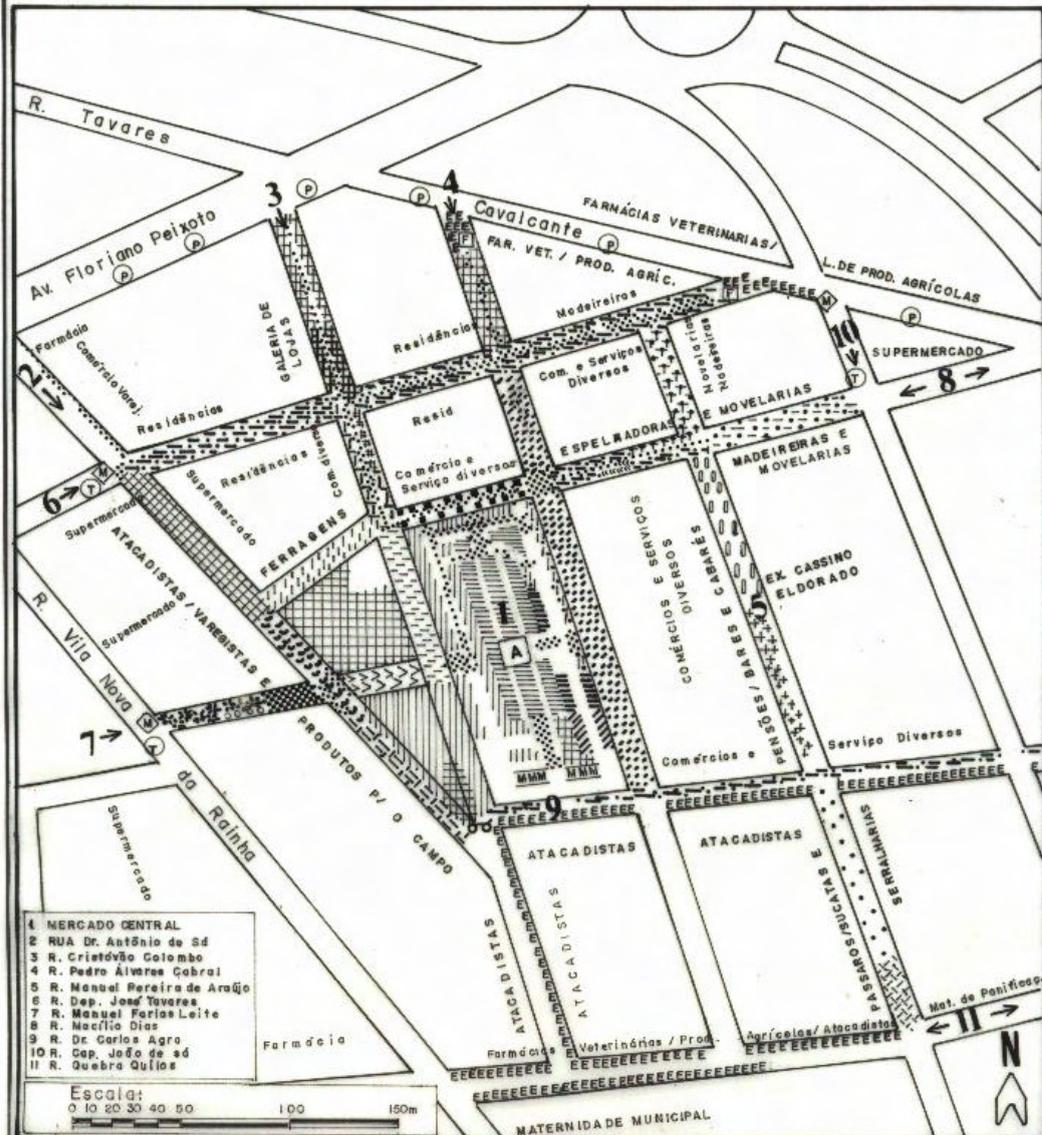
Fonte: Cadastro dos Vendedores Ambulantes localizados no Mercado Central de Campina Grande Secretaria de Serviços Urbanos. Prefeitura Municipal de Campina Grande – Estado da Paraíba.

Além dos feirantes cadastrados uma outra quantidade de ambulantes não cadastrados faz com que mais de 5.000 pessoas sobrevivam da Feira de Campina Grande como afirma o administrador da mesma.

<sup>181</sup> A Feira Central de Campina Grande é composta por vários setores bem definidos, os quais são conhecidos popularmente pelo tipo de produto que vende e recebem a designação de feira. Assim existe a feira de cereais, a feira de carne, a feira de verdura, a feira de frutas, a feira de calçados, a feira de roupa, a feira de louça, a feira de panelas, a feira de flores, a feira de galinhas, a feira de queijo a feira de bolo e doces, a feira de ferragem, a feira de fumo, a feira de redes, a feira de peixe, feira de raízes (ou mangalhos) etc.

# FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE - SETORES

MAPA 29



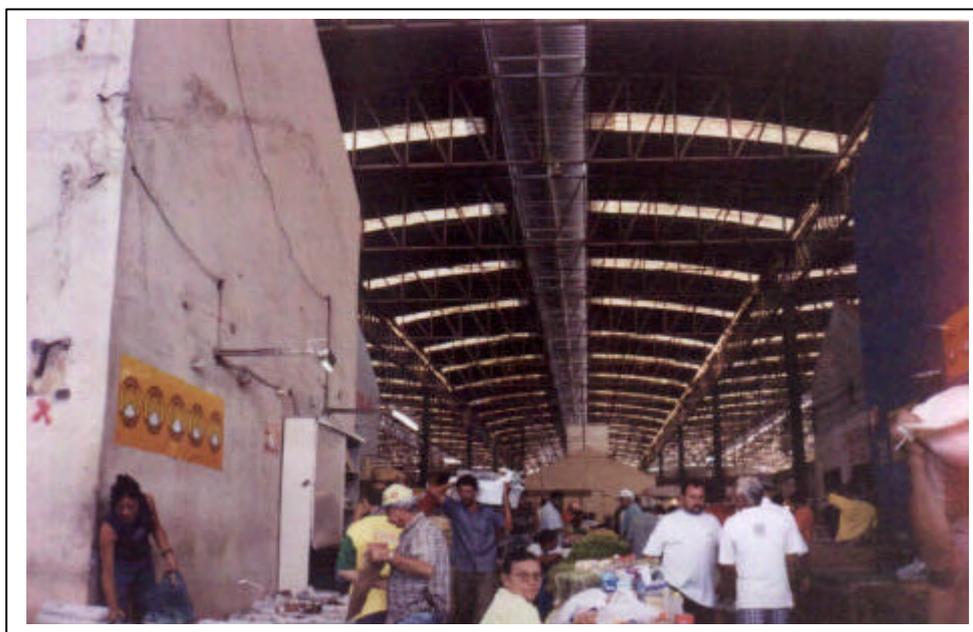
- 1 MERCADO CENTRAL
- 2 RUA Dr. Antônio da Sd
- 3 R. Cristóvão Colombo
- 4 R. Pedro Álvares Cabral
- 5 R. Manoel Pereira de Araújo
- 6 R. Dep. José Tavares
- 7 R. Manoel Farias Leite
- 8 R. Naércio Dias
- 9 R. Dr. Carlos Aguiar
- 10 R. Cap. João de sd
- 11 R. Quebra Quilós

Escala: 0 10 20 30 40 50 100 150m

Legenda		Estacionamento	
	FEIRA DE FLORES		CARRINHO DE MÃO
	FEIRA DE FUMO DE ROILO		MOTO
	FEIRA DE PANELAS (e Jarros)		AUTOMÓVEL DE OUTRAS CIDADES
	FEIRA DE LOUÇA E FERRAGENS		PARADA DE ÔNIBUS
	FEIRA DE ROUPA		PRAÇA DE TAXI
	FEIRA DE CALÇADOS		CARRO DE FRETE
	FEIRA DE FRUTAS		MOTOTÁXI
	FEIRA DE REDES		ADMINISTRAÇÃO
	FEIRA DE GALINHAS		
	FEIRA DE 'MANGALHO' (RAÍZES)		
	SUCATA		
	FEIRA DE PEIXE		
	FEIRA DE CEREIAS		
	FEIRA DE BODE (CARNE)		
	FEIRA DE CARNE		
	FEIRA DE MIÚDOS		
	FEIRA DE 'XAVECO'		
	VERDUREIROS		
	FEIRA DE QUEIJO/BOLO/DOCE		
	FEIRA DE TROCAS		
	FEIRA DE CDs		
			FEIRA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE ÉPOCA
			FEIRA DE PRODUTOS P/ RECICLAGEM
			LANCHES E REFEIÇÕES
			FEIRA NÃO DIFERENCIADA (Bancas com produtos diversos)
			FEIRA DE BATATA/INHAME/MACAXEIRA
			NAPADURA
			REVISTAS USADAS
			MIUDEZAS

PONTE: PESQUISA DE CAMPO  
 CARTA BASE: Planta da Cidade de Campina Grande na Escala de 1/10.000 s.d.  
 DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa  
 Campina Grande, abril de 2003.

**Foto 49**  
Cobertura do Mercado Central



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

Os feirantes, algumas vezes, comercializam um único tipo produto; outras vezes, vendem mercadorias variadas, mas de um mesmo gênero (apenas cereais, ou frutas, ou legumes etc.), mas não é raro se encontrar vendedores que associam as mais diversas espécies de produtos. Diversidade muito comum nos ambulantes, que com tabuleiros presos ao corpo vendem pentes, espelhos, prendedores de cabelo, lápis, borracha etc. São verdadeiros bazares móveis.

Os vendedores de fumo de rolo associam a este produto a venda de outros que lhes são complementares tais como fósforo, cachimbo e papel para cigarro “pé de burro”<sup>182</sup>, ou, o fumo picado embalado em saquinhos de plástico<sup>183</sup>. Em virtude da retração do setor, vendem juntamente com o fumo, outras mercadorias aparentemente não afins, tais como lamparinas a querosene, vassouras de palhas, espanadores de agave, sabão em barra, “cana-de-cabeça”, “temperada”<sup>184</sup>, catuaba entre outros. (Foto 50)

---

<sup>182</sup> A denominação popular de cigarro “pé de burro” refere-se ao cigarro feito artesanalmente com o fumo de rolo picado e enrolado em pedaço de papel apropriado para cigarro. Em épocas mais remotas a população fumante do interior nordestino utilizava a palha seca do milho ou o papel de embrulho na confecção de seus cigarros.

<sup>183</sup> O fumo picado e embalado em saquinhos consiste em uma modernização do fumo de rolo ou borô.

<sup>184</sup> A temperada é a cachaça na qual fica em infusão cascas e raízes medicinais.

### Foto 50

Feira de Fumo de Rolo



Fonte: Dados da pesquisa de campo – janeiro de 2003.

PEREIRA JUNIOR (1977, p. 14), no seu olhar poético sobre a Feira, narra que *“normalmente antes de adquirir o fumo, (o cliente) toma uma ‘lapada’ (dose) de catuaba e acende um cigarro (pé de burro) para sentir o sabor e aroma”*.

Explicar essa variedade de produtos juntamente com o fumo-de-rolo só se torna possível em função da rugosidade que representa este setor da Feira, provavelmente em processo de extinção, já que os consumidores são em sua maioria velhos aposentados, principalmente da zona rural, como afirma uma das vendedoras: *“a gente, ainda só vende alguma besteirinha aos aposentados, quando vêm receber o pagamento nos bancos”*.

Outros setores apresentam outras características e outra clientela, tal como a feira de flores (localizada na rua Manuel Farias Leite), que segundo algumas floristas<sup>185</sup> possui uma clientela de maior poder aquisitivo, motivo pelo qual reclamam da falta de infra-estrutura da Feira, que não dispõe de estacionamento, instalações sanitárias, segurança etc. Como fica claro na fala de dona Maria do Carmo que há mais de quarenta anos é florista na Feira:

---

<sup>185</sup> Enquanto que na feira de carne observa-se uma maioria de feirantes do sexo masculino, a feira de flores sobressai feirantes do sexo feminino, daí a preferência pelo termo florista.

*“Me diga uma coisa, quem é a pessoa mais ou menos, que quer vir aqui pra essa imundície? Correndo o risco de se acidentar, ser roubada... Como um dia desses que a carroça bateu na perna de uma mulher aqui em frente, furou a perna dela, foi sangue pra todo lado. Não tem um sanitário! A gente tem que ir no sanitário aqui do Ideal (supermercado). Se a pessoa estaciona o carro aí na rua, os guardas não deixam, é aquela perseguição danada com o freguês. Tá vendo essa pia aqui? Fui eu quem botou! Mesmo assim a prefeitura queria que eu tirasse. Eu disse, tiro não! Botei (a pia) porque só gosto de tudo limpo e organizado”.*

Ao olho desatento, a feira central como qualquer outra feira nordestina, dá a impressão de caos. Puro engano, no todo a Feira representa uma área coesa<sup>186</sup>, onde tanto estão presentes os monopólios espaciais de produtos de uma mesma linha, como produtos de naturezas distintas, que são complementares ou que se beneficiam da economia de aglomeração tal como ocorre no circuito superior.

Os feirantes em suas espertezas sabem tirar proveito dessa coesão espacial ao vender produtos de natureza distintas ou complementares. Porém tudo dentro de uma lógica de mercado, aprendida nessa escola da vida. A exemplo do banco de planta ornamentais (Foto 51) anexo a feira de flores (Foto 52), ou mesmo, da venda de jarros (Foto 53) em frente ao banco de plantas, cujo objetivo é induzir o freguês a comprar produtos que a princípio não fazia parte de seus propósitos como nos faz ver CORRÊA (1989, p. 57) em relação ao comércio do circuito superior.

A feira de carne localizada no interior do Mercado Público é outro exemplo dessa coesão espacial, ao atrair os vendedores de verduras e condimentos para suas vias de circulação que ficam, entre as tarimbadas de carne. Entre os feirantes, é o marchante um dos que lida com maior volume de dinheiro, pela própria natureza do produto. No entanto, as carnes de qualidade

---

<sup>186</sup> CORRÊA (1989, p. 56–57) observa que a coesão espacial ocorre quando:

- a) Atividades de uma mesma linha de produtos estão juntas, porém sem ligação entre si, com a finalidade de atrair consumidores pela possibilidade de escolha.
- b) Produtos de natureza distinta, que tenta induzir a compra de bens que a princípio não fazem parte dos objetivos do consumidor.
- c) Atividades que são complementares entre si.
- d) Juntas criam economia de escala.
- e) Exigem contatos face a face.

inferiores (miúdos<sup>187</sup> e xavecós) são localizadas em setor à parte, o que torna a feira de carne um espaço hierarquizado e de segregação.

**Foto 51**  
Banco de plantas ornamentais



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

**Foto 52**  
Feira de flores



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

**Foto 53**  
Feira de panelas



Fonte: Dados da pesquisa de campo, janeiro de 2003.

---

<sup>187</sup> Miúdo ou miçanga são parte dos animais abatidos tais como mocotó e as vísceras em geral.

A clientela da feira de carnes é diferenciada conforme seus vários setores: setor de carne verde, setor de carne de sol, setor de carne de bode, setor de carne de porco, setor de miúdos. Na sua totalidade esta feira é uma das que apresenta maior movimentação, inclusive de pessoas que mesmo fazendo suas compras em supermercados, preferem comprar a carne no Mercado Central, geralmente aos marchantes de quem são fregueses há muito tempo, os quais reservam as carnes dessa clientela certa, de quem já conhecem a preferência.

Enquanto há pessoas que preferem a carne do Mercado Central alegando que é fresquinha e que compram a marchantes de confiança, os quais só vendem carne de boa procedência, outras pessoas, mesmo ainda sendo consumidores da Feira Central, preferem comprar carne nos supermercados por acharem que é mais higiênica, fato este que, o Senhor Antônio Luna, administrador do Mercado Central, atribui ao estardalhaço da imprensa a partir de alguns casos isolados, mas garante que “nenhuma carne entra no Mercado Central sem que seja fiscalizada”. É, portanto, um dos setores priorizados pelo mesmo, que garante só consumir a carne da Feira, a qual, além de não ser congelada, recebe a inspeção da Vigilância Sanitária do Mercado Público.

A feira de miúdos e de xaveco<sup>188</sup> mesmo sendo direcionada mais especificamente a uma população pobre atende também a uma classe média que compra a carne para os cachorros, transação que geralmente é intermediado por uma empregada doméstica. Porém, é na compra da buchada e da carne para feijoada que a presença de elementos das classes médias se fazem presentes a este espaço.

As feiras de confecções e de calçados (nas ruas Macílio Dias e Cristóvão Colombo, respectivamente) mantêm proximidade entre si, apesar do monopólio espacial que ambas apresentam, bem como uma contigüidade com as feiras de ferragens e louças<sup>189</sup>, redes e outros bens de consumo destinados mais precisamente à população rural (Rua Dr. Antônio de Sá). (Fotos 54, 55 e 56)

---

<sup>188</sup> Carne de qualidade inferior

<sup>189</sup> Pereira Júnior (1977, p 13) denomina essa feira de “feira de lata” devido o variado artesanato de flandres, ainda presente nos dias atuais.

**Foto 54**  
Feira de roupas



Fonte: Dados da pesquisa de Campo, jan./2003

**Foto 55**  
Feira de calçados



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

**Foto 56**  
Feira de ferragens



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

No caso das feiras de roupas e calçados, a contigüidade espacial se explica pelo fato de se tratarem de mercadorias destinadas ao vestuário. Por serem produtos de grande aceitação no meio da população rural, justifica-se a proximidade das feiras de roupas e calçados com as feiras de ferragens, de redes e de produtos para o campo. Embora uma vendedora mostre em sua fala os efeitos das modernizações na mudança de comportamento dessa população rural:

*“Antigamente a gente vendia mais aos matutos. Mas você pensa que o matuto quer mais comprar na feira? Quer não! Hoje os matutos é tudo de cartão de crédito. Compra em quatro, cinco vezes, mas vai comprar nas lojas do centro e até no*

*shopping. Prefere ficar devendo, em vez de comprar a vista, mas só querem roupa de loja”.*

Foi também, nas feiras de roupas e de calçados, que se detectou o maior número de pessoas empregadas. Alguns bancos com até três empregados, geralmente familiares. Porém, além do monopólio espacial exercido pelas mesmas, a feira de calçados destaca-se por uma forte oligopolização do setor. Das 99 bancas localizadas na feira de calçados, 70 pertencem a 17 pessoas, sendo que apenas dois comerciantes possuem 21 bancos.

Observa-se na feira de calçados uma lógica mais próxima do circuito superior, primeiro, porque alguns bancos são de pequenos fabricantes, o que já os coloca ou os aproxima de um circuito superior marginal; segundo, por haver vários bancos que pertencem a um único dono. Dessa forma, os vendedores são uniformizados o que os identificam para qual proprietário trabalham. A feira de calçados é bastante atípica, e como todos os demais setores da Feira, são sistemas cuja complexidade possibilitam estudos à parte.

A feira de roupas (ou confecções), bem como a feira de calçados, são as que apresentam maior organização, o que certamente está associado tanto à natureza desses produtos, como ao monopólio espacial que ambas mantêm. O que há de sui generis na feira de confecção é haver em alguns bancos a associação entre comércio e prestação de serviço, através da reforma e concerto de roupas. Os corredores estreitos, cobertos de lonas, com as roupas penduradas dão a esta feira um toque especial, que lembra um mercado árabe.

### 3.2 – O perfil do Feirante

No universo de aproximadamente 5.000 pessoas que trabalham na Feira de Campina Grande, dos quais, 3.295 foram cadastrados pela prefeitura, seria, portanto, inexequível para este trabalho (em função do tempo e dos recursos), traçar o perfil dos feirantes, tomando-se por base toda sua população, motivo pelo qual optou-se trabalhar com amostragem.

Para se ter uma idéia mais próxima do real desse universo de trabalhadores, foi feita uma amostragem com 150 feirantes, os quais foram entrevistados tomando-se por base cada um dos setores que compõem a Feira, porém em cada um desses setores a seleção foi aleatória, cujo objetivo foi alcançar a heterogeneidade que caracteriza os mesmos, como se pode observar no quadro 08.

#### Quando 08

##### Distribuição dos feirantes cadastrados pelas atividades exercidas

Atividade	Quantidade de feirantes	Atividade	Quantidade de feirantes	Atividade	Quantidade de feirantes	Atividade	Quantidade de feirantes
Alho	01	Conserto de relógio	01	Inhame	04	Queijo	44
Artigos religiosos	02	Coco	06	Livros e revistas	02	Raízes	59
Artesanato	15	Doce	05	Lanches	171	Rapadura	14
Bijuterias	02	Diversos	693	Louça	01	Relógio	01
Biscoito	01	Estivas	27	Malas	01	Sabão	01
Bolo	39	Farinha	25	Material escolar	13	Sacos Plásticos	03
Bombons	05	Feijão verde	04	Miúdos	35	Sacos de Nylon	01
Cabeleireiro	02	Ferragens	38	Miudezas	35	Sacos de Tecido	04
Calçado	99	Flores	19	Ovos	03	Suínos	03
Carne	300	Fitas K7	13	Pão	12	Sorvete	01
Cereais	225	Fogos de artifícios	01	Plantas	02	Tapioca	01
Cigarros	14	Frutas	645	Plásticos	06	Vassouras	04
Confecções	233	Fumo de rolo	09	Plantas	02	Verduras	349
Charque	02	Galinhas	19	Pipocas	01		
Cordas	02	Goma	06	Peixe	54	<b>Total</b>	<b>3295</b>

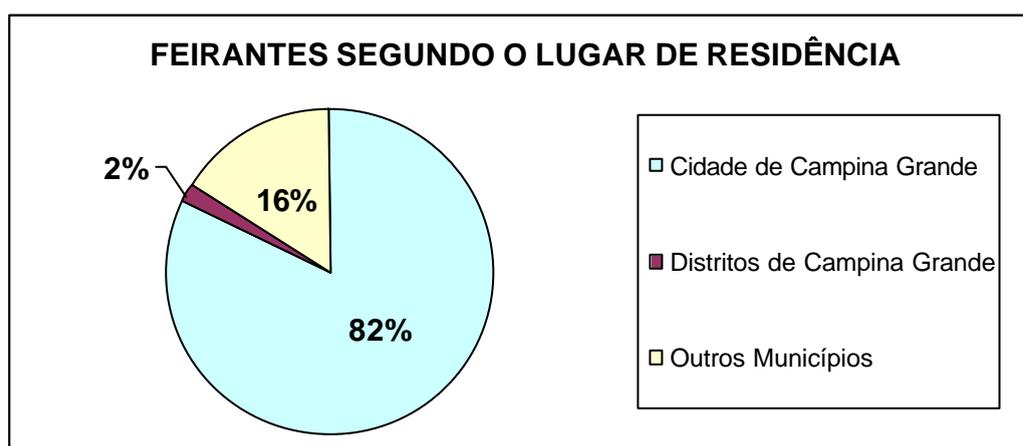
Fonte: Cadastro dos Vendedores Ambulantes localizados no Mercado Central de Campina Grande - Secretaria de Serviços Urbanos. Prefeitura Municipal de Campina Grande – Estado da Paraíba

Dos feirantes que responderam aos questionários 82% residem na cidade de Campina Grande, conforme mostra a TABELA 3.1. E, embora praticamente todos os bairros tenham sido citados, sobressaíram José Pinheiro, Monte Santo e Catoilé<sup>190</sup> como bairros de maior concentração de feirantes, em segunda ordem vieram os bairros de Santo Antônio, Nova Brasília, Liberdade e Bodocongó III<sup>191</sup>.

**TABELA 3.1**  
**PERFIL DOS FEIRANTES SEGUNDO O LUGAR DE RESIDÊNCIA**

Localidade	Percentagem
Cidade de Campina Grande	82%
Distritos de Campina Grande	2%
Outros Municípios	16%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.1**



<sup>190</sup> Os bairros de José Pinheiro, Monte Castelo e Catoilé abrigam, respectivamente, 9% dos feirantes entrevistados, totalizando os três bairros 27% da população de feirantes entrevistados.

<sup>191</sup> Os bairros de Santo Antônio, Nova Brasília, Liberdade e Bodocongó III são, cada um, o local de residência de 4,5% dos feirantes entrevistados. Os quatro bairros juntos abrigam 18% dos feirantes.

È, no entanto, através da Tabela 3.2 e gráfico 3.2, que se pode reafirmar a constatação de BARROS (1987, p. 157) que os *“dados (dos ambulantes de Campina Grande) revelam um alto grau de endogeneidade regional (...) dado se tratar de uma região de emigração...”*, comprovação que também se aplica a este estudo de caso, com apenas 5% dos entrevistados se declarando de outros estados, dos quais a metade é proveniente de Pernambuco e, coincidentemente, os 2,5% restantes são naturais do Ceará. Portanto, todos os feirantes contatados eram nascidos na região Nordeste.

Mais uma vez constata-se o papel de Campina Grande como núcleo de recepção migratória de curso curto, já que, dos 48% entrevistados nascidos em outros municípios, 43% eram do próprio Estado, em sua maioria do Brejo ou municípios próximos de Campina Grande, apenas 5% eram de outros estados, situação semelhante a que BARROS (1987, p. 157) observara para os anos de 1980 no comércio informal da cidade.

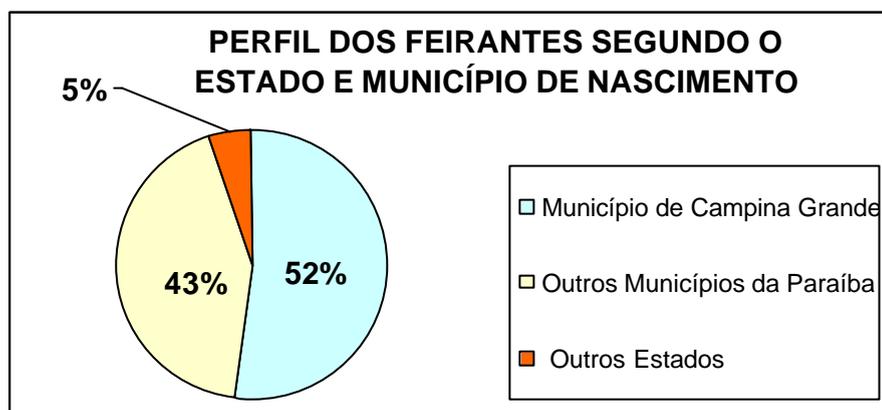
Como afirma o referido autor (BARROS, *op. cit.*) o Nordeste é uma área de emigração para o Centro-Sul e fronteira oeste. Em nível interno, as migrações se dão para as áreas metropolitanas da própria região (Recife, Salvador e Fortaleza), situação da qual, Campina Grande não foge a regra, sendo, inclusive hoje, local de emigração de mão-de-obra qualificada como já foi observado no Capítulo I.

Porém, de conformidade com BARROS (1986, p. 157), Campina Grande a exemplo de outras cidades de porte médio da hinterlândia nordestina é também ponto de recepção de migrantes, embora como teoriza SANTOS (1991, p. 56) essa migração que anteriormente se dava em cascata segundo degraus da hierarquia urbana, hoje se apresenta em curto circuito, com os migrantes cada vez mais indo diretamente para os grandes centros. Fato pelo qual, se tentou explicar, em parte, no capítulo I, a redução nas taxas de crescimento da cidade nas últimas décadas.

**TABELA 3.2**

<b>PERFIL DOS FEIRANTES SEGUNDO ESTADOS E MUNICÍPIOS DE NASCIMENTO</b>	
<b>Local de nascimento</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Estado da Paraíba</b>	<b>95%</b>
- Município de Campina Grande	52%
- Outros Municípios da Paraíba	43%
<b>Outros Estados</b>	<b>5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.2**



Dos feirantes nascidos em outros municípios que totalizaram 48% dos entrevistados, 70% deles (TABELA 3.3) têm residência fixa em Campina Grande, os demais continuam a residir em seus municípios de origem, sendo parte significativa do Brejo Paraibano, que além da proximidade é servido por estradas asfaltadas e por intenso movimento de transporte alternativo<sup>192</sup>, além dos ônibus que fazem a ligação regular entre Campina Grande e cidades do Brejo.

As cidades de moradia dos feirantes além de próximas têm sua distância encurtada pelo sistema viário, que é de fundamental importância para que essas pessoas possam comercializar em Campina Grande, bem como utilizar os serviços oferecidos por este centro regional, sem a

<sup>192</sup>O transporte alternativo tal como o comércio informal é uma contra-racionalidade que desafia as normas dominantes na busca pela sobrevivência.

necessidade de fixarem residência no mesmo. O que, talvez, pode em parte, também explicar o baixo crescimento populacional de Campina Grande na última década.

**TABELA 3.3**  
**FEIRANTES NÃO NASCIDOS EM CAMPINA GRANDE**  
**SEGUNDO O MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA**

Municípios que Residem	Porcentagem
Campina Grande	70%
Outros Municípios	30%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.3**



Dos feirantes residentes em Campina Grande, 83% são nascidos no próprio município (Tabela 3.4). Porém, um dado não pode passar despercebido, que se refere ao tempo de residência em Campina Grande. Observa-se na Tabela 3.5 que todos os entrevistados fixaram residência em Campina Grande há 10 anos ou mais. Algumas hipóteses podem ser feitas ou retomadas a partir dos dados levantados, tais como:

- 1) Campina Grande, nas últimas décadas deixou de ser uma cidade atrativa para os imigrantes.

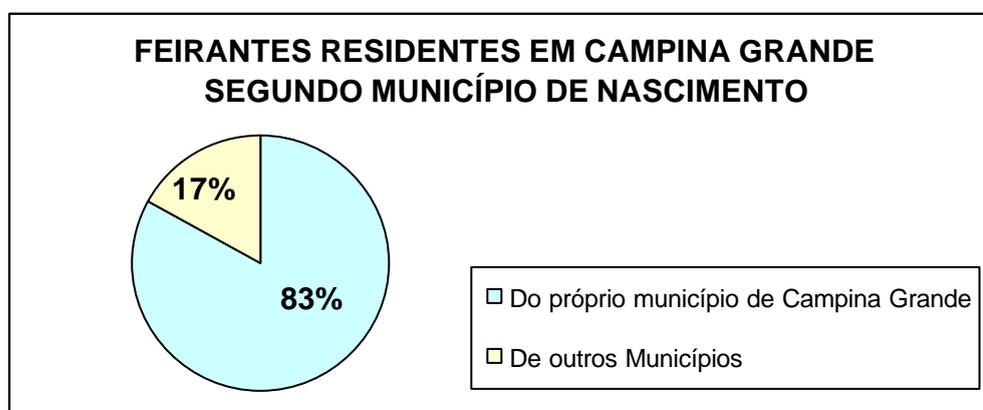
- 2) A migração se dá de fato para os grandes centros e capitais dos Estados, motivo pelo qual, não foi detectada na amostra a presença de recém chegado na cidade.
- 3) Tratando-se de um espaço tipicamente do circuito inferior, e em crise, a Feira não é mais capaz de acolher os recém chegados, que hoje já não compreende a população mais pobre, já que esta migra diretamente para os grandes centros do país.
- 4) A montagem das redes de transportes e comunicações possibilita a população, da área polarizada por Campina Grande, usufruir os serviços prestados por este centro sem que necessariamente venha se fixar no mesmo.

Porém, mesmo se tratando de um dado relevante, não é o objetivo desse trabalho entrar nessa esfera de investigação, o que, na verdade, justificaria outro trabalho.

**TABELA 3.4**

<b>FEIRANTES RESIDENTES EM CAMPINA GRANDE SEGUNDA O MUNICÍPIO DE NASCIMENTO</b>	
<b>Origem da Procedência</b>	<b>Percentagem</b>
Do próprio município de Campina Grande	83%
De outros municípios	17%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

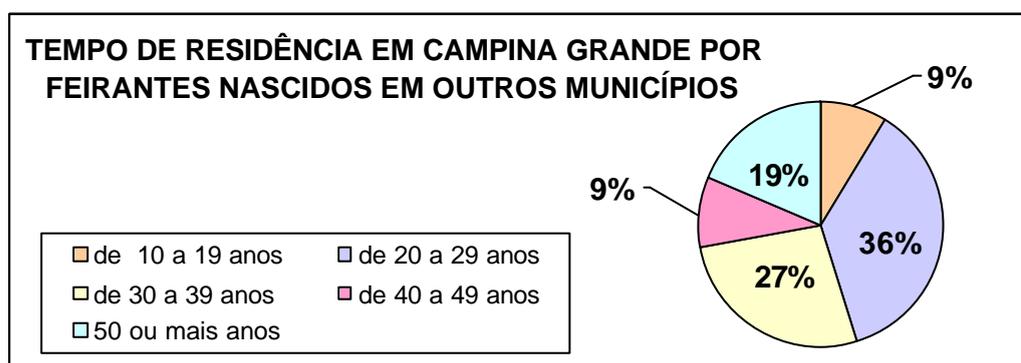
**GRÁFICO 3.4**



**1. TABELA 3.5**

<b>TEMPO DE RESIDÊNCIA EM CAMPINA GRANDE POR FEIRANTES NASCIDOS EM OUTROS MUNICÍPIOS</b>	
<b>Tempo de residência</b>	<b>Percentagem</b>
Menos de 1 ano	0%
de 1 a 9 anos	0%
de 10 a 19 anos	9,00%
de 20 a 29 anos	36%
de 30 a 39 anos	27,00%
de 40 a 49 anos	9,00%
50 ou mais anos	19,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.5**



Quase 80% dos feirantes que comercializam na Feira estão na atividade a mais de 20 anos. Observação que pode ser comprovada na Tabela 3.6, fato para o qual há uma explicação, já que muitos feirantes iniciaram neste local ajudando seus pais.

Foi na feira de calçados que maior número de pessoas afirmou estar trabalhando na Feira há menos de um ano, o que certamente deve-se ao fato de ser o setor que concentra maior número de empregados, o que implica em uma maior rotatividade no setor. No entanto, feirantes do setor, que eram proprietários de bancos estão neste ramo de atividade a mais de quarenta anos.

Constatou-se, em muitos casos que o trabalho na feira é uma atividade que vem passando de pais para filhos. Em vários setores foram encontradas senhoras que herdaram o banco do pai, com quem trabalhavam e que na atualidade são ajudadas por netos, os quais dão prosseguimento ao pequeno negócio.

Conforme declarou um marchante:

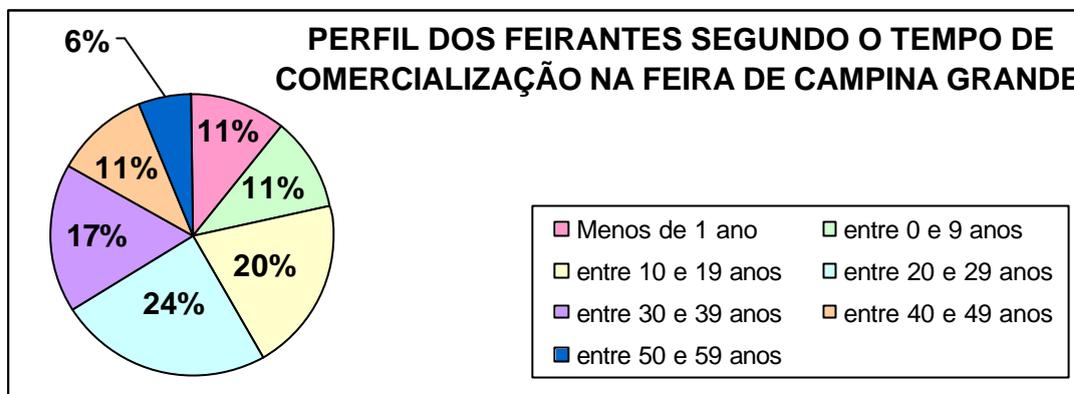
*“Esse negócio de feira eu acho que é coisa de família mesmo, por que eu comecei a trabalhar com o meu pai. Eu era pequeno, esse banco aqui foi dele, ele já morreu, mas deixou o banco pra mim. Nesse setor aqui é quase todo mundo da família, tem um irmão aí em frente, lá adiante tem uma cunhada, tem um bocado de primos...”*

Observa-se também que as pessoas que trabalham na Feira no intervalo entre 20 e 50 anos representam mais de 50% do total entrevistado. Porém, à medida que passam dos 40 anos de trabalho nesta atividade, as estatísticas vão diminuindo. É, no entanto, a partir de 50 anos de trabalho que há uma diminuição mais radical no percentual dos feirantes, o que se explica pela avançada idade dos mesmos, incompatível com o tipo de trabalho, que é árduo.

**TABELA 3.6**

<b>PERFIL DOS FEIRANTES SEGUNDO TEMPO DE COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA CENTRAL</b>	
<b>Tempo de comercialização</b>	<b>Porcentagem</b>
Menos de 1 ano	10,90%
de 1 a 9 anos	10,90%
de 10 a 19 anos	19,50%
de 20 a 29 anos	24,00%
de 30 a 39 anos	17,40%
de 40 a 49 anos	10,80%
50 ou mais anos	6,50%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.6**



Entre os feirantes constata-se uma maioria de proprietário (Tabela e Gráfico 3.7). Fato que nas falas dos entrevistados, principalmente dos mais velhos, revelou o desejo de fugir ao controle de um patrão, de não ter que obedecer a ordens, de ser dono do seu próprio negócio. A aquisição de um banco na Feira era, portanto, a concretização desse sonho de liberdade.

Deve-se também observar que no circuito inferior o fator essencial é o trabalho, ao contrário do circuito superior que se assenta no capital (SANTOS, 1979, p. 160), o que para alguns feirantes, dependendo do tipo de mercadoria que vende, o investimento inicial é muito pouco, um balaio, ou o próprio chão forrado é o suficiente para iniciar seu negócio, fato que os colocam, em sua maioria, na condição de proprietário.

Porém, de acordo com o depoimento de uma feirante, é possível perceber que um banco em localização privilegiada exige um capital inicial inacessível a grande maioria dos que labutam na Feira.

*“Minha cunhada deixa eu botar essas coisinhas para vender no banco dela, pois desde que eu perdi meu banco, nunca mais consegui outro. Já fui na prefeitura, já tentei com políticos, já pedi na administração (da Feira), mas não teve jeito. Lá nas pontas da feira onde não se vende nada, não quero. Eu queria era num setor bom, mas um ponto bom é dinheiro demais”.* (Feirante que comercializa na feira de fumo).

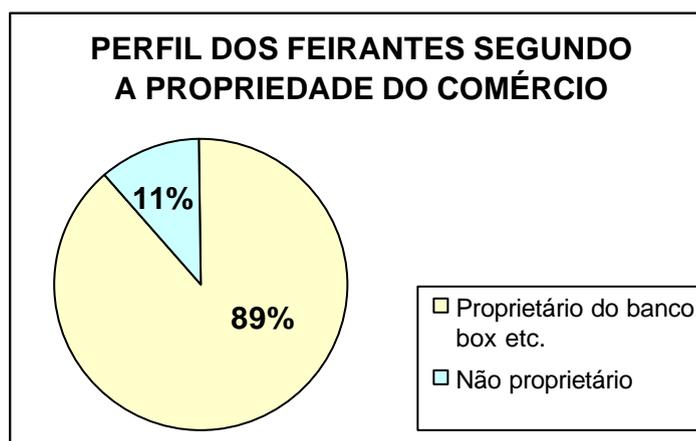
O alto valor de alguns empreendimentos também se confirma no depoimento de um vendedor de fitas e CDs.

*“Esse carrinho (Foto 57) aqui fui eu mesmo que fiz, eu trabalhava como auxiliar de marceneiro, era curioso e aprendi a fazer essas coisas. Se fosse pra comprar, um carrinho desse, não ficava por menos de trezentos reais. Só quem tem desse aqui sou eu. Os ‘caras’ agora inventaram aqueles outros carrinhos (mostrado na foto 31), não sei se você já viu? Tem muito ai pela feira. Mas um carrinho daquele pra início fica na base de uns mil reais”.*

**TABELA 3.7**

<b>PERFIL DOS FEIRANTES NA CATEGORIA PROPRIETÁRIO/NÃO PROPRIETÁRIO</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Percentagem</b>
Proprietário do banco, box etc.	88,60%
Não proprietário	11,40%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**RÁFICO 3.7**



**Foto 57**  
Carrinho para venda de fitas Cassetes



Fonte: dados da pesquisa de campo, jan./2003.

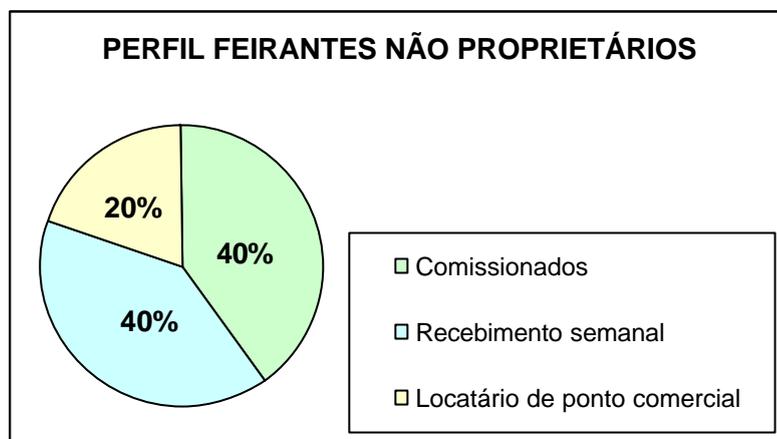
Detectou-se entre os feirantes não proprietários, três categorias distintas, aqueles que não dispõem de um ponto, o aluga de um proprietário, no valor de cinco reais o dia. Entre os que trabalham como empregados foram encontrados os que recebem comissão e os que têm pagamento fixo, com recebimento no final da semana. (Tabela e Gráfico 3.8)

Foi na feira de calçados que os comissionados foram encontrados, porém não apresentando uniformidade quanto ao tipo de pagamento, as comissões variam entre 2 e 5% sobre as vendas, conforme o acordado entre o patrão e o empregado, mas encontrou-se casos em que o empregado tem um salário fixo mais a comissão sobre as vendas.

**TABELA 3.8**

<b>PERFIL DOS FEIRANTES NÃO PROPRIETÁRIO</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Percentagem</b>
Comissionados	40%
Recebimento semanal	40%
Locatário de ponto comercial	20%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.8**



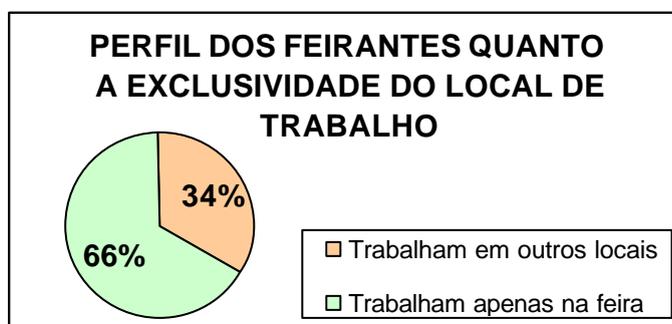
Entre os feirantes, são maioria aqueles que tem na Feira Central a única fonte de renda, porém um percentual não negligenciável tem na mesma um complemento de suas rendas, ou tendo na Feira sua atividade principal, complementa os rendimentos adquiridos na mesma trabalhando em outros locais. (Tabela e gráfico 3.9)

**TABELA 3.9**

**PERFIL DOS FEIRANTES QUANTO A EXCLUSIVIDADE DO LOCAL DE TRABALHO**

Categoria	Percentagem
Trabalham em outros locais	34%
Trabalham apenas na feira central	66%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.9**

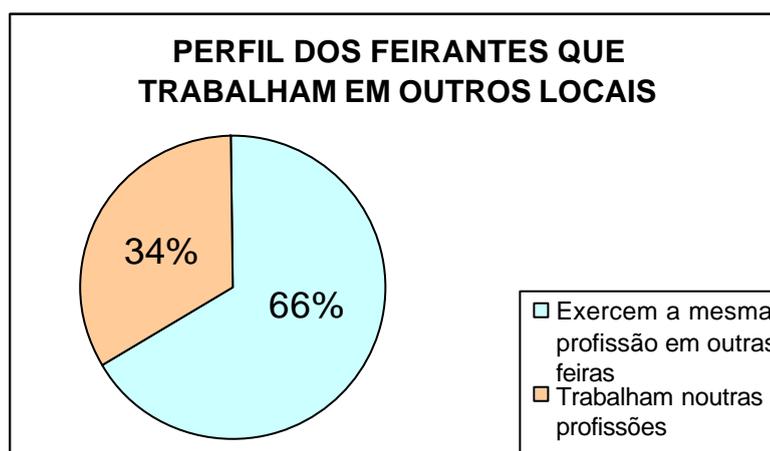


Dentre os feirantes que trabalham em outros locais, 66% continuam a desenvolver o mesmo ofício, o que comprova serem as feiras a base da sobrevivência dessa grande parcela da população, conforme mostra a Tabela 3.10.

**TABELA 10**  
**PERFIL DOS FEIRANTES QUE TRABALHAM EM OUTROS**  
**LOCAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Percentagem</b>
Exercem a mesma profissão em outras feiras	66%
Trabalham noutras profissões	34%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.10**



Dos feirantes que exercem outras profissões, 80% deles estão nas atividades agrícolas, conforme se pode constatar na Tabela 3.11. Dado que ratifica a importância que a Feira de Campina Grande continua a exercer na relação campo/cidade. (Costa, 2002, p.176 –178).

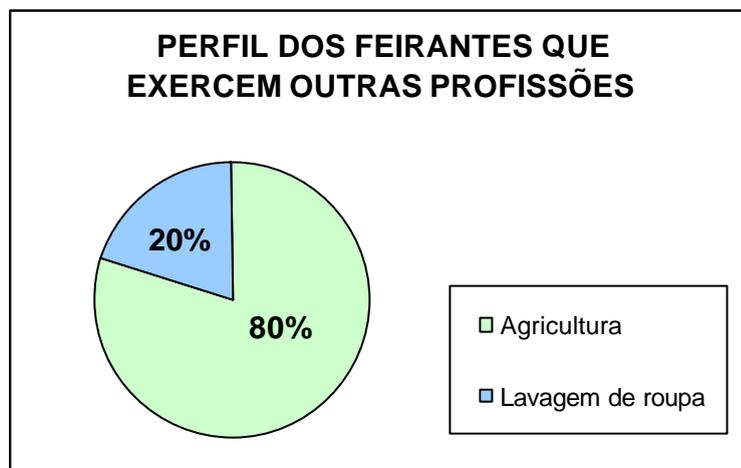
A Feira possibilita ao agricultor/feirante ou ao pequeno criador colocar seus produtos no mercado urbano, sem a exploração dos atravessadores nem o controle da Central de Abastecimento.

**TABELA 3.11**

**FEIRANTES QUE EXERCEM OUTRAS PROFISSÕES**

Ramo de atividade	Porcentagem
Agricultura	80%
Lavagem de roupa	20%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.11**

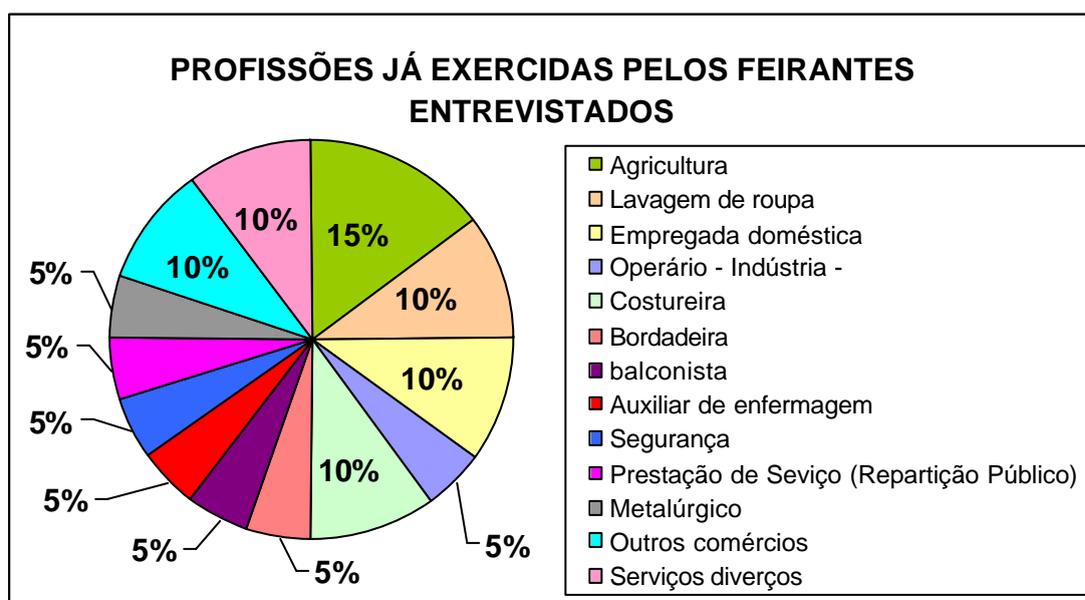


A Feira não parece ter sido o refúgio preferido dos operários das indústrias, após a crise que se abateu sobre este setor no final dos anos de 1970. Entre as profissões exercidas anteriormente pelos feirantes, apenas 10% tiveram atividades ligadas ao setor industrial. Situação oposta detectou BARROS (1987, p. 192) para os ambulantes do Centro da cidade nos anos de 1980, dos quais quase 26% eram provenientes de indústria, enquanto que apenas 2,86% tinham origem na agricultura.

Dos feirantes que tiveram uma profissão anterior, 15% foram agricultores (Tabela 3.12). Talvez a ligação proporcionada pela Feira na relação rural/urbano, torne o ambiente mais familiar ao homem do campo. Foi, no entanto, do setor dos serviços que se originou parcela significativa dos feirantes.

**TABELA 3.12**

<b>FEIRANTES QUE JÁ EXERCERAM OUTRAS PROFISSÕES</b>	
<b>Tipo de atividade</b>	<b>Percentagem</b>
Agricultura	15%
Lavagem de roupa	10%
Empregada doméstica	10%
Operário - Indústria -	5%
Costureira	10%
Bordadeira	5%
balconista	5%
Auxiliar de enfermagem	5%
Segurança	5%
Prestação de Serviço (Repartição Pública)	5%
Metalúrgico	5%
Outros comércios	10%
Serviços diversos	10%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.12**

No Capítulo II já foi observada a expansão que a feira da Prata vem alcançando nos últimos anos. Essa importância adquirida por tal feira se expressa na Tabela 3.13, ao constatar que é a mesma o destino de 70% dos feirantes que trabalham em outras feiras, além da feira Central.

Realizando-se aos domingos, a feira da Prata é destino certo das “bóias<sup>193</sup>” da Feira Grande, sobretudo das mercadorias perecíveis. Tal fato se torna mais evidente quando a Feira Grande se realiza em uma Sexta-feira por motivo de um feriado que ocorra num Sábado. No final da feira, os preços das mercadorias perecíveis, caem para valores inacreditáveis.

Reafirma-se também a importância adquirida pela feira da Prata como sendo o destino das sobras da Feira Central, motivo pelo qual apresenta preços mais baixos, principalmente ao se aproximar o meio dia, término da referida feira. Há, também casos em que os feirantes reservam a melhor mercadoria para expô-la nas primeiras horas da manhã do Domingo nessa feira, por ter nesta uma clientela mais selecionada onde realiza melhores negócios.

Em geral os vendedores de frutas e verduras “fazem” as duas feiras (Central e Prata), como forma de evitar o prejuízo com as sobras. Isso faz com que a tradicional “feira do Bacurau” ou “feira dos miseráveis” realizada no final da tarde pelas pessoas mais pobres, já não tenha a mesma característica do passado, pois a realização da feira da Prata aos domingos já não permite mais quedas tão vertiginosas dos preços.

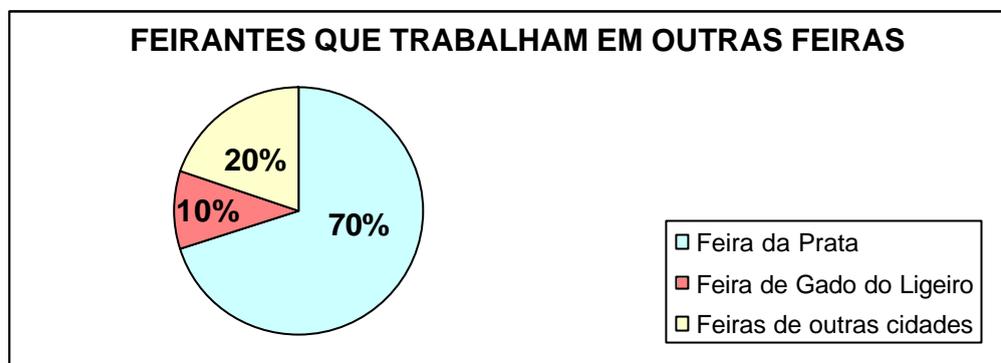
Desta forma, a população pobre dos bairros de Monte Santo, Bela Vista, Pedregal e Centenário dá preferência à feira da Prata, a qual além da proximidade, permite se comprar, nas últimas horas da manhã, mercadorias por preços bem a baixo dos encontrados no mercado.

**TABELA 3.13**

<b>FEIRANTES QUE TRABALHAM EM OUTRAS FEIRAS</b>	
<b>Local</b>	<b>Percentagem</b>
Feira da Prata	70%
Feira de gado do ligeiro	10%
Feiras de outras cidades	20%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

<sup>193</sup> Termo utilizado pelos feirantes para designar a mercadoria que sobra ao final da feira.

**GRÁFICO 3.13**



Conforme se pode observar na Tabela 3.14 mais de 50% dos feirantes trabalham entre seis e sete dias na semana. Os feirantes que trabalham seis dias semanais são aqueles que têm como única e principal atividade o comércio na “Feira Grande”. Já os feirantes que trabalham os sete dias da semana, são aqueles que, além da Feira Central, trabalham também na feira da Prata aos domingos.

Foram encontradas floristas que trabalham da segunda ao sábado na feira Central e aos domingos vendem flores, artigos religiosos e até lanches no cemitério do Monte Santo. Segundo uma florista:

*“Lá no Monte Santo (cemitério) eu também monto uma barraquinha pra vender comida, porque muita gente que vem fazer visita não conhece a cidade, aí a gente aproveita para vender essas coisas, e é bom pra essas pessoas também, porque já encontra o que precisa ali, sem precisar sair procurando em outro canto”.*

A importância da feira do sábado sobressai na quantidade de feirantes que trabalham no referido dia, totalizando 100% do entrevistados, mesmo aqueles que só trabalham na Feira Central um dia por semana é neste dia que vão ao local.

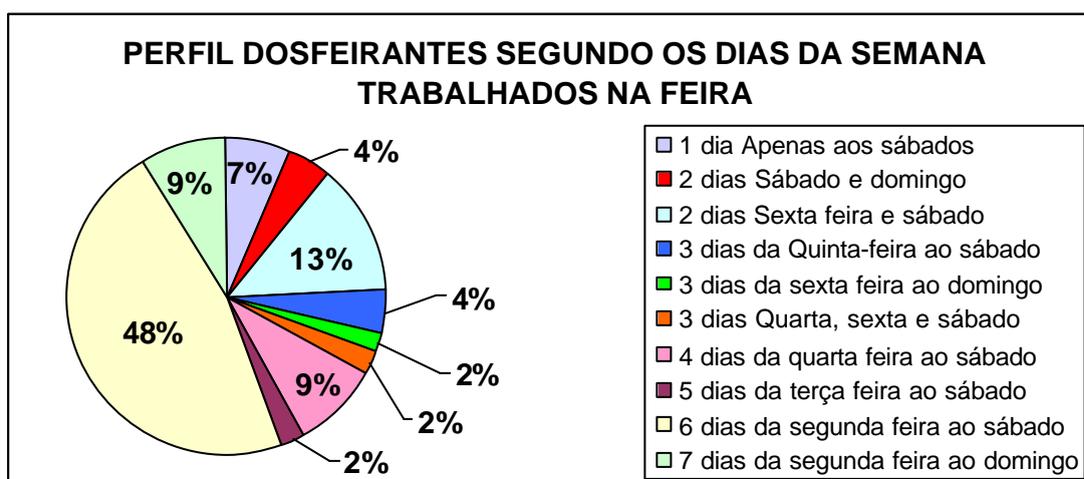
A feira de Campina Grande funciona durante toda a semana, o que fica claro nos 48% dos feirantes que trabalham durante seis dias no local. Oficialmente e tradicionalmente sendo realizada nas quartas e sábados. A periodicidade, característica desse tipo de mercado, não ocorre na Feira Central, hoje, pelo dia de realização, mas pelo volume de pessoas e dimensão que adquire nos referidos dias (Quarta-feira e mais precisamente no Sábado).

Constatou-se, no entanto, que 89% dos feirantes trabalham às Sextas-feiras, enquanto que apenas 72% trabalham às Quartas-feiras. O que talvez se deva ao fato de ser a Sexta-feira a véspera da grande feira do Sábado, que apesar de toda crise enfrentada ainda mantém seu caráter regional. É, portanto, a Sexta-feira que grande parte dos feirantes já organizam suas mercadorias para vendê-las no dia seguinte.

**TABELA 3.14**

<b>PERFIL DOS FEIRANTES SEGUNDO OS DIAS DA SEMANA TRABALHADOS NA FEIRA</b>		
<b>QUANTIDADE DE DIAS QUE TRABALHA</b>	<b>DIAS DA SEMANA QUE TRABALHA</b>	<b>PERCENTAGEM</b>
1 dia	Apenas aos sábados	6,70%
2 dias	Sábado e domingo	4,40%
	Sexta feira e sábado	13,30%
3 dias	da Quinta-feira ao sábado	4,40%
	da sexta feira ao domingo	2,00%
	Quarta, sexta e sábado	2,30%
4 dias	da quarta feira ao sábado	8,90%
5 dias	da terça feira ao sábado	2,20%
6 dias	da segunda feira ao sábado	47,00%
7 dias	da segunda feira ao domingo	8,80%
<b>TOTAL</b>		<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.14**



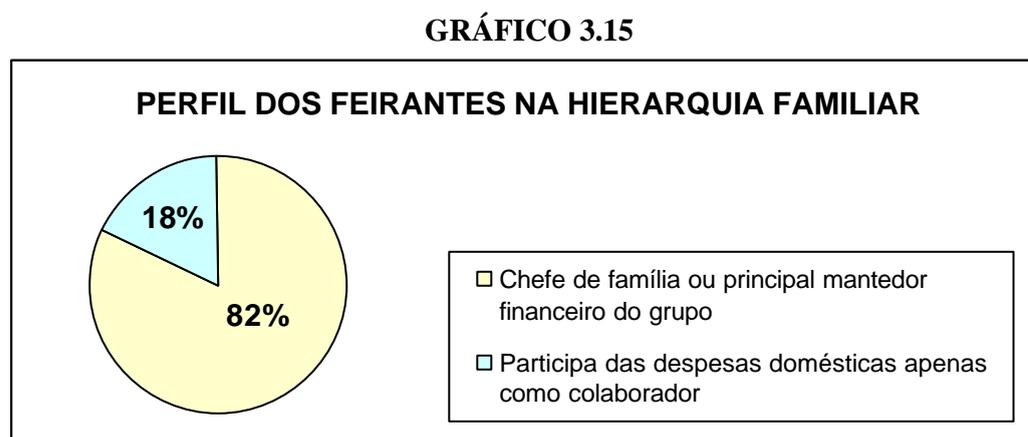
A importância econômica da Feira revela-se na quantidade de pessoas que tem sua principal fonte de manutenção na mesma, pois dos feirantes entrevistados, expressivos 82% ou são chefes de famílias ou principal provedor do grupo familiar, conforme está demonstrado na Tabela 3.15.

Outra vez o setor mais atípico continuou a ser a feira de calçados, que apresenta o maior número de pessoas de quem não dependem economicamente o grupo familiar. São em sua maioria jovens, que apesar de contribuírem com a renda familiar, trabalham para suprir, a priori, necessidades de consumo pessoal.

**TABELA 3.15**

**PERFIL DOS FEIRANTES QUANTO AO PAPEL EXERCITO JUNTO AO GRUPO FAMILIAR**

Hierarquia financeira junto ao grupo familiar	Percentagem
Chefe de família ou principal mantedor financeiro do grupo	82%
Participa das despesas domésticas apenas como colaborador	18%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>



A importância da casa própria na vida da população de baixa renda se evidencia nos 75% dos feirantes que são proprietários, conforme mostra a Tabela 3.16. Fato que RODRIGUES (1997, p. 49) justifica da seguinte forma:

*Para as camadas populares, uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estarão seguros pelo fato de terem onde morar. Mesmo quando se consideram os arremedos de cidades onde moram.*

Não foram observados o padrão residencial nem o nível de consumo dos feirantes, como o fez Barros (1987, p.198 – 214) para os ambulantes do Centro da cidade. Considerando-se, porém, a concentração dos mesmos em bairros populares como José Pinheiro, Monte Castelo, Nova Brasília, Monte Santo etc, é de supor que em sua maioria sejam residências simples. Outrossim, bairros como Prata e Alto Branco também são habitados por feirantes, o que certamente reflete a heterogeneidade desse grupo, o que exclui a idéia de uma categoria de feirantes, mas, por outro lado, mesmo em tais bairros não se pode desconsiderar a presença de setores mais populares. Tal como acontece com o bairro Catolé, onde aparece um setor de alto padrão ao lado de setores residenciais populares, o que certamente explica 9% dos feirantes aí residirem.

Considerando, que Campina Grande tem 100% do seu município eletrificado e que alguns eletrodomésticos são hoje bens de consumo indispensáveis para todas as classes sociais, tornar-se-ia difícil qualquer tentativa de classificação a partir desse critério, até porque a aquisição de um eletrodoméstico qualquer pode ocorrer pelo circuito inferior que viabiliza o acesso de tais bens para a população pobre. Barros (1987, p.198 – 214) havia detectado uma alta presença de eletrodoméstico nas residências dos ambulantes, ao que o autor tanto atribuiu a presença de eletrificação, como também a venda de tais objetos em oficinas (objetos usados) e nas unidades ambulantes.

Outro aspecto que não pode passar despercebido, é que, embora as residências financiadas (Tabela e gráfico 3.16) venham em segundo lugar quanto ao tipo de moradia dos feirantes, o que também denota o sonho de aquisição da casa própria, é um percentual relativamente baixo se comparado ao número de feirantes que possuem casa própria. Fato que se justifica pelas próprias características da atividade, ou seja:

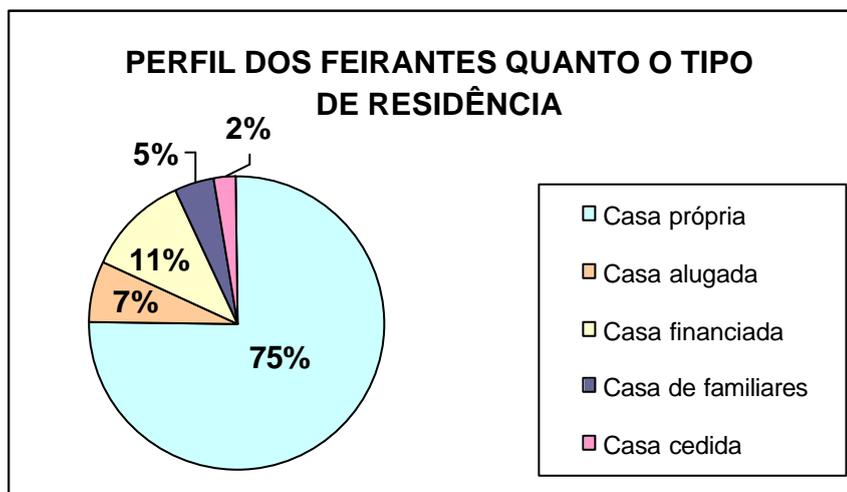
- a) Dificuldades na comprovação dos rendimentos, por se tratar de trabalhadores autônomos.
- b) Rendimentos incertos, uma vez que depende das vendas realizadas.

c) Como se trata de uma atividade do circuito inferior, com pouco capital investido, o feirante é na sua grande maioria excluído dos financiamentos, por não atingir o rendimento mínimo estipulado na aquisição de uma residência.

**TABELA 3.16**  
**PERFIL DOS FEIRANTES QUANTO O TIPO DE RESIDÊNCIA**

<b>Tipo</b>	<b>Percentagem</b>
Casa própria	75%
Casa alugada	6,80%
Casa financiada	11,40%
Casa de familiares	4,50%
Casa cedida	2,30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.16**



A importância do atacadista como elo de ligação entre os dois circuitos da economia é evidenciado na Tabela 3.17. É dele que a grande maioria dos feirantes adquirem seus produtos.

Essa íntima relação atacadista/feirante é especialmente visível pela presença de grandes armazéns grossistas no entorno da Feira Central (Foto 58). O que mostra a complementaridade dos dois circuitos, que coexistem harmoniosamente, situação bem distinta do comércio varejista

do Centro da cidade, que tinha no comércio “informal” um concorrente, com o qual rivalizada e do qual queria distância. No caso dos atacadistas da Feira, são os feirantes a parcela significativa de sua clientela, cuja proximidade é importante.

**Foto 58**

Atacadistas na avenida Canal



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003.

NASCIMENTO (1999, p. 43) mostra que havia grande expectativa dos feirantes e consumidores que a implantação da CEASA (posteriormente EMPASA) eliminasse a figura do intermediário. Fato que não se concretizou, pois como comprova os dados da Tabela 3.17, é através do atravessador que 15% dos feirantes conseguem seu abastecimento, transformando-se assim no segundo mais importante agente provedor dos feirantes.

A EMPASA é considerada por alguns feirantes como uma das causas geradora da crise na Feira Central, o que em parte é comprovado através dos dados levantados por NASCIMENTO (1999, p. 36), que mostram ser 80% do volume de vendas feitas por esta empresa na cidade de Campina Grande destinado a Feira Central. Todavia, no contexto geral da Feira, esse volume de vendas só representa 4% da opção de compra dos feirantes entrevistados.

A relação rural/urbano é mais uma vez evidenciada no Gráfico 3.17, ao se observar que 13% dos entrevistados adquirem suas mercadorias diretamente do criador/agricultor e que 7% são produtores diretos que passam a exercer, também, a profissão de feirante. Dessa forma, conseguem escapar das transações de intermediação que permeiam todo processo produtor/consumidor, ou seja, conseguem se manter nas duas pontas do processo produtivo, produção e venda direta ao consumidor.

Ao se considerar as duas categorias (produtor direto que é também feirante e feirante que compra do produtor direto), observa-se que 20% dos feirantes adquirem suas mercadorias sem a necessidade de intermediação, numa relação direta campo/cidade. Nessa modalidade de abastecimento encontra-se, portanto, o segundo maior tipo de aquisição dos produtos vendidos pelos feirantes. É uma dessas soluções engenhosas que produtor rural/feirante encontra para escapar do intermediário, como observa SANTOS (1979, p. 184).

O setor calçadista foi o que apresentou maior número de fornecimento direto das fábricas, as quais, em sua maioria, encontram-se instaladas na própria cidade, fato que em parte denota a importância de tal atividade fabril em Campina Grande. Neste aspecto o bairro de José Pinheiro sobressai pelo número de fabriquetas.

A presença de fabricante/feirante é muito comum na feira de bolos e doces. Em sua maioria as pequenas fábricas estão localizadas no bairro da Liberdade. Neste aspecto não foi feita uma diferenciação entre adquirir do fabricante e ser o feirante o produtor direto. É, portanto um setor no qual predomina a manutenção do produtor nas duas extremidades do processo produtivo.

Nos diversos setores da Feira, algumas modalidades de compras lhes são bem peculiares, porém, mesmo havendo uma tendência mais forte para determinada forma de aquisição, de conformidade com o setor, não se pode excluir a forma mista, ou seja, aquela na qual o feirante adquire a mercadoria por mais de um viés.

Foi, no entanto, na feira de confecções onde esta forma mista de compra, parece ser mais proeminente. As mercadorias, dependendo do tipo, são adquiridas nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, na própria cidade e em cidades vizinhas. As malhas em geral são de Santa Cruz do Capibaribe, o jeans é quase sempre adquirido em Toritama e de Caruaru provêm em maior quantidade as roupas femininas. Campina Grande e cidades vizinhas, dentre as quais, Esperança, também participam do abastecimento da feira de confecções, com artigos diversos. Estas confecções são adquiridas via feira, principalmente nas três cidades pernambucanas especializadas em tal produção, mas também se compra direto do fabricante e representantes/fornecedores. É, portanto, o setor que apresenta maior variabilidade de opções de compra.

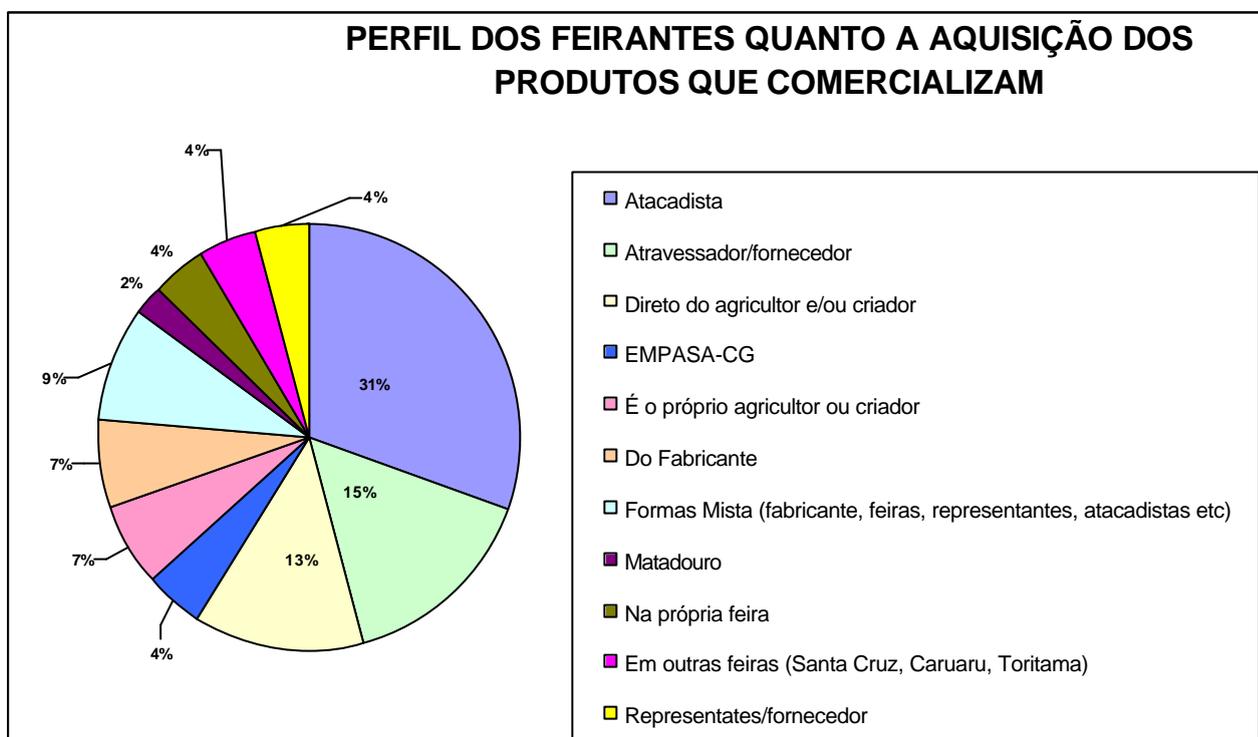
As flores que chegam a Feira Central são provenientes do Brejo Paraibano e da cidade do Recife. Na capital pernambucana, ao que tudo indica, este comércio é monopolizado por um fornecedor/atravesador. No caso da produção brejeira, é também através de fornecedor/atravesador que a mercadoria chega as floristas.

**TABELA 3.17**

**PERFIL DOS FEIRANTES QUANTO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS QUE COMERCIALIZAM**

<b>Local</b>	<b>Percentagem</b>
Atacadista	30,50%
Atravesador/fornecedor	15,40%
Direto do agricultor e/ou criador	13%
EMPASA-CG	4,30%
É o próprio agricultor ou criador	6,60%
Do Fabricante	6,50%
Forma Mista (fabricante, feiras, representantes, atacadistas, agricultores/criadores etc)	8,70%
Matadouro	2,20%
Na própria feira	4,20%
Em outras feiras (Santa Cruz, Caruaru, Toritama)	4,30%
Representantes/fornecedor	4,30%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.17**



Quanto à forma de pagamento, como era de se esperar, predomina a modalidade a vista (Tabela 3.18), o que bem caracteriza o circuito inferior, no qual o crédito pode representar para o pequeno comerciante um risco de desaparecer, já que “quanto mais se desce na escala dos intermediários, mais diminui o tamanho das operações e os prazos, e mais aumenta os riscos e as taxas de juros”.(SANTOS, 1979, p. 187).

Como ainda observa SANTOS (*op. cit.*), o crédito no circuito inferior só é concedido em pequenos valores, em tempo curto e a pessoas conhecidas. É o que confirma dona Joana, vendedora de raízes:

*“Eu pago ao fornecedor com o apurado da feira, já faz 40 anos que eu negocio aqui, quando comecei (a trabalhar na feira) a feira de raiz era ali na Vila Nova da Rainha, não sabe aonde é? Pois bem, eu sou conhecida aqui na feira, por isso eu compro em qualquer lugar, com dinheiro ou sem dinheiro as pessoas me vendem. As pessoas confiam em me vender fiado porque já me conhecem”.*

Uma das modalidades de pagamento bastante encontrada em quase todos os setores é o pagamento ao fornecedor no final da feira. É uma forma de crédito segura para o fornecedor, que sugere os mesmos princípios apontados por SANTOS (*op. cit*), ou seja, crédito em curto prazo com baixos valores e a pessoas conhecidas.

Há nestas transações de venda fiado, com pagamento no final da feira, a vantagem do fornecedor manter sua clientela cativa, já que para se manter, o feirante necessita conservar o pagamento e renovar o crédito a cada próxima feira, uma vez que não dispõem de capital para manter seu negócio sem tal concessão.

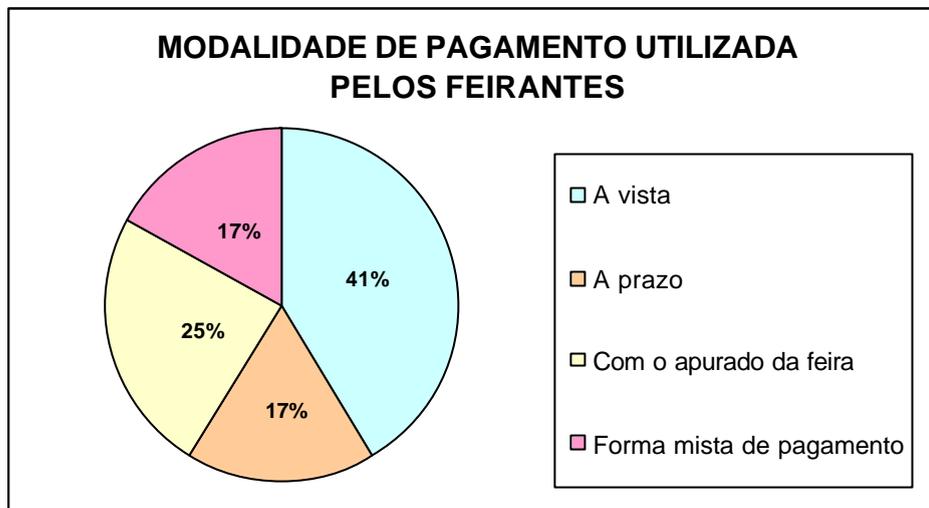
A compra a prazo foi mais notada nas feiras de calçados, seguida pela feira de confecções, onde os feirantes mantêm grandes estoques e maior variedade de estilos, o que é uma exigência da própria natureza desse comércio. Deve-se observar que estas feiras compram de fábricas e de representantes, sobretudo na venda de calçados, motivo pelo qual esta modalidade de pagamento é facilitada.

A forma mista de pagamento é também uma modalidade muito comum entre os feirantes, a qual se processa de duas formas: paga-se uma parte da mercadoria à vista, e a parte restante é saldada no final da feira; ou ainda, uma parte da compra tem o pagamento efetuado a vista e a outra parte é parcelada.

**TABELA 3.18**  
**MODALIDADE DE PAGAMENTO UTILIZADA PELOS**  
**FEIRANTES**

<b>Modalidade de Pagamento</b>	<b>PERCENTUAL</b>
A vista	41,50%
A prazo	17%
Com o apurado da feira	24,50%
Forma mista de pagamento	17%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

GRÁFICO 3.18



Um dos aspectos a que mais se atribuiu importância nessa pesquisa foi a identificação da clientela da Feira. Uma vez que aqui se defende a idéia de que a Feira sofre o abandono das classes médias campinenses. Essa problemática é tão importante quanto complicada, uma vez que se tentou identificar tal clientela a partir de níveis sócio-econômicos.

A esse respeito, SANTOS (1979, p. 38) corrobora ao afirmar que “*a definição de pobreza não apresenta muita dificuldade*” e citando K. PARSONS define que universalmente os pobres são indivíduos “*cuja participação no setor moderno de uma economia nacional não é nem adequada nem suficiente*”. No tocante a conceituação de classes médias, SANTOS (*op. cit.*) observa ser “*muito mais delicada, pois os conceitos de ordem cultural freqüentemente vêm interferir com os de ordem econômica*”.

Na prática, percebeu-se ser muito mais fácil para os feirantes serem mais concisos na identificação da clientela pobre ou de baixo poder aquisitivo. Na identificação entre médio e alto poder aquisitivo havia várias implicações no estabelecimento dessas faixas sócio-econômicas, motivo pelo qual na tabela 3.19 foram identificados apenas dois grupos de clientes, ou seja, clientes de baixo poder aquisitivo e clientes de médio ou alto poder aquisitivo.

Como era de se esperar, os dados da tabela 3.19 vêm confirmar uma das hipóteses da pesquisa, ou seja, que a Feira pertencendo ao circuito inferior da economia, atende

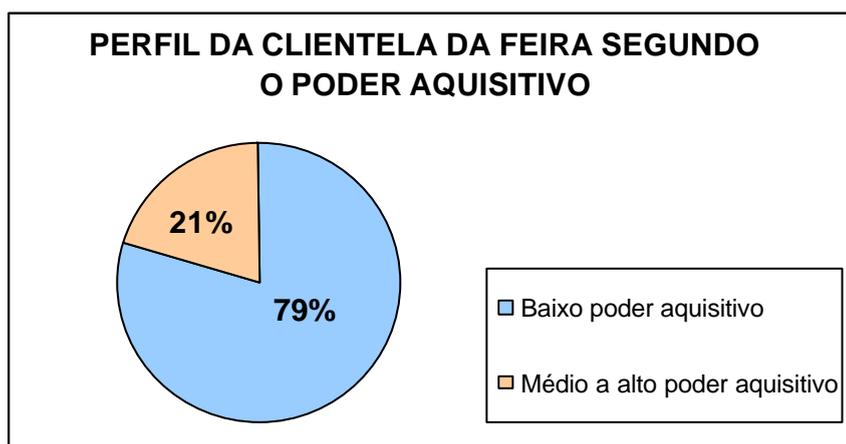
principalmente a uma demanda de consumo das classes menos favorecidas. Por outro lado, ainda que não se disponha de dados quantitativos sobre a pretérita frequência da classe média/alta na Feira, é de se supor que os percentuais mostrados nesta tabela revelem o abandono da Feira por essas classes de nível sócio-econômico mais elevado.

Vale, no entanto, salientar que como a Feira, geralmente, vende gêneros alimentícios muito mais baratos do que os supermercados e que parcelas das classes médias ainda se mantêm assíduas, pois como mostra SANTOS (1979, p. 39), é no circuito superior que as classes médias buscam o consumo de prestígio, enquanto recorrem ao circuito inferior para o consumo corrente, em especial o de alimentos.

**TABELA 3.19**  
**PERFIL DA CLIENTELA DA FEIRA SEGUNDO PODER AQUISITIVO**

<b>Classificação do cliente</b>	<b>Porcentagem</b>
Baixo poder aquisitivo	79,50%
Médio a alto poder aquisitivo	20,50%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.19**



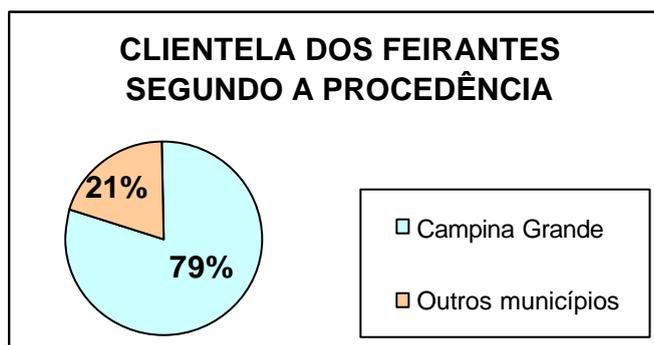
Apesar do caráter regional que a Feira ainda consegue manter, observa-se através da Tabela 3.20 que a maioria dos feirantes têm sua clientela mais significativa na própria cidade.

Porém, comprovando a tese de SANTOS,<sup>194</sup> (1979, p. 279), o alcance espacial da Feira confunde-se com a área de influência de Campina Grande. Desta forma, observa-se maior número de carros das cidades mais diretamente subordinadas a Campina Grande, como: Massaranduba, Queimadas, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Serra Redonda, Alcantil, Boqueirão, São Sebastião de Lagoa de Roça, Pocinhos etc.

**TABELA 3.20**

<b>CLIENTELA DOS FEIRANTES SEGUNDO A PROCEDÊNCIA</b>	
<b>Procedência da maioria da clientela</b>	<b>Percentual</b>
Campina Grande	79,50%
Outros municípios	20,50%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.20**



Dos feirantes entrevistados 43% (Tabela e gráfico 3.21) afirmaram ter sua maior clientela da zona rural, o que denota a imensa importância que a Feira ainda desempenha nas relações rural/urbano, estes dados tornam-se ainda mais significativos quando se considera a população rural da Paraíba no censo de 2000, que é de apenas 29%.

Nos dias atuais, ainda é bastante comum a presença de moradores do campo, conduzindo algumas galinhas ou perus em baixo dos braços; cabra ou ovelha, puxada por uma corda; cestos

<sup>194</sup> SANTOS (1979, p. 279) mostra que, nas metrópoles, a influência do circuito inferior fica circunscrito aos limites urbanos, ao contrário da cidade local, onde os limites da aglomeração são amplamente ultrapassados, porém, nas cidades intermediárias a influência do circuito inferior confunde-se com a área de influência da própria cidade.

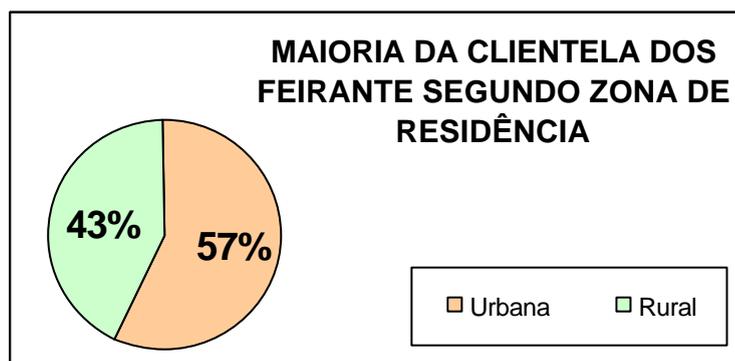
de ovos; algumas peles (Fotos 59 e 60) ou outro qualquer produto agrícola, cuja venda dos mesmos é revertida em víveres para a família.

**TABELA 3.21**

**CLIENTELA DOS FEIRANTES SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA**

<b>Maioria da Clientela</b>	<b>Percentagem</b>
Urbana	56,80%
Rural	43,20%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.21**



**Foto 59**

Venda de cabras por agricultores



Fonte: dados da pesquisa de campo, jan./2003.

**Foto 60**

Venda de peles de cabras por agricultores



Fonte: dados da pesquisa de campo, jan./2003.

Quanto ao nível de escolaridade dos feirantes foi constatado que aproximadamente 65% dos entrevistados só estudou até a 1º ciclo do ensino fundamental, que corresponde ao antigo curso primário, o que na verdade não foi grande surpresa, pois como aponta SANTOS (1979, p. 161) no circuito inferior *“é possível até que os analfabetos tenham mais oportunidade de encontrar trabalho do que aqueles que passaram por uma escola”*.

Ao analisar a Tabela 3.22, pode-se constatar que não foi colocada a categoria analfabeta. Optou-se por nenhuma escolaridade, já que dos mais de 20% dos que declararam nunca ter freqüentado uma escola, todos afirmaram saber fazer conta, e mesmo aqueles que não lêem, conseguem pelo menos assinar o nome. Desta forma todos os feirantes entrevistados, ainda que dominando o mínimo de conhecimento do mundo letrado, sabem fazer uso desses rudimentos na vida cotidiana, o que, deste ponto de vista, não seria correto considerá-los como analfabetos.

Deve-se considerar na análise dos dados da Tabela 3.22, que as entrevistas foram destinadas exclusivamente aos feirantes, cuja atividade exige no mínimo um conhecimento básico da matemática. Há, no entanto outras categorias que sobrevivem da feira, tais como carregadores, carroceiros e outros que certamente podem se enquadrar na categoria analfabeto.

Observa-se ainda que, a maioria dos que nunca freqüentaram uma escola, é mais significativa na população mais idosa, que tiveram seu aprendizado na própria feira, o que segundo PEREIRA JUNIOR (1977, p. 32) *“é a escola onde se aprende os primeiro passos nos segredos do comércio”*.

Constata-se através da Tabela 3.22 um baixo nível de escolaridade entre os feirantes, muito embora haja pessoas com nível superior completo. Foi na feira de calçados que se observou a mais elevada escolaridade, confirmando-se mais uma vez a peculiaridade desse setor.

Comparando os dados de escolaridade entre os feirantes e os ambulantes do Centro da cidade, pesquisados por BARROS (1987, p. 186), se vê uma certa semelhança nos dados dos alfabetizados que concluíram o antigo primário (1º ciclo do fundamental) e os que concluíram o antigo ginásio (2º ciclo do fundamental), a grande diferença ocorre com relação ao ensino médio

(antigo 2º grau). Pois, enquanto BARROS (*op. cit.*) registrou que mais de 17% dos ambulantes haviam concluído o ensino médio, apenas 2,5% dos feirantes o conseguiram.

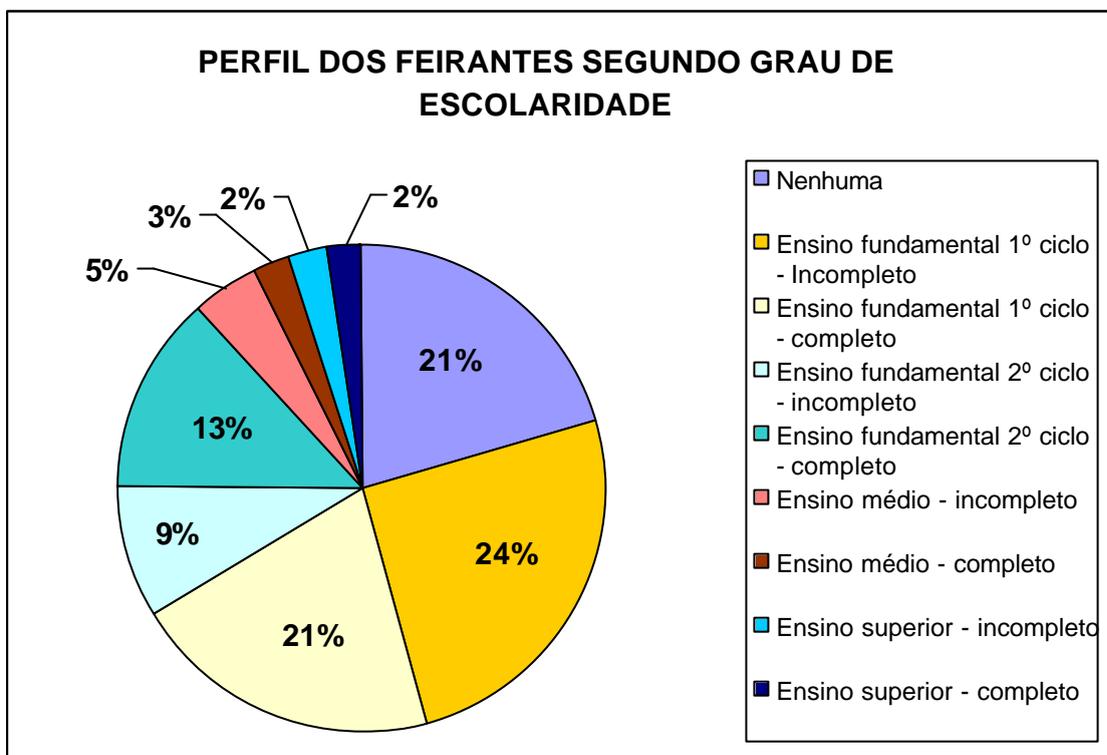
Porém, foi detectado que mais de 4% dos feirantes concluíram ou estão matriculados em um curso superior, dado não observado por BARROS (*op. cit.*) para os ambulantes, mesmo com maior escolaridade, fato que pode suscitar vários questionamentos, dentre os quais, que o circuito superior na atualidade tem sido excludente até para as pessoas com mais qualificação, ou mesmo, que o ensino superior é hoje mais abrangente nas camadas mais populares.

**TABELA 3.22**

**PERFIL DOS FEIRANTES SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE**

<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
Nenhuma	20,50%
Ensino fundamental 1º ciclo - Incompleto	25%
Ensino fundamental 1º ciclo - completo	20,50%
Ensino fundamental 2º ciclo - incompleto	9,10%
Ensino fundamental 2º ciclo - completo	13,30%
Ensino médio - incompleto	4,50%
Ensino médio - completo	2,50%
Ensino superior - incompleto	2,30%
Ensino superior - completo	2,30%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.22**

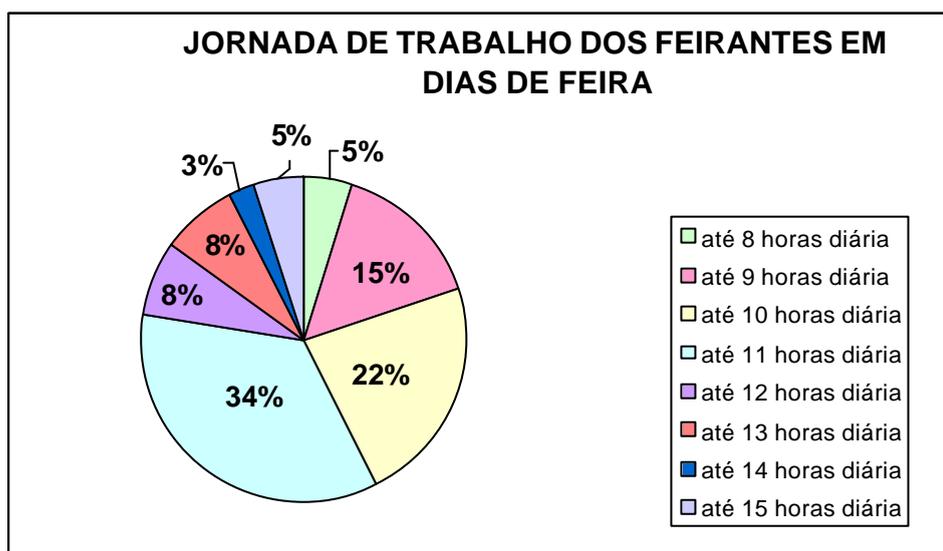


Como foi observada neste capítulo, para alguns feirantes a possibilidade de conseguir um banco na Feira representava libertar-se de um patrão a quem devia obediência. No entanto, conforme se pode ver na Tabela 3.23, o fato de serem donos do seu tempo, não implica em uma jornada de trabalho menos árdua, mas sim, em uma sobrecarga de trabalho.

O fato de serem donos de seus próprios comércios, dos quais sobrevivem à custa de trabalho intensivo, faz com que não sejam, de fato, senhores do seu tempo, mas que submetam seu tempo, ao tempo de realização da feira. Dessa forma, os que trabalham todos os dias, têm sua jornada de trabalho reduzida nos dias comuns, ampliando-a em dias de feira, cuja permanência no local se define de acordo a presença de potenciais fregueses.

**TABELA 3.23****HORAS TRABALHADAS PELOS FEIRANTES EM DIAS DE FEIRA**

Jornada	Percentual
Até 8 horas diária	5%
Até 9 horas diária	15%
Até 10 horas diária	22,50%
Até 11 horas diária	35%
Até 12 horas diária	7,50%
Até 13 horas diária	7,50%
Até 14 horas diária	2,50%
Até 15 horas diária	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**GRÁFICO 3.23**

No consumo de gêneros alimentícios a Feira continua a ser a principal fonte de abastecimento dos feirantes (Tabela 3.24). Nota-se, no entanto, uma associação entre mercadorias que são compradas na feira e outras que são adquiridas nos supermercados, a exemplo do que ocorre com o consumidor em geral.

As opiniões se dividem quanto ao melhor lugar para a realização da feira semanal. Alguns que fazem a feira nos supermercados alegam ter estes estabelecimentos preços mais baratos do que a Feira, além de uma melhor qualidade, como diz uma feirante:

*“Olhe, eu não vou mentir pra você, eu vendo aqui na Feira, mas as mercadorias dos supermercados são melhores e mais baratas. Só alguma coisa é que eu compro aqui, por exemplo, a carne daqui é melhor e mais barata. Tem um marchante de quem eu sou freguesa, faz tempo, na Sexta-feira ele já deixa a minha carne reservada, só você vendo que carne boa. Tem uma coisa também, no supermercado as coisas são mais limpas, mais arrumadas...”*

Outra feirante faz a seguinte observação;

*“Eu tanto compro aqui na Feira, como também no supermercado, mas o que eu estou notando é que os preços dos supermercados estão ficando mais baratos, a carne mesmo, que eu compro aqui a sete reais o quilo, vi no mercadinho perto de lá de casa a seis e pouco, desse jeito é melhor comprar tudo lá mesmo, pelo menos é perto de casa e eles ainda vão deixar a feira na porta de minha casa”*

Uma vendedora de raízes observa a importância das relações pessoais e da facilidade de crédito pessoal na definição de sua escolha pela Feira:

*“Eu prefiro fazer minha ‘feira’ aqui mesmo (Feira Central), por que todo mundo me conhece, e quando o apurado não é suficiente pra eu fazer minha feira tem os conhecidos que me vendem para eu pagar na outra semana. Nos supermercados eles só vendem a dinheiro, você sabe disso! Se você tem dinheiro leva a mercadoria se você não tem eles não vão confiar...”*

Em uma das entrevistas uma feirante deixa clara a opção de comprar na Feira como uma tomada de consciência em defesa desse mercado e da sobrevivência dos colegas feirantes.

*“Eu faço todas as minhas compras aqui na Feira, até de roupa. Veja bem, se eu negocio com roupa, por que é que eu vou comprar noutro lugar? Dessa forma eu não estaria valorizando minha mercadoria, como eu ia querer que alguém comprasse a mim? Eu gosto que as pessoas comprem a mim, para me ajudar, então eu compro aqui na feira para ajudar os meus companheiros. Os donos de*

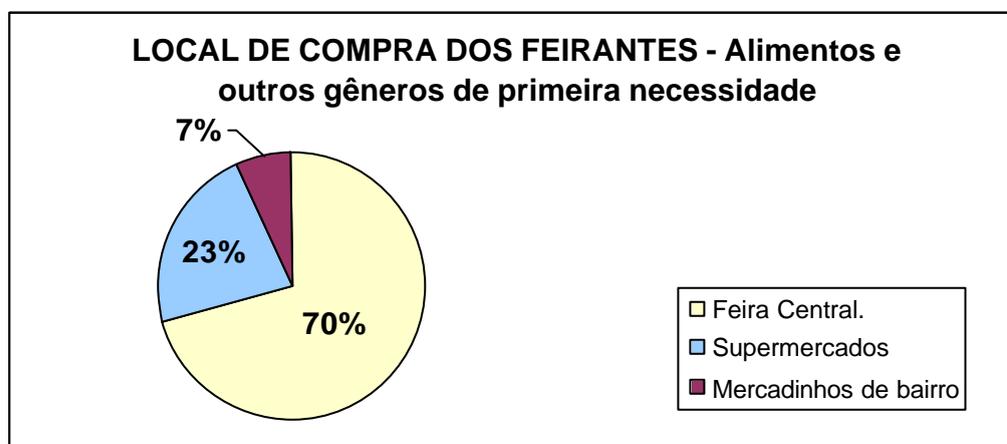
*lojas e de supermercados já têm muito dinheiro, quem precisa mesmo de ajuda é o feirante, que vive nesse sacrifício, desde que a Feira se ‘acabou’<sup>195</sup>”.*

Conforme se pode observar na Tabela 3.24, os mercadinhos de bairros, muitos dos quais, derivação das antigas mercearias, destina-se mais a pequenas compras emergenciais, não é, todavia a opção preferida para as compras semanais.

**TABELA 3.24**

<b>PERFIL DE CONSUMO DOS FEIRANTES</b>	
<b>Compra de alimentos e outros gêneros de primeira necessidade</b>	
<b>LOCAL DAS COMPRAS</b>	<b>PERCENTAGEM</b>
Feira Centra.	70,50%
Supermercados	22,70%
Mercadinhos de bairro	6,80%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

**GRÁFICO 3.24**



É no consumo de bens referentes ao vestuário e de produtos não alimentícios que a interpenetrabilidade dos dois circuitos se torna mais evidente. Santos (1979, p. 33) admite que “todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertence”. Fato já

<sup>195</sup> Entre os feirantes é comum ouvir a expressão de que a feira de Campina Grande se acabou, o que tem como intenção dar ênfase a crise e retração deste mercado.

observado através da Tabela 3.19, na qual 21% dos feirantes dizem ter uma maioria de clientes de médio ou alto poder aquisitivo.

A população das classes médias tem seu consumo de prestígio no circuito superior, e como dispõe de crédito, nas compras de produtos alimentícios beneficia-se desse mecanismo oferecido pelos supermercados, já que mantém padrão de consumo acima dos seus meios (TRICART apud SANTOS, 1979, p.39). A feira para essa camada da população serve para as compras eventuais ou para complementar a cesta básica, já que pode economizar comprando algumas mercadorias a preços mais baixos. Além do mais, o meio possibilita a pechincha.

A eventualidade de compra na Feira por indivíduos das classes médias, bem com a pechincha, fica evidente na fala de uma vendedora de raízes:

*“Olhe eu vendo para gente rica, gente pobre, todo mundo compra. Mas quem garante mesmo minha feira é o povo pobre. Deixe eu lhe dizer uma coisa! Eu gosto de falar a verdade, doa a quem doer, eu gosto mesmo de vender a gente pobre que não fica nessa pirangagem, a gente dá o preço da mercadoria ele paga sem reclamar. Quando aparece um freguês que você vê que tem dinheiro, só você vendo a pirangagem dá até raiva. A gente diz quais são as ervas que servem, ensina a preparar, quando dá o preço, pronto, é aquela zoada”.*

Às classes médias cabem o papel de aproximação e intercâmbio entre os dois circuitos, uma vez que consomem tanto de um quanto de outro. Com a escassez que passam a enfrentar, as classes médias têm que apelar para o circuito inferior no seu consumo corriqueiro sem, no entanto, abrir mão do consumo de status no circuito superior.

Essa necessidade de consumo de prestígio e de identificação com as classes abastadas faz com que algumas parcelas da classe média criem mecanismos de consumo, que as faz transitar por ambos os circuitos.

A necessidade de consumo de prestígio também se revela nas camadas populares, como se pode observar na Tabela 3.25. Os feirantes mais jovens e aqueles que dispõem de maior poder aquisitivo preferem fazer as compras dos bens de consumo não imediato no comércio do Centro, embora realizando as compras de alimentos na FERIA Central.

Através da Tabela 3.25 e dos Gráficos 3.25.a, 3.25.b e 3.25.c pode-se perceber que entre os feirantes há diversos níveis sócio-econômicos, que se expressam nos diversos setores de feira e se revelam nos tipos de consumo.

Há feirantes que todo o seu consumo se realiza no âmbito da Feira, enquanto outros têm seu consumo de víveres na feira, mas adquire outros bens de consumo não imediatos em outros locais como lojas do Centro e até nos shoppings, confirmando mais uma vez os desvios da população do circuito ao qual geralmente está inserida.

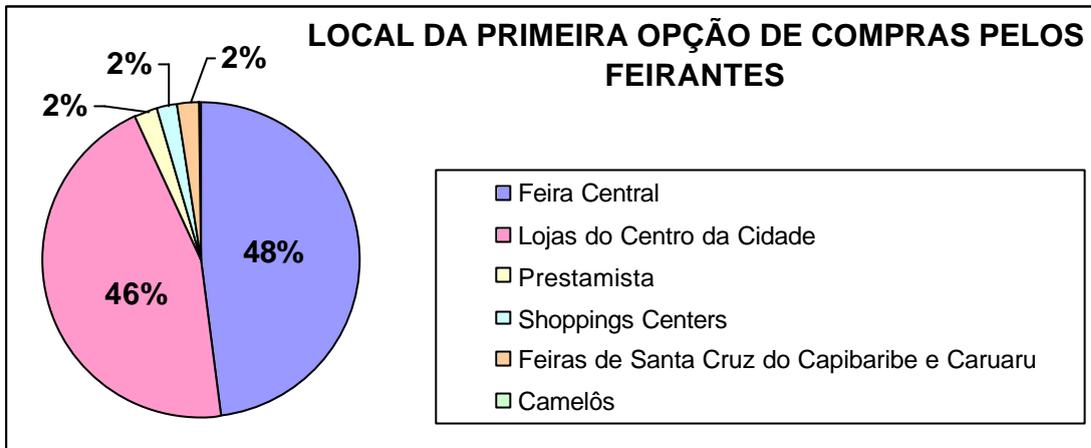
Se no gráfico 3.25.a observa-se que apenas 2% dos entrevistados tem seu consumo de prestígio nos shoppings, o gráfico 3.25.c, comprova que pelo menos ao nível da psicoesfera<sup>196</sup> é o shopping quem povoa os sonhos de consumo da população pobre.

**TABELA 3.25**

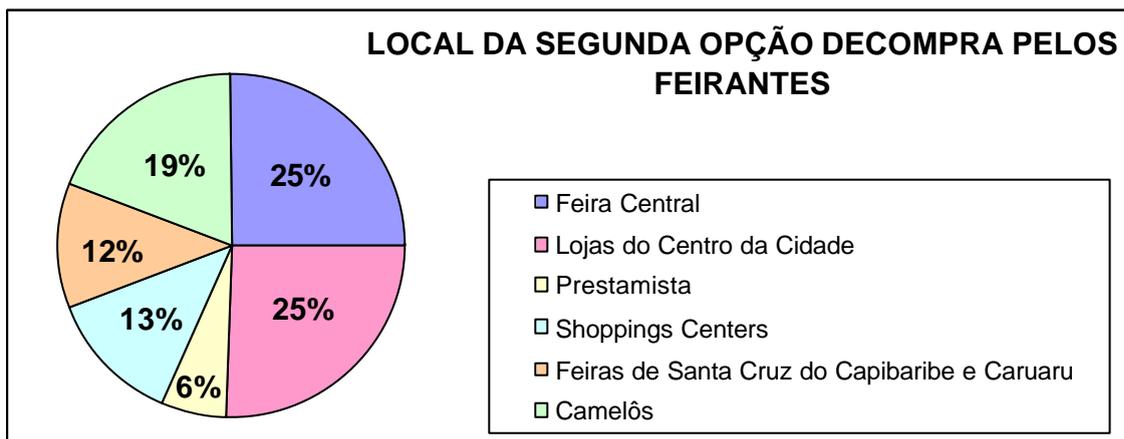
<b>PERFIL DOS FEIRANTES NO CONSUMO DE MAIOR STATUS</b>			
<b>Opção na Compras de Roupas, Calçados e Outros Bens de Consumo.</b>			
<b>LOCAL</b>	<b>Ordem de preferência</b>		
	<b>PRINEIRA</b>	<b>SEGUNDA</b>	<b>TERCEIRA</b>
Feira Central	47,70%	25%	16%
Lojas do Centro da Cidade	45,50%	25%	0,00%
Prestamista	2,30%	6%	0,00%
Shopping Centers	2,30%	12,50%	50%
Feiras de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru	2,20%	12,50%	0,00%
Camelôs	0,00%	19%	34%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

<sup>196</sup> Para SANTOS (1994.b, p.32) “a psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos...” acrescenta ainda que a psicoesfera é fruto “do artifício e desse modo” subordinado “à lei dos que impõem as mudanças”.

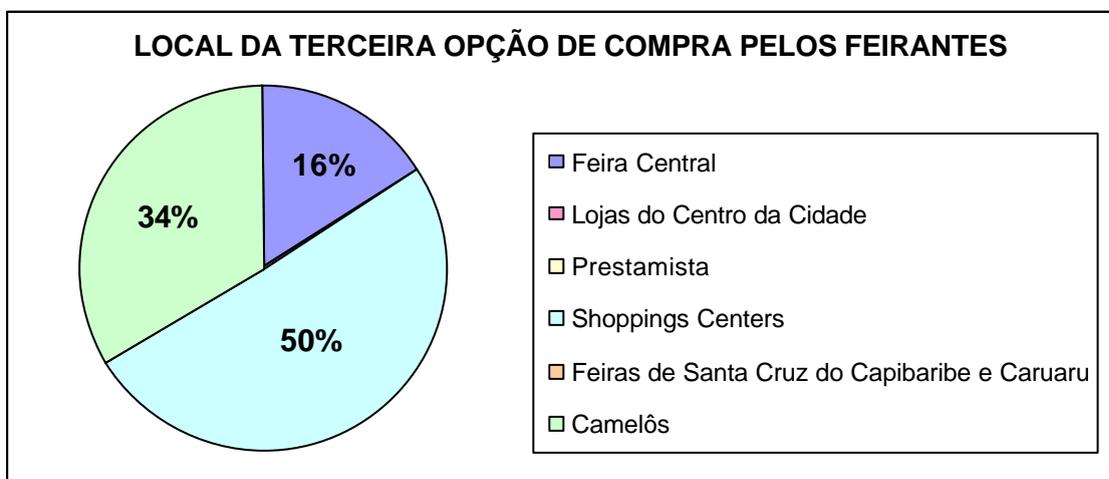
**GRÁFICO 2.25.a**



**GRÁFICO 3.25.b**



**GRÁFICO 3.25.c**



### 3.3 – Produção/reprodução da Feira de Campina Grande: vários agentes, muitas ações.

Como tem sido observado neste trabalho, a classe média tem abandonado a Feira Central de Campina Grande, muito embora significativa parcela da mesma, ainda freqüente esse espaço, não para fazer todas as compras como no passado, mas para comprar alguns produtos, seja por serem aí mais baratos, seja por uma questão de qualidade ou pela exclusividade na venda de algum produto.

A feira de fumo apresenta-se como um dos espaços mais rugosos, freqüentado basicamente por pessoas idosas, em sua maioria aposentada e de origem rural. Na verdade, o ruralismo presente na feira ainda surpreende, não só através de uma população idosa, mas também por uma população jovem, que em diversos tipos de transportes, entre os quais os caminhões “pau-de-arara” (ver foto 48) se dirigem para a mesma. Fato confirmado por um jovem que utiliza este tipo de transporte: *“a gente não é de Alcantil mesmo (zona urbana), é todo mundo aqui (os passageiros) dos sítios de lá (município de Alcantil), mas também tem carro que vem da cidade”*.

O ruralismo também está presente nas pessoas que trazem pequenos animais, como galinhas, perus, guinés, cabras etc, (Foto 62) para vender na feira e com o dinheiro adquirir outros bens que não produzem. São em grande parte feirantes eventuais, já que não é da feira que tiram a base do sustento, apenas a utilizam como saída emergencial para necessidades mais imediatas.

#### **Foto 61**

Transporte de cabrito para ser vendido na feira de Campina Grande



Fonte: dados da pesquisa de campo, jan./2003.

Impressiona também o fato da Feira ainda associar labuta e diversão. Os vários botecos presentes em toda sua extensão, hoje mais concentrados na antiga feira de verduras, são locais das bebedeiras dos mais diversos tipos humanos, o que fica claro no protesto de uma vendedora de confecções:

*“Aqui por trás do ‘Pau do Meio’<sup>197</sup> (Foto 62) quando é mais tarde, olhe! Dá de tudo. Esse povo começa a beber nessas barracas e a ficar bêbado, olhe! Não dá nada que presta. Também eu não sei por que deixaram a feira de verduras se acabar. Deixaram construir essas barracas velhas, só pra isso mesmo...”*

#### **Foto 62**

Largo da Feira entre as ruas Dr. Antônio de Sá e Cristóvão Colombo vendo-se ao fundo o edifício Pau do Meio em 1980.



Foto: Antonio Albuquerque da Costa, 1980.

<sup>197</sup> O Pau do Meio é um antigo prédio que se destacava na paisagem da feira de verduras, por ser a única construção a ocupar o pátio onde a mesma se realizava.

No mercado Central, também é local de diversão, a presença dos vários botecos. Diversão esta que não se limita a bebedeiras, mas também aos jogos de sinuca e cata níqueis. (Foto 63) Segundo um policial de serviço, a maioria das ocorrências se deve a embriaguês, mas, geralmente, nada de muito sério. *‘Na maioria das vezes se resolve a peleja apenas na conversa’*.

Na rua Manuel Pereira<sup>198</sup> e imediações, os cabarés ainda sobrevivem, com seus locais de jogos, dança e bebedeiras. A decadência presente nesse espaço não lhe retirou a sua função de mercado do prazer, mesmo há muito tempo evitado pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, é território tipicamente dos excluídos.

É na rua Manuel Pereira de Araújo (foto 64) onde estão localizadas a feira de galinhas (Foto 65), a feira de Raízes<sup>199</sup> (Foto 66), a feira de sucata (Foto 67), feira de pássaro e mais recentemente a feira de trocas (Foto 68). Em especial a feira de galinhas e a feira de trocas são os espaços mais discriminados, a primeira, pelo odor e a segunda pelo estigma de funcionar como uma feira que vende roubos.

**Foto 63**

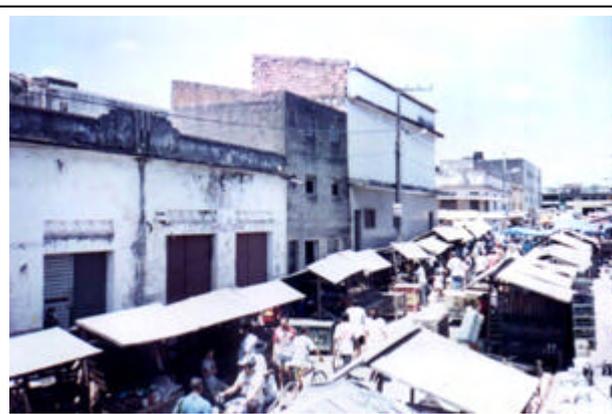
Jogos cata níqueis



Fonte: Dados da pesquisa de Campo, jan./2003

**Foto 64**

Rua Manuel Pereira de Araújo



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

<sup>198</sup> A Manichula dos anos de 1940. Nos anos de 1970 foi codinominada pejorativamente de “rua Boa” pela imprensa policial devido ao grande número de ocorrências policiais que fazia desta rua notícia constante.

<sup>199</sup> A feira de raízes é conhecida por alguns como feira de “mangai” denominação popular para mangalho.

**Foto 65**

Feira de galinhas



Fonte: dados da pesquisa, jan./2003.

**Foto 66**

Feira de mangalhos



Fonte: dados da pesquisa, jan./2003.

**Foto 67**

Feira de sucatas



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

**Foto 68**

Feira de trocas



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2003

A feira de trocas que se realizava às margens do canal das piabas (ver Mapa 24) foi desterritorializada com a abertura de uma avenida (com obras paralisada), porém se reterritorializou na rua Manuel Pereira de Araújo esquina com a rua Quebra Quilos. Nela se vendem mais especificamente bicicletas, relógios e pássaros ou gaiolas, embora outros objetos também possam ser encontrados. Não tem esta feira às mesmas características da feira de trocas da Prata, já descrita na primeira parte deste capítulo.

Evento que nunca foi visto com bons olhos pelas autoridades e significativa parte da população, a feira de trocas é um dos acontecimentos que representa uma das maiores resistências presentes na “Feira Grande”. “Num verdadeiro remar contra a corrente” é o resultado da teimosia popular, talvez exatamente por este caráter tão popular esta feira dá ao trecho da rua onde se realiza uma idéia de dinamismo, de efervescência popular que já não é tão presente no restante da Feira.

Aqui, outra vez é reforçada a idéia de que, a desregulamentação e a contra-racionalidade são a vida do circuito inferior, que nasce e cresce em função das necessidades e desejos populares. Idéia que encontra ressonância no Diretor de Planejamento da SEPLAM (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente), Dr. Lamir Motta, ao emitir a opinião que ambientes populares, tal como a Feira, não condiz com a imposição de projetos muito sofisticados.

O contato com o Dr. Lamir Motta se deu em função de um projeto da prefeitura para a Feira, exposto no Mercado Central para conhecimento e aceitação dos feirantes. Na verdade esse projeto pareceu polêmico, o que foi confirmado pelo diretor da SEPLAM, que afirmou não se tratar de fato de um projeto, mas sim de um anteprojeto, já descartado por propor mudanças muito radicais em toda a estrutura da Feira.

Como observa o referido diretor da SEPLAM, qualquer projeto de reforma para Feira, que pretenda alcançar êxito terá que respeitar os aspectos econômicos, sociais e culturais dos vários agentes que trabalham e sobrevivem da Feira. Neste caso o citado anteprojeto elaborado por escritório de arquitetura do Recife, propunha mudanças causadoras de transtorno ao cotidiano dos feirantes.

A afirmativa de Dr. Lamir Motta é condizente com a fala de dona Maria do Carmo ao criticar tal anteprojeto:

*“... o prefeito quer fazer um negócio lá no cabaré perto da ‘Rua Boa’<sup>200</sup> pra botar os diaristas. Fazer um ‘shopizinho’ como fizeram lá (no Centro da cidade para os ambulantes), só que o canto tá errado né! Em vez de fazer aqui em cima (local da antiga feira de verduras), nesse lixo ‘véio’ aqui. Nessa área aqui do ‘Pau do Meio’, daqui de detrás até lá em baixo, em vez de fazer aqui em cima quer botar a*

---

<sup>200</sup> Rua Manuel Pereira de Araújo

*gente lá em baixo. Olha! Eu passei a vida toda dando duro, não fui 'rapariga', não fui pro cabaré quando era nova, eu agora vou acabar no cabaré? Eu tenho fé em Deus que não vou nunca! Pois é, quer fazer isso pensando que vai melhorar, vai nada! Pode ser que melhore por que a gente vai vender em cartão, aí pode ser que melhore um pouquinho, não é mesmo!"*

Considerando que a entrevistada comercializa com confecções, é evidente que a mesma aprove a introdução do cartão de crédito na Feira, até porque, outros vendedores do setor já observaram a utilização de tal mecanismo de compra pela população rural, que representa a clientela mais significativa do setor. Porém não se pode esperar que tal modernização beneficie todos os setores, até porque algumas atividades são por natureza incompatíveis com tal racionalidade. Não há como se imaginar o uso de cartão na feira de trocas, na feira de raízes, na feira de xaveco etc.

Observa-se ainda na fala de dona Maria do Carmo, todo o estigma atribuído à rua Manuel Pereira de Araújo, que sendo uma rua onde se concentram os cabarés, pode na opinião dela como de muitas pessoas comportar a feira de galinhas, porém não a feira de confecções que é um artigo limpo e que goza de melhor status.

Essa racionalidade proposta pela feirante entrevista é aprovada por uma florista homônimo, que sonha com uma feira de amplos espaços ajardinados e vendendo com cartões de crédito:

*"Essa feira aqui era pra ser bem organizada, com aquele calçadão bem bonito, cheio de jarro, com bancos onde você pudesse sentar e ficar bem à vontade, com banheiro limpo, que o turista chegasse aqui e não visse essas barracas velhas caindo. Era pra prefeitura fazer um mercado bonito com estacionamento, onde você pudesse escolher as mercadorias à vontade, como a gente vê aí nessas outras cidades, que é uma coisa bem feita mesmo, com os comerciantes vendendo até com cartão de crédito. Agora aqui, são essas barracas velhas, caindo os pedaços, coberta de lona, o povo batendo uns nos outros e chamando nome..."*

Para a elite intelectualizada local, a Feira é um dos espaços mais representativos de cultura campinense e nordestina. É, no entanto, espaço de estranhamento para essa mesma elite como afirma um entrevistado:

*“Eu dou o maior valor à feira. Bem, assim no aspecto cultural, porque eu não vou lá, só em caso de muita necessidade... Eu não deixo minha mãe nem minha noiva pisar lá de jeito nenhum! É um lugar muito sujo e perigoso. Agora se a feira fosse toda modificada, banquinhos padronizados, tudo organizado, limpo aí sim...”*.

(Depoimento de um universitário também comerciante do Centro de Campina Grande).

Percebe-se, no entanto, que a proposta das classes médias para a Feira é algo para turista ver, espaço racional e direcionado às classes não populares. Quando na verdade o que existe de espetacular é a grandiosidade da Feira tal como ela é, espaço que mistura cores, sons cheiros, pessoas. Lugar do improvisado e da criatividade.

Tal racionalidade além de retirar o que a Feira tem de pitoresco excluiria as camadas populares que alimentam tal circuito da economia. Pois como afirma uma vendedora de raízes “*é o pobre quem garante a minha feira semanal*”.

Já para outras pessoas, além de não freqüentarem a feira, vêm nela algo de ultrapassado que não condiz com o desenvolvimento da cidade como afirma uma senhora:

*“Eu acho que Campina Grande não era mais pra ter aquela feira não. Eu não sei pra que a prefeitura ainda mantém aquilo ali. A gente não vê isso em outras cidades mais importantes. É porque o povo daqui ainda é muito atrasado. Eu mesmo só vou ali pra comprar a carne do cachorro, aliás, nem pra isso, porque eu mando a minha empregada, que eu não vou naquele ambiente...”*. (Depoimento de uma professora universitária).

Porém essa mesma feira de miúdos é freqüentada também por pessoas das classes médias, que vão a mesma comprar buchada, picado, carne para feijoada ou a carne para cachorro. Essa clientela deve-se na opinião de um marchante a qualidade dos seus produtos, pois:

*“Duvido que no supermercado você encontre uma buchada assim, toda tratada, limpinha, do jeito que vai daqui você só precisa botar o tempero pra ir pro fogo. Já a buchada do supermercado você compra, mais tem que limpar e preparar.*

*Veja esse pé de porco, todo limpinho, onde é que você encontra assim no supermercado!”.*

Observa-se ainda na fala desse entrevistado, que não dispondo do marketing utilizado pelo circuito superior, tem o feirante no contato face a face o poder de convencimento através do diálogo, forma de comunicação dispensada pelos supermercados que trabalham com a informação.

Outro aspecto que merece destaque na feira de xaveco<sup>201</sup> é o fato da clientela pobre, geralmente, não solicitar o equivalente da mercadoria em quilo, mas sim, a equivalência de carne do quanto dispõe em dinheiro. Prática que lembra a compra em “mercado” ou seja, fracionada, feita nas bodegas de bairros já relatada no capítulo II, a qual possibilita esta população de recursos mínimos sobreviver no limite de suas posses.

É também impressionante a frequência de mendigos que recorrem aos bancos para pedir pedaço de carne ou vísceras, como observou uma vendedora:

*“Você observou nesse tempo em que você está aqui quantas pessoas passaram pedindo esmolas? A gente termina dando mais esmola do que vendendo!”.*

Este é outro mecanismo que permite a sobrevivência não dos pobres, mas dos miseráveis, pois na Feira ainda se é complacente com tal situação, diferente dos supermercados que coíbe qualquer prática que cause transtorno ao cliente, como observa a vendedora acima mencionada.

A Feira permite aos excluídos a sobrevivência não só pela esmola, mas também pela cata de frutas e legumes machucados ou cereais que caem no chão, produtos que imprestáveis à venda, alimentam pessoas e animais, pois não raro pode-se ver crianças ou adultos colhendo produtos atirados ao chão, que servem de ração para porcos ou galinhas que criam para ajudar na manutenção da família.

Outra cena comum é crianças e idosos recolhendo cereais derramados no chão. Munidos de vassoura, pá e peneira, essas pessoas separam os grãos da sujeira para utilizá-los na sua alimentação.

---

<sup>201</sup> Carne de qualidade inferior

Senhoras de classe média ainda freqüentam a Feira Grande, só que hoje muito mais para comprar apenas alguns produtos, menos para fazer a feira semanal. Segundo uma senhora entrevistada, atualmente ela faz as compras de frutas e verduras na feirinha da FEAGRO<sup>202</sup>, (Fotos 70 e 71) nas sextas-feiras pela manhã, onde segundo a mesma os produtos são livres de agrotóxicos<sup>203</sup> e fica perto de sua residência. Em seguida dirige-se para a Feira Central onde compra massa de mandioca para bolo, queijo de coalho, carne de sol, carne para o cachorro e outros produtos que segundo a mesma, é na feira onde se consegue com melhor qualidade. O restante da feira semanal é feita no supermercado.

**Foto 69**

Feira da FEAGRO



**Foto 70**

Feira da FEAGRO com vendedores não associados no canteiro central



Fonte: Dados da Pesquisa de campo, 2002

Outra pessoa entrevistada disse que havia passado a fazer sua feira no mercado da Prata por uma questão de comodidade, já que reside próximo ao mesmo. Mas em função da violência e insegurança que passara a presenciar em tal feira, inclusive tendo sido roubada mais de uma vez, retornou a fazer sua feira de frutas, carnes e verduras na Feira Central, por considerá-la mais segura.

---

<sup>202</sup> A feira da FEAGRO é realizada na pirâmide do Parque do Povo, nas primeiras horas das manhãs das sextas-feiras. Os feirantes são produtores agrícolas, que pertencem à associação e podem ser reconhecidos pelo uso do uniforme azul com a identificação em letras brancas. Por vender produtos naturais e dispor de estacionamento com fácil acesso, esta feira tem atraído consumidores dos bairros vizinhos, mais precisamente Prata, São José e Centro. Esta feira tem atraído vendedores que compram na CEASA, mas que não podem se misturar aos produtores, forma-se assim um espaço visivelmente segregado, com estes feirantes enfileirados, na calçada que dá acesso a pirâmide, sob os olhares atentos dos fiscais e policiais.

<sup>203</sup> Condição imposta ao pequeno produtor para poder participar deste comércio

Aliás, o item segurança é o que as pessoas que deixaram de ir à Feira alegam com mais frequência, seguido pelo item higiene. Ambos têm sido segundo a administração da Feira, sua prioridade máxima. Na questão segurança, embora admita ser impossível evitar pequenos furtos, garante o referido órgão ter conseguido diminuir a ocorrência com o auxílio do policiamento ostensivo.

Quanto ao item limpeza, a administração conta com um efetivo de 18 garis que trabalham na limpeza diária, mas como observa o senhor Antônio Luna, em uma feira é impossível conservar o ambiente totalmente limpo, pois não há a colaboração de feirantes nem dos frequentadores. Os feirantes, após a venda de suas mercadorias, deixam palhas e folhas que utilizaram para forrar o chão. As pessoas, de um modo geral jogam o lixo na rua logo após a passagem dos garis.

Os agentes sociais que criam e recriam este espaço são numerosos, porém a essência da Feira está nas camadas populares que dão alento a este tipo de mercado. Todo e qualquer projeto que vise alguma melhoria para este espaço precisa levar em conta os interesses diversos.

Embora o foco deste trabalho tenha se voltado mais precisamente para o feirante não é este o único agente social que produz este espaço, aí estão presentes também carroceiros, carregadores, mototaxistas, taxistas, ambulantes, artesãos, atacadistas, lojista, prostitutas e os mais diversos prestadores de serviços.

Essa força política presente na Feira fica bastante evidente nos períodos eleitorais, quando a mesma se transforma no alvo preferido pelos candidatos a cargos eletivos. Ou mesmo no receio que as pessoas têm para prestar algum depoimento que possa ser politicamente comprometedor. Vê-se, dessa forma, que até no aspecto político a Feira ainda é uma rugosidade espacial que se reproduz não só nas formas, mas também em algumas ações que se realizam neste lugar.

## Considerações Finais

Não se tem aqui, a pretensão ou ilusão de que este trabalho tenha sido concluído, muito menos, que a abordagem escolhida (entre as tantas possíveis) foi capaz de dar todas as respostas esperadas. Diante da complexidade do tema, possível de ser analisado sob várias óticas, sabe-se que não há como esgotá-lo, até porque o espaço é dinâmico e está sempre a se refazer. por causa disso, o trabalho científico também o é.

Embora na análise do espaço campinense tenha sido priorizado o enfoque econômico e cultural, não se está excluindo outras dimensões espaciais, pois a idéia de que o espaço geográfico é um espaço banal (comum às pessoas, coisas e idéias) permeia todo trabalho, ou seja, espaço onde todas as ações sociais estão presentes.

Partiu-se da idéia inicial de que, para se entender a Feira de Campina Grande, sua pujança, sua crise e permanência, seria necessário entender a própria cidade, pois como subsistema do sistema urbano, a Feira é parte e reflete a cidade na sua totalidade. Mas conhecer a Feira não implica desvendar a cidade, acredita-se, porém, ser o caminho inverso mais frutífero.

Julga-se ainda, que não se pode entender a cidade de Campina Grande desvinculada de sua historicidade e de sua inserção no contexto regional, nacional e global, visto ser a organização espacial dos países subdesenvolvidos arranjada em função de interesses distantes e estranhos ao lugar. Dessa forma, entende-se que desde seu surgimento, Campina Grande, já estava vinculada a uma expansão capitalista, ainda que montada sobre outras bases. Foram as próprias redefinições ocorridas no modelo capitalista, ancoradas no avanço das técnicas, que possibilitaram inserções diferenciadas do espaço campinense em momentos distintos, como formas de responder as dinâmicas do Capital na sua busca de acumulação.

Assim sendo, a inserção de Campina Grande ocorreu, num primeiro momento, de forma marginal, apenas como suporte à atividade canavieira, que representava o objeto central da acumulação capitalista no período colonial. Nesse contexto, o território campinense apoiava a produção nas virtualidades naturais presentes em seu território, dentre as quais a localização privilegiada, situada em zona de contato ecológico, entre o criatório e a lavoura mercantilista.

O *boom* do algodão para atender ao desenvolvimento dos teares mecânicos ingleses da Revolução Industrial colocou a cidade de Campina Grande em posição de destaque ao utilizar-se das heranças do meio anterior: relativa base comercial já instalada e a forte ligação com o porto do Recife, principal escoadouro da produção regional para a Europa. Criou-se a partir de então outra virtualidade para o lugar: entreposto de larga escala regional, mediante a estrada de ferro, através da qual se agilizou o fluxo algodoeiro e deu fluidez ao território campinense.

A importância adquirida pelo comércio campinense foi fundamental para a formação da região polarizada pela cidade. Esta polarização que foi possível, primeiramente, pelo nível de desenvolvimento técnico que não possibilitava maior articulação do território nacional, dando assim maior autonomia as regiões; segundo, pelas características como o capitalismo até então se organizava, que mesmo comandando o espaço nacional de fora, ainda era permissível à formação de capitais locais. Daí bancos, indústrias e o comércio que tinha origem na formação de capitais endógenos.

Percebe-se que até então, as cidades regionais gozavam de maior autonomia e tinham maior poder de comando sobre suas áreas de influência. Poder que foram perdendo quando o mercado nacional foi se tornando mais articulado pelo desenvolvimento dos transportes e das técnicas de comunicação. Entende-se que a crise de identidade em que Campina Grande mergulhou foi o resultado da emergência de um novo meio, que graças ao desenvolvimento das técnicas e da informação foi capaz de centralizar todo poder de comando na metrópole nacional.

A evidência desse meio técnico-científico-informacional se dá pela simultaneidade e instantaneidade da metrópole paulista, de onde partem fluxos visíveis e invisíveis para todos os cantos do território nacional, fluxos não só materiais, mas também imateriais capazes de reduzir a área de influência das cidades regionais, privando-as dos seus antigos monopólios. Pois como observa SANTOS (1994b, p. 155), *“nenhuma cidade, além da metrópole, ‘chega’ a outra cidade com a mesma celeridade”*. É esse processo que reduz o raio de alcance dos atacadistas e protagoniza a crise do comércio campinense, símbolo do poderio econômico da cidade.

Por outro lado, Campina Grande consegue estabelecer outras relações com sua área polarizada, graças à capacidade que teve em estabelecer mudanças funcionais, o que nem todas as

capitais regionais conseguiram. Tais mudanças funcionais se dão, porém, no âmbito do circuito superior, portando, com base em atividades modernas.

Observa-se que a concentração/expansão das tradicionais atividades econômicas em Campina Grande: comércio e indústria, ocorriam sob bases técnicas e organizacionais centradas em uma grande divisão de tarefas que empregavam e atraíam enorme massa de trabalhadores. As novas funções de Campina Grande, voltadas para o terciário especializado, típico do meio técnico-científico-informacional, têm matrizes tecnológicas poupadoras de mão-de-obra, que exigem pessoais qualificados, portando, com reflexo bem distinto na sua atual organização espacial.

A emergência desse novo meio se dá de forma seletiva e excludente. Dessa forma, ainda que criando espaços luminosos para o capitalismo, atende aos interesses de poucos, embora afetando direta ou indiretamente a todos. Tem-se dessa forma a difusão da crise econômica campinense, quando na verdade é uma crise da própria estrutura produtiva, e de forma inconfundível, uma reestruturação terciária.

As virtualidades produzidas no pretérito espaço campinense possibilitaram a inserção da cidade, de certa forma até vantajosa, no meio técnico-científico-informacional. Acontece, porém, que a inserção brasileira no capitalismo internacional se dá de forma excludente, portanto, as modernizações são simultâneas ao aumento da pobreza.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a cidade se moderniza e desenvolve um setor de tecnologia de ponta, ver o aumento da pobreza, do desemprego, do subemprego, do comércio “informal”, da mendicância, dos menores delinquentes, da violência, das favelas etc., problemas que se tornam ainda mais graves nas metrópoles e em suas áreas conurbadas.

Pode-se, diante do exposto concluir que as atividades modernas típicas do atual estágio capitalista são seletivas e excludentes ao mesmo tempo, seja de espaços ou de pessoas, pois nem todos os lugares e tão pouco as classes sociais são atingidos igualmente pelos benefícios das modernizações capitalistas. Para as populações e os espaços excluídos restam a socialização do ônus que tais modernizações provocam.

Como as modernizações atingem a todos, ainda que apenas ao nível da psicosfera (através da inserção continuada de novos objetos de desejo ao espaço), novas necessidades são criadas, embora não satisfeitas por todos. É pelo fato das modernizações se fazerem desigualmente presentes aos mercados que na economia das cidades passam a coexistir dois setores, não segmentados entre si, mas complementares: o circuito superior e o circuito inferior.

Embora ambos tenham surgido das modernizações do sistema capitalista, é o circuito superior que atende ao consumo moderno e sofisticado. No entanto, embora o consumo tradicional faça parte do circuito inferior, é através deste circuito que a população pobre pode atender algumas necessidades modernas de consumo. Nesta perspectiva, a Feira de Campina Grande se insere (ao se constituir numa verdadeira rugosidade), coexistindo e resistindo a um meio técnico-científico-informacional globalizado. É um espaço que se metamorfoseia ao perder algumas de suas características, conservar heranças e adaptar consumos modernos as necessidades populares. É, portanto, um espaço no qual a cultura popular consegue realizar proezas de sobrevivência surpreendentes.

Não se pode deixar de observar a crise que se abate sobre este espaço, com as modernizações que se inserem através dos supermercados, dos cartões de créditos e outras formas de atração para as classes médias campinenses e até das cidades polarizadas por Campina Grande. Mas também, pelas modernizações nos sistemas de fluxos, desta forma, os aposentados que antes se dirigiam de toda a área polarizada por Campina Grande para receber nos bancos desta cidade, passaram a receber pagamentos em suas cidades, com isso, retirando esta importante parcela da clientela destinada a Feira. Assim, se verifica como as novas possibilidades criadas pelo espaço cibernético alteram os trajetos geográficos das pessoas e o valor das localizações.

No circuito inferior, a Feira Central também sofre com a concorrência de um mercado popular que se expande no Centro, bairros e feiras espalhadas pela cidade. Porém, apesar de todo tipo de concorrência consegue sobreviver, fato que buscamos a explicação em SANTOS (1979, p. 151) ao observar que *“à medida que o país se industrializa, a urbanização torna-se cada vez mais terciária”*. Compreende-se dessa forma, que a expansão dos serviços e comércios no circuito inferior, por toda a cidade, é a resposta dessa urbanização que se terciariza.

O tradicional papel de atividade central que a Feira desenvolveu ao longo de muitos anos foi sendo dividido com as atividades modernas de cada época. Assim, a cidade foi incorporando outras atividades importantes como o comércio algodoeiro e atacadista e mais precisamente o comércio varejista, atividades que tiveram grande peso econômico para Campina Grande no transcorrer destes meios pretéritos.

Os anos de 1970, com a emergência de um meio técnico-científico-informacional, a Feira se contemporanizou com outras modernizações; o aparecimento dos supermercados e dos shoppings centers. Porém, o que observa SANTOS (1979, p. 41) para as atividades tradicionais de um modo geral, pode ser aplicado a Feira, atividade tradicional na qual *“seu campo social também se estreita, limitando-se a população pobre (em particular), se bem que por toda parte elas (as atividades tradicionais) vêm às vezes sua clientela ultrapassar a escala do lugar”*.

O raio de alcance que na Feira de Campina Grande só foi observado qualitativamente através dos transportes que se dirigem para a cidade no dia da realização desse mercado periódico. Embora não tenha sido feito o levantamento quantitativo dos transportes que conduzem passageiros para a Feira, nem o número de pessoas de outros lugares que para ela se dirigem, percebe-se que os carros de municípios próximos e polarizados por Campina Grande são mais numerosos e vai rareando na medida em que os municípios tornam-se mais distantes. Desta forma conclui-se que o raio de alcance da Feira, grosso modo, coincide com a área de influência direta da cidade.

A presença de transportes alternativos de cidades do Agreste pernambucano que são fronteiriças com a Paraíba denota que Campina Grande e sua Feira ainda têm este alcance espacial que extrapola a sua região, o que constituiu um dado surpreendente, tendo em vista o tipo de atividade econômica desenvolvido por tal espaço.

Não resta dúvida que o raio de alcance das feiras de Santa Cruz do Capibaribe e mais especificamente Caruaru, extrapulam as fronteiras do estado de Pernambuco, porém não se tratam de feiras com as características da que ainda é realizada em Campina Grande. No tocante a tais cidades, trata-se de mercados periódicos de um produto específico (confeccões), em torno do

qual se desenvolvem outras feiras, porém com o apoio de um setor industrial que lhe dá sustentação.

As relações comerciais entre Campina Grande e as cidades pernambucanas, especializadas no ramo de confecções, demonstram que as atividades do circuito inferior ou do circuito superior marginal, em função das características da Região, são capazes de dinamizar e promover todo um intercâmbio entre cidades relativamente distantes. Geram-se desta forma empregos e rendas para tais cidades e suas regiões.

Por ser uma atividade refúgio das classes menos favorecidas, a Feira bem como outras atividades do circuito inferior deveriam merecer maior atenção do Estado, pela capacidade que têm de absorver os impactos das modernizações sendo importante setor de geração de rendas e de sobrevivência das camadas sociais excluídas do processo “globalitário”. A feira sustenta uma estrutura de fornecedores (varejo e serviços) extremamente fragmentada. Portanto, as rendas deste comércio são mais distribuídas, contrastando com as rendas do varejo mais moderno, a exemplo dos supermercados, onde são extremamente concentradas em poucas mãos e cada vez mais com origem em um capital extra-regional e até extranacional.

Não se pode, todavia, admitir a proposta das classes médias de impor racionalidades à Feira. Tal padronização para este mercado eliminará o que ele tem de mais interessante, que é a sua diversidade. As feiras nordestinas são cada uma um universo de curiosidades que se assemelham, mas que têm ao mesmo tempo suas especificidades. Diferentes dos shoppings e supermercados, onde, produtos, lojas e franquias dão a sensação de lugar comum. O problema sanitário e da qualidade dos produtos pode certamente ter outra abordagem, não necessariamente seguir o figurino ao gosto das classes médias.

Desta forma, quando alguém se dirige a uma lanchonete do Mc Donald de qualquer shopping, sabe que tipo de sanduíche irá encontrar para degustar com coca-cola, que filmes estarão passando nas salas de exibição, que produtos estarão à venda nas lojas do Boticário e assim sucessivamente. Nesse aspecto, os shoppings são lugares sem surpresas. Porém, ao se visitar uma feira como a de Campina Grande, a qualquer momento pode-se deparar com algo novo, fruto da criatividade popular, mestres na arte de inventar. Está aí uma das virtualidades que podem ser aproveitadas na panacéia do turismo, sabendo tirar proveito do que o lugar tem de genuíno.

Se a Feira conseguiu sobreviver e chegou ao meio presente com a força que ainda dispõe, é por se configurar em uma resistência. Resistência que não deve às classes média e alta da população, porém, mais precisamente às camadas pobres que sobrevivem da mesma e têm nela o mercado apto a atender as suas necessidades e condições de consumo. A imposição de racionalidades em função do que as classes médias propõem, dificilmente traria de volta esta parcela da clientela, melhor beneficiada pelas vantagens proporcionadas pelos supermercados.

Por outro lado, o turismo campinense se reduz aos seus mega-eventos, portanto periódicos. Mesmo a capital do Estado que desfruta da virtualidade do mar e sol, tão explorado atualmente pela mídia, encontra-se na retaguarda das demais capitais nordestinas. Não se pretende aqui dizer que tal atividade não deva ser estimulada, mas sim, que no caso da Feira de Campina Grande, não se pode direcionar projetos condicionados a esta possibilidade, muito embora seja uma potencialidade a ser explorada sem que, no entanto, seja descaracterizada.

A Feira precisa de reformas, isto está claro tanto na opinião dos feirantes quanto dos frequentadores, até porque seu projeto original tem mais de sessenta anos, e ao longo dessas décadas, é evidente que passou por um processo de depreciação. A necessidade de incorporar modernizações tem sido sentida pelos próprios feirantes, que as tem assimilado, quando possível.

Outras modernizações tornam-se mais complicadas, por implicarem em mudança na estrutura física desse objeto geográfico, e exigem tomadas de decisão da administração municipal a exemplo de instalações sanitárias, estacionamentos etc. Os próprios supermercados instalados no local se depararam com tal problemática, que tem sido solucionada através da aquisição de residências para serem transformadas em estacionamentos.

A Feira precisa de atenção e melhorias por parte da municipalidade, porém nenhum projeto que seja implantado deverá eliminar a espontaneidade existente no local, nem causar embaraço para essas pessoas que sobrevivem da mesma. É nessa capacidade de inventar e reinventar, de ser contra-racional que está a essência desse mercado apto a acolher todas as manifestações populares de Campina Grande.

Tem-se, portanto no espaço campinense a coexistência do shopping e da Feira. O primeiro dos objetos é típico de um meio técnico-científico-informacional, que já nasce como ideologia e como realidade, prenhe de racionalidade e intencionalidade, sem as quais é impossível seu funcionamento. A Feira, por outro lado, objeto surgido em meio pretérito, resiste a essa racionalidade criada para atender a interesses distantes, porém, mais apta a acolher os anseios locais, gera contra-racionalidades, não apenas no sentido de obstaculizar o novo, mas de permitir ações simultâneas entre as características sociais preexistentes e as novas necessidades de consumo.

Em uma cidade que se pretende cosmopolita e que sempre que possível busca apagar as heranças provincianas, a Feira é o mais autêntico mostruário da cultura nordestina. Meio propício à arte de criar, à inventividade e à luta pela sobrevivência, é também retrato das diversidades sociais e dos tipos humanos, por isso mesmo rígida, mas também flexível às inovações capitalistas. É ainda a prova da permeabilidade entre os dois circuitos da economia, bem como, de que as formas herdadas estão prontas para o exercício de novas funções, ainda que limitada pela sua estrutura, como nos faz ver SANTOS (1997b, p. 113).

Por todas estas suas características, a Feira é um pouco do recorte de toda complexidade urbana, que se insere nas modernidades do meio presente, mas que tem na herança do construído, da sua historicidade e de suas classes sociais, condicionantes para a montagem desse novo meio emergente. O que atribui especificidade ao lugar em todas as suas escalas de análise.

Sendo um espaço de reprodução das classes populares, a Feira também congrega um comércio atacadista e varejista do circuito superior. Bem diferente do Centro comercial de Campina Grande, no qual foi o comércio formal que atraiu os ambulantes, na Feira foi esse comércio do circuito inferior o motivo de atração de atacadistas, supermercados, farmácias, lojas de materiais agrícolas etc., daí a convivência harmoniosa entre o setor hegemônico do comércio e os feirantes.

Todos os agentes sociais que interferem na reprodução desse espaço e toda a variedade de relações sociais que se estabelecem, fazem com que a Feira se torne instigante campo de pesquisa, porém extremamente complexo e surpreendente, pelo que sempre se está descobrindo, não apenas de novo, mas também de velhas heranças. A complexidade da Feira abre um leque de

possibilidades de estudos sobre si. Cada um dos seus setores tem especificidades que um trabalho como esse apenas observa-os na superficialidade. Diversidades, criações e improvisos presentes em tal espaço torna-o fugidio a percepção, portanto difícil de apreendê-lo na sua totalidade.

Ao finalizar este trabalho, pelo menos algo se tem como certo. O fato de se deparar com um espaço em crise, como já era esperado, porém com muito mais força do que se pensava. Entretanto, um dos dados mais surpreendentes, é o quanto este espaço ainda conserva heranças, tornando-se assim, a mais expressiva rugosidade presente na paisagem campinense.

## 8 - Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, volume 56. n° 1/4: p. 21-122, jan. / dez. 1994.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Atlas histórico escolar**. 8ª ed. Ver. E atualizada. Rio de Janeiro, FENAME, 1983. 187p.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 1979. 424p.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980. 210 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 101p.

\_\_\_\_\_. **A terra e homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.

\_\_\_\_\_. **Geografia econômica**: o espaço e a economia nordestina. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1987. 174p

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957). 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

\_\_\_\_\_. Trem e Empório do Algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. **Cadernos Nordeste em Debate**. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, ano 1, n°1, p. 7-23, 1993.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda política campinense: 1945/1964. in: Gurjão, Eliete de Queiroz (org.) **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000. p.77-100.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V. 28, p. 451-467, outubro de 1997.

\_\_\_\_\_, **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 392p.

BALANÇO ANUAL DA PARAÍBA, **Gazeta Mercantil. Recife**: Ano II, N° 2, Agosto de 2000. (Publicação anual).

BARROS, Nilson Crócia Cortez de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil**: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. 1987. 364f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **A mercearia em cidade sertaneja do Nordeste do Brasil**: o estudo de geografia urbana na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. (relatório de pesquisa) Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1988. 83f. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **A geografia Humana**: uma introdução as suas idéias. Recife: NAEG – DCG – UFPE, 1990. 118p.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1988. 164p.

\_\_\_\_\_. **Os alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado a vila (1697 a 1864). Campina Grande, Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação/ Núcleo Cultural Português, 1999. 124p.

CANANÊIA, André. Para Newsweek Campina é um 'oásis'. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 06 de maio de 2001, Caderno de Economia, página 2.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXV. nº 4, p.415-451, 1963

\_\_\_\_\_, Feira de Caruaru. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 29. nº 1, p.113, jan/mar. 1967.

\_\_\_\_\_ ; AZEVEDO, Lília Maria Peçanha de. Rede das localidades centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 44, n.º 4, p.415-451, out/dez. 1982

CARVALHO, Ioná Maria de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo: Hucitec, SUDENE, 1987.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.

CERTOU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Volume 1. Artes de fazer. 6ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994. 351p.

COELHO NETO, José Teixeira. **Moderno Pós Moderno: modos & versões**. 3ª ed. São Paulo: Editoras Iluminuras Ltda, 1995. 227p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos das redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 4, ano 29, p. 93-116, 1967.

\_\_\_\_\_. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 1, ano 50, p.61-83, 1988.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987. 93 p. (série princípios)

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p. (série princípios)

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995. (série princípios)

\_\_\_\_\_. Espaço um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Ioná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

COSTA, Antonio Albuquerque da. A Relação Campo/cidade na Feira de Campina Grande: herança que resiste as modernizações do espaço globalizado. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16, 2002, Petrolina. **Anais...**Petrolina: UFPE, Universidade de Pernambuco, 2002, p. 176 – 178.

COSTA, Marilene Bizerra da. Caracterização do Setor Industrial Campinense. **Cadernos de Economia**. Volume 1, Capítulos I e II, Série Debates nº 114, Mestrado de Economia, Mestrado de Economia, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus II, Campina Grande, junho de 1999, p 1 – 29.

\_\_\_\_\_, Marilene Bizerra da. Caracterização do Setor Industrial Campinense. **Cadernos de Economia**. Volume 2, Capítulo III, Série Debates nº 114, Mestrado de Economia, Mestrado de Economia, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus II, Campina Grande, junho de 1999, p 30 – 74.

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. **Revista Economia e Sociedade**, n.º 01

DINOÁ, Ronaldo. O clube aquático. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 03 de janeiro de 2002. Caderno A, página 2.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **Boa Vista-PB**: um breve esboço da história do seu território usado. Recife: Mestrado em Geografia da UFPE, 2001 (trabalho de aluno).

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p 230-245.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Educação. Universidade Federal da Paraíba. **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 1985. 99p.

GURJÃO, Eliete de Queiroz et al. **O bairro de José Pinheiro: Ontem e Hoje**. João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria de Educação e Cultura, 1999.

\_\_\_\_\_. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia a Nova República. In: \_\_\_\_\_, **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000. P.29-57.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9ª ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 349. Título original; The Condition of Postmodernity.

LAROUSSE CULTURAL. **Brasil A/Z**. São Paulo: Editora Universo, 1988.

LEITE, Barbosa. Feiras do Sertão Nordestino. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 18, nº 4, p. 155. jul./set.. 1956.

LIMA, Damião. **O processo de industrialização via incentivos fiscais**: expansão e crise em Campina Grande. 1996. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

\_\_\_\_\_. As razões da expansão da crise em Campina Grande. **Diário da Borborema**, 05 de maio de 1996. Caderno 03 p.6 e 7.

MELLO, José Otávio de Arruda. Economia, algodão, ferrovias e urbanização. In: \_\_\_\_\_. **História da Paraíba**: lutas e resistência, 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1995. p.158-162.

MORAES, Antonio Pereira de. **Vi, ouvi e senti**: crônicas da vida campinenses -versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: Epigraf, 1985. 119p.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1975. 172 p.

NASCIMENTO, Hélio Oliveira do. **As Integrações Comerciais na EMPASA-CG: Produção de espaços, redes e consolidação dos territórios**. 1999. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. 1997, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PAUWELS, Geraldo José. **Atlas Geográfico Melhoramentos**, 15ª edição. São Paulo: /edições Melhoramentos, 1957.

PEREIRA JÚNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande : um museu vivo da cultura popular e do folclore do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977. 48p.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958. 280p.

\_\_\_\_\_. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001. 132p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Perfil do Município**. Disponível em <http://www.pmcg.pb.gov.br>, pesquisa em 28/11/2002.

RAMALHO, José Rodoval; BRITO, Paulo Afonso B. **Teimosia Popular** (A luta pela Moradia). Campina Grande: CENTRAC (Centro de Ação Popular), série lutas do povo trabalhador, [1988?]

RIOS, Arthur José (coordenador). **Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste**. Rio de Janeiro: SESC/SEPLAN, 1963. 93p.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7ª ed. Contexto: São Paulo, 1997. 72 p. (Repensando a geografia)

RODRIGUES, José Edmilson; GAUDÊNCIO, Edmundo Oliveira e ALMEIDA FILHO, Silvestre. **Memorial Urbano de Campina Grande**. Campina Grande: A União, 1996. 281p.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p.187-199.

\_\_\_\_\_. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete Queiroz (org.) **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**, João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000 p. 179-189.

SANTOS, Milton. Crescimento Nacional e a rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n° 4, ano 29, p.78 –92, 1967

\_\_\_\_\_. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979a. 345 p. (Coleção Ciências Sociais). Título original; L'espace partagé. Lês deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1979b. 73p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 124p.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec - EDUC, 1994a

\_\_\_\_\_. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio técnico–científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.b 190p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997a 88p

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª edição São Paulo: Hucitec, 1997b. 308p.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a 127p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b. 174p.

\_\_\_\_\_, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. **Cadastro dos vendedores ambulantes localizados no Mercado Central de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Estado da Paraíba. Campina Grande, s/d.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel, 1991.

SILVA, Iranise Alves. **A crise da moradia**: políticas habitacionais para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Livraria AGIR editora, 1987. 135p.

SILVA, Josefa Gomes Almeida. Raízes Históricas de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.) **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**, João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000. p. 15-28.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos conteúdos do meio técnico no país: a industrialização substitutiva como fator interno. In: \_\_\_\_\_. **Um país uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/ LABOPLAN – USP, 1999. Cap. 3, p. 73 – 93.

SOUSA, Arimatéia de. Cidade reúne 50 empresas que tem base tecnológica. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 06 de maio de 2001, Caderno de Economia, página 2.

SOUSA, Elza Coelho de. Feira de Gado. **Revista Brasileira de Geografia**. V. 8. nº 3, jul./set. 1946. p.389 – 390.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos B. Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande - 1935-90. In: **Cadernos Nordeste em Debate**. Ano I, nº 1, Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1993.

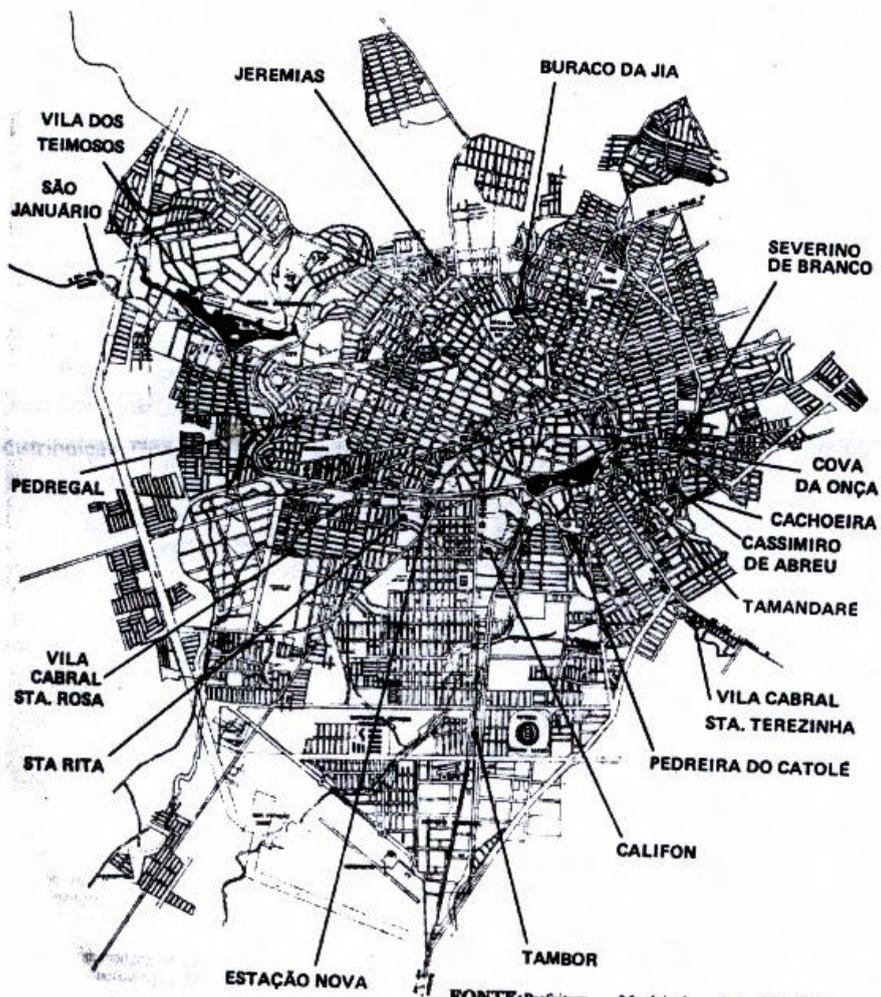
\_\_\_\_\_, **Cartografias e Imagens da Cidade** : Campina Grande – 1920-1945. 2001. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O Espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande de (1935 –1945). 1988. 54f. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História e Geografia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

**ANEXOS**

ANEXO 01

FAVELAS



FONTE: Prefeitura Municipal de Campina Grande/COPLAM Perfil do Município. PMCG/Coodenadoria de Planejamento. 1984

Favelas de Campina Grande

POTENCIAL / Dentre as empresas, a Light-Infocon chega a faturar quase R\$ 3 mi por ano

## Cidade reúne 50 empresas que têm base tecnológica

» CAMPINA GRANDE

» TIMÓTEO DE SOUSA

» da reportagem local

Campina Grande conta com 50 empresas de base tecnológica, com destaque para uma companhia que tem obtido destaque internacional: Light-Infocon Tecnologia S/A. Ela é responsável pela exportação de softwares para países como Estados Unidos, Espanha e China.

Criada em 1983, a Light-Infocon logo tornou-se líder no desenvolvimento e marketing de softwares. É a responsável por produtos pioneiros como

um processador de textos (Info-Word), vendido para países como Canadá, Itália e Estados Unidos, além da produção de uma linguagem/ambiente de entrada de dados (LTDist), definida como padrão pelo Serpro e pelos grandes bancos do país.

Utilizando como canais de marketing & vendas parceiros estratégicos (grandes fabricantes como DEC, HP e IBM), a Light-Infocon atua de forma a dominar os mercados-alvo para seus produtos no Brasil. Cada um destes produtos tem uma participação no mercado brasileiro acima de 70%. Em 1994, a Light-Infocon estabeleceu seu

foco no desenvolvimento de ferramentas de bancos de dados com recuperação textual e produtos co-relacionados. O resultado destes esforços resultou na tecnologia LightBase (LBW), um pacote para o desenvolvimento rápido de aplicações que necessitem dispor das facilidades de recuperação textual e de características de multimídia, com som, imagem e vídeo simultaneamente. A tecnologia LightBase recebeu os prêmios ASSESPRO de produtividade e o Editor's Choice da Revista PC-Word España.

A Light-Infocon tem financiado o seu crescimento com as

vendas dos seus produtos, com o desenvolvimento de projetos relacionados ao LBW, através de seus produtos, investimentos privados, empréstimos do Banco do Nordeste, FINEP, CNPq, Programa Softex, BNDES e Pernambuco S/A.

As vendas do ano passado e início deste resultaram num faturamento de R\$ 2,6 milhões. A meta de 2001 é de R\$ 3,5 milhões. A perspectiva para 2002 é de uma receita ainda maior, pois foram estabelecidas novas parcerias e contratos com empresas de vários países, como Espanha, China e Estados Unidos.

## Núcleo Softex promove exportação

A cidade dispõe de um núcleo da Sociedade Brasileira para Promoção da Exportação de Software (Softex). Trata-se de uma espécie de cooperativa nacional de produtores de software. Campina Grande foi a primeira cidade do Nordeste e a segunda do país a ser escolhida para sediar um núcleo de Desenvolvimento de Software para Exportação. Isto aconteceu em 1993, devido às suas excelentes condições e potencialidades.

A Sociedade Softex tem como missão principal transformar o Brasil em um centro de excelência na produção e exportação de software. O grande objetivo é colocar o país entre os cinco maiores produtores e exportadores mundiais. Para tanto, tem procurado estimular,

promover e qualificar as empresas brasileiras para que consigam o mercado internacional.

### CURSOS

Desde que Campina Grande assumiu de vez a sua vocação de sucesso no campo tecnológico, o cenário da informática, em todos os níveis, conheceu um verdadeiro "boom".

Para se ter uma idéia, funcionam no centro e nos bairros da cidade, no mínimo, 20 escolas de informática, que se propõem a oferecer desde noções básicas ao ensino profissionalizante nesta área. Um curso básico (Windows, Word, Excel e Internet) varia entre R\$ 200 e R\$ 260, na rede privada. Outro fenômeno é o crescimento do número de provedores da internet. São cinco na cidade.



THE BAST

Divulgação

Campina foi citada na publicação do último dia 30

## Para Newsweek Campina é um 'oásis'

» JOÃO PESSOA

» ANDRÉ CANANÉA

» da reportagem local

A revista Newsweek, conceituada publicação semanal norte-americana, distribuída também na América Central e América do Sul, colocou Campina Grande, no mesmo patamar enquanto um dos pólos tecnológicos mais prósperos do mundo, que cidades como: Oakland, Omaha, Tulsa, Huntsville, Akron, todas nos Estados Unidos, além de Barcelona (Espanha), Suzhou (China) e

Cote d'Azur (França).

Mac Margolis, redator do texto dispensado à Rainha da Borborema, escreve: "Nas terras áridas e secas do Nordeste brasileiro, existe um oásis onde chovem oportunidades". Em seguida, remonta aos anos 50, quando mercadores locais importaram uma rústica prensa de algodão para construir um centro têxtil. "Hoje, esse pedaço de lugar no meio do nada abriga 50 firmas que fazem de tudo, desde programas para computador a painéis eletrônicos" e arremata: "Campina Grande dita os padrões da indústria

tecnológica no Brasil".

O autor da matéria destaca que a chave da prosperidade tecnológica de Campina está na Universidade Federal da Paraíba. "Em 1967, a universidade paraibana investiu 50 mil dólares em mainframes (computadores de grande porte) da IBM, criando uma tradição em computação que hoje atrai estudantes de toda América Latina. A Paraíba instalou um Parque Tecnológico em 1984 que acabou gerando 60 empreendimentos tecnológicos, de fazendas de camarão a portais de internet", revela a matéria.

A revista cita também o próspero "Light-Infocon", empresa que desenvolveu um programa em Campina Grande - hoje exportado para os EUA e a Espanha - utilizado pela polícia para rastrear traficantes de drogas. E ainda: o interesse de empresas - do porte da Coteminas ("A mais sofisticada fábrica de tecidos da América Latina) pela cidade.

A matéria encerra destacando que a tecnologia corresponde a 20% da economia local e arremata afirmando: "Tecnologia rende, mesmo no meio do nada!"

# Vida brasileira

## MUDANÇA NO SERTÃO

A chegada das empresas ao interior do Nordeste movimenta a economia local e melhora a vida nas pequenas cidades

Elisete Sakelli, de Campinas Grande

N uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o crescimento industrial brasileiro, o Ceará desponta como o Estado que mais está crescendo. Com base nos dados da IBGE, verificou-se ainda que o Nordeste, ano após ano (PIB), dá Região Nordeste, o maior crescimento em termos de desenvolvimento econômico nos últimos dois anos, a região recebeu novas empresas ao ritmo de uma por dia. No total, elas geraram mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos. Calcula-se que o Nordeste tenha ultrapassado a casa dos 15 milhões.

A consequência dessa triplicação de ritmo pode ser conferida nas capitais, mas, pela primeira vez, é o interior que chama a atenção dos estatísticos. Em Campina Grande, na Paraíba, foi construído o primeiro McDonald's de todo o interior do Norte e Nordeste. Desde que foi inaugurada, no final do ano passado, as filas para comprar os hambúrgueres são enormes. Os levantamentos de Indústria e Comércio mostram que algumas localidades do sertão estão levando um choque de insulina com a chegada dos novos empreendimentos. O resultado é que em algumas cidades surgiram shopping centers, academias de ginástica, lanchês, restaurantes, varões e hospitais.

68 24 de maio, 2000

O processo de desenvolvimento é feito em ondas. Quando uma empresa chega a uma cidade, ela emprega mão-de-obra. Também cria empregos diretos e indiretos. Além disso, ela fornece a com o crescimento econômico, outras para servir café e uma pequena transportadora, não ficam em alguns exemplos. Essas empresas toda passa a receber salário e começa a consumir volumes que seriam considerados insignificantes numa cidade. Por fim, faz diferenciação. No caso de Sobral, a 238 quilômetros de Fortaleza. Para ele, a mudança em sua vida foi trazida pela chegada da fábrica de calçados Grendene, que se instalou no município há seis anos. Pontes não trabalha para a Grendene nem para

as outras seis fábricas de calçados que também foram atraídas para Sobral. O que ele faz é construir casas destinadas para os funcionários das novas empresas. Chegou a fazer um apartamento de 500.000 reais em um bom mês com o crescimento da cidade.

Para a casa dos municípios, as empresas acabam operando miligramas. A cidade de Aratipina, no interior de Pernambuco, atravessava uma fase de decadência. Até a década de 70, vivia do processo de mineração. Com as secas, os moradores foram obrigados a migrar. Hoje a cidade conta com 320 famílias gessistas, responsáveis pela produção de 95% do gesso consumido no país. Em poucas cidades nordestinas a industrialização produziu tanto impacto quanto em Maracanaú, a 18 quilômetros de Fortaleza. A maioria das indústrias que se instalaram no município foram pequenas e médias (PMs e PMS). Até 1997, 70% das empresas iam à escola regulamentar. O índice subiu para 100%.

Se o plano sertanejo tivesse uma capital, ela seria Petrolina, em Pernambuco.



McDonald's em Campina Grande: hambúrgueres abrem excursões das cidades vizinhas

nos cinco anos. Seu patrimônio está avaliado em 10 milhões de reais.

O ciclo de prosperidade não alterou o panorama geral da Nordeste. A taxa de pobreza, a despeito da prosperidade das áreas de seus habitats, chegou a 16% no Sertão. Com índices recuados de concentração de renda, o quadro nordestino é semelhante ao geral. A cada 100 nascimentos, seis crianças morrem, praticamente o dobro da média nacional. Para reverter esse quadro, as administrações estaduais devem investir mais em serviços sociais, inclusive a saúde pública. O Plano, por exemplo, inclui o compromisso de pagamento de impostos por até quinze anos.

Em Alagoas, os incentivos fiscais trouxeram 200 novos investimentos e um salto de 50% no PIB industrial. Para os próximos anos, essas novidades são bem-vindas.

O Nordeste já passou por ciclos de desenvolvimento. O principal deles foi ligado à produção de cana-de-açúcar, que fez a região experimentar o apogeu nos séculos XVI e XVII. Depois da cana veio o algodão, que também entrou em decadência. Já decidida a nova rota econômica, o Nordeste deve ser encarado por setores que engrassem a migração de nordestinos para o restante do país. Esse novo ciclo de desenvolvimento é um alívio, mas pode estar com os dias contados. Em uma tentativa de impor limites à guerra fiscal, o governo federal criou o Conselho Fiscal. Quando for regulamentada, os governos estaduais ficarão com praticamente proibido de conceder incentivos às empresas que se localizam na região. Vão ter de encontrar outra forma para manter a atratividade do crescimento em ação.

Com reportagem de Jan Flávio Ferreira veja 24 de maio, 2000 69

Enquanto no resto do Brasil o número de colônias cresceu 25 vezes de 1994 até hoje, em Petrolina são presenças atuais por um lado e salas de cinema inauguradas em outros por outro. O crescimento da cidade é consequência da fruticultura. Um dos beneficiados indiretos de progresso local é o médico de São Francisco, Jorge Pedrosa. Há dez anos, ele começou um projeto para fazer transportar os ônibus para fazer transportar os alunos. Em menos de dois anos, a frota era de 75 unidades e duplicou nos últimos quatro meses.



Cavalariada: empresa de ônibus e patrimônio de 10 milhões de reais



**SOCIEDADE**

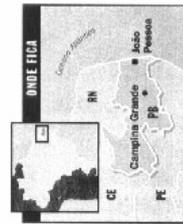
**EXCELÊNCIA** Pesquisadores brasileiros foram atraídos para a Universidade Federal, que tem um moderno laboratório de Informática

UNIVERSIDADE

# Oásis high tech no agreste

## Campina Grande, no interior da Paraíba, é cidade emergente do planeta americana como um dos pólos tecnológicos emergentes do planeta

A pequena tentativa de ficar um bocado depois sacrificado num churrasco, o deputado pede socorro para a Paraíba. Meses depois, focou-se um fusca zero-quilômetro. Após sucessivas companhias, bingos e chás beneficentes, as líderes do movimento atingiram o objetivo: comprar um carro para o município. O primeiro a ser vendido à cidade de Campina Grande, agreste da Paraíba, a 120 quilômetros de João Pessoa. A máquina ultramoderna chegou em 1967. Foi o primeiro computador da Nordeste - ponto de partida para investimentos na formação de professores da região. A empresa, hoje sucata dos porões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi vendida para um dos moradores. Foi assim que nasceu um dos maiores polos tecnológicos do Brasil. Em meio a um dos mais belos e festivos de São João do país, Campina Grande e hoje um oásis de prosperidade. Não exatamente pela tradição religiosa, mas pela tecnologia. Citada pela revista americana Newsweek como um dos maiores pólos tecnológicos do mundo, a cidade paranaense atrai dezenas de indústrias de informática

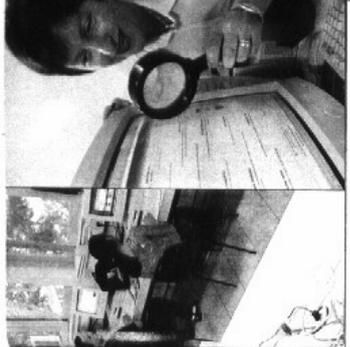


ONDE FICA



EXCELÊNCIA Pesquisadores brasileiros foram atraídos para a Universidade Federal, que tem um moderno laboratório de Informática

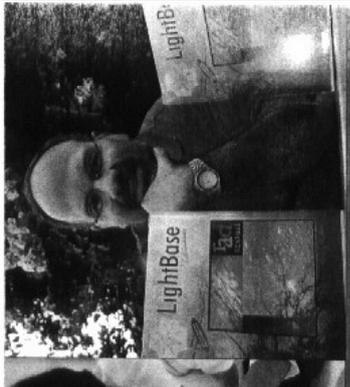
UNIVERSIDADE



**FRUTOS DA CIÊNCIA** A pilgera de Campina Grande foi citada nos Estados Unidos

**Campina Grande, Brasil**

- População: 360 mil
- PIB: US\$ 850 milhões
- Número de empresas de tecnologia: 56
- Número de empregos nessas empresas: 500
- Estimativa salarial: US\$ 130 milhões



**PIONEROS** Rosângela Villar (à esq.) e Alvaro Moura, engenheiros, abriram espaços no Polo de Campina Grande.

estágio numa empresa de software. A cultura acadêmica americana faz o vilão. Na década de 40, o município foi o segundo maior polo comercial de algodão do mundo, antes somente de Liverpool, na Inglaterra. O cultivo da algodão era feito em grandes fazendas. Em abril, a colheita já estava em andamento. Em maio, o algodão já estava em armazenamento. No mesmo mês, cinco alunos de engenharia elétrica ganharam R\$ 40 mil da Motorola pelo projeto de uma antena inateligível. O dispositivo retransmitia o impacto das ondas eletromagnéticas dos celulares no corpo humano e aumentava a vida útil da bateria. O projeto foi financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste. O projeto foi financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste.

do da tecnologia agrícola, e produção de plúms está sendo retomada. Com uma novidade: dez empresas paranaenses mantêm-se em conexão para produzir vestuário ultraleve, apoiado que já nasceu colorido. Técnicos da Embrapa de Pesquisas Agropecuárias em Curitiba, Paraná, estão ajudando a desenvolver a tecnologia. O projeto é financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste. O projeto foi financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste.

per Campina Grande. Por meio do interesse, embeber o arábida de sistemas técnicos. Moura, de 42 anos, que há duas décadas mora em Campina Grande, mudou-se em conexão para trabalhar em uma empresa de tecnologia. O projeto é financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste. O projeto foi financiado pela primeira empresa a desenvolver um celular no Brasil, a Celular do Nordeste.

SÉRIE ADEQUADO

- SERVIÇO**
- Buscação Pesquisa Tecnológica  
Tel. (83) 3332475  
www.pesquisa.pt.br
  - Instituto de Engenharia e Inovação  
Tel. (83) 3427744  
www.inova.org.br
  - Centro Sotias Genes de Campina Grande  
Tel. (83) 3102108  
postagem@acuplo.br

PARQUE TECNOLÓGICO / O papel é promover o desenvolvimento sócio-econômico da região através da gestão e transferência tecnológica

# Fundação fomenta ciência e tecnologia

▶ CAMPINA GRANDE  
▶ TIMÓTEO DE SOUSA  
▶ de reportagem local

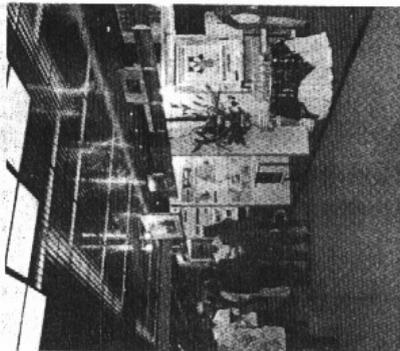
A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (FPT-TPB), entidade sem fins lucrativos, foi criada na década de 80. Ela vem se consolidando, ao longo dos anos, por fomentar a ciência e a tecnologia. É a entidade gestora da incubadora tecnológica de Campina Grande, responsável pela instalação de empresas.

Segundo o diretor da instituição, Carlos Mince, a Fundação FPT-TPB tem como missão promover a geração de emprego e renda, o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria da qualidade de vida na região por meio da gestão e transferência tecnológica, do incentivo e suporte à criação de empresas de base tecnológica, da difusão da in-

formação, da capacitação técnico-científica e da competência tecnológica institucional.

A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba criou, em 1986, o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica. A incubadora tem como missão fomentar e apoiar empreendimentos tecnológicos, proporcionar-lhes condições básicas a viabilização e operacionalização de novos negócios.

Atualmente, estão incluídas no grupo das empresas incubadas, empresas como a Decide Especializado em Sistemas de Informação voltados à administração escolar. Destacam-se, no mercado de softwares desenvolvidos etapas de desenvolvimento de novas informações para o comércio e indústria e I&D. Inúmeras inovações tecnológicas são necessárias para melhorar a eficiência dos processos industriais.



Entre as realizações do Paqic está a Exposição de Tecnologia

## Investimento na área começou pela UFPB

O conhecimento é a base de todo progresso humano. Este princípio, tão sábio quanto antigo, pode ser constatado em Campina Grande, onde está sediada o Campus II, da Universidade Federal da Paraíba.

A instituição surgiu a partir da Escola Politécnica, criada em 1952. Segundo o diretor do Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Benedito Guimarães Aguiar Neto, esse trabalho começou desde a época em que era reitor da UFPB, o professor Lindolfo Cavalcante. A partir daquele período, entre as décadas de 60 e 70, investiu-se na qualificação dos professores através, inclusive, de cursos complementares no exterior.

O esforço não foi em vão. Em 1977 foi implantado o curso de Ciências da Computação, hoje, também oferecido em nível de Mestrado. O departamento faz parte do CCT, onde ainda funcionam mais 12 cursos. Todo o centro dispõe de 600 alunos matriculados.

De acordo com Benedito Aguiar, não há outra instituição no Norte-Nordeste com estrutura de salas informatizadas do nível do CCT. Toda essa estrutura foi conseguida através do Programa de Recuperação do Ensino de Engenharia (Reenge) financiado pelo CNPq e Capes. Ao todo, foram investidos por

meio deste programa e de convênios firmados com a IBM e a Secretaria de Ensino Superior (SESI), recursos da ordem de R\$ 570 mil.

A Universidade Federal da Paraíba, através do Campus II, oferece alguns cursos voltados exclusivamente para a informática. O mais antigo é o curso de Ciências da Computação, em funcionamento desde 1977. Uma iniciativa inovadora foi a implementação do curso de Especialização em Comércio Eletrônico (e-commerce), iniciado este ano.

Nesta trilha de pioneirismo, destaca-se ainda o curso de Engenharia de Redes, oferecido em parceria com os Cursos e Telegrafos. Trata-se do único do Brasil e destina-se aos formandos dos cursos de Ciências da Computação e Engenharia.

Os alunos são escolhidos em nível nacional por meio de concurso público, revendem durante o curso uma bolsa de R\$ 450 e são absorvidos para trabalhar nos Correios.

A UFPB, instituição de ensino, ainda programas de apoio à inovação e à difusão tecnológica em parceria com o Sebrae e outros investidores, a exemplo da Motorola. Tudo isto contribui para o aprimoramento científico dos estudantes, a formulação de novas tecnologias e a produção de serviços à comunidade.

## Benefícios chegam ao homem do campo através da implantação de agroindústrias

Usando o desenvolvimento econômico do Interior paraibano, a Fundação realiza, desde o ano passado, a implantação de unidades agroindustriais em pequenas comunidades. Pólietos, localizada no município de Barra de Santa Rosa, é um exemplo típico desse trabalho de melhorar as condições de vida da população por meio da tecnologia e da criação de novas alternativas produtivas.

### FRANGO LIGHT

Um dos projetos é de criação do frango tipo Label Kouri, o chamado "frango light".

A sua carne é magra e dispõe de menos teor de gordura que os outros frangos. Em sua fase experimental, o produto era vendido para supermercados, universidades e hospitais de Campina Grande. Agora a meta são 14 famílias que desenvolveram este tipo de atividade em Pólietos é a comercialização de 400 frangos.

Até hoje foram construídos quatro galpões, com recursos próprios da comunidade, Prefeitura Municipal, Programa de Estações e Áreas Para o Semi-Árido (Pensa) e outras instituições governamentais.

O qual do frango light, na comunidade de Pólietos, é vendido ao preço de R\$ 3,50, enquanto nos supermercados camponeses ele já chegou a ser comercializado por R\$ 4,70.

Em 1977 foi implantado o curso de Ciências da Computação, hoje, também oferecido em nível de Mestrado. O departamento faz parte do CCT, onde ainda funcionam mais 12 cursos. Todo o centro dispõe de 600 alunos matriculados.

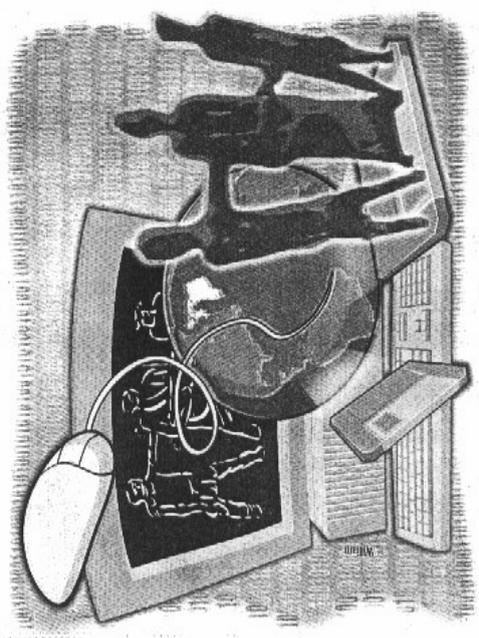
De acordo com Benedito Aguiar, não há outra instituição no Norte-Nordeste com estrutura de salas informatizadas do nível do CCT. Toda essa estrutura foi conseguida através do Programa de Recuperação do Ensino de Engenharia (Reenge) financiado pelo CNPq e Capes. Ao todo, foram investidos por



# Economia

## Campina Grande tem uma das melhores tecnologias do mundo

A "Newsweek", conceituada revista americana, citou a cidade como o mais promissor pólo de informática da América Latina e um dos nove mais importantes do mundo



▶ CAMPINA GRANDE  
▶ TIMOTEO DE SOUSA  
▶ da reportagem local

**C**ampina Grande, uma comunidade conectada com o mundo e com o futuro. A cidade que, ao passado, conseguisse transformar o tempo em espaço e o espaço em tempo. "Uma cidade" localizada a 400 quilômetros de distância do cenário internacional, sendo conhecida pela revista "Newsweek" como o mais promissor pólo de informática da América Latina e um dos nove mais importantes do mundo. A Newsweek é uma das revistas de informação mais respeitadas da atualidade.

Alguns fatores explicam este alto nível de desenvolvimento tecnológico, entre eles o caráter empreendedor do comércio e a presença de instituições, estruturas de fomento e apoio da cidade (IPI) visto como da moderna comunicação.

Ao ser apontada por jornalistas norte-americanos como um dos nove pólos promissores de tecnologia do mundo,

Campina Grande equidistância ao nível de importantes cidades dos Estados Unidos, França e Espanha, sendo a única representante latino-americana no seleto grupo dos principais pólos tecnológicos do planeta.

Não este sucesso não seria possível sem o trabalho da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A instituição desenvolve, há muitos anos, pesquisas no campo da informática, sendo a cultura na qual se apoiam diversas outras instituições, entre elas, empresas de software e de produtos de alto nível de tecnologia.

No segmento econômico mais tradicional, existem as empresas que se utilizam do potencial de inovação criado para aprimoramento dos seus produtos, como é o caso de Colmáticos e Unigraças. No Poder Público busca desenvolver ações administrativas que favoreçam a produção tecnológico-científica da cidade. A produção de livros e o desenvolvimento de programas de ensino superior para promover a cultura e a educação em informática foram prioridades.

▶ CONTINUA PÁGINAS 2 E 3